

Nova  
Plano  
Diretor

Trabalhando  
no rumo certo

PREFEITURA  
CAMPINA  
GRANDE



ETAPA DE LEITURA  
TERRITORIAL

# DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO



Prefeitura Municipal de Campina Grande

Bruno Cunha Lima  
Prefeito

Coordenação  
Secretaria de Planejamento

Projeto gráfico: Secretaria de Planejamento  
Ilustrações: designerhrenov

Maio de 2024

Revisão do Plano Diretor de Campina Grande

Diagnóstico Participativo  
Etapa de Leitura Territorial

Versão 1.1

Prefeitura Municipal de Campina Grande  
Secretaria de Planejamento  
Rua Nossa Senhora de Lourdes, 85 – Jardim Tavares  
Campina Grande – Paraíba – 58402-045

[campinagrande.pb.gov.br](http://campinagrande.pb.gov.br)  
[planodiretor.campinagrande.pb.gov.br](http://planodiretor.campinagrande.pb.gov.br)

## APRESENTAÇÃO

O Plano Diretor é um instrumento de planejamento municipal no que tange os aspectos físico-territoriais do município. Trata-se de uma lei municipal que regula o planejamento da cidade de forma que assegure a plena realização de suas funções sociais e da propriedade, a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população segundo os princípios da democracia participativa e da justiça social. Ele estabelece ações para a estruturação do espaço urbano visando o desenvolvimento integrado entre a área urbana e a rural do território do município, respondendo às disposições da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, o Estatuto da Cidade.

O Projeto de Lei para o Plano Diretor é elaborado pelo Poder Executivo Municipal, sob a responsabilidade técnica de um arquiteto e urbanista, com a participação da população e de uma equipe interdisciplinar, em um processo democrático que se baseia no art. 182 da Constituição Federal de 1988, que trata da política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal e que tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Para que a elaboração ou revisão do Plano Diretor seja efetiva, é necessário atender às orientações do Estatuto da Cidade e da Constituição Federal, bem como percorrer uma série de etapas, a exemplo da etapa de preparação, etapa de diagnóstico urbano, etapa de propostas, e etapa de escrita da minuta do projeto de lei. Para o município de Campina Grande, a revisão do Plano Diretor deverá percorrer uma série de etapas, conforme pactuado coletivamente através da Metodologia Participativa, sendo a segunda dela a Etapa de Leitura Territorial, a qual refere-se ao exercício coletivo de debater a realidade local, reunindo dados, escutando a população e órgãos técnicos, de modo a produzir colaborativamente um diagnóstico urbano.

De forma a subsidiar as informações requeridas para a análise, foram levados em consideração dados e materiais produzidos pelos profissionais técnicos da

Secretaria de Planejamento e das demais secretarias da administração pública, aplicação de questionários, análise de planos urbanísticos existentes, e a escuta da população. Dessa forma, a leitura do município de Campina Grande para o Plano Diretor foi realizada de maneira coletiva, a partir da visão de profissionais técnicos de diferentes áreas e da visão da sociedade civil.

Para tanto, foram realizadas oficinas participativas, as quais caracterizam-se como eventos consultivos direcionados a todos os atores envolvidos no processo, tendo como objetivos a discussão de Eixos Temáticos e de propostas de ações que deverão compor o Plano Diretor, bem como o enriquecimento dos levantamentos e mapeamentos desenvolvidos pela Comissão Técnica pelas considerações da população, a qual, por vivenciar o espaço, é capaz de identificar com propriedade os problemas, desafios e potencialidades existentes, em um importante exercício de partilha e combinação de diferentes visões.

As discussões nas oficinas participativas foram pautadas em torno de determinados Eixos Temáticos e Perguntas Norteadoras previamente estabelecidos. A definição desses elementos que auxiliam a condução da discussão nas oficinas foi articulada com base no documento federal Guia para Elaboração e Revisão do Plano Diretor, de 2022, um dos produtos de cooperação técnica entre os governos Brasileiro e Alemão, no âmbito do projeto Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil (ANDUS), o qual vem sendo o apoio metodológico para o processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande.

Nessa perspectiva, o presente documento apresenta o produto da Etapa de Leitura Territorial, o Diagnóstico Participativo, dividido em duas partes, Leitura Técnica e Leitura Participativa. No primeiro exprime-se as considerações técnicas acerca de diversos Eixos Temáticos, enquanto que no segundo é apresentado a sistematização da contribuição da população a partir dos debates realizados nas oficinas participativas.

A presente análise territorial tem como objetivo identificar as problemáticas e potencialidades dentre todo o município, além de indicar propostas de solução

para essas problemáticas, em um diagnóstico que servirá como guia para a tomada de decisões nas etapas seguintes. À vista disso, o produto da Etapa de Leitura Territorial auxiliará na definição de propostas e no estabelecimento de instrumentos urbanísticos de gestão, previstos em etapas subsequentes.

*Novo*  
**Plano  
Diretor**



## SUMÁRIO

CAPA	1
APRESENTAÇÃO	3
SUMÁRIO	7
<b>LEITURA TÉCNICA</b>	<b>9</b>
1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	10
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL	17
2.1. DADOS CENSITÁRIOS	18
2.2. REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINA GRANDE	27
3. POLÍTICAS URBANAS	30
4. HABITAÇÃO	51
5. EXPANSÃO URBANA	65
6. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	77
6.1. EDIFICAÇÕES CADASTRADAS E TOMBADAS	77
6.2. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS	83
6.3. ÁREA DE PROTEÇÃO DE ENTORNO	83
6.4. ÁREA DE PROTEÇÃO RIGOROSA	83
7. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	87
8. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	92
9. GRANDES PROJETOS DE IMPACTO	97
10. MEIO AMBIENTE	101
11. SANEAMENTO AMBIENTAL	113
11.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA	114
11.2. ESGOTAMENTO SANITÁRIO	117
11.3. DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	120
11.4. RESÍDUOS SÓLIDOS	123
12. MOBILIDADE E TRANSPORTE	126
12.1. HIERARQUIA VIÁRIA	126
12.2. PANORAMA DAS VIAS	129
12.3. TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	136
12.4. CIRCUITO CICLOVIÁRIO	140
12.5. POLOS GERADORES DE TRÁFEGO	143
12.6. ACIDENTES DE TRÂNSITO	146
13. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	151
14. EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	163
14.1. EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO	163
14.1.1. CRECHES/BERÇÁRIOS PÚBLICOS	164
14.1.2. ESCOLAS DE 1º GRAU	169

14.1.3. ESCOLAS DE 2º GRAU	174
14.1.4. ENSINO SUPERIOR	180
14.2. EQUIPAMENTOS DE ESPORTE	181
14.3. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	183
14.3.1. UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	185
14.3.2. HOSPITAIS	189
14.4. EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	193
14.5. EQUIPAMENTOS DE CULTURA	196
14.6. ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS	200
<b>LEITURA PARTICIPATIVA</b>	<b>207</b>
1. ESTRUTURA ORGANIZATIVA	210
2. REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO	212
2.1. REUNIÕES DAS COMISSÕES	212
2.2. REUNIÕES INTERNAS DE ACOMPANHAMENTO	223
3. QUESTIONÁRIO	233
3.1. APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	234
3.2. SISTEMATIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	234
4. FORMULÁRIO	260
4.1. APLICAÇÃO DO FORMULÁRIO	261
4.2. SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES POR FORMULÁRIOS	262
5. OFICINAS PARTICIPATIVAS	267
5.1. TIPOS DE OFICINA PARTICIPATIVAS	268
5.2. EIXOS TEMÁTICOS E PERGUNTAS NORTEADORAS	270
5.3. APLICAÇÃO DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS	283
5.4. SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES POR OFICINAS PARTICIPATIVAS	285
5.4.1. OFICINAS COMUNITÁRIAS DE BAIRRO	285
5.4.2. OFICINAS COMUNITÁRIAS REGIONAIS	323
5.4.3. OFICINAS TÉCNICAS	343
5.4.4. WORKSHOPS	370
REFERÊNCIAS	396

## LEITURA TÉCNICA



## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Em viagem do sertão à Capital, no ano de 1697, o português Teodósio de Oliveira Lêdo faz um caminho diferente, e encontra uma grande chapada que leva os índios Ariús do Sertão para a serra da Borborema. No ano seguinte, retornou à Campina Grande, área já povoada, trazendo um padre italiano, da ordem de Santo Antônio, enviado pelo governador da Capitania, Manoel Soares de Albergaria, para catequização e batismo dos índios.

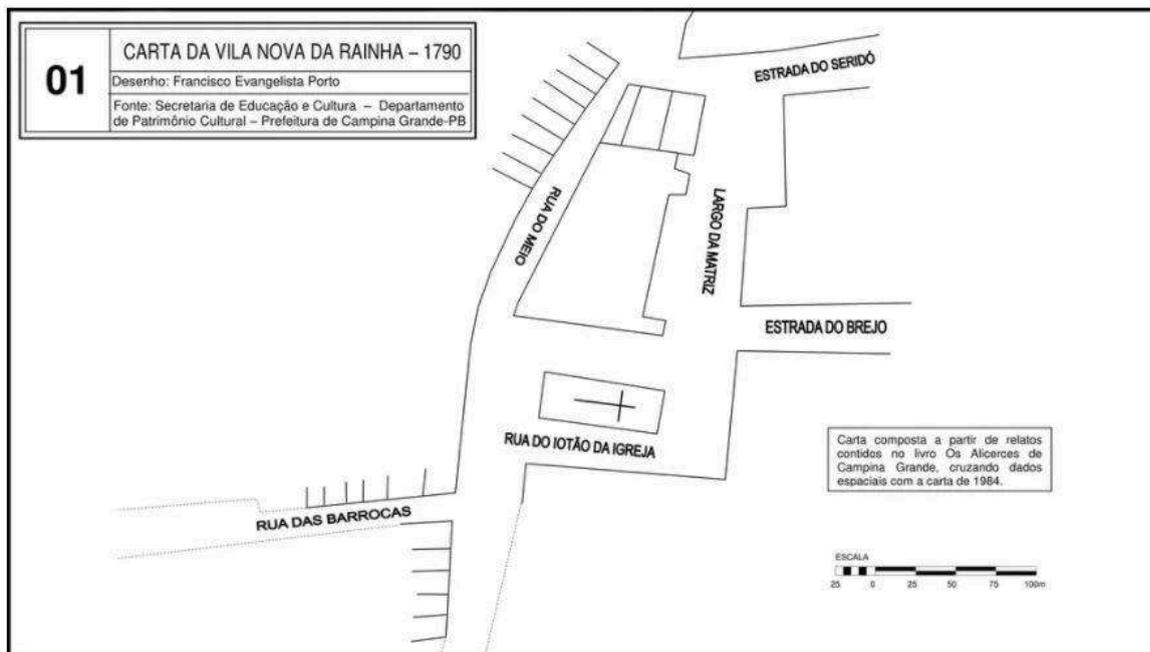
Os Ariús formaram a primeira rua do lugar, com casas de taipa, nas proximidades do Riacho das Piabas. Mais tarde a rua foi chamada de Rua do Oriente, atualmente chamada de Rua Vila Nova da Rainha. A economia do povoado era sustentada pela feira das Barrocas, por onde passavam vários boiadeiros e tropeiros.

O aldeamento dos Ariús teve importância política, tendo sido mencionado na carta de maio de 1699 do capitão-mor ao rei de Portugal. A partir de então a localidade passa a ser conhecida formalmente.

Controvérsias existem, por haver registros à alusão de Campina em um mapa elaborado pelo italiano Andreas Antonius Horatij, publicado no livro "Istoria delle Guerre del Regno del Brasile Accadute tra la Corona de Portogallo e la Republica de Olanda", escrito pelo Frei Gioseppe Santa Teresa em 1698, um ano, apenas, após a sua fundação.

Campina Grande teve um desenvolvimento muito lento e pouco mudou por todo o século XVIII. Entre 1753 e 1793, a tapera construída na parte mais alta da região povoada (no alto da Rua do Oriente) foi reformada e se consolida como a Catedral de Nossa Senhora da Conceição, que promoveu a construção de várias casas à sua volta, determinando o surgimento da avenida mais importante da nossa cidade, a Avenida Floriano Peixoto.

**Figura 00.** Carta da Vila Nova da Rainha (1790).



Vila Nova da Rainha foi fundada em 1790, posteriormente se tornando em Campina Grande — Foto: Francisco Porto/Divulgação/Montagem/G1

**Fonte:** Secretaria de Educação e Cultura (s/a).

Situado entre o alto sertão e a zona litorânea, com terras propícias às culturas de mandioca, milho e outros cereais indispensáveis à vida dos colonos, o aldeamento converteu-se em povoado próspero e em 1769 pela posição geográfica, o sítio ganha destaque e teve maior desenvolvimento, depois de ganhar o título de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Em 1790 Campina Grande, como era conhecida por todos na região e, por citações cartográficas, na condição de entroncamento da província, a freguesia cresceu e foi elevada à categoria de vila, com câmara municipal, cartório e pelourinho, recebendo o nome de Vila Nova da Rainha, em homenagem à Rainha Dona Maria I, de Portugal. Depois de 8 anos criada a vila possuía pouco mais de cem casas com apenas 3 mil habitantes

Em 1828, foi construído sobre o Riacho das Piabas o Açude Velho, este começou pequeno, e foi sendo ampliado até adquirir as proporções atuais. Dois anos depois, em 1830, outro açude foi construído para auxiliar o primeiro, o Açude Novo. Ambos os açudes ajudaram à população resistir a uma desastrosa seca ocorrida em 1848.

Foi ao redor do Açude Velho e ao longo do Riacho das Piabas, que Campina Grande evoluiu. Em 11 de Outubro de 1864, foi elevada à categoria de Cidade, com cerca de 300 casas distribuídas ao longo da Rua da Matriz (Floriano Peixoto), Rua do Meio (Afonso Campos), Rua Grande (Maciel Pinheiro), Rua do Seridó (Barão do Abiaí) e a Rua da Emboca (Peregrino de Carvalho) além de possuir também duas igrejas; a Catedral de Nossa Senhora da Conceição e a Igreja do Rosário (demolida na gestão Vergniaud Wanderley).

**Figura 00.** Mapa de Campina Grande (1864).



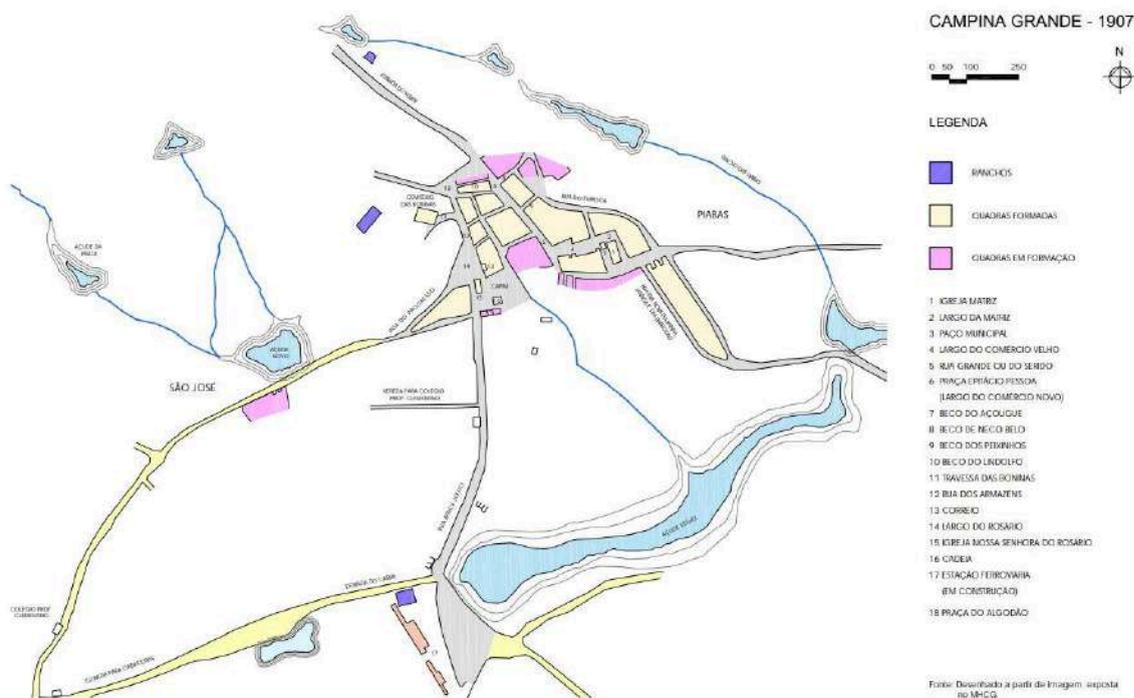
**Fonte:** Desenhado a partir de imagem exposta no MHCG, autor desconhecido (s/a).

Em 1888, Campina Grande tinha cerca de quatro mil habitantes e era talvez a mais populosa e próspera localidade do interior da Paraíba. Passava por ali a principal estrada que ligava os sertões paraibanos e rio-grandenses do norte às cidades da Paraíba e do Recife.

O ramal da Great Western of Brazil Railway Company - hoje Rede Ferroviária do Nordeste, inaugurado em 1907, foi o auge da economia local, com base na cultura algodoeira. Um terceiro açude foi construído "Açude de Bodocongó", sobre o Riacho de Bodocongó e entregue à população no dia 15 de janeiro de

1917. Este açude propiciou o desenvolvimento da região, onde surgiu um bairro de mesmo nome Bodocongó. A iluminação elétrica em 1919 e o serviço de abastecimento de água em 1939 foram fatores decisivos para o progresso local.

**Figura 00.** Mapa de Campina Grande (1907).



**Fonte:** Desenhado a partir de imagem exposta no MHCG, autor desconhecido (s/a).

Até a década de 1940, Campina era o segundo maior exportador de algodão do mundo, perdendo apenas para Liverpool, na Inglaterra. Durante o "boom" da cotonicultura, nossa cidade cresceu em número de habitantes, em residências e casas comerciais, espalhadas ao longo, principalmente, das Rua Grande (Maciel Pinheiro) e Rua do Ouvidor (Rua João Pessoa). O crescimento comercial e agrícola de Campina Grande permite a chegada de equipamentos urbanos dos quais a cidade não dispunha em grande quantidade: hotéis, clubes, bancos, etc, bem como a chegada da luz elétrica.



ou subúrbios afastados, liberando o centro para as atividades comerciais, o lazer elegante e os negócios (SOUZA, 2003).

As mudanças ocorridas no espaço urbano de Campina Grande (e em várias outras cidades e capitais brasileiras nas três primeiras décadas do século XX), na administração de Vergniaud Wanderley, faziam parte dessas reformas urbanas em cidades brasileiras, que foram incentivadas nas décadas de 1920-1930.

Naquele tempo, a demolição das "velharias" e o "rasgar" de ruas a picaretadas, que davam "margem a muitas construções renovadoras", tinham múltiplos significados. O que se verificava era algo mais complexo e profundo do que a simples edificação de novas construções, fato que paulatinamente vinha ocorrendo desde a década de 1920 em Campina Grande. Espriavam-se pelo Brasil afora, desde a experiência do Rio de Janeiro nos primórdios do século XX, novas concepções de urbanismo, informadas por projetos arquitetônicos, paisagísticos e de saneamento europeus, que haviam revolucionado as principais cidades e capitais do velho continente, transformando ruas sinuosas, becos e cortiços em gigantescas, belas e largas avenidas e boulevards, que explicitavam novas tendências nas artes, facilitavam a circulação de homens, automóveis, mercadorias e fluidos, precipitando mudanças nas noções de tempo e espaço e, mais do que isto, mudanças na vida de seus habitantes (BRESCIANI, Stella, op. cit., 1982).

Na grande reforma, que mudou totalmente o aspecto da Maciel Pinheiro, assobradando-a e dando-lhe novo alinhamento, feito pelo prefeito Vergniaud Wanderley, a praça [Epitácio Pessoa] desapareceu (...) (PIMENTEL, 1956). Por outro lado, não se percebia como problema apenas as habitações e moradias populares, mas toda e qualquer construção, meio de transporte e hábito que estivesse fora dos padrões aceitos como modernos, o que atingia antigos casarões coloniais (ANDRADE, 1992).

Até a década de 60 Campina Grande foi a principal cidade do Estado da Paraíba, e João Pessoa, praticamente, como capital administrativa. Nesse período Campina irrompe como importante pólo comercial e industrial também da

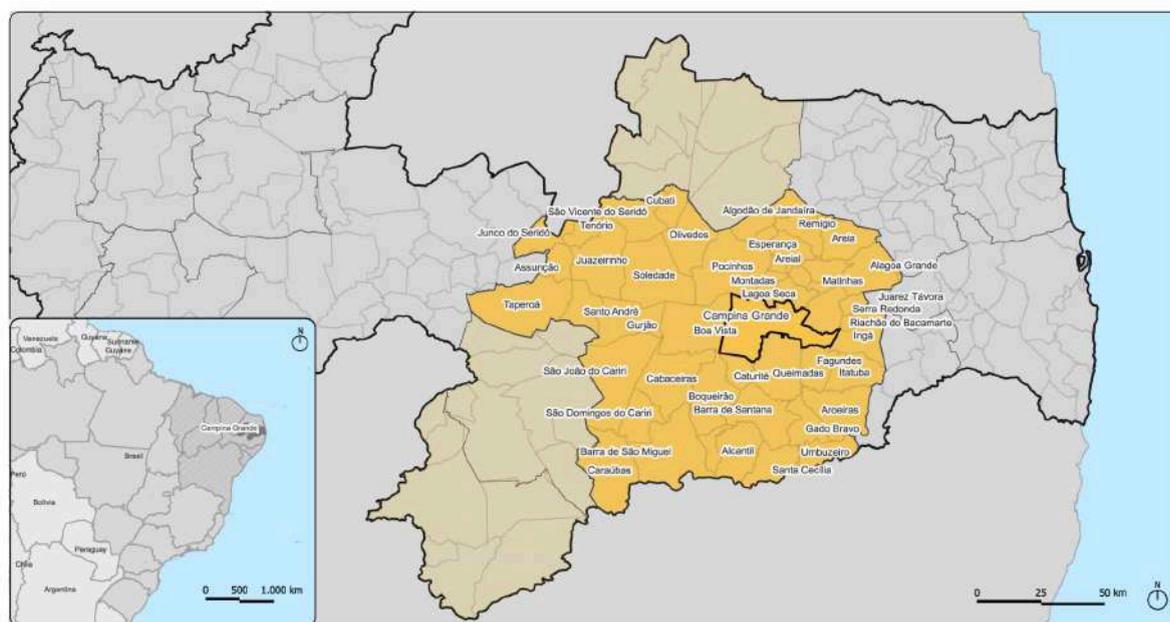
Região Nordeste, em 1967 Campina Grande recebeu o primeiro computador de toda região, se tornando um importante centro universitário. Em 1978, Campina Grande é contemplada com dois projetos federais: Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (Cura) e Programa Nacional para Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM) que transformam o cenário urbano mais uma vez.

Campina Grande chegou ao final do século XX com uma população de 355.331 habitantes, se destacando como pólo de difusão de tecnologia de softwares, de indústrias de informática e eletrônica, pela volta do algodão, dessa vez colorido, e pelo turismo de eventos, tendo como destaque o Maior São João do Mundo. De acordo com o IBGE, no último censo (2022) a cidade possuía população de 419.379 pessoas. O aumento populacional do município ao longo das últimas décadas, ocasionou mudanças na organização do espaço urbano. Muitas vezes, essa mudança ocorre espontaneamente, na ausência de um adequado planejamento (Cordão, 2009).

## 2. CARACTERIZAÇÃO GERAL

Campina Grande é uma cidade de médio porte localizada na região nordeste do Brasil, no estado da Paraíba. Pode-se considerar que o município está situado em um local estratégico, sendo destaque em todo o interior nordestino e principalmente no conjunto do sistema urbano regional, por ser posto intermediário entre o litoral e o sertão do estado, entre o brejo e o cariri. Essa localização geográfica foi fundamental para seu desenvolvimento, principalmente no que diz respeito à elevação para Vila, e em seguida para Cidade, nos anos de 1788 e 1864, respectivamente. Ela chega ao final do século XX com uma população de 355.331 habitantes, se destacando como pólo de difusão de tecnologia de softwares, pela volta do algodão, dessa vez colorido, e pelo turismo de eventos, tendo como destaque o Maior São João do Mundo.

**Figura 00.** Mapa de regiões intermediárias e imediatas à Campina Grande.



### MAPA GERAL

#### CAMPINA GRANDE - REGIÕES INTERMEDIÁRIAS E IMEDIATAS

Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

Datum: SIRGAS 2000 / UTM 24S e 25S.

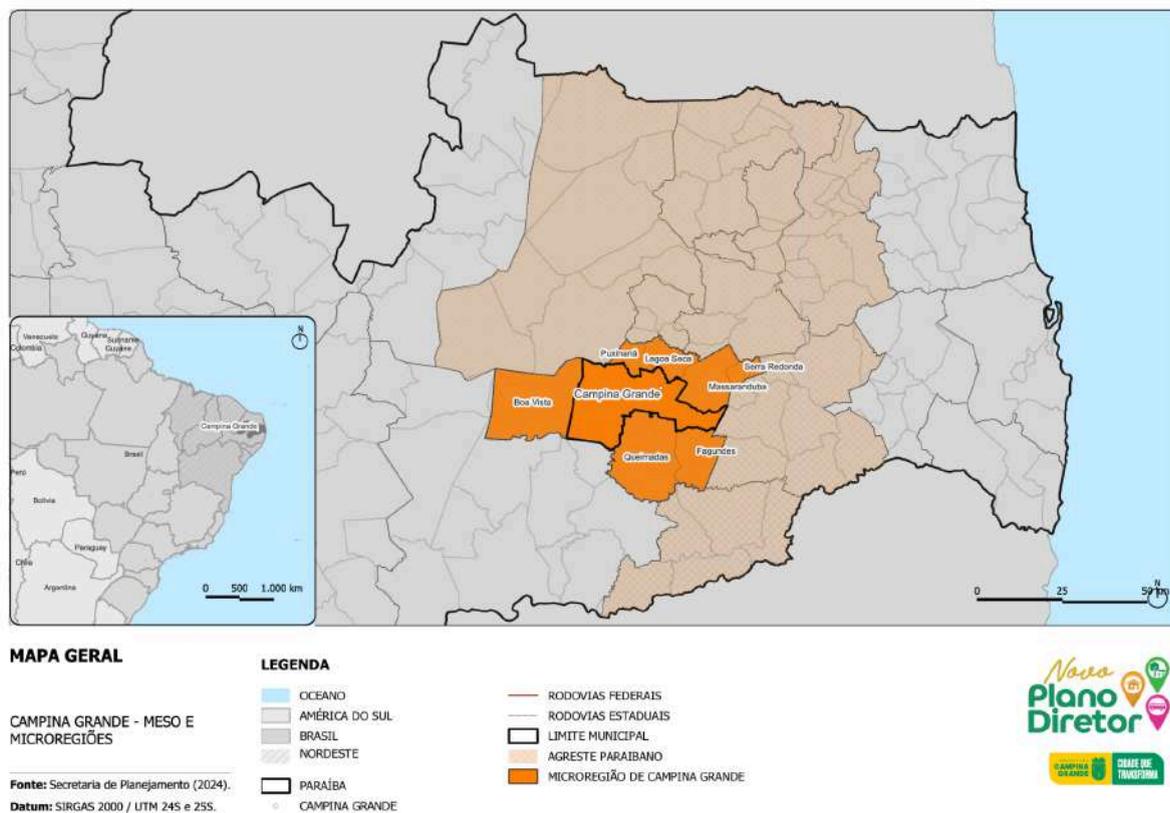
### LEGENDA

OCEANO	RODOVIAS FEDERAIS
AMÉRICA DO SUL	RODOVIAS ESTADUAIS
BRASIL	LIMITE MUNICIPAL
NORDESTE	REGIÕES INTERMEDIÁRIAS
PARAÍBA	REGIÕES IMEDIATAS
CAMPINA GRANDE	



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Mapa de meso e microrregiões.

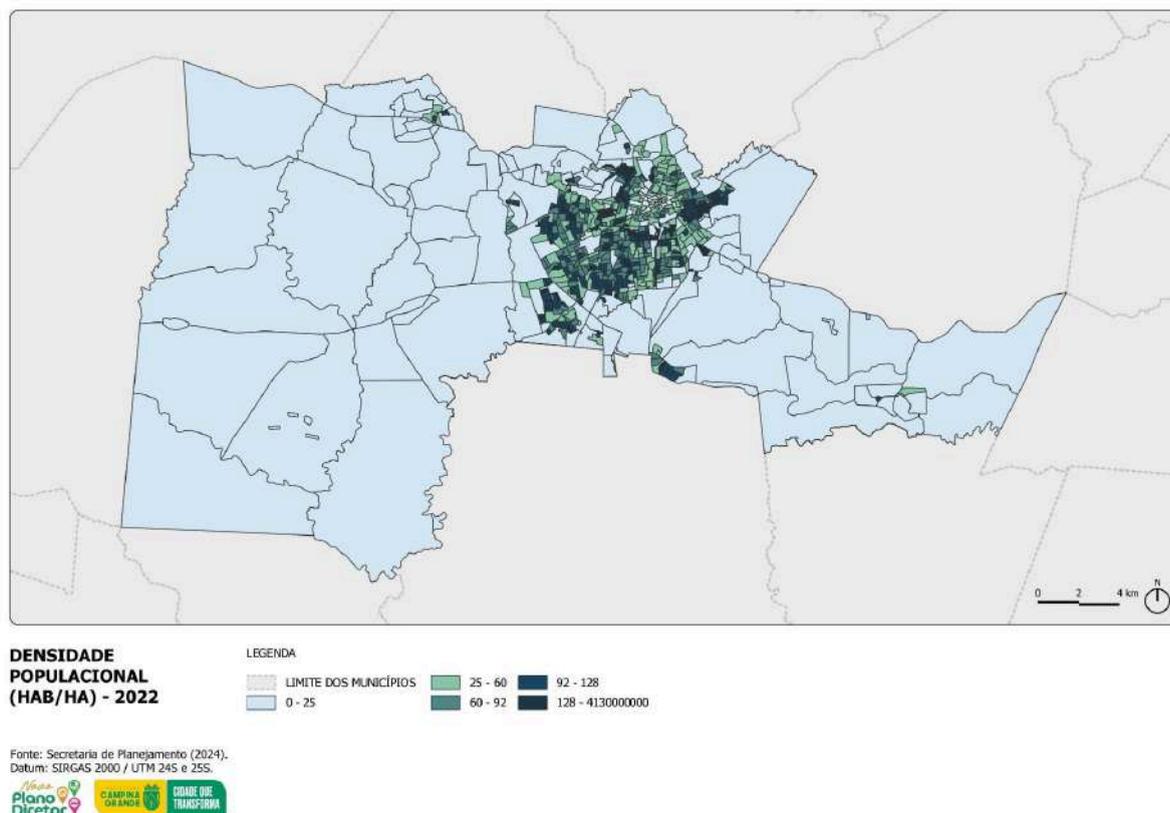


**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

## 2.1. DADOS CENSITÁRIOS

Segundo o Censo de 2022, realizado pelo IBGE, a população de Campina Grande é composta por 419.379 pessoas, dentre as quais 52,7% são mulheres e 47,3% são homens, aglomeradas numa área total de 591,658 km<sup>2</sup>, o que determina uma densidade demográfica de 708,82 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). Desse dado, destaca-se que Campina Grande verifica um crescimento populacional de 8%, tomando como base o censo de 2010, o qual demonstrou o número de 385.213 habitantes. Ressalta-se a majoritária característica urbana dessa população.

**Figura 00.** Densidade Populacional (HAB/HA) - (2022).



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

O mapa de densidade populacional por setor censitário permite analisar não apenas a quantidade de moradias por setor censitário, análise esta que é específica à quantidade de domicílios por setor censitário, mas, também, permite ter estimativas da composição dos núcleos familiares por domicílio. Ou seja, são residências que abrigam muitos habitantes.

Percebe-se que as zonas de maior densidade populacional coincidem com as zonas de renda mais baixa, sendo algumas delas classificadas como Zonas Especiais de Interesse Social, segundo a Lei nº 4.806 de 23 de setembro de 2009. Dentre essas zonas, cabe destaque o Pedregal, Monte Santo, Jeremias, José Pinheiro, Estação Velha, Vila Cabral, dentre outros.

Por outro lado, alguns setores censitários verticalizados também apresentam maior densidade populacional. Dentre esses, os principais bairros de verticalização na cidade são o Mirante, Alto Branco, Centro, Catolé, Prata e Bela

Vista. Entretanto, o acréscimo na densidade populacional, apesar dos grandes edifícios, ainda é inferior ao registrado nos assentamentos precários da cidade.

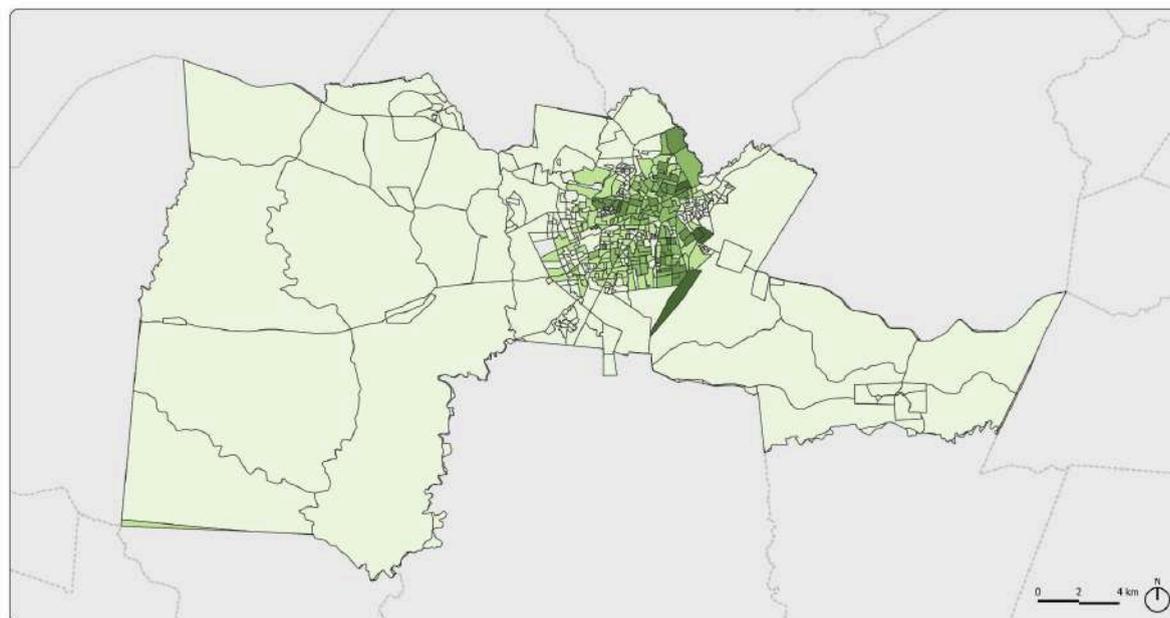
No que se refere a trabalho e renda, ainda de acordo com o IBGE, os trabalhadores formais de Campina Grande se sustentam com 2 salários mínimos, em média (dados de 2021). No entanto, existe um ramo de atividade informal que necessita um olhar mais agudo, que é a coleta de lixo para reciclagem.

Essa atividade acima descrita se caracteriza pelo aspecto familiar do trabalho, pois percebe-se a existência de crianças, muitas com menos de 3 anos, e adolescentes exercendo o trabalho em questão. Essa presença de menores nesse trabalho muitas vezes se justifica pela falta de alguma pessoa que possa cuidar daquela criança.

Os dados referentes à renda apontam que a população de alta renda se concentra nos bairros: Universitário, Bela Vista, Prata, Centro, Jardim Tavares, Alto Branco, Nações, Mirante, Catolé, Sandra Cavalcante e Itararé. Os demais bairros apresentam renda média ou baixa. A renda baixa, especificamente, concentra-se em ilhas nas quais são classificadas como aglomerados subnormais ou ZEIS, segundo a legislação municipal, a renda segue uma tendência de decréscimo conforme se aproxima das zonas periféricas e das bordas urbanas. Quanto à zona rural do município, majoritariamente é composta por famílias com baixa renda.

A espacialização dos valores de renda apontam que, embora Campina Grande esteja passando por um processo de fragmentação urbana a partir da construção de condomínios privados na borda urbana da cidade e a consolidação da população pobre em zonas mais centrais através de instrumentos disponíveis no Estatuto das Cidades, como as ZEIS, ainda é perceptível uma dinâmica de segregação centro-periferia, na qual o centro, detentor da maioria dos equipamentos, serviços e empregos, apresenta um alto custo da terra, o que o torna mais acessível para a parcela mais rica da população e estende-se aos bairros acima citados.

**Figura 00.** Renda por setor Censitário (R\$) - (2010).



**RENDA POR SETOR  
CENSITÁRIO (R\$) - 2010**

LEGENDA

LIMITE DOS MUNICÍPIOS	820 - 1562	2763 - 4742
0 - 820	1562 - 2763	4742 - 7839

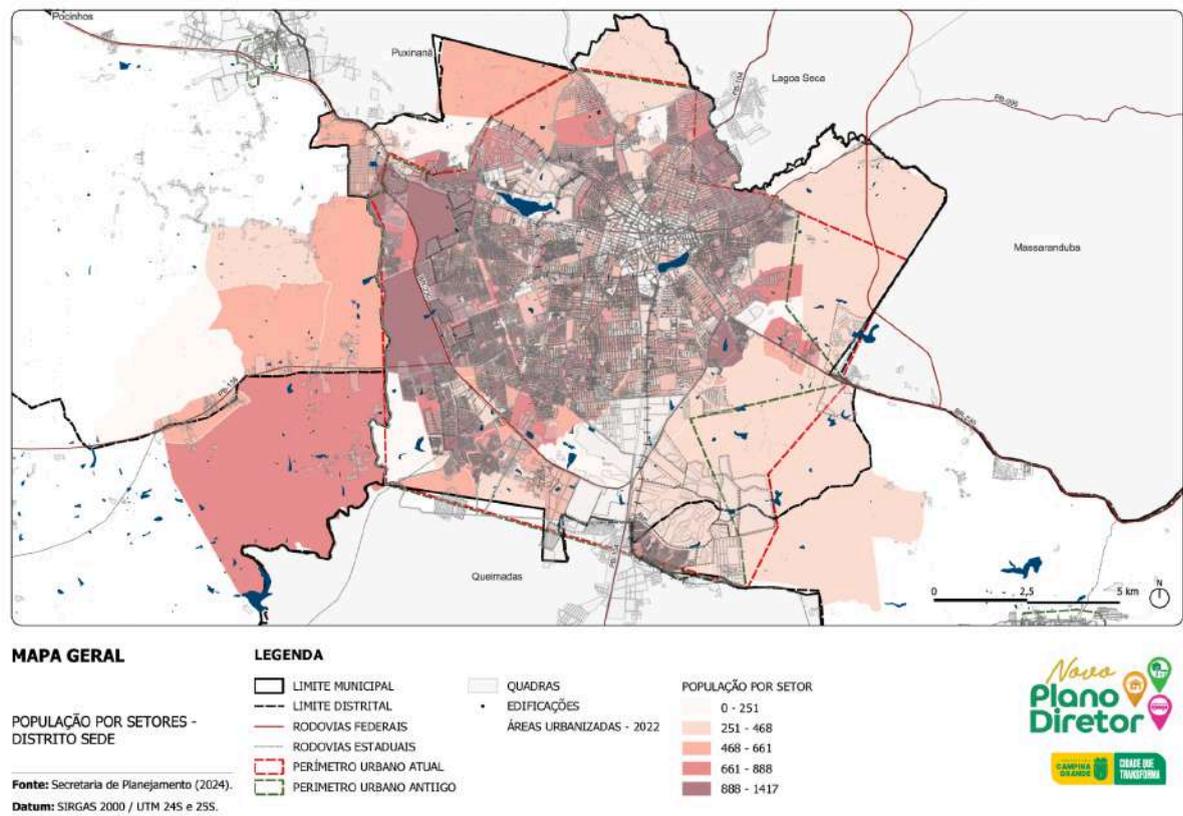
Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).  
Datum: SIRGAS 2000 / UTM 24S e 25S.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

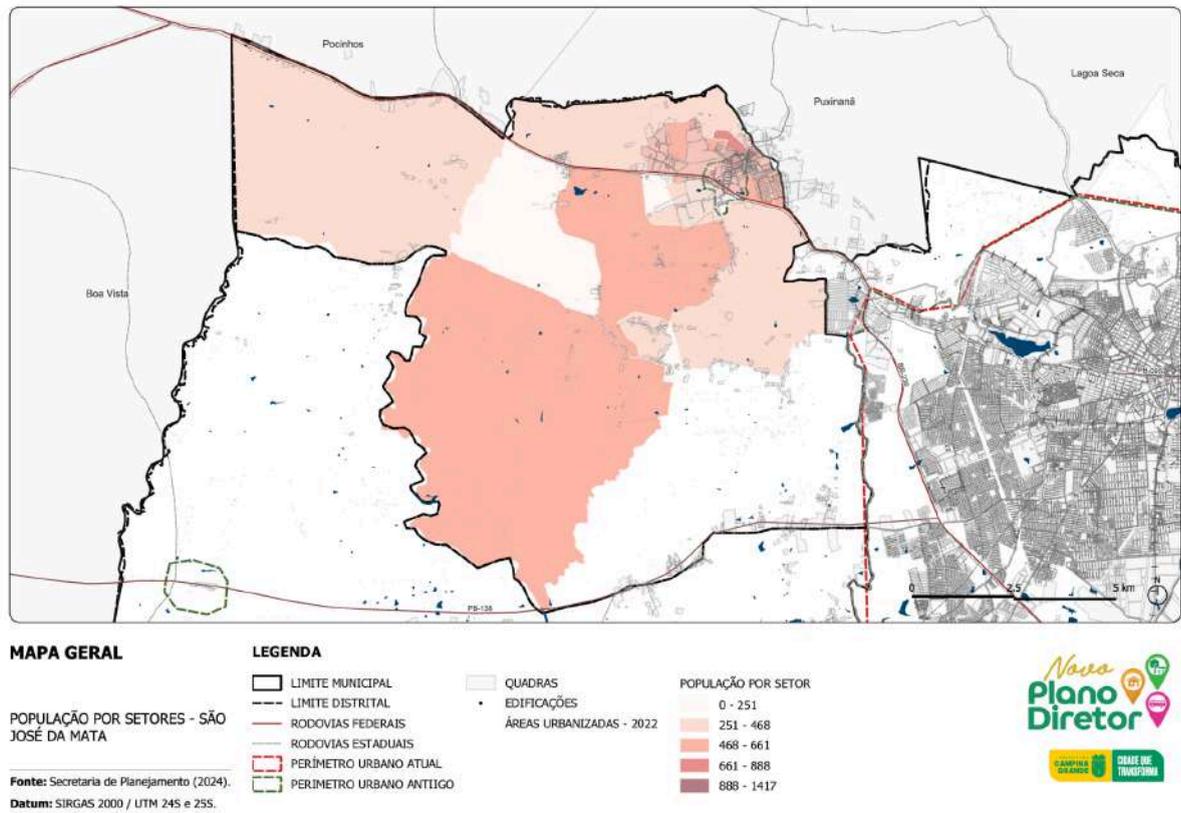
Concomitante a esse fenômeno, a população mais pobre concentra-se em zonas periféricas e enfrentam maior dificuldade na mobilidade para o acesso a serviços públicos. O que evidencia a centralização de serviços das mais variadas naturezas.

**Figura 00.** População por setores - Distrito Sede.



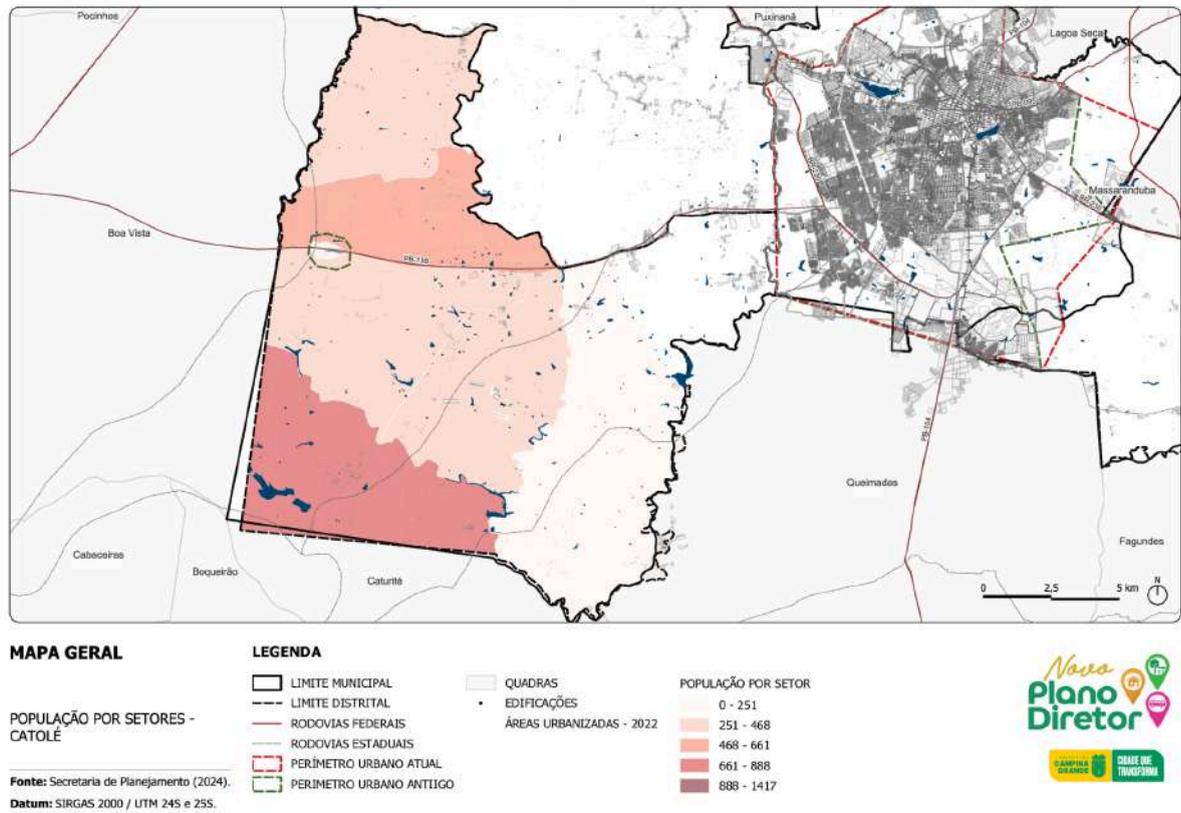
**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** População por setores - São José da Mata.



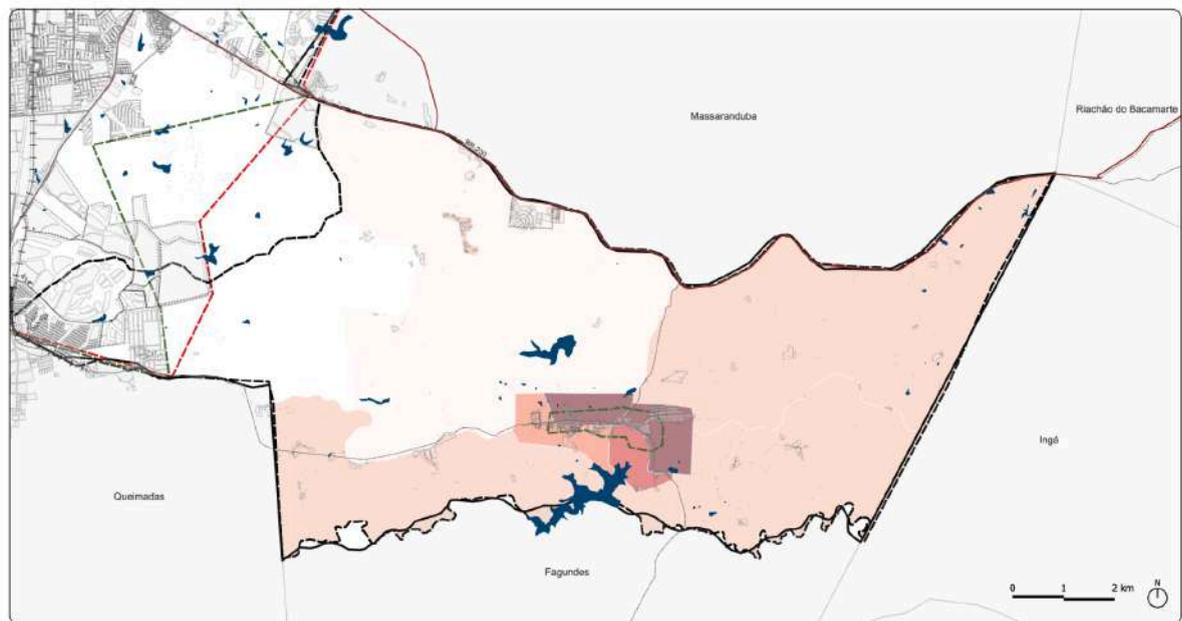
**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Figura 00. População por setores - Catolé.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

Figura 00. População por setores - Galante.



#### MAPA GERAL

#### POPULAÇÃO POR SETORES - GALANTE

Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).  
Datum: SIRGAS 2000 / UTM 24S e 25S.

#### LEGENDA

- LIMITE MUNICIPAL
- LIMITE DISTRITAL
- RODOVIAS FEDERAIS
- RODOVIAS ESTADUAIS
- PERÍMETRO URBANO ATUAL
- PERÍMETRO URBANO ANTIGO

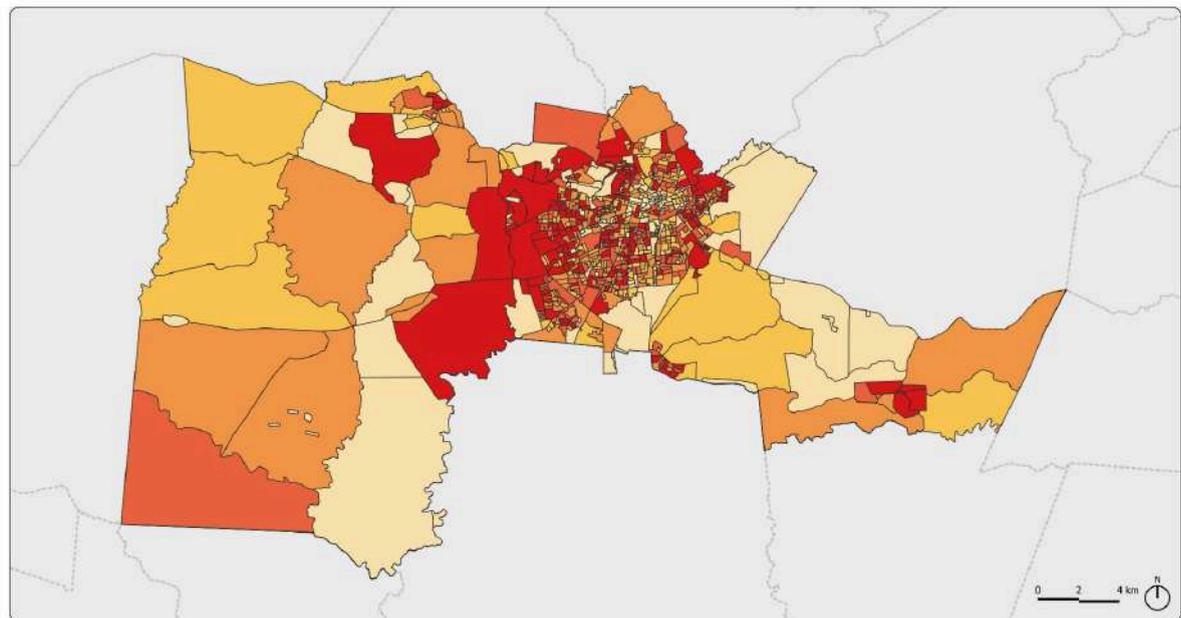
- QUADRAS
- EDIFICAÇÕES
- ÁREAS URBANIZADAS - 2022

- POPULAÇÃO POR SETOR
- 0 - 251
  - 251 - 468
  - 468 - 661
  - 661 - 888
  - 888 - 1417



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

Figura 00. Domicílios por setor Censitário - (2022).



**DOMICÍLIOS POR SETOR  
CENSITÁRIO - 2022**

LEGENDA

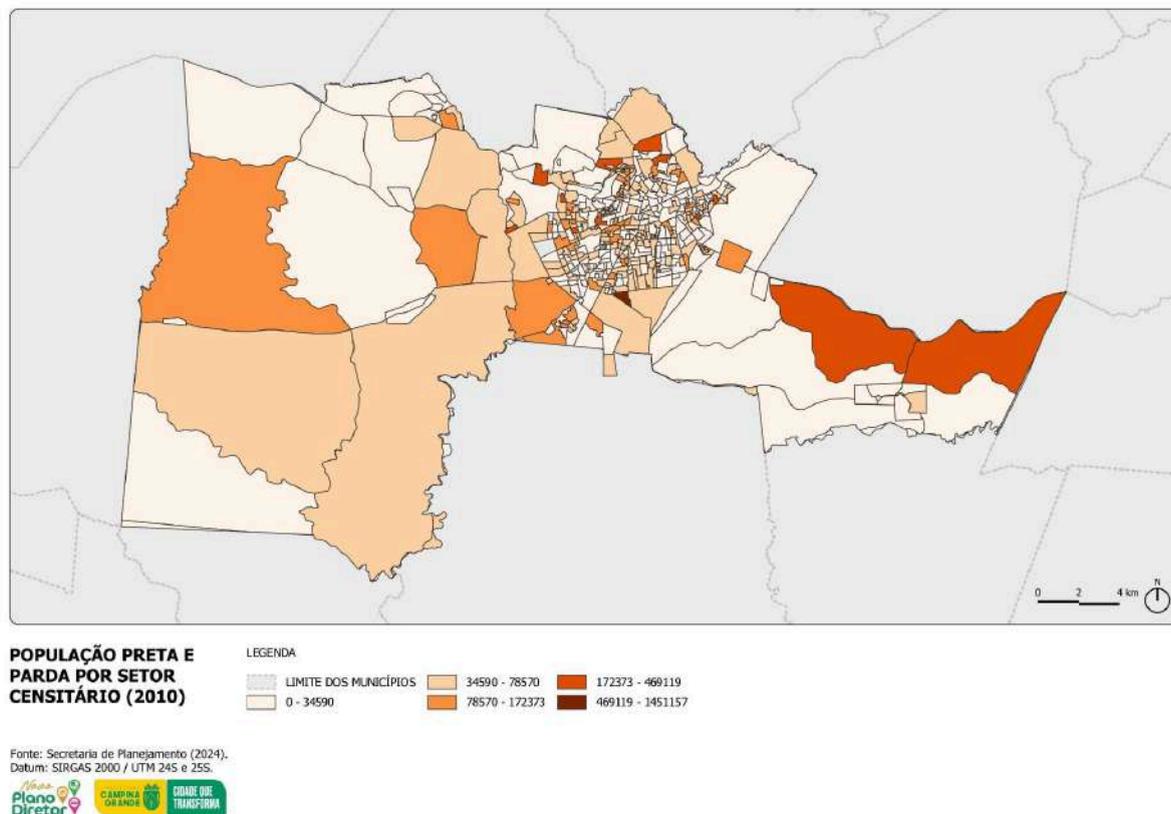
	LIMITE DOS MUNICÍPIOS		155 - 211		258 - 304
	0 - 155		211 - 258		304 - 743

Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).  
Datum: SIRGAS 2000 / UTM 245 e 255.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** População preta e parda por setor censitário (2010).

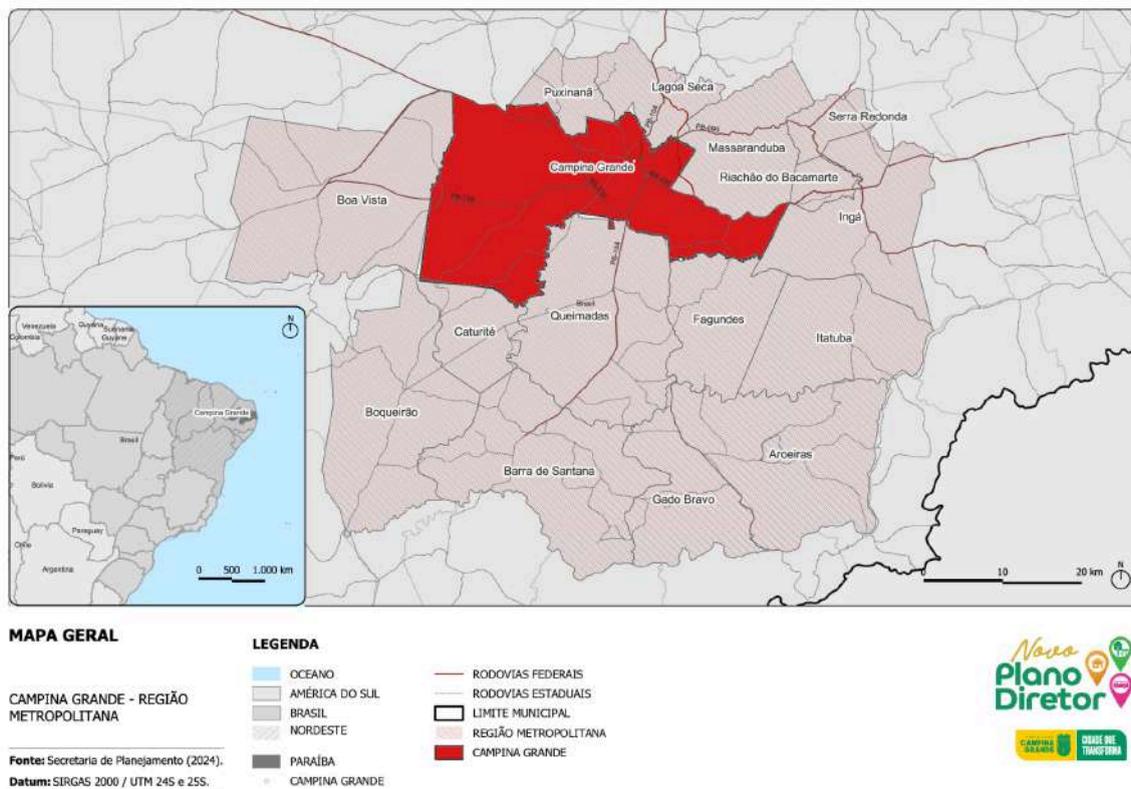


**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

## 2.2. REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINA GRANDE

Campina Grande é cidade-sede da Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), uma das 12 Regiões Metropolitanas da Paraíba. Uma região metropolitana trata-se de um recorte político-espacial complexo que envolve uma cidade central que polariza e dinamiza as demais cidades ao redor, influenciando-as econômica, social e politicamente. Dos 223 municípios paraibanos, 161 integram regiões metropolitanas, sendo 17 deles pertencentes a RMCG. São eles: Aroeiras, Barra de Santana, Boa Vista, Boqueirão, Campina Grande, Caturité, Fagundes, Gado Bravo, Itatuba, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Puxinanã, Queimadas, Serra Redonda, Ingá, Riachão do Bacamarte.

**Figura 00.** Região Metropolitana.

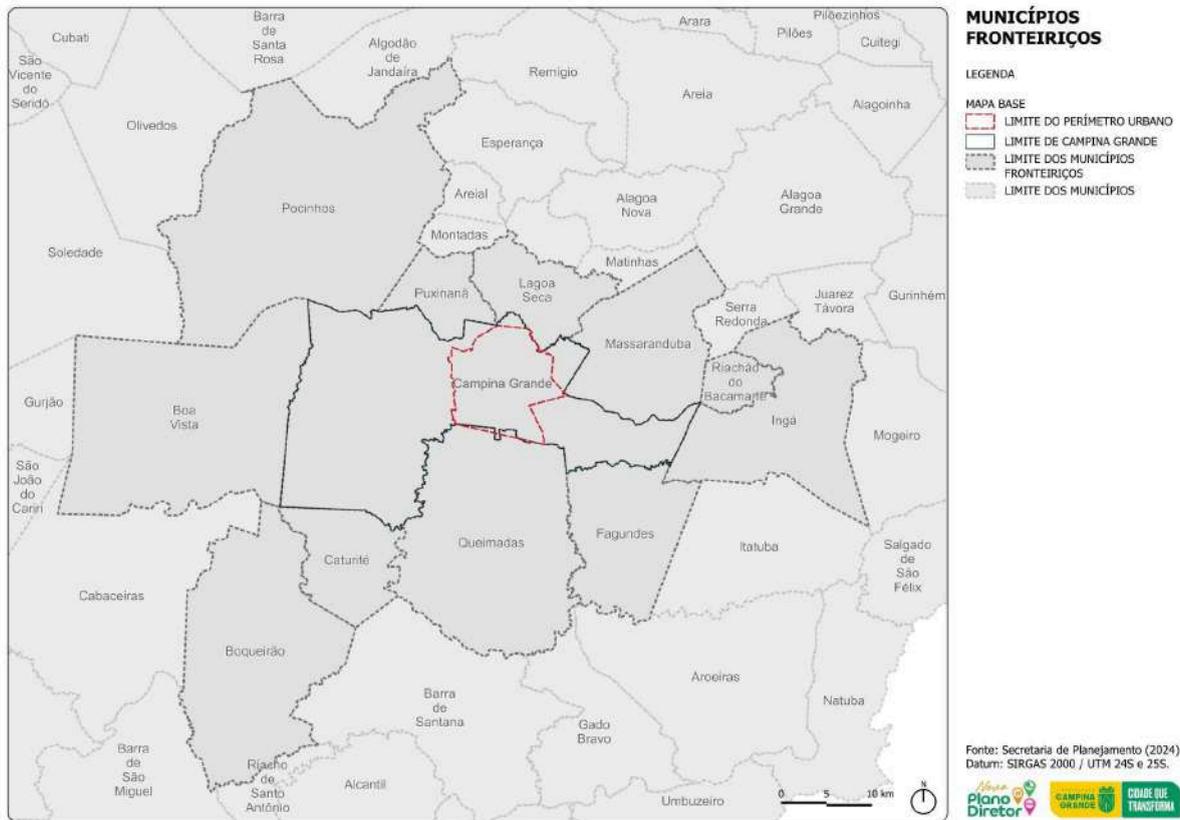


**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Quando criada pela lei complementar estadual nº 92 de 2009, a Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG) compreendia 23 municípios, contudo, após a Lei nº 106 de 2012 que cria a Região Metropolitana de Esperança (RME), os municípios de Esperança, Areial, Montadas, São Sebastião de Lagoa de Roça, Alagoa Nova e Pocinhos passaram a compor a Região Metropolitana de Esperança, e a Região Metropolitana de Campina Grande passou a ser composta apenas de 17 municípios.

Dentre as cidades que compõem a Região Metropolitana de Campina Grande, sete fazem divisa com a cidade-sede: Fagundes, Queimadas e Caturité ao sul, Boa Vista à oeste, Puxinanã, Lagoa Seca e Massaranduba ao norte. Apenas o município de Pocinhos faz divisa com a cidade e não faz parte de sua região metropolitana. Esses municípios têm uma relação direta com Campina Grande, muitos se caracterizando como cidades-dormitórios e com uma população que utiliza dos serviços e equipamentos públicos da cidade sede.

Figura 00. Mapa de municípios fronteiriços.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

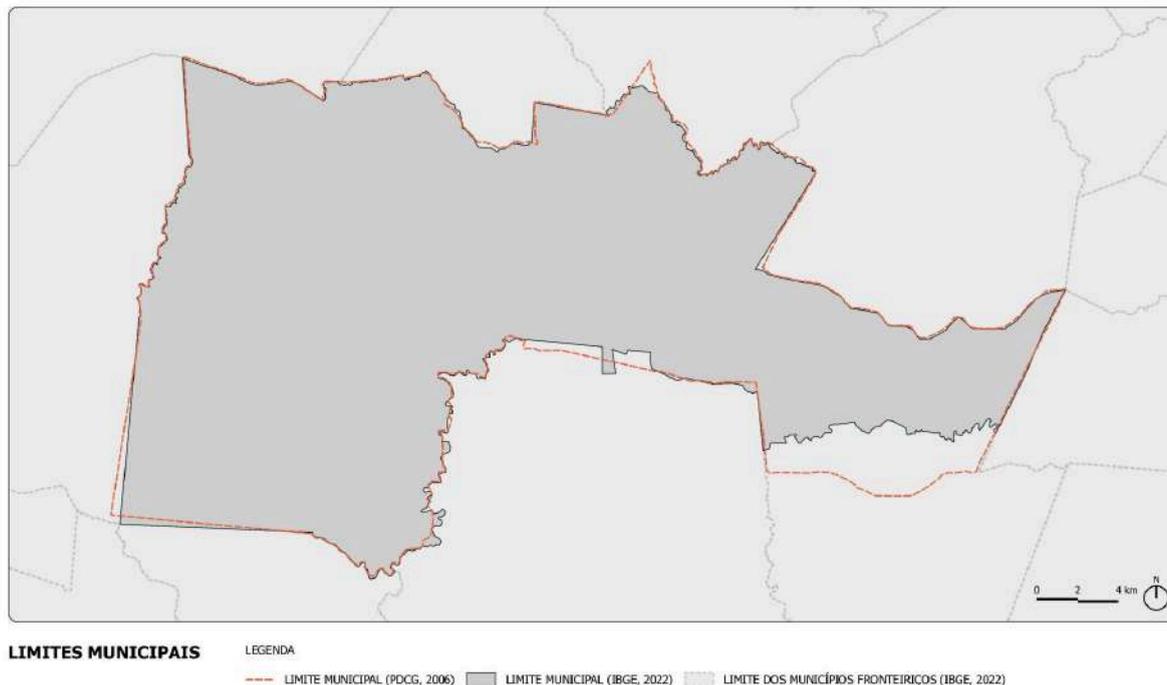
### 3. POLÍTICAS URBANAS

A Constituição de 1988, em seus artigos 182 e 183, incentivou a reformulação na regularização fundiária urbana, dando origem aos primeiros Planos Diretores Municipais nas cidades com população acima de 20 mil habitantes e, por conseguinte, o surgimento do Estatuto das Cidades, em 2001. Segundo Dantas, o Plano Diretor de Campina Grande (PDCG) de 1996 (Lei Municipal nº 3.235/1996) foi a primeira legislação urbanística de Campina Grande a mencionar as ZEIS que foram classificadas como porções do território municipal voltadas para provisão habitacional de interesse social, assegurando a cidadania e as funções sociais da cidade e da propriedade urbana (DANTAS, 2019).

O PDCG mais recente data do ano de 2006, e se encontra desatualizado em relação ao contexto atual do município. Para a leitura territorial atual, portanto, foi feito uma sobreposição dos mapas presentes no Plano Diretor de 2006 a fim de torná-los georreferenciados e permitir análises mais próximas da realidade. Os mapeamentos apresentados pelo PDCG de 2006 se resumem a apenas 4. São eles: (1) Mapa de Macrozoneamento; (2) Mapa de Zoneamento Distrital; (3) Mapa de Zoneamento; e (4) Mapa de Zonas Especiais. Esses mapas contêm determinadas informações que, devido ao intervalo de tempo desde a confecção, já se encontram desatualizadas, a exemplo do Limite Municipal.

De acordo com o mapa, pelo menos até 2006 o limite de Campina Grande apresentava uma geometria pontiaguda ao norte, uma espécie de bolsão ao sul do Distrito de Galante e um limite reto e ininterrupto no sul da Macrozona Urbana. No entanto, o limite municipal passou por uma série de modificações, sobretudo nos anos de 2014 e 2018, através da lei nº 4.088 de 02 de junho de 2014 e da lei nº 4.373 de 12 de setembro de 2018, respectivamente, recebendo acréscimos e sofrendo diminuições. O mapa evidencia a diferença entre o limite de 2006 e o atual.

**Figura 00.** Limites Municipais.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).  
Datum: SIRGAS 2000 / UTM 24S e 25S.

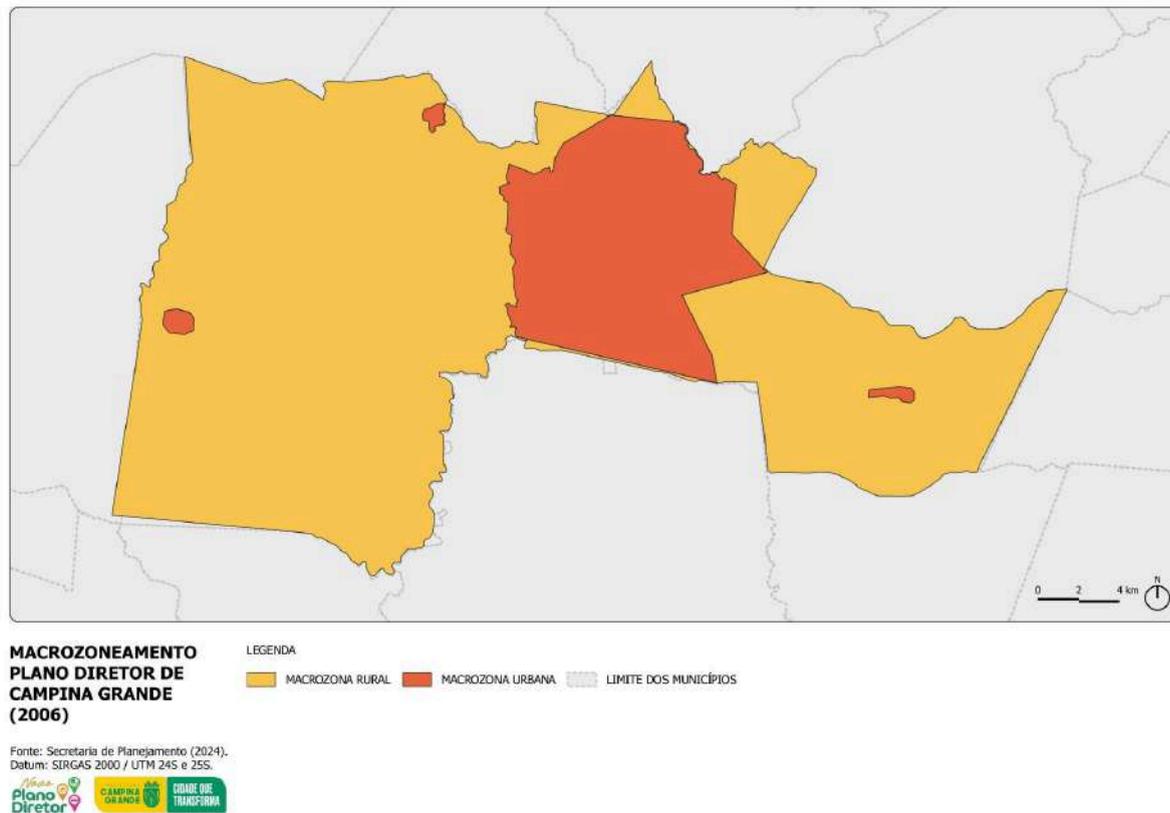


**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

A partir da sobreposição do limite municipal de 2006 e do limite municipal de 2018 (Figura 0), é possível identificar que o limite urbano definido em 2006 atualmente extrapola o limite do município ao sul. Esse excedente ocorre justamente em virtude das mudanças que ocorreram no limite de Campina Grande, e ao fato do perímetro urbano não ter acompanhado essas mudanças. É preciso, portanto, retificar o perímetro urbano para que entre em conformidade com o limite municipal.

Com vistas no ordenamento do município, o Plano Diretor de 2006 dividiu o território de Campina Grande em duas macrozonas: (1) Urbana e (2) Rural (Figura 0). Esse mapeamento considerou como Macrozona Urbana o Distrito Sede e as aglomerações urbanas dos Distritos Galante, Catolé de Boa Vista e São José da Mata, ao passo que o território restante foi considerado Macrozona Rural.

**Figura 00.** Macrozoneamento Plano Diretor de Campina Grande (2006).



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

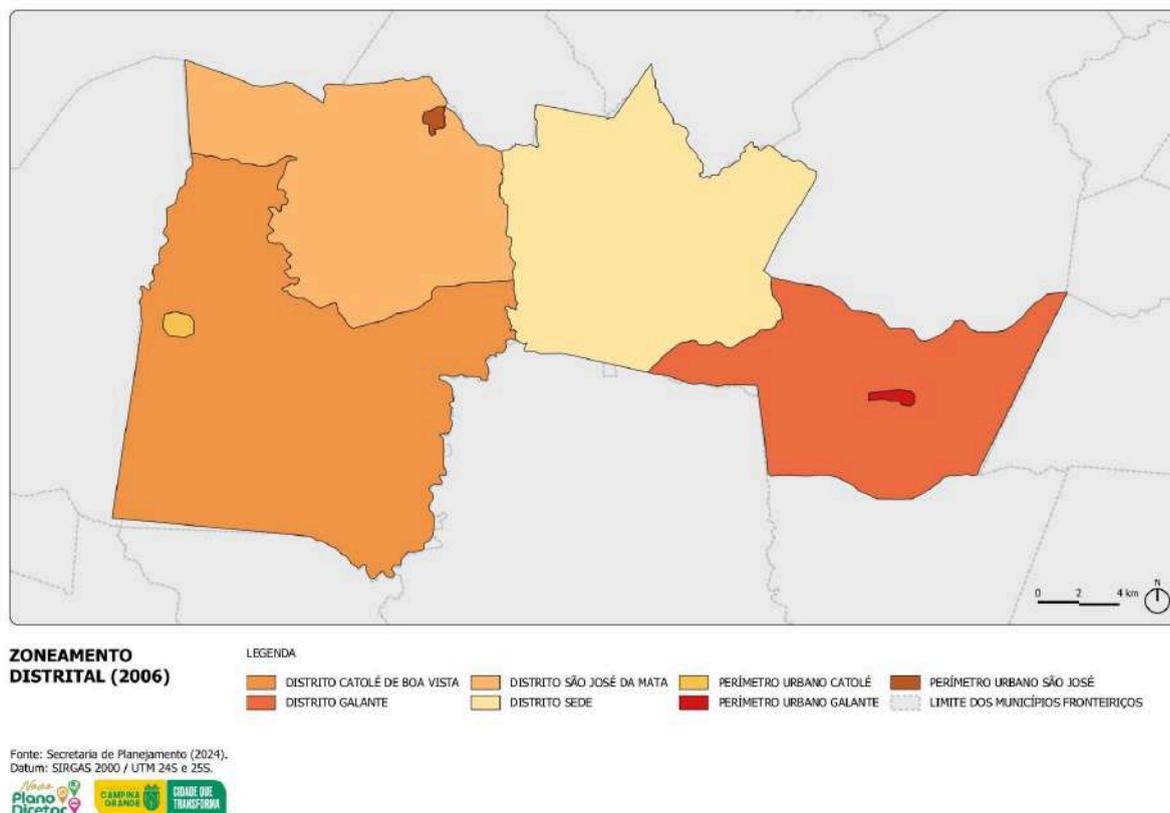
Acerca dessas macrozonas, o Plano Diretor define no art. 12 que:

I – a Macrozona Urbana, correspondente à porção do território delimitada na Lei nº 3.968, de 28 de novembro de 2001, ou lei posterior, e às sedes dos Distritos localizados na Macrozona Rural, conforme perímetros a serem definidos em lei;

II – a Macrozona Rural, correspondente à porção do território externa ao perímetro definido na Lei mencionada no inciso I deste artigo. (CAMPINA GRANDE, 2006, p. 7)

Em outra nota, o município está dividido em quatro distritos: Distrito Sede, Galante, São José da Mata e Catolé. Seus limites são identificados pelo Plano Diretor de 2006 (Figura 0), e, apesar de todos eles terem as Zonas Urbana e Rural determinadas no PDCG de 2006, apenas o Distrito Sede tem sua Zona Urbana delimitada na lei.

**Figura 00.** Zoneamento Distrital (2006).



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Quanto ao zoneamento das áreas urbanas do município, foram estabelecidas quatro Zonas: (1) Zonas de Expansão Urbana; (2) Zona de Ocupação Dirigida; (3) Zona de Qualificação Urbana; e (4) Zona de Recuperação Urbana (Figura 0). O Plano Diretor de 2006 de Campina Grande define as Zonas na subseção I, intitulada “Da Zona de Qualificação Urbana”, do Capítulo I “Do Macrozoneamento”, do qual se destacam os seguintes artigos:

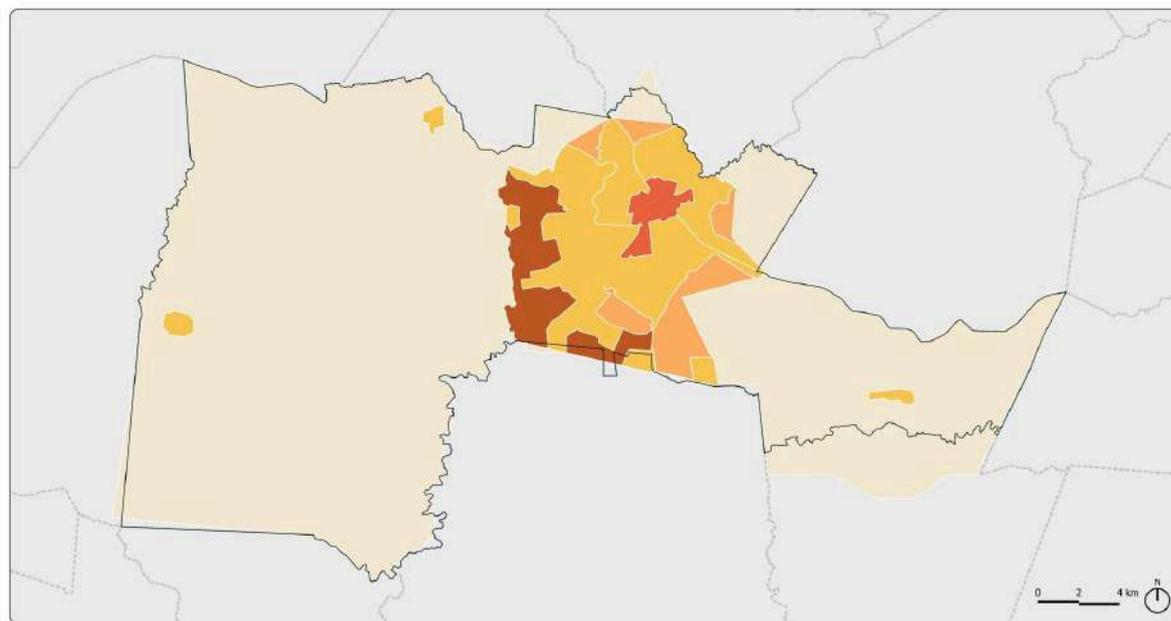
**Tabela 09.** Artigos destacados do capítulo sobre macrozoneamento do Plano Diretor de 2006 de Campina Grande.

Artigo	Descrição
Art. 14	A Zona de Qualificação Urbana caracteriza-se por usos múltiplos, sendo possível a intensificação do uso e ocupação do solo, em virtude de as condições físicas serem propícias e da existência de infra-estrutura urbana consolidada.
Art. 15	São objetivos da Zona de Qualificação Urbana: I – ordenar o adensamento construtivo, permitindo o adensamento populacional onde este ainda for possível, como forma de

	aproveitar a infra-estrutura disponível; II – evitar a saturação do sistema viário; III – ampliar a disponibilidade de equipamentos públicos, os espaços verdes e de lazer.
Art. 16	A Zona de Ocupação Dirigida é aquela onde o uso e a ocupação do solo sofrem restrições à intensificação, por inexistirem condições físicas favoráveis, equipamentos urbanos ou infra-estrutura urbana instalada, sendo passível de parcelamento de baixa densidade ocupacional.
Art. 17	São objetivos da Zona de Ocupação Dirigida: I – manter os níveis atuais de baixa densidade na ocupação do solo; II – promover a manutenção da qualidade ambiental; III – qualificar paisagística e urbanisticamente os assentamentos existentes; IV – permitir as condições favoráveis de ocupação dos equipamentos urbanos.
Art. 18	A Zona de Recuperação Urbana caracteriza-se pelo uso predominantemente residencial, com carência de infra-estrutura e equipamentos públicos e incidência de loteamentos irregulares e núcleos habitacionais de baixa renda.
Art. 19	São objetivos da Zona de Recuperação Urbana: I – complementar a infra-estrutura básica; II – implantar equipamentos públicos, espaços verdes e de lazer; III – promover a urbanização e a regularização fundiária dos núcleos habitacionais de baixa renda; IV – incentivar a construção de novas habitações de interesse social; V – conter a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis.
Art. 20	A Zona de Expansão Urbana é aquela onde o uso e a ocupação do solo destinam-se ao crescimento da cidade. Parágrafo único. Quando a Zona de Expansão Urbana já estiver em processo de ocupação terá prioridade na instalação de infra-estrutura urbana necessária à sua viabilização.

**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2006) p. 6-7.

**Figura 00.** Zoneamento (2006).



**ZONEAMENTO (2006)**

LEGENDA

	LIMITE DE CAMPINA GRANDE (IBGE, 2022)		ZONA DE OCUPAÇÃO DIRIGIDA		ZONA DE RECUPERAÇÃO URBANA		LIMITE DOS MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS (IBGE, 2022)
	ZONA DE EXPANSÃO URBANA		ZONA DE QUALIFICAÇÃO URBANA		DEMAIS ÁREAS		

Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).  
Datum: SIRGAS 2000 / UTM 24S e 25S.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

O mapa de Zoneamento apresentado pelo Plano Diretor de 2006 não permite uma identificação exata dos limites das zonas estabelecidas, no entanto, as diretrizes e ações estabelecidas para o Zoneamento da área urbana do município são coerentes quanto à intenção da orientação para cada Zona. O espaço temporal de cerca de 15 anos, porém, aponta que as áreas zoneadas não mais refletem a realidade campinense atualmente. Lista-se abaixo algumas das irregularidades encontradas atualmente:

**(i)** Bairros como Mirante, Catolé, Sandra Cavalcante, Alto Branco e Jardim Tavares, pela boa rede de infraestrutura e pela grande quantidade de vazios urbanos, possui uma alta capacidade de adensamento para a qualificação urbana. Ao passo que áreas como o bairro Liberdade, que apresenta uma infraestrutura menos qualificada e com uma tipologia habitacional mais densa, encontra-se como uma área de estímulo ao adensamento. Diante disso, a Zona

de Recuperação Urbana se encontra superdimensionada em relação à Zona de Qualificação Urbana;

**(ii)** O superdimensionamento da Zona de Recuperação Urbana é tal que, bairros com situações socioeconômicas e espaciais muito distintas, a exemplo da ZEIS Pedregal e o Catolé, encontram-se na mesma zona;

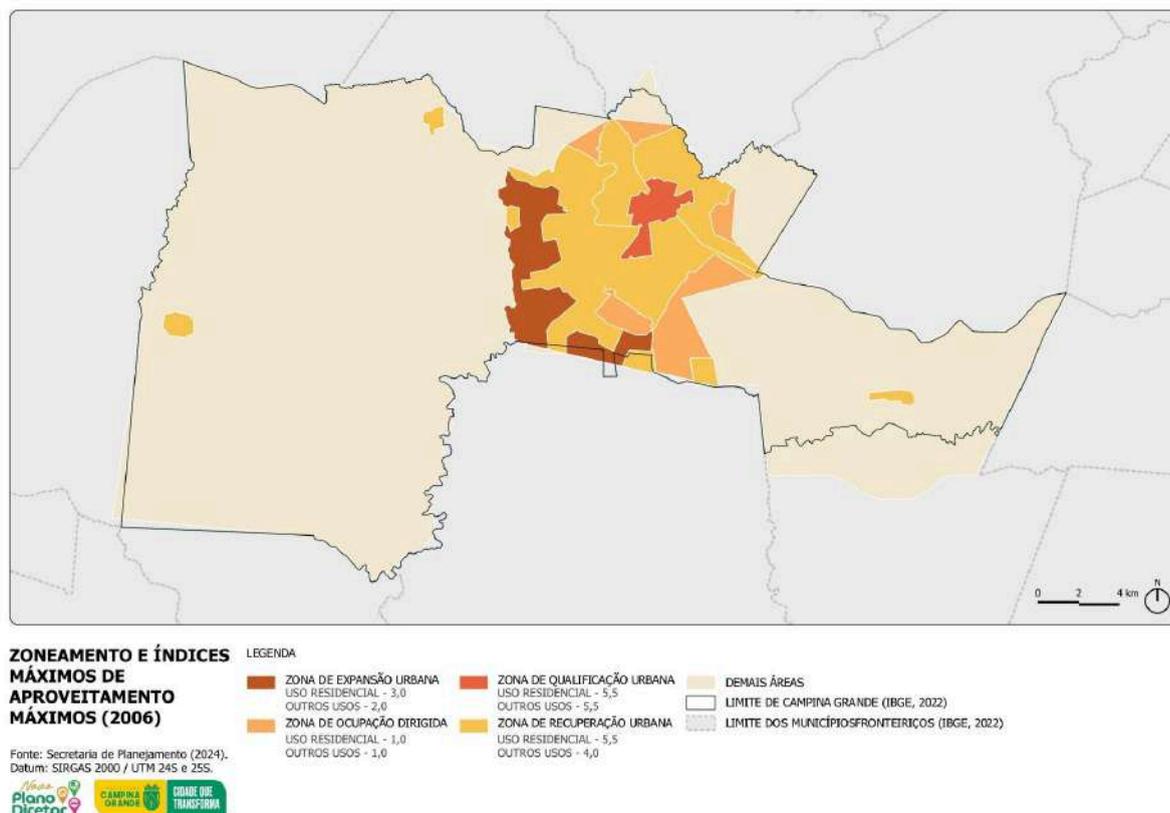
**(iii)** A Zona de Expansão Urbana precisa ser redesenhada, visto que muitos dos espaços vazios foram loteados no intervalo de tempo entre 2006-2021, o redesenho georreferenciado é relevante para se compreender o quanto resta dessa área para expansão e que ainda resta áreas na zona de expansão para ocupação;

**(iv)** A Lei não deixa claro quais foram os critérios adotados para a delimitação das áreas englobadas na Zona de Ocupação Dirigida. Nota-se que, para a plena compreensão dessa Zona, seria necessário fazer uma subdivisão da classificação, visto que a ocupação dirigida pode ter diferentes causas, a exemplo de questões topográficas e questões normativas federais, como é o caso da área que compreende o aeroporto;

**(v)** Apesar das condições físicas serem propícias e de existir infra-estrutura urbana consolidada, a Zona de Qualificação Urbana ainda apresenta um alto índice de vazios urbanos.

Esses questionamentos revelam a inconsistência do mapeamento de 2006 quando comparado com sua aplicação à cidade no contexto atual, o que aumenta a relevância da revisão do Plano Diretor. Cabe ainda, dentro do contexto do Zoneamento do município, mencionar os índices urbanísticos para cada Zona estabelecidos pelo Código de Obras de 2013 (figuras X e X).

**Figura 00.** Zoneamento e índices máximos de aproveitamento máximos (2006).



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Necessário enfatizar que os instrumentos atualmente indicados no Plano de 2006 não são relacionados às zonas, abrindo espaço para interpretações errôneas e/ou dificultando a regulamentação e aplicação dos mesmos. Deve ser considerado como prioritário nessa revisão rever as delimitações das zonas, seus índices e parâmetros e quais instrumentos pertinentes atuarão junto a esses limites, evitando interpretações equivocadas da atuação de cada instrumento e tornando a aplicação e fiscalização mais eficientes.

**Tabela 09.** Índices máximos de aproveitamento e taxas máximas de ocupação.

	<b>Tipo de uso</b>	<b>Zona de Expansão Urbana</b>	<b>Zona de Qualificação Urbana</b>	<b>Zona de Ocupação Dirigida</b>	<b>Zona de Recuperação Urbana</b>	<b>Zona Especial de Preservação</b>
<b>Taxa de ocupação máxima</b>	Residencial	60%	60%	60%	60%	60%
	Outros usos	75%	75%	70%	75%	80%

<b>Índice de aproveitamento máximo</b>	Residencial	3,0	5,5	1,0	5,5	2,0
	Outros usos	2,0	5,5	1,0	4,0	3,0

**Fonte:** Código de Obras de Campina Grande (2013), editado pelo autor.

**Tabela 09.** Parâmetros gerais de aproveitamento.

<b>Índice de aproveitamento</b>	<b>Tipo de uso</b>	<b>Zona de Expansão Urbana</b>	<b>Zona de Qualificação Urbana</b>	<b>Zona de Ocupação Dirigida</b>	<b>Zona de Recuperação Urbana</b>
Mínimo	Residencial	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
	Outros usos	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
Básico	Residencial	1,0	1,0	1,0	1,0
	Outros usos	1,0	1,0	1,0	1,0
Máximo	Residencial	3,0	5,5	1,0	5,5
	Outros usos	2,0	5,5	1,0	4,0

**Fonte:** Código de Obras de Campina Grande (2013), editado pelo autor.

Uma crítica pertinente a essa distribuição é a utilização de um mesmo índice básico para toda a cidade, o que ignora os padrões de ocupação e disponibilidade de serviços díspares que ocorrem ao longo da malha urbana, além de prejudicar a atuação de instrumentos como o TDC. Valeria a pena adotar uma graduação entre os índices básicos entre as diferentes zonas considerando suas características particulares. Além disso, quando se compara esses índices ao mapeamento dessas zonas, nota-se que também não há uma gradação lógica entre os índices máximos, existindo problemáticas como por exemplo, na Zona de Expansão Urbana que não possui infraestruturas para adensamento, mas permite um índice máximo de 3,0 (uso residencial), que é muito superior ao índice da zona anterior e mais interna, de Ocupação Dirigida, que possui características similares e tem índice máximo de 1,0. Ainda sobre os índices máximos, o mesmo só é necessário em zonas onde se aplica a Outorga Onerosa, que deve ser auto-aplicável a partir da aprovação da lei. Uma terceira questão é a inexistência de Índices Mínimos enquanto se é apontado o uso de PEUC (com a mesma problemática apontada anteriormente sobre a não

delimitação de atuação do instrumento). Para a atuação desse instrumento é necessário que haja um índice mínimo, pois é exatamente este que o instrumento utilizará para identificar quais lotes são subutilizados; logo todas as zonas nas quais será aplicada a PEUC devem possuir índices mínimos.

**Tabela 09.** Parâmetros mínimos de ocupação.

	<b>Tipo de uso</b>	<b>Zona de Expansão Urbana</b>	<b>Zona de Qualificação Urbana</b>	<b>Zona de Ocupação Dirigida</b>	<b>Zona de Recuperação Urbana</b>
<b>Taxa de Ocupação Mínima</b>	Residencial	60%	60%	60%	60%
	Outros usos	75%	75%	70%	75%

**Fonte:** Código de Obras de Campina Grande (2013), editado pelo autor.

Mais uma vez não há graduação entre essas taxas, que deveria respeitar a necessidade de drenagem urbana, a eficiência do sistema existente, em que áreas ocorrem alagamentos com frequência, e como essa drenagem dispersa poderia atuar nessa problemática. Dessa forma, é necessário que haja uma graduação que condiga com essas características.

**Tabela 09.** Parâmetros mínimos de ocupação.

	<b>Tipo de uso</b>	<b>Zona de Expansão Urbana</b>	<b>Zona de Qualificação Urbana</b>	<b>Zona de Ocupação Dirigida</b>	<b>Zona de Recuperação Urbana</b>
<b>Taxa de Ocupação Mínima</b>	Residencial	20%	20%	20%	20%
	Outros usos	20%	20%	20%	20%

**Fonte:** Código de Obras de Campina Grande (2013), editado pelo autor.

Seria necessário especificar se essa taxa diz respeito ao solo natural ou a qualquer tipo de permeabilidade, ou no mínimo qual índice de permeabilidade mínimo poderia ser associado a essa taxa. Também seria ideal adotar taxas diferentes para cada zona, se aproximando das características pertinentes.

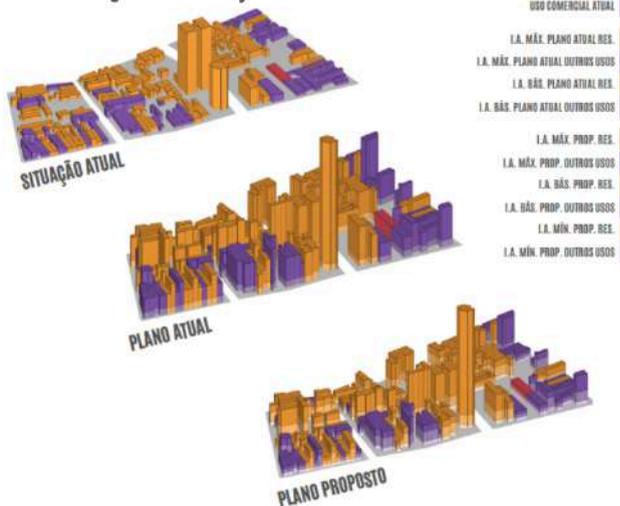
### PARÂMETROS DO PLANO ATUAL

ZONA	I.A			T.O	T.P
	USOS	BÁSICO	MÁXIMO		
Q.U	RESIDENCIAL	1,0	5,5	60%	20%
	MISTO		5,5		
	OUTROS USOS		5,5		

### PARÂMETROS DO PLANO PROPOSTO

ZONA	I.A				T.O	T.P
	USOS	MÍN.	BÁS.	MÁX.		
Q.U	RESIDENCIAL	0,6	2,0	4,0	60%	30%
	MISTO			3,0		
	OUTROS USOS			3,0		

### ZONA DE QUALIFICAÇÃO URBANA



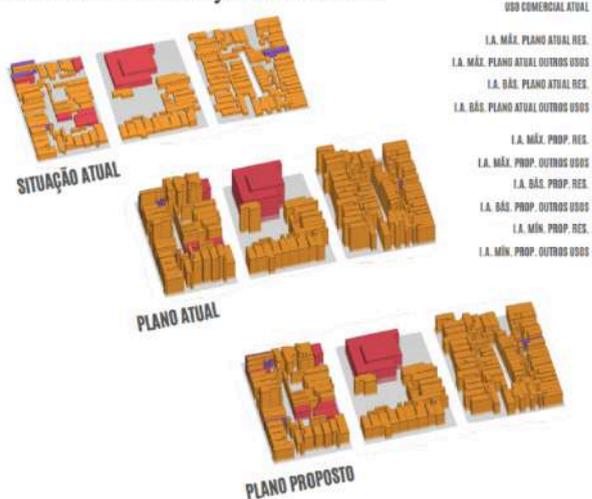
### PARÂMETROS DO PLANO ATUAL

ZONA	I.A			T.O	T.P
	USOS	BÁSICO	MÁXIMO		
Q.U	RESIDENCIAL	1,0	5,5	60%	20%
	MISTO		4,0		
	OUTROS USOS		4,0		

### PARÂMETROS DO PLANO PROPOSTO

ZONA	I.A				T.O	T.P
	USOS	MÍN.	BÁS.	MÁX.		
Q.U	RESIDENCIAL	0,6	1,0	3,0	60%	30%
	MISTO			3,0		
	OUTROS USOS			3,0		

### ZONA DE RECUPERAÇÃO URBANA



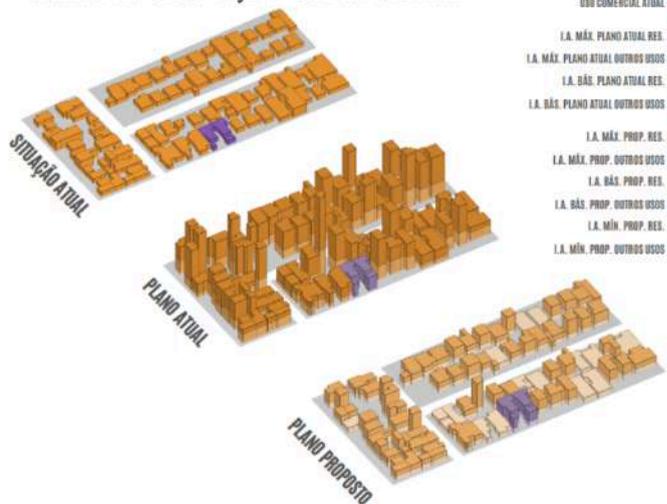
### PARÂMETROS DO PLANO ATUAL

ZONA	I.A			T.O	T.P
	USOS	BÁSICO	MÁXIMO		
Q.U	RESIDENCIAL	1,0	3,0	60%	20%
	MISTO		2,0		
	OUTROS USOS		2,0		

### PARÂMETROS DO PLANO PROPOSTO

ZONA	I.A				T.O	T.P
	USOS	MÍN.	BÁS.	MÁX.		
Q.U	RESIDENCIAL	0,6	1,0	-	50%	30%
	MISTO		2,0	-		
	OUTROS USOS		2,0	-		

### ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA



Simulação de parâmetros urbanísticos feitos por Oliveira Neto, Santos, Oliveira, Gomes e Freitas (2022) na disciplina de Estudos Urbanos e Regionais IV na Universidade Federal de Campina Grande.

É importante analisar as áreas que se pode verticalizar, sem sobrecarregar a boa infraestrutura existente, como no caso da Zona de Qualificação Urbana. Poderia considerar a criação de parâmetros mínimos, dada essa infraestrutura e assim, favorecer o estímulo ao crescimento.

Para a Zona de Recuperação Urbana, considerando as infraestruturas existentes, valeria adotar um índice básico diferente das demais. Favorecendo assim, o crescimento sem ser de forma exagerada.

No caso dos alunos, consideraram apenas a Zona de Ocupação Controlada, nesse caso, importante ver como os parâmetros atuais estão muito altos para uma região que não detém tantas infraestruturas, ou seja, seria interessante diminuir os índices utilizados, a fim de controlar o crescimento nessas áreas.

Diante das discussões levantadas quanto a discrepância entre as Zonas mapeadas no Plano Diretor de 2006, cabem os seguintes questionamentos e críticas:

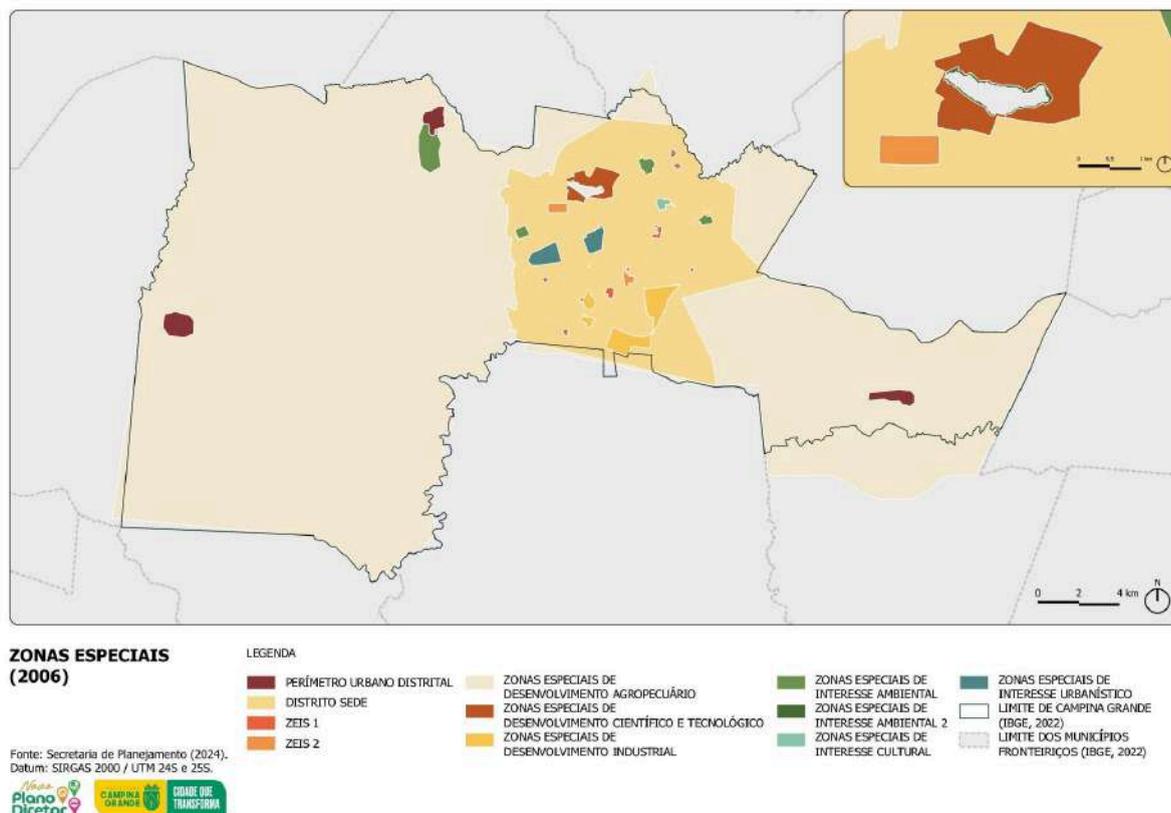
**(i)** Se a Zona de Qualificação Urbana e a Zona de Recuperação Urbana apresentam tantas diferenças do ponto de vista de infraestrutura urbana, por que ambas apresentam o mesmo índice de aproveitamento (5,5)? Por sinal, esse é um valor considerado extremamente elevado, uma vez que existem instrumentos urbanísticos, como a Outorga Onerosa do Direito de Construir, que podem elevar ainda mais esse coeficiente. Nessa transação, quando o coeficiente já é muito alto, o município perde a oportunidade de arrecadar sobre grandes empreendimentos verticais, valor esse que poderia ser revertido para a produção urbana;

**(ii)** Se a Zona de Ocupação Dirigida possui como diretriz “manter os níveis atuais de baixa densidade na ocupação do solo” (CAMPINA GRANDE, 2006, p. 6), por

que apresenta a mesma taxa de ocupação em relação às outras zonas da cidade?

Sobre o zoneamento da cidade, o Plano Diretor de 2006 expressa ainda, no Capítulo II, denominado “Das Zonas Especiais”, as Zonas de Interesse Especial da cidade. De acordo com o art. 34 “As Zonas Especiais são áreas do Município que, por suas características especiais, possuem destinação específica e/ou exigem tratamento diferenciado na definição dos padrões de urbanização, parcelamento da terra e uso e ocupação do solo” (2006, p. 10). Segundo o art. 35, o mapeamento compreende as seguintes Zonas: (1) Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS; (2) Zonas Especiais de Preservação – ZEP; (3) Zonas Especiais de Interesse Urbanístico – ZEIU; (4) Zonas Especiais de Desenvolvimento Industrial – ZEDI; (5) Zonas Especiais de Desenvolvimento Agropecuário – ZEDA; e (6) Zonas Especiais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – ZEDC (CAMPINA GRANDE, 2006, p. 10).

Figura 00. Zonas especiais (2006).



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

Com base nas informações apresentadas pelo PDCG de 2006 para as Zonas Especiais e seu mapeamento, é possível fazer as seguintes considerações:

- (i) As Zonas Especiais de Interesse Social não apresentam parâmetros específicos que considerem a particularidade de cada uma das duas sub-zonas, todas possuem os mesmos parâmetros disponibilizados pela Lei nº 4.806 de 23 de setembro de 2009, que trata de questões como tamanho mínimo de lote, calçada, largura de vias, entre outros. Entretanto, pesquisas apontam que existe diversidade no padrão de assentamentos precários, e, portanto, não é possível generalizar os parâmetros para todas as ZEIS da cidade;
- (ii) A Zona Especial de Preservação precisa reconhecer a região do Parque do Poeta;
- (iii) As Zonas Especiais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (ZEDC) se encontram restritas às instituições de ensino superior públicas, e assim não

englobam outras instituições do mesmo segmento, a exemplo da UNIFACISA e UNINASSAU, que representam áreas de desenvolvimento científico e tecnológico pujante a nível estadual;

**(iv)** Falta uma delimitação clara das ZEIS do tipo II, conceituadas como “áreas nas quais o solo urbano encontra-se não edificado, subutilizado ou não utilizado, localizadas na Macrozona Urbana, consideradas pelo Poder Público como prioritárias para iniciativas atinentes à implantação de programas habitacionais para a população de baixa renda” (2006, p. 10). Há uma quantidade considerável de áreas da cidade que podem ser consideradas estratégicas para esse tipo de zoneamento e próximas das ZEIS do tipo I, mas que não encontram-se marcadas. Ademais, a cidade apresenta uma subclassificação para essa zona, enquanto que para a ZEIS do tipo 1 foram registradas 17 áreas, segundo a Lei nº 4.806 de 23 de setembro de 2009;

**(v)** No mapeamento das Zonas Especiais é possível observar que todas as áreas identificadas como Zona Especial de Interesse Ambiental que não estão às margens de corpos hídricos possuem uma borda de Zona Especial de Desenvolvimento Industrial, cuja relação com a ZEIA não faz sentido;

**(vi)** A Zona Especial de Interesse Cultural se limita apenas a uma parcela do centro da cidade, desconsiderando as demais áreas da cidade, inclusive no entorno imediato, onde movimentos culturais e equipamentos culturais se fazem presentes.

Em 2006, com a revisão e aperfeiçoamento do Plano Diretor, desta vez com a participação da sociedade civil, as ZEIS em Campina tornam-se de dois tipos: ZEIS 1 são áreas públicas ou particulares ocupadas por assentamentos precários de população de baixa renda; e, ZEIS 2 são áreas nas quais o solo urbano encontra-se não edificado, subutilizado ou não utilizado (PDCG 2006, p. 10).

Dada a importância da participação social para o exercício da cidadania, a Constituição Federal prevê em seu art. 204 inciso II a participação da população por meio de organizações representativas:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

II. participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Os conselhos e comitês municipais são possibilidades para que os cidadãos exerçam uma participação ativa no processo de elaboração de políticas públicas. Essa forma de participação popular está presente nos três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal), diante da reivindicação da população para “a institucionalização da sociedade civil nas decisões tomadas pelo poder executivo” (Politize, 2016) surgiu a ideia dos conselhos, antes mesmo da formulação da Constituição de 1988. Trata-se de um espaço onde a população pode falar, propor, questionar, interferir no processo de implementação de políticas públicas, bem como propor diretrizes para tais políticas, estas são, inclusive, as principais funções dos Conselhos Municipais.

**Tabela 01.** Comitês e Conselhos Municipais.

<b>Comitês e Conselhos Municipais</b>	<b>Ano de</b>	<b>Estado</b>
Comitê Técnico de Mobilidade Urbana da Região Metropolitana de Campina Grande	2014	
Conselho Municipal de Turismo		
Conselho de Políticas Culturais		
Conselho Municipal de Cultura		
Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio		
Conselho Municipal de Transporte Público (Comutp)		

Conselho Municipal de Meio Ambiente		
Conselho Municipal de Saúde		Ativo
Conselho Municipal dos Direitos e Defesa das Pessoas Com Deficiência de Campina Grande		
Conselho Municipal de Educação		
Conselho de Controle e Acompanhamento Social do FUNDEB		
Conselho de Alimentação Escolar		
Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas		
Conselho de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA)		
Conselho de Desenvolvimento Rural de Campina		
Conselho Municipal da Criança e do Adolescente		
Conselho Municipal de Esportes		
Conselho Gestor do Fundo de Habitação e Interesse Social		Inativo
Conselho Municipal da Cidade de Campina Grande (CONCIDADE)		Ativo
Conselho Municipal do Trabalho de Campina Grande		

**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Outro instrumento de participação cidadã são os fóruns municipais, espaços mais flexíveis de discussão e colaboração sobre diversos temas, entre governo e sociedade civil, podendo abranger um conjunto maior de participantes, variando a depender do tema e do objetivo da reunião.

**Tabela 01.** Fóruns.

<b>Fóruns</b>	<b>Ano</b>	<b>Estado</b>
Fórum Zeis		Inativo
Fórum Permanente da Mulher Campinense		Ativo
Fórum Permanente Campina Pela Vida		
Fórum Municipal Da Educação Básica		
Fórum de Discussão de Medidas Socioeducativas		

Fórum Comunitário do Selo Unicef		
Fórum de Saúde do Trabalhador		

**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Os fundos monetários municipais estão previstos na lei 4320/64 no artigo 71 e foram criados para receber e distribuir recursos para atividades e projetos específicos do município.

Art. 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

**Tabela 01.** Fundos monetários municipais.

Fundos monetários municipais	Lei	Ano	Estado
Fundo Municipal de Saneamento	Lei nº 7199/2019		
Fundo Municipal de Cultura	Lei nº 4.216/2004, alterado pela lei nº 4.516/2007 e pela lei complementar nº 099/2015		

**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Tabela 01.** Instrumentos de Gestão e Planejamento.

Instrumento de Gestão e Planejamento	Lei	Previsão de Revisão	Fundo Monetário Associado	Comitê, Fórum, ou Conselho Associado
Plano Diretor de Mobilidade Urbana (Planmob)	Lei complementar nº 004/2015	10 anos		
Plano Municipal de Saneamento Básico	Lei nº 7.199/2016	4 anos	Fundo Municipal de Saneamento	
Plano Municipal de Educação	Lei nº 6.050/2015	10 anos		
Plano Diretor Municipal	Lei nº 033/2006	10 anos		

Plano Municipal de Habitação				
Lei de Uso e Ocupação do Solo				
Código de obras	Lei nº 5410/2013			
Lei de Zeis				Fórum Zeis
Código Municipal de Meio Ambiente				
Patrimônio Cultural			Fundo Municipal de Cultura	
Perímetro urbano	Lei nº 50/2000			

**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Os instrumentos de políticas urbanas e participação popular citados nas tabelas acima, foram encontrados a partir de pesquisas na legislação municipal e no site oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande. Sendo essas as principais fontes, não foram encontradas demais informações, como o estado em que se encontram os comitês, conselhos, fóruns e demais instrumentos. Estando ativos apenas o Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal da Cidade de Campina Grande (CONCIDADE) e o Fórum Permanente da Mulher Campinense, de forma efetiva e confirmada, e inativos o Conselho Gestor do Fundo de Habitação e Interesse Social e o Fórum ZEIS.

Lei nº 3.968, de 28 de novembro de 2001 delimita a zona urbana do município de CG, ou lei posterior, e às sedes dos Distritos localizados na Macrozona Rural, conforme perímetros a serem definidos em lei.

Lei 208 de 2022 dispõe sobre o mapeamento, zoneamento e levantamento cadastral de áreas de risco, no âmbito no município de campina grande/pb e dá outras providências;

Lei 6518 de fevereiro de 2017 institui o programa municipal de regularização fundiária, em áreas específicas do município de campina grande, e dá outras providências.

#### 4. HABITAÇÃO

O Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001) estabelece as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) como áreas a serem demarcadas através dos Planos Diretores e leis de uso e ocupação do solo municipal. É um importante instrumento de política fundiária, com o objetivo de ampliar o acesso ao solo para população de baixa renda e para habitações de interesse social, além de abarcar a luta pela não remoção de assentamentos irregulares e melhoria das condições urbanísticas e fundiárias (ROLNIK, 2001).

A despeito disso, de acordo com o Estatuto das Cidades, em seu art. 42, os Planos Diretores devem incluir:

Art. 42. Diretrizes para a regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares, se houver, e demais normas federais e estaduais pertinentes, e previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, onde o uso habitacional for permitido.

Para um assentamento precário ser classificado como ZEIS, foram estabelecidos os seguintes critérios segundo a Lei Municipal nº 4.806, de 23 de setembro de 2009:

1. Ser passível de Urbanização de acordo com estudo de viabilidade técnica realizado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande;
2. Ter o uso predominantemente residencial;
3. Abrigar população de baixa renda (igual ou inferior a 03 salários mínimos);
4. Número igual ou superior a 50 habitações;
5. Apresentar condições precárias de infraestrutura urbana básica ou ausência de serviços;
6. Ter lei específica criando ZEIS;

7. Existência de grandes vazios em suas imediações ou imóveis vazios capazes de abrigar a população em processos de urbanização e redução de adensamento;
8. Não inclusão em áreas de ampliação ou instalação de infra-estrutura pública;
9. Locais onde existam riscos à vida ou à saúde humana, logo, não pode ser transformado em ZEIS áreas sob viadutos, pontes, oleodutos, esgoto, redes de alta tensão, etc.;
10. Localizações não destinadas a Áreas de Preservação Permanente (APP) de acordo com o código Florestal (Lei Federal nº 4.771/62 e resolução CONAMA 369 de 28 de março de 2006).

No caso de Campina Grande (PB), a primeira legislação urbanística a mencionar as ZEIS foi o Plano Diretor de 1996 (Lei Municipal Nº 3.235/1996). Dez anos depois, em 2006, houve a revisão do Plano Diretor, na qual as ZEIS foram classificadas em dois tipos: ZEIS do tipo I e ZEIS do tipo II. Assim sendo as ZEIS no município de Campina Grande foram regulamentadas através da Lei nº 4.806 de 2009, a qual as classificou da seguinte forma:

I – as ZEIS 1: são áreas públicas ou particulares ocupadas por assentamentos precários de população de baixa renda na Macrozona Urbana, podendo o Poder Público promover a regularização fundiária e urbanística, com implantação de equipamentos públicos, inclusive de recreação e lazer, comércio e serviços de caráter local; II – as ZEIS 2: são áreas nas quais o solo urbano encontra-se não edificado, subutilizado ou não utilizado, localizadas na Macrozona Urbana, consideradas pelo Poder Público como prioritárias para iniciativas atinentes à implantação de programas habitacionais para a população de baixa renda. Lei nº 4.806 de 2009.

O levantamento dessas Zonas foi realizado através da contratação da Sintaxe Consultoria, que classificou dezenove ZEIS, sendo dezessete do Tipo 01 (Figura 0) e duas do tipo 02. A lei também delimita parâmetros específicos para recuos,

a depender do tipo de via e gabarito das edificações, tamanho do quarteirão, regularização fundiária e área máxima (200m<sup>2</sup>) e mínima (25m<sup>2</sup>) para os lotes.

O mapeamento desses assentamentos seguiu critérios de acordo com as suas características socioeconômicas e espaciais. Entretanto, os parâmetros de regulamentação do uso do solo são iguais para todas e não leva em consideração as especificidades de cada ZEIS. A Figura 0 apresenta o mapeamento das ZEIS e também adicionou-se a delimitação federal realizada pelo IBGE que classifica determinados setores censitários como setores especiais de aglomerados subnormais (SEAS). Essa classificação de SEAS auxilia a compreensão da precariedade reconhecida em múltiplas escalas de órgãos públicos.

Embora o Plano Diretor de 2006 tenha reconhecido 2 tipos de ZEIS, outros Planos Diretores feitos no país chegam a classificar as ZEIS em até 5 tipos, a exemplo do Plano Diretor de São Paulo:

**Tabela 09.** Tabela.

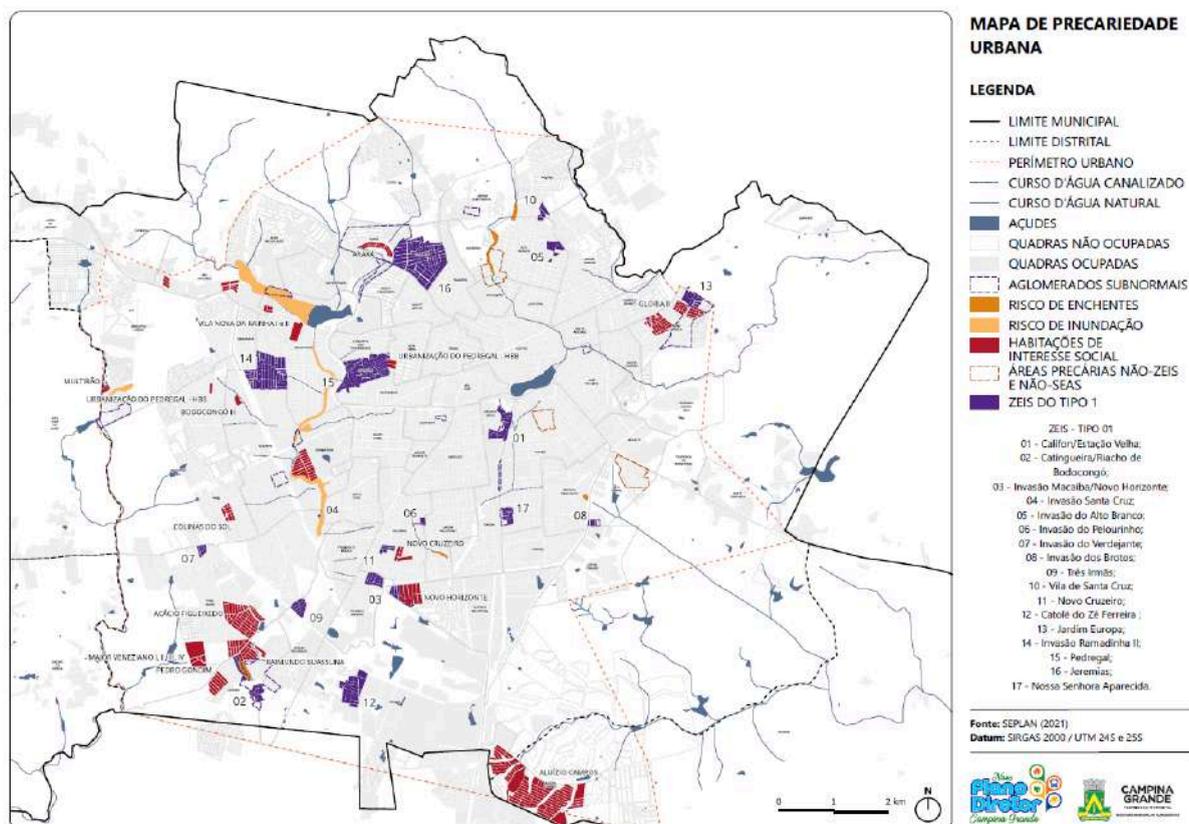
<b>ZEIS</b>	<b>Descrição</b>
ZEIS 1	São áreas caracterizadas pela presença de favelas, loteamentos irregulares e empreendimentos habitacionais de interesse social, e assentamentos habitacionais populares, habitados predominantemente por população de baixa renda, onde haja interesse público em manter a população moradora e promover a regularização fundiária e urbanística, recuperação ambiental e produção de Habitação de Interesse Social.
ZEIS 2	São áreas caracterizadas por glebas ou lotes não edificadas ou subutilizadas, adequadas à urbanização e onde haja interesse público ou privado em produzir Empreendimentos de Habitação de Interesse Social.
ZEIS 3	São áreas com ocorrência de imóveis ociosos, subutilizados, não utilizados, encortiçados ou deteriorados localizados em regiões dotadas de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, boa oferta de empregos, onde haja interesse público ou privado em promover Empreendimentos de Habitação de Interesse Social.
ZEIS 4	São áreas caracterizadas por glebas ou lotes não edificadas e adequadas à urbanização e edificação situadas na Área de Proteção aos Mananciais das bacias hidrográficas dos reservatórios de Guarapiranga e Billings, exclusivamente nas Macroáreas de Redução da Vulnerabilidade e Recuperação Ambiental e de Controle e Recuperação Urbana e Ambiental, destinadas à promoção de Habitação de Interesse Social para o atendimento de famílias residentes em assentamentos localizados na referida Área de Proteção aos Mananciais, preferencialmente em função de reassentamento resultante de plano de urbanização ou da

	desocupação de áreas de risco e de preservação permanente, com atendimento à legislação estadual.
ZEIS 5	São lotes ou conjunto de lotes, preferencialmente vazios ou subutilizados, situados em áreas dotadas de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas, onde haja interesse privado em produzir empreendimentos habitacionais de mercado popular e de interesse social.

**Fonte:** Plano Diretor de São Paulo (2014).

No mapa a seguir, encontra-se o mapeamento das ZEIS da cidade do tipo 1, Setores Especiais de Aglomerados Subnormais (SEAS), Conjuntos de habitação de interesse social, áreas de risco e áreas “elegíveis para ZEIS”, ou seja, áreas que são reconhecidas pela população como áreas precárias mas não foram delimitadas pela legislação municipal e nem federal.

Figura 00. Mapa de precariedade urbana.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2021).

O mapeamento mostra que nem todas as ZEIS da cidade encontram-se em zonas periféricas, a exemplo da ZEIS Pedregal (6) e Estação Velha/Califon (14). Também existe uma diversidade no tamanho geográfico das ZEIS: a ZEIS Santa Cruz (17) possui a menor área (1,03ha), ao passo que a de Jeremias (9) tem a maior área (62ha). Apresentam diversidade também quanto ao seu padrão de ocupação e de adensamento construtivo, tornando o processo de propostas ainda mais relevante considerando a especificidade de cada ZEIS.

No entanto, uma problemática identificada é que, apesar da lei definir dezenove ZEIS, apenas dezessete foram mapeadas. Faz-se, assim, necessário mapear as ZEIS que faltam e identificar se existem outras áreas na cidade que podem ser classificadas como tal.

Embora as ZEIS se constituam como um importante instrumento de mapeamento através de leis de uso e ocupação do solo do município, elas não

representam a precariedade urbana em sua totalidade. De modo a compreendê-la através de múltiplas metodologias de detecção, os Setores Especiais de Aglomerados Subnormais (SEAS) são uma alternativa de complementaridade para leituras territoriais. Em 2010, o território de Campina Grande foi dividido em 488 setores censitários, deste total, 37 foram classificados como SEAS, definido pelo IBGE (2011) como:

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, palafitas, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

Os SEAS, por outro lado, apresentam algumas desvantagens quanto ao seu mapeamento, pois são limitados pelos limites dos setores censitários. Se um setor censitário apresentar 20 residências pobres e o outro vizinho apresentar 50, por exemplo, nenhum dos dois é considerado SEAS. Ao mesmo tempo, se em uma favela inserida em um setor censitário apresentar 51 unidades de casas pobres e outras dezenas de casas não-pobres, todo setor pode ser classificado como SEAS (TACHNER, 2003).

Apesar dessas limitações, a vantagem de incluir as SEAS ao mapeamento de ZEIS para uma leitura territorial da precariedade está no fato de que, por se tratarem de setores censitários, todas as variáveis socioeconômicas dos seus domicílios são disponibilizadas, e podem ter suas mudanças analisadas no intervalo de 10 anos e comparadas entre si, e entre SEAS de diferentes municípios (BARROS FILHO, 2018).

De um modo geral, tanto ZEIS como SEAS apresentam critérios socioeconômicos semelhantes e metodologia de mapeamento clara. Compartilham entre si características morfológicas comuns no arranjo de elementos como vias, lotes e edificações, que tendem a apresentar um padrão mais denso, bem como sua relação com os espaços livres próximos, cursos

d'águas e canais, que possibilitam uma identificação através da percepção de seus habitantes (LYNCH, 1960).

O Núcleo Paraíba do Observatório das Metrôpoles, da Universidade Federal de Campina Grande, vem realizando, desde 2021, estudos para a identificação de assentamentos populares na cidade. As análises consistem no cruzamento de dados como morfologia urbana (padrões de ocupação, densidade habitacional, tamanho de lotes e edificações), acesso a infraestrutura básica (abastecimento de água, rede de esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, pavimentação das vias e pontos de ônibus), renda e acesso a equipamentos públicos essenciais (creches, escolas de 1º e 2º grau, unidades básicas de saúde, hospitais e associações comunitárias). A partir desses cruzamentos, é possível a identificação de algumas delimitações pela cidade. Inicialmente, o grupo de pesquisa tinha identificado um total de 31 assentamentos populares na cidade - que não são reconhecidos como ZEIS de nenhum tipo.

A partir de 2024, através de uma parceria entre UFCG e SEPLAN, no intuito de verificar quais assentamentos da cidade têm condições de serem transformados em ZEIS - ou seja, quais atendem os requisitos estabelecidos pela Lei das ZEIS de 2009 -, foram realizadas diversas visitas técnicas, no intuito de analisar a real situação dessas comunidades, como as mesmas se identificam, e se as delimitações e dados estavam corretos ou não. As visitas ocorreram dentro de 1 mês, a maioria acompanhada por líderes comunitários, uma vez que conhecem a realidade e as dinâmicas das suas próprias localidades. Como resultado, novos assentamentos foram identificados, e outros sofreram alterações em seus limites, chegando a um total de 32 assentamentos, cujas delimitações estão identificadas no cartograma da Figura 00.

De todos os 32 assentamentos analisados e visitados, 31 se enquadram nos critérios da Lei das ZEIS de 2009, já que, além de possuírem baixa renda e déficit de infraestrutura básica e equipamentos públicos essenciais, não se encontram totalmente em áreas de risco ou de preservação permanente, podendo, portanto,

serem abarcados por esta política pública. A única exceção se deu na comunidade Palmeira Imperial, por possuir um número inferior a 50 domicílios.

A cidade ao longo dos últimos anos tem sido palco de projetos de habitação de interesse social para população de baixa renda, os moradores dessas novas habitações comumente eram moradores de áreas precárias ou áreas precárias de risco ambiental e foram realocados ou receberam uma moradia por sorteio devido a faixa de renda e a participação de programas sociais do governo federal.

Acerca da espacialização desses projetos, percebe-se que a grande maioria encontra-se próximo de algum assentamento precário, embora não necessariamente os moradores desses assentamentos tenham vindo deles. Em muitos casos, existe um grande deslocamento por parte desses residentes, pelo fato dos conjuntos construídos nem sempre suprirem as necessidades locais, muitos moradores não são contemplados com um conjunto próximo a seu lugar de origem, outros conquistam o sonho da casa própria apenas em outros conjuntos mais distantes.

O caso mais emblemático da distância das habitações de interesse social das áreas precárias está no complexo Aluizio Campos, cuja construção começou em 2014 e terminou no ano de 2019. Trata-se do maior conjunto habitacional de interesse social construído no Brasil, com 3012 casas, 1088 apartamentos, escolas, postos de saúde e praças. Além do Aluizio Campos, o condomínio Major Veneziano, localizado na zona oeste, encontra-se distante do centro da cidade, local de foco de serviços e de emprego, que geram grandes fluxos diários para os moradores desses conjuntos.

Como será abordado posteriormente nesta leitura, a localização desses conjuntos leva em consideração não apenas a proximidade a áreas precárias, mas o preço da terra, diante disso, a viabilidade financeira em construir em glebas localizadas na periferia é maior, entretanto, a cidade apresenta grande quantidade de vazios em áreas não-periféricas cuja ocupação poderia ser estimulada através de instrumentos disponíveis no Estatuto das Cidades, como

o Parcelamento, Edificação e Utilização compulsório (PEUC), IPTU Progressivo e Desapropriação.

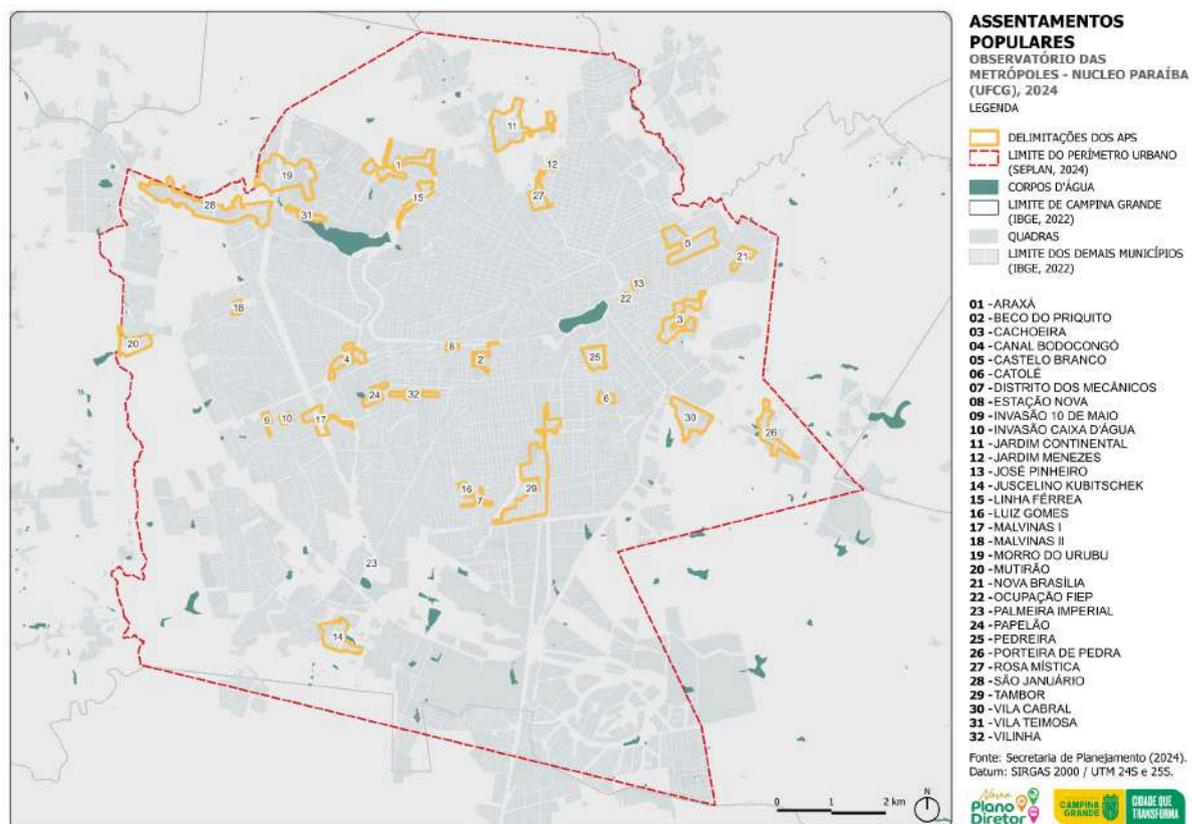
Dentre as zonas "elegíveis para ZEIS", ou seja, as zonas reconhecidas como precárias pela população mas não mapeadas pela legislação municipal ou federal, encontra-se a Rosa Mística, a Pedreira e a Vila Cabral.

Tendo em vista as problemáticas que cerceiam a cidade em respeito à habitação, trabalhadas em oficinas e workshops, trabalhadas junto à população, bem como líderes comunitários de diversas esferas, onde muito se falou em relação à duas temáticas, Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e Regularização Fundiária Urbana (REURB). Há uma expressividade maior destes anseios em zonas onde há presença de assentamentos irregulares e precários e nas zonas rurais, e temáticas como as condições básicas necessárias que permeiam o direito à moradia, como infraestrutura, saneamento, estruturas ambientais adequadas e acesso à serviços básicos de qualidade.

Sobre as leis pertinentes a esta temática, destaca-se o Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001) que estabelece as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) como áreas a serem demarcadas através dos Planos Diretores e leis de uso e ocupação do solo municipal. É um importante instrumento de política fundiária, com o objetivo de ampliar o acesso ao solo para população de baixa renda e para habitações de interesse social, além de abarcar a luta pela não remoção de assentamentos irregulares e melhoria das condições urbanísticas e fundiárias (ROLNIK, 2001).

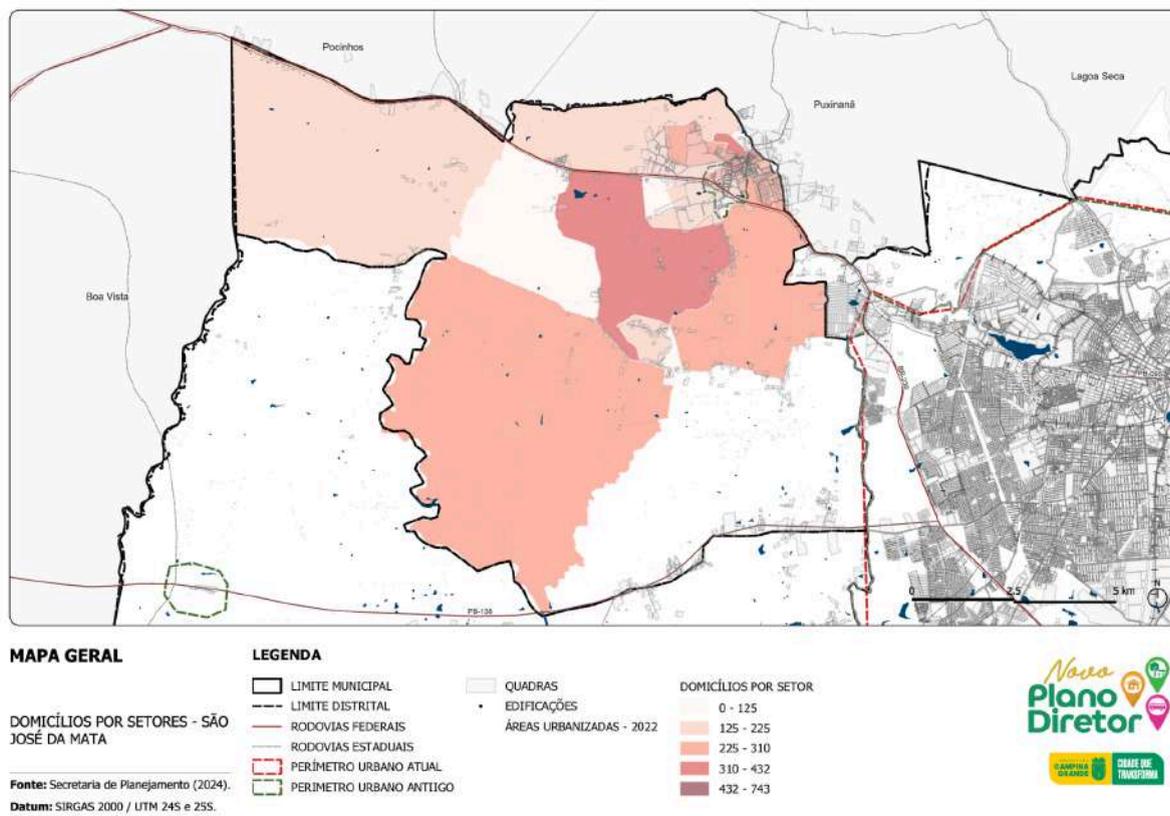
Também no que tange ao direito e garantia a moradia, deve ser observada a Lei 13.465 que estabelece a Regularização Fundiária Urbana - REURB que é compreendida como o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de núcleos urbanos informais, sua incorporação ao ordenamento territorial e urbano e a titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia e ao meio ambiente.

**Figura 00.** Assentamentos Populares identificados pela UFCG.



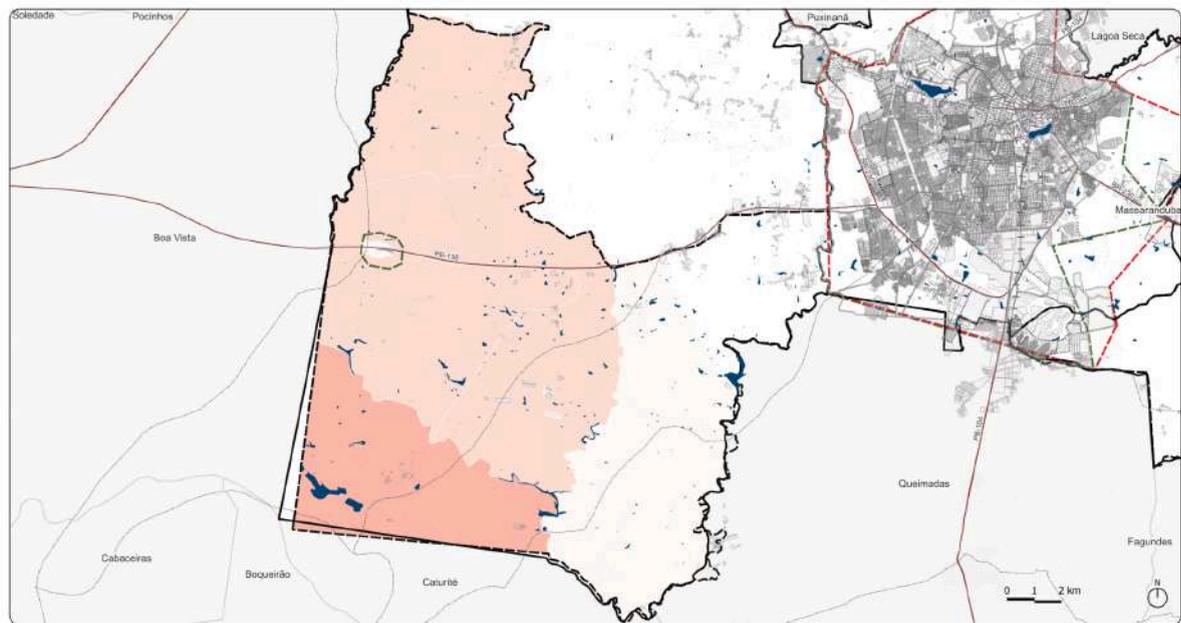
**Fonte:** Observatório das Metrôpoles - Núcleo Paraíba (2024), editado pela Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Domicílios por setores - São José da Mata.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Domicílios por setores - Catolé.



### MAPA GERAL

DOMICÍLIOS POR SETORES -  
CATOLÉ

Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

Datum: SIRGAS 2000 / UTM 24S e 25S.

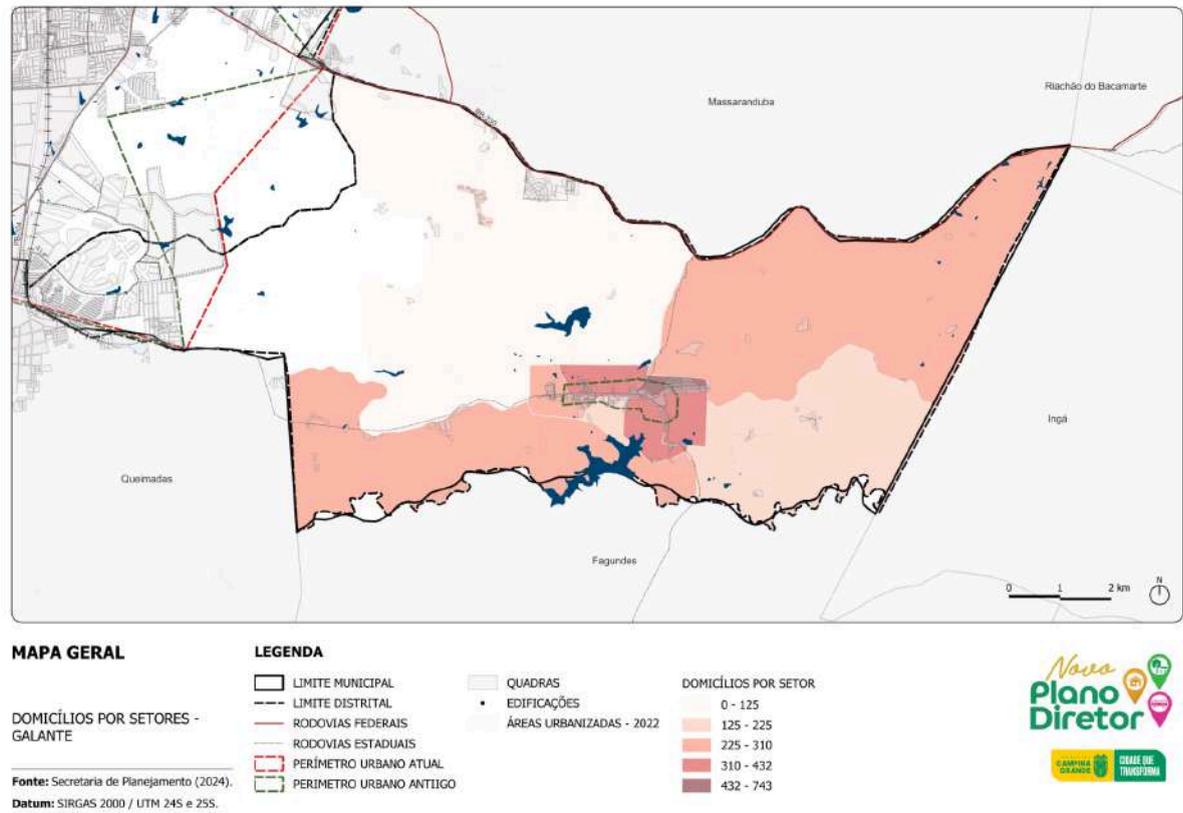
### LEGENDA

	LIMITE MUNICIPAL		QUADRAS	DOMICÍLIOS POR SETOR
	LIMITE DISTRITAL		EDIFICAÇÕES	
	RODOVIAS FEDERAIS		ÁREAS URBANIZADAS - 2022	
	RODOVIAS ESTADUAIS			
	PERÍMETRO URBANO ATUAL			
	PERÍMETRO URBANO ANTIGO			0 - 125
				125 - 225
				225 - 310
				310 - 432
				432 - 743



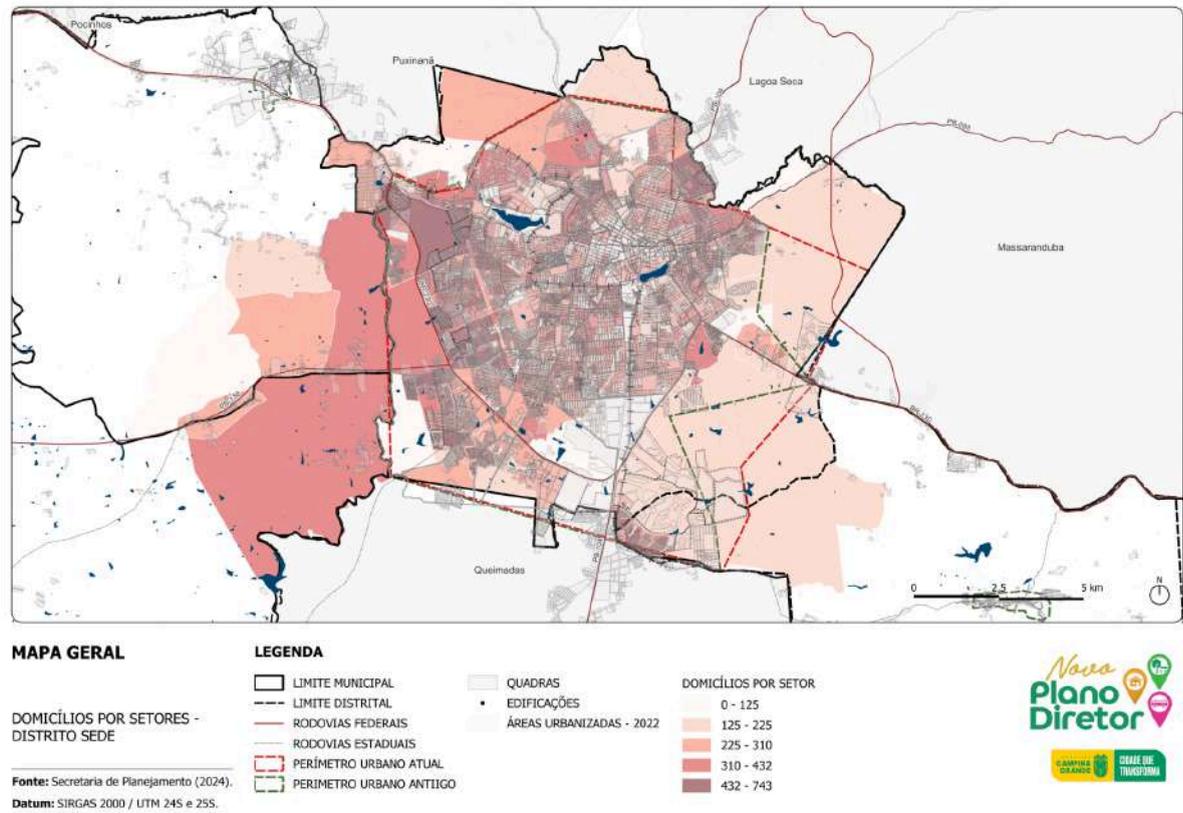
Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

Figura 00. Domicílios por setores - Catolé.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Domicílios por setores - Distrito Sede.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

## 5. EXPANSÃO URBANA

Analisando a formação territorial da cidade, ao longo dos últimos 20 anos, evidencia-se a compreensão das especificidades e dinâmicas que impulsionam sua expansão, bem como a maneira que essa estruturação responde aos estímulos das atividades econômicas, da implantação de políticas públicas e dos vetores de crescimento. A observação do crescimento da produção habitacional é um aspecto fundamental ao entendimento, visto que, nos últimos anos, a densidade populacional vem sendo fragmentada, influenciada pelas diversas modalidades de produção, produtos imobiliários e seus respectivos impactos sobre o território. Além disso, a cidade vem passando por um processo de crescimento desproporcional ao seu arranjo espacial no decorrer dos últimos anos.

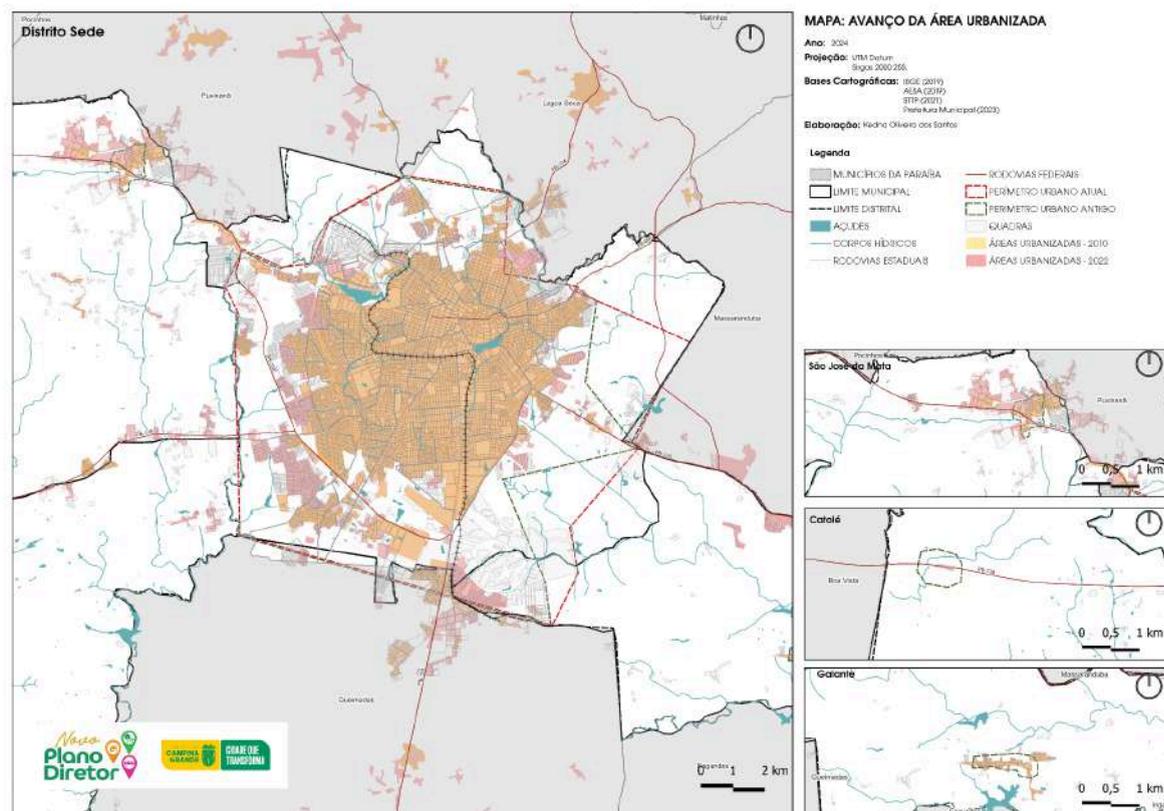
Segundo Corrêa (1989), os agentes produtores do espaço urbano são atores sociais concretos, que agem no espaço urbano de maneira complexa, intervindo diretamente na dinâmica econômica e social do sítio, dominando e alterando o seu funcionamento. O autor identifica cinco diferentes atores que produzem o espaço simultânea e conjuntamente, cujas estratégias ora convergem e ora divergem: (i) os proprietários dos meios de produção, grandes industriais e empresários, que necessitam de terrenos amplos e baratos de fácil acessibilidade; (ii) proprietários fundiários, que buscam a obtenção de maior renda fundiária, tirando proveito da especulação imobiliária, interessados no valor de troca da terra e não no seu uso; (iii) promotores imobiliários - incorporadores, financiadores e corretores - que trabalham com o mercado imobiliário, desde a transformação do terreno em mercadoria até a sua venda; (iv) Estado, operador das terras públicas que implanta infraestrutura e serviços públicos, elabora leis e normas vinculadas ao uso do solo; e (v) os grupos sociais excluídos, cujas ações representam uma forma de resistência e estratégia de sobrevivência, por vezes se apropriando de terrenos públicos ou privados (BARROS FILHO, *et al.*, 2021).

Evidenciando-se o caso de Campina Grande, quatro desses agentes possuem destaque na produção do espaço urbano, sendo eles:

1. Proprietários Fundiários - controlam a aquisição dos terrenos da esfera privada da cidade. Têm por movimento comum manter terrenos inertes à espera da sua valorização. Como resultado, algumas porções do espaço acabam por não cumprir sua função social. Um exemplo deste caso é o próprio Centro da cidade, que possui diversos vazios urbanos, sem uso por mais de 05 anos (às vezes superando 10 anos), cuja utilização pode representar uma potencialidade à cidade.
2. Promotores Imobiliários - tendem a implantar grandes empreendimentos habitacionais, cujos produtos atendem às diversas camadas sociais. É comum que alguns empreendimentos desrespeitem a própria legislação municipal, como é o caso das ocupações lindeiras ao Açude Velho, ou Parque Vergniaud Wanderley: o Art. 67 do Plano Diretor (2006) limita o gabarito das faixas lindeiras de parques a até dois pavimentos. Alguns desses empreendimentos possuem mais de 30 pavimentos, superando em mais de 10 vezes o limite estabelecido.
3. Estado - possui uma pluralidade de papéis, com destaque à regulação e fiscalização do mercado, no intuito de minimizar a ocupação desproporcional e desigual. Também direciona a implantação de conjuntos habitacionais, na maioria das vezes às margens na cidade, uma vez que possui um custo menor. Algumas ações do Estado se manifestam de forma excludente aos Grupos Sociais Excluídos, e mais flexível aos Promotores Imobiliários e Proprietários Fundiários.
4. Grupos Sociais Excluídos - é comum que sua inserção urbana se dê nos locais periféricos (maioria das vezes direcionada pelo próprio Estado) ou irregularmente, em locais considerados indesejados, como em torno de áreas de risco ou faixas de domínio, acentuando sua situação de vulnerabilidade socioespacial, em virtude do menor custo. Esta última forma de ocupação acontece também devido à estabilidade social e à relação de afeto que o lugar proporciona - já que muitos moradores

possuem suas famílias ou amigos por perto, e já ocupam tais áreas há muitos anos. Esse processo faz com que seja mais efetivo a criação de habitações sociais regulares nas proximidades de onde essas pessoas já habitam, o que nem sempre acontece em Campina Grande.

**Figura 00.** Avanço da área urbanizada.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Os locais onde o crescimento urbano foi mais significativo foram na Zona Sul, com o Complexo Aluízio Campos, e na Zona Oeste, com um conjunto de loteamentos que estão sendo chamados de "portais", onde o mais conhecido é o Portal Sudoeste. O Complexo Aluízio Campos, empreendimento realizado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, foi entregue em 2019 e conta com uma área residencial com 4100 unidades habitacionais. Além da área residencial, está previsto um jardim botânico, zona industrial e zona logística. Já os

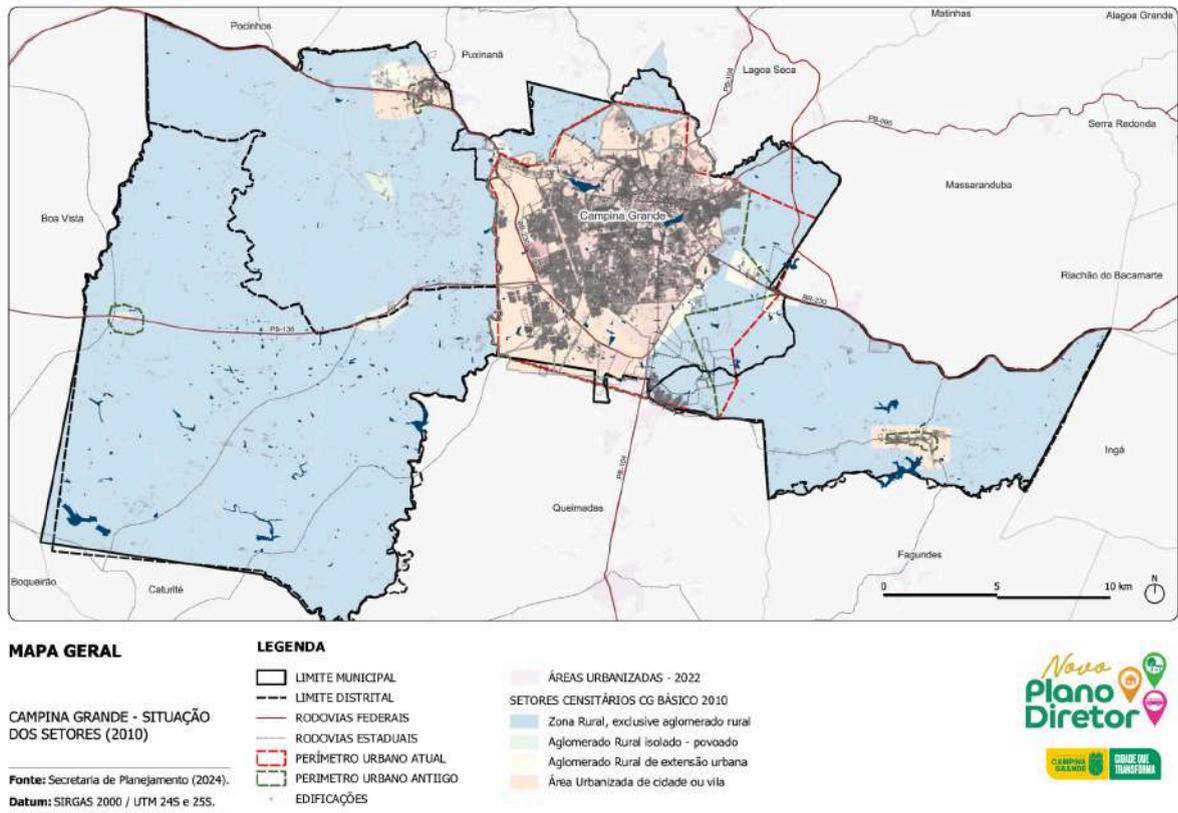
empreendimentos na zona Oeste foram realizados por construtoras e têm representado uma ocupação significativa próxima a Alça Sudoeste.

Notadamente, as regiões que mais se expandiram foram as que estão destinadas à área de expansão zoneada no Plano Diretor de 2006, mais especificamente a região oeste do Distrito Sede.

É importante destacar que, mesmo com a expressiva expansão urbana, existem muitas áreas, incluindo loteamentos, na parte já consolidada da cidade que estão sem ocupação. Por exemplo, nos bairros Dinamérica, Bela Vista e Jardim Tavares.

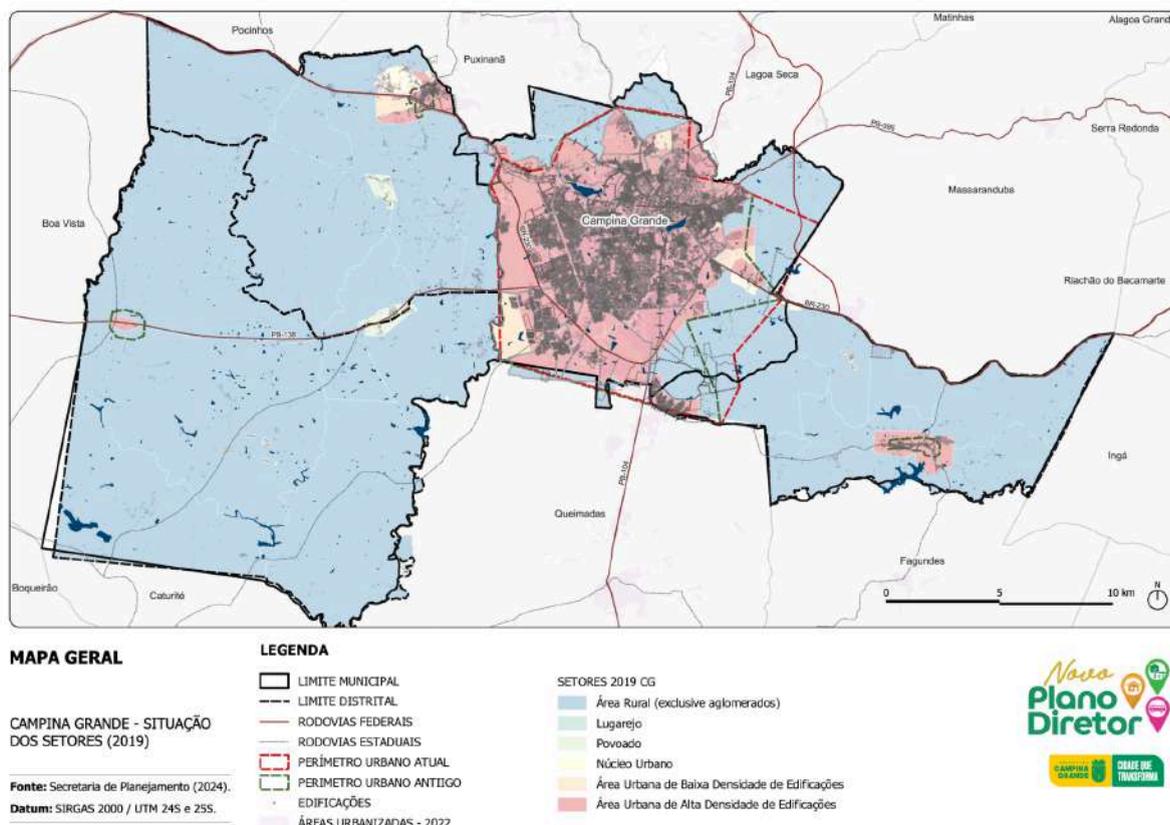
Todavia, não se pode desconsiderar a importância dos vetores de crescimento na ocupação e espraiamento da cidade como um todo. Levando em conta a influência que Campina Grande exerce para aglomeração (cidades circunvizinhas), a ligação entre elas é bastante intensa e dinâmica.

**Figura 00.** Campina Grande - Situação dos setores (2010).



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Campina Grande - Situação dos setores (2019).



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

Os mapas das Figuras 00 e 00 demonstraram alterações nas dinâmicas urbana-rural no entre as formas de ocupação em 2010 e 2019. A partir dos mapas pode-se observar em que áreas houve um aumento da densidade populacional e alteração de perfil de ocupação, podendo o mesmo ajudar a delimitar novas áreas urbanas e atualizar os limites das que já existem. Destacam-se, portanto, o crescimento das zonas leste e sul do Distrito Sede (como já foi anteriormente mencionado), e o adensamento populacional de praticamente toda a zona urbana do Distrito Sede e dos demais distritos.

Uma vez que houve um atraso de 18 anos na revisão do Plano Diretor da cidade, suas diretrizes tornaram-se afastadas da realidade da cidade, prejudicando a atuação desta lei na mesma. Nesse sentido, destacam-se as alterações nas dinâmicas urbano-rural no intervalo de tempo avaliado (2010 - 2019), uma vez que diversas alterações na forma de ocupar o solo aconteceram sem o acompanhamento de uma lei atualizada e condizente com o contexto atual.

Atualmente, os centros urbanos estão cada vez mais interligados, seja por meio das redes viárias ou virtualmente. O avanço tecnológico impulsiona um progresso irreversível nos sistemas globais de informação, enquanto o desenvolvimento da infraestrutura de transporte facilita a expansão tanto dentro das cidades quanto na conexão entre elas. Os eixos viários que ligam os núcleos urbanos às áreas periféricas desempenham um papel crucial no processo de expansão urbana (NASCIMENTO, 2023).

Situada em um ponto estratégico, Campina Grande é cortada por relevantes corredores viários que estabelecem conexões vitais com várias regiões, como o litoral, o sertão, o brejo paraibano e o agreste pernambucano: A BR-230 (Transamazônica) conecta a cidade à capital João Pessoa, circundando-a pelo sudoeste, passando pelo distrito de São José da Mata e fornecendo acesso ao sertão do estado. A PB-138, a oeste, se conecta à BR-230, sendo crucial para acessar as estradas vicinais das áreas rurais e as cidades vizinhas. A BR-104, ao norte, leva a Lagoa Seca, enquanto ao sul conduz a Queimadas, estabelecendo uma rota vital para o estado de Pernambuco. E, a leste, a PB-095 conecta Campina Grande a Massaranduba. A população se estende pelos distritos dentro do município (São José da Mata, Galante e Catolé de Boa Vista) e para as cidades vizinhas (Lagoa Seca ao norte, Queimadas ao sul, Massaranduba ao leste e Puxinanã ao oeste), formando uma extensão onde os limites urbanos se confundem.

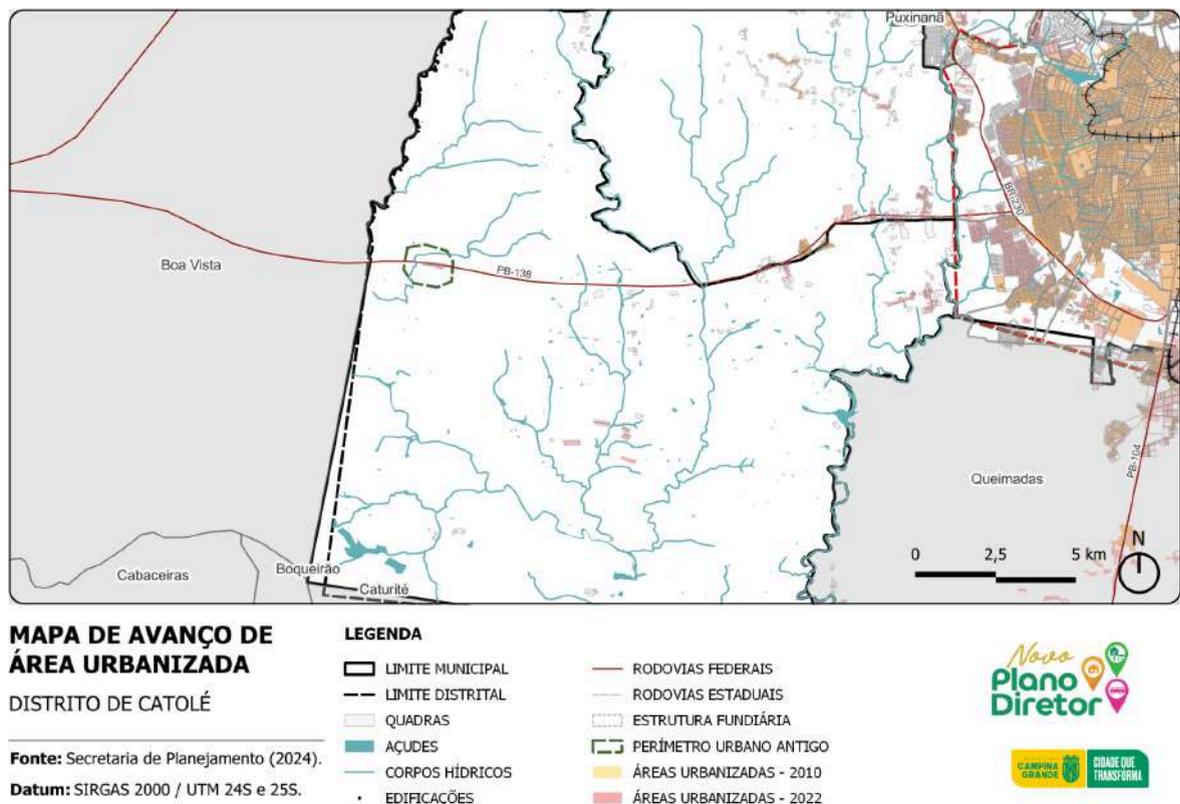
Devido a essa integração urbana, as áreas de transição entre urbano e rural se tornam uma extensão da área urbana, abrangendo serviços tanto urbanos quanto rurais. Como uma cidade polo, Campina Grande é o principal centro econômico do interior da Paraíba, com uma ampla gama de serviços de saúde, educação, institucionais, entre outros. A existência desses corredores rodoviários facilita os deslocamentos diários entre Campina Grande e seus distritos e cidades vizinhas, resultando em um movimento pendular significativo. É crucial ressaltar que essas vias são fundamentais para a conexão entre as

malhas urbanas de Campina Grande e dos municípios circunvizinhos (NASCIMENTO, 2023).

Ao passo que os sistemas de transporte avançam a demanda por uma infraestrutura viária expandida aumenta. Os principais eixos rodoviários que conectam as cidades podem influenciar o surgimento de novos centros urbanos ao longo de seu trajeto.

A partir da permanência do contínuo espraiamento em direção à região oeste, verificou-se a fragmentação da sua periferia e os grandes contrastes socioespaciais. São nas áreas de transição urbano-rurais que se localizam tanto os condomínios horizontais da população de alta renda, quanto os conjuntos habitacionais, produzidos por meio de programas federais, construídos pelo Estado, para a população de baixa renda.

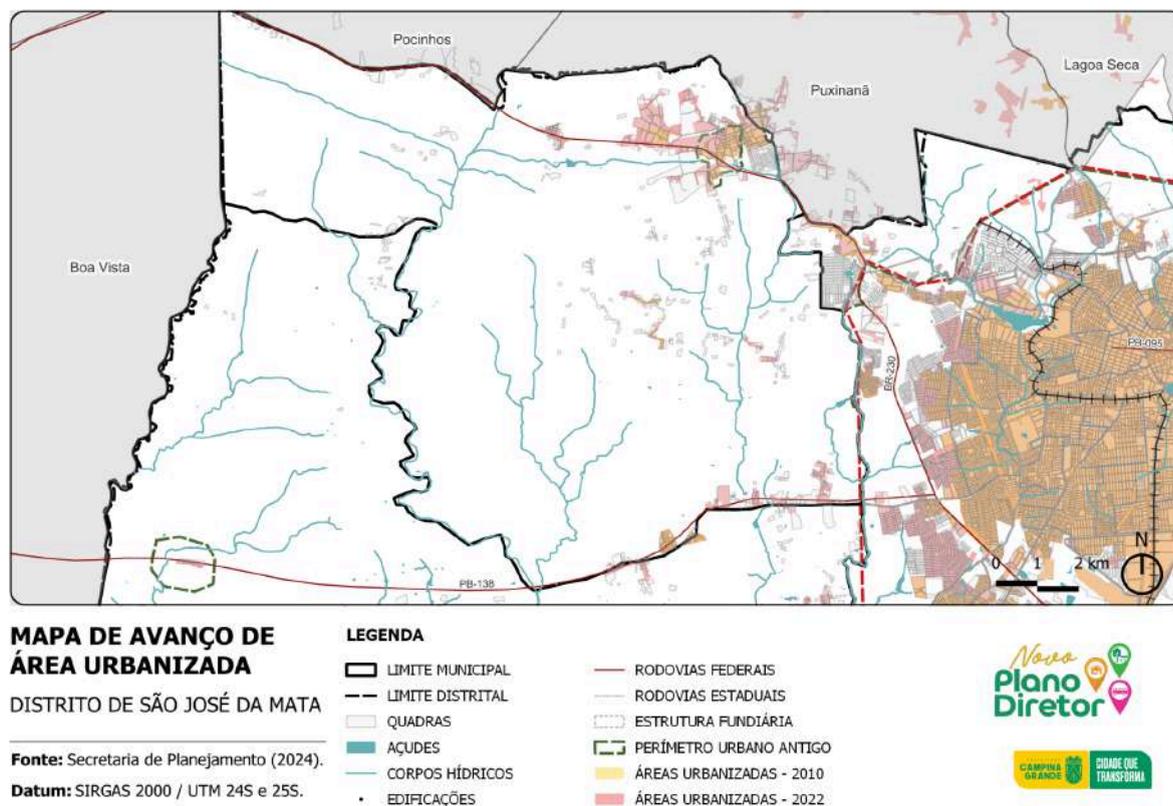
**Figura 00.** Mapa de avanço de área urbanizada - Distrito de Catolé.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

A Figura 00 mostra o avanço da malha urbana do Distrito de Catolé da Boa Vista. Nota-se que existem novos aglomerados urbanizados nas proximidades da fronteira com o Distrito de São José da Mata, o que denota a ausência de atualização do perímetro urbano do distrito de Catolé. Algumas dessas novas nucleações são Estreito, Lucas e Sítio Laranjeiras.

**Figura 00.** Mapa de avanço de área urbanizada - Distrito de São José da Mata.



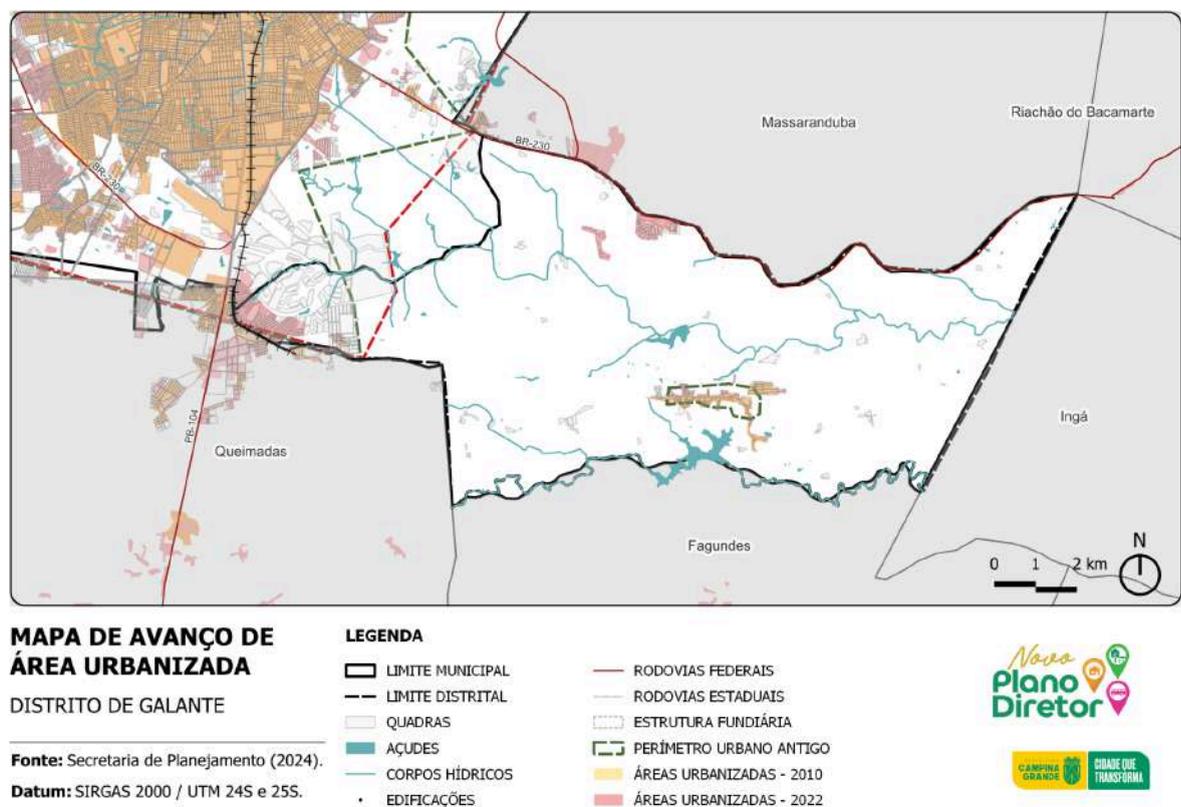
**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

O cartograma da Figura 00 trata do avanço da área urbanizada do Distrito de São José da Mata. Nota-se que houve um grande crescimento da área urbanizada, principalmente a oeste. Existem também novos núcleos urbanizados na área mais central e a sul do distrito. Esse crescimento denota a necessidade de atualização do perímetro urbano desta área.

Devido à proximidade com a área urbanizada do distrito sede e à conexão por uma rodovia, o distrito de São José da Mata está passando por um intenso processo de ocupação, resultando em uma conurbação com Campina Grande.

Esse desenvolvimento acelerado tem gerado transformações significativas no ambiente territorial, com a proliferação de novos empreendimentos imobiliários, muitas vezes comprometendo recursos ambientais locais. Além da influência dos eixos rodoviários como impulsionadores desse crescimento, outro fator crucial é o aumento da atividade na região oeste, impulsionado por marcos regulatórios anteriores, que incentivaram a expansão para essa direção. (NASCIMENTO, 2023)

**Figura 00.** Mapa de avanço de área urbanizada - Distrito de Galante.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

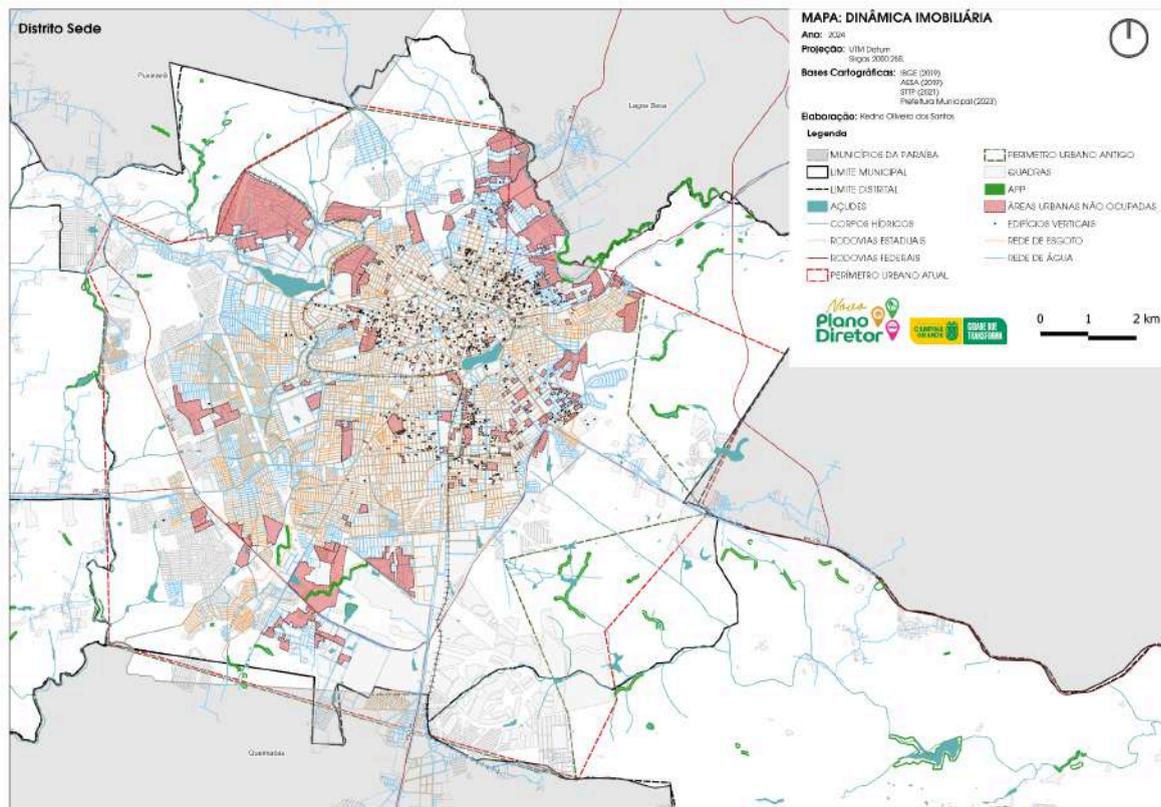
A Figura 00 expressa o avanço da área urbanizada do Distrito de Galante. Nota-se o avanço de ocupações para além do perímetro urbano até então estabelecido, além do surgimento de novas nucleações urbanizadas a norte. Surge a necessidade, portanto, de atualização desse perímetro urbano.

Comparando a área de crescimento urbano de Campina Grande em relação ao limite da zona urbana definido pelo PDCG (2006), é possível observar que da área

de expansão urbana determinada no PDCG 2006, 30% foi ocupada, restando ainda 70% das áreas consideráveis de expansão, não havendo necessidade de aumentar o limite urbano do município. Além disso, muitas zonas se expandiram fora da zona prevista para expansão urbana, sendo a mais expressiva ao sul da cidade, com a construção do Complexo Habitacional Aluízio Campos, e algumas áreas em áreas não periurbanas, a exemplo da área próxima ao Ginásio O Meninão e ao complexo judiciário na Estação Velha.

Diante do cenário atual de expansão urbana, torna-se cada vez mais presente a necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento urbano. Em Campina Grande, a existência de áreas não urbanizadas dentro dos limites urbanos, os chamados vazios urbanos, oferece uma oportunidade única para repensar a expansão da cidade. Em vez de buscar incessantemente novas áreas para urbanização, a proposta de conter o crescimento e concentrar esforços na ocupação desses vazios urbanos surge como uma alternativa sustentável e estratégica. Ao preencher essas áreas ainda disponíveis, a cidade pode promover uma utilização mais eficiente do solo urbano, da infraestrutura urbana básica existente, reduzir a pressão sobre as áreas naturais e contribuir para a preservação do meio ambiente. Além disso, ao revitalizar essas áreas, Campina Grande pode criar novos espaços públicos, áreas verdes e infraestrutura urbana, melhorando assim a qualidade de vida de seus habitantes e promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo. Em suma, ao optar por uma abordagem de crescimento controlado e sustentável, Campina Grande pode se posicionar como um exemplo de planejamento urbano responsável e voltado para o futuro.

**Figura 00.** Mapa Dinâmica Imobiliária.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

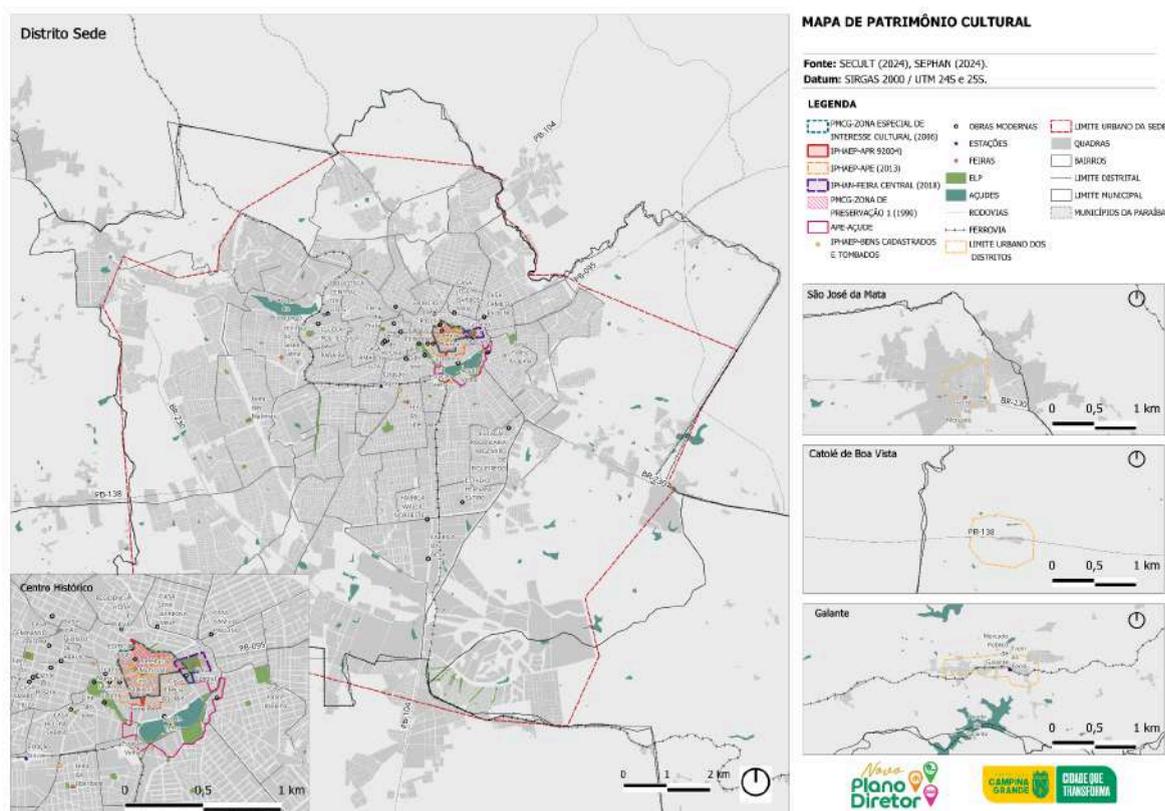
## MAPA DINÂMICA IMOBILIÁRIA

Concentração de verticalização nas áreas centrais. Lotes vazios em áreas com infraestrutura e acesso a serviços, evidenciando uma forte especulação imobiliária (pontos críticos como ao longo da Av. Pref. Severino Bezerra Cabral; por trás da UFCG (Bento); bairro da Prata). Áreas não ocupadas nas extremidades que devem permanecer sem ocupação e gerar uma zona de transição urbana-rural (destacar área a nordeste, próximo a divisa com Lagoa seca por também apresentar topografia muito acidentada).

## 6. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

### 6.1. EDIFICAÇÕES CADASTRADAS E TOMBADAS

Figura 00. Mapa de Patrimônio Cultural.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

Acerca dos bens culturais, o município de Campina Grande dispõe da Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC) (Figura 0), uma das duas Zonas Especiais de Preservação (ZEP), sendo a outra a Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA). O Plano Diretor de 2006 especifica em seu art. 42 que as “ZEP são porções do território municipal que têm por objetivo garantir a preservação, manutenção e recuperação do patrimônio histórico, paisagístico, cultural ou ambiental, mediante proteção de suas expressões material e imaterial” (CAMPINA GRANDE, 2006, p. 11). O PD de 2006 define ainda na Seção II, no art. 45 que:

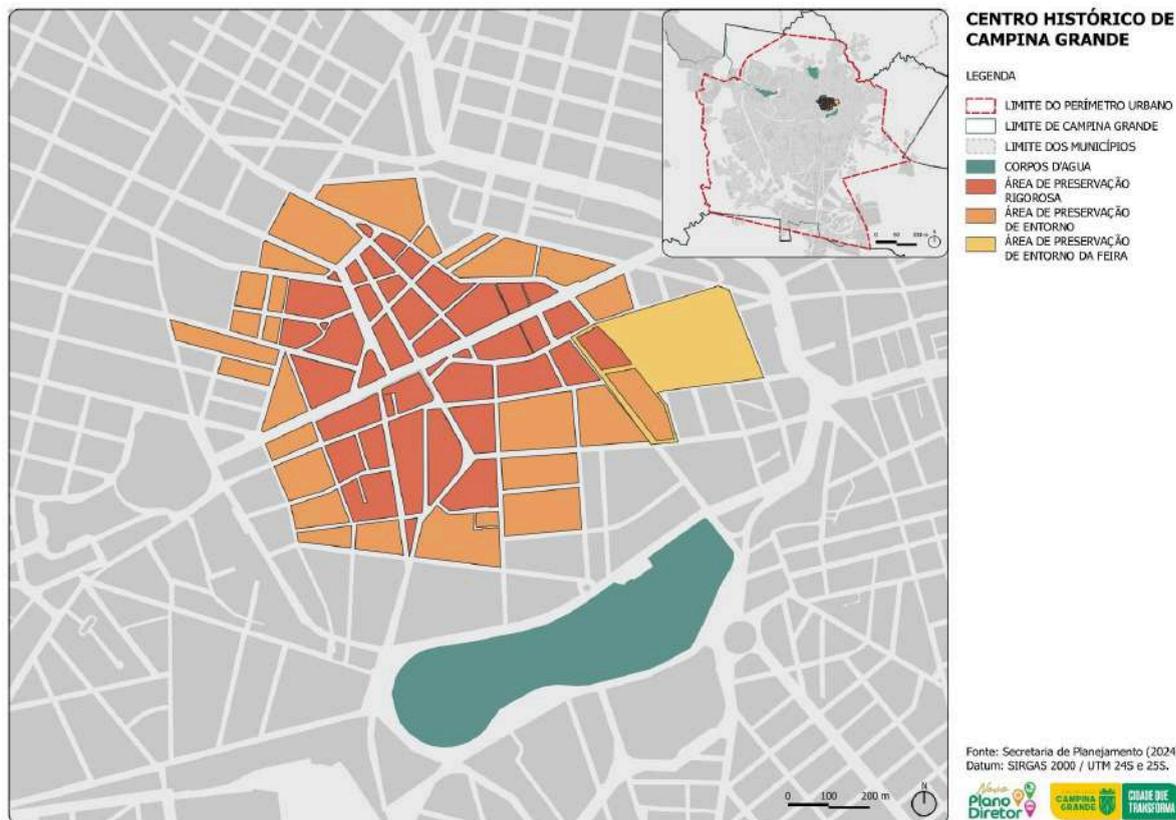
Art. 45. As Zonas Especiais de Interesse Cultural – ZEIC são áreas formadas por conjuntos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção seja necessária à preservação do patrimônio cultural do Município (CAMPINA GRANDE, 2006).

Contudo, apesar de definir e identificar a ZEIC, o Plano Diretor não dispõe de medidas e formas de articulação de proteção e/ou conservação desses elementos. A única ZEIC delimitada no município se localiza no bairro do Centro, de acordo com o Mapa de Zonas Especiais (Figura 0). Uma vez que os limites e a espacialização da ZEIC no mapa de 2006 não é perceptível, pode-se considerar que a poligonal da ZEIC se limita ao perímetro da Área de Proteção Rigorosa (APR) estabelecida no decreto nº 25.139/2004.

A APR corresponde à Área de Proteção do Patrimônio de Campina Grande definida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) através da Delimitação do Centro Histórico de Campina Grande (Decreto Estadual nº 25. 139 de julho de 2004), que estabeleceu a Área de Preservação Rigorosa (APR), e através do Decreto Estadual nº 33.816 de abril de 2013, que estabeleceu a Área de Preservação de Entorno (APE) (Figura 0). Concomitantemente, uma série de outros decretos estabeleceram e reconheceram uma parte dos bens históricos culturais no município, dos quais se destacam:

1. Decreto Estadual nº 19.447 de 24 de dezembro de 1997 (Museu de Arte Assis Chateaubriand - FURNE);
2. Decreto Estadual nº 20.905 de 11 de fevereiro de 2000 (Cine Capitólio);
3. Decreto Estadual nº 22.245 de 21 de setembro de 2001 (Açude Velho).

**Figura 00.** Centro Histórico de Campina Grande.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Bens tombados e equipamentos culturais importantes para a cultura de Campina Grande fora das delimitações existentes feitas pelo IPHAN e IPHAEP, como também, da Zona Especial de Interesse Cultural prevista pelo Plano Diretor de 2006.

Ausência de Zonas Especiais de Interesse Cultural nos distritos, embora existam importantes equipamentos e atividades culturais, como o Trem do Forró em Galante.

Cabe destacar que os imóveis reconhecidos pelo IPHAEP são apenas uma pequena parcela de bens com relevância histórica e cultural para a cidade, sendo inúmeros os casarões ecléticos, art déco e modernos que estão fora da Área de Preservação Rigorosa, mas que ainda estão na área central da cidade, em bairros como Lauritzen, Prata, Bela Vista, Alto Branco, dentre outros.

Infelizmente, entre os anos de 2006 e 2021, diversos imóveis na cidade que estavam com processos de tombamento pendentes ou em aguardo de definições judiciais foram demolidos. Ao mesmo tempo, alguns casarios que não eram tombados passaram por intervenções que descaracterizaram o projeto original.

Como evento representativo desse processo e dentro desse recorte temporal, cabe destacar a residência Raimundo Alves (Figura 0), da década de 1950 atribuída ao arquiteto pernambucano Augusto Reynaldo e representativa do período de construções modernas na cidade e no estado. A casa estava cadastrada com parecer favorável ao tombamento do imóvel, mas foi demolida no dia 9 de março de 2017.

Quanto a esse acontecimento, o então presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil da Paraíba (IAB-PB) no período, Pedro Rossi, lamentou em nota:

É evidente a ausência de políticas permanentes e consistentes que atentem para a preservação, conservação e valorização do patrimônio cultural local. As iniciativas costumam ser intermitentes, desvinculadas de maiores ações de planejamento (Nota Técnica, IAB-PB, 2017).

**Figura 00.** Acima, residência Raimundo Alves; abaixo, sua demolição.



**Fonte:** QUEIROZ, M. V. D; ROCHA, F. M. D. (2007); MEIRA, R. (2017).

A demolição da residência Raimundo Alves acendeu o alerta por parte das autoridades e da própria população, que cada vez mais têm cobrado a proteção do patrimônio e da memória da cidade. Especialmente diante da grande quantidade de imóveis históricos em péssimo estado de conservação, e que entraram em um processo mais acentuado de degradação ao longo da última década, a exemplo do Cine Capitólio, Estação Nova, CUCA, dentre outros que fazem parte do imaginário campinense ao compor importantes paisagens do município.

**Figura 00.** Registro do Cine Capitólio em 2020.



**Fonte:** DANTAS, A.; FIGUEIREDO, Y.; GAIÃO, R.; GUIMARÃES, J.; MORAIS, A.; ROSACRUZ, J., (2020).

O Plano Diretor pode, nesse contexto, reconhecer esses imóveis como bens históricos e, junto aos órgãos de preservação, evitar a demolição ou descaracterização do patrimônio da cidade. Além disso, pode buscar, por meio de instrumentos legais, alternativas para a preservação, conservação e recuperação do patrimônio histórico.

## **6.2. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS**

Patrimônio não necessariamente relacionado ao centro histórico, em relação ao sentimento de pertencimento da população, reconhecendo monumentos e pontos nos bairros como algo a ser preservado tanto quanto o que se encontra no Centro Histórico, a exemplo da Feira da Liberdade, danças juninas, como quadrilhas, o Bairro do José Pinheiro, entre outros.

## **6.3. ÁREA DE PROTEÇÃO DE ENTORNO**

Nessa área, mesmo com uma densidade menor de imóveis antigos, ainda há um acervo considerável de edificações relevantes, algumas em completo estado de degradação e abandono. A aplicação de alguma lei de assistência técnica dando um novo valor a essas edificações seria muito bom, porque revitalizaria esse imóvel, preservando as características históricas e daria alguma utilidade a esse local até então sem uso. Há ruas fora da área de proteção de entorno que têm uma densidade considerável de imóveis com traços históricos, por vezes maior que algumas ruas dentro da própria poligonal.

## **6.4. ÁREA DE PROTEÇÃO RIGOROSA**

É de conhecimento que a área de proteção rigorosa é amparada pelo IPHAEP, no entanto, considerando as últimas intervenções nas edificações do patrimônio histórico da cidade, pode-se afirmar que a fiscalização apenas dessa entidade não vem sendo suficiente. Ao mesmo tempo, apenas o tombamento dos imóveis não é o suficiente para a sua preservação e proteção contra intervenções que o descaracterizam, uma vez que é possível encontrar esses imóveis em pleno estado de degradação, a exemplo do Eldorado.

Temos visto, no centro da cidade principalmente nas ruas principais que possuem maior quantidade de comércio, uma poluição visual que descaracteriza completamente as fachadas históricas.

Dentre os diversos fatores relacionados ao patrimônio histórico-cultural de Campina Grande, pode-se ressaltar que, por vezes, o planejamento municipal leva em consideração somente o polígono de preservação no Centro Histórico, promovendo a ausência da legitimação dos patrimônios culturais nos arredores do Centro Histórico de Campina. No entanto, mesmo as edificações que se encontram dentro da Área de Preservação Rigoroso ou da Área da Poligonal, por mais que sejam tombadas ou cadastradas e reconhecidas pelos órgãos de preservação estadual e federal, sofrem intervenção, sobretudo voltado para a especulação imobiliária, sendo a demolição a máxima expressão de intervenção.

Outro fator que podemos destacar é relacionado a ausência de espaços de memória e de expressões culturais nos bairros e distritos da cidade. Baseando-se na ocorrência da maioria dos espaços culturais municipais se concentrarem nos bairros centrais, ocorre a supressão da formação identitária desses bairros e distritos.

Um aspecto que também pode-se ressaltar é o processo de arruinamento do patrimônio em um geral, que ocorre tanto no centro da cidade quanto nas áreas mais distantes. Exemplo disso, é a deterioração do patrimônio ferroviário da cidade e o descaso com o patrimônio arqueológico. No que tange ao patrimônio ferroviário, mesmo com apelo da população em relação a sua revitalização e resgate dessa malha viária, não há um consenso sobre projetos para melhoria deste. No tocante ao patrimônio arqueológico o descaso é ainda maior, pois há uma ausência de políticas públicas para preservação, principalmente dos sítios arqueológicos presentes na cidade de Campina Grande.

Isso se deve a insipiência da população em relação ao Patrimônio Histórico e Cultural da cidade. Esse desconhecimento ressalta os riscos de depredação a edificações com valor histórico ocasionando prejuízos ao patrimônio da cidade.

Falta de acessibilidade na Área de Preservação Rigorosa de Campina Grande. Com enfoque na ausência de estacionamento para automóveis e mobilidade urbana, foi abordado que o Centro precisaria ser atualizado urbanisticamente para atender as demandas contemporâneas e futuras, respeitando a legislação de proteção ao patrimônio cultural.

Falta de autonomia da municipalidade na gestão do patrimônio cultural de Campina Grande. Mesmo com o pedido de maior presença do IPHAN e IPHAEP para atender as demandas de Campina Grande, foi consenso que a PMCG deveria ter mais autonomia nas decisões e planejamento do patrimônio cultural da cidade, onde foi sugerido a criação de uma Coordenação ou Fundação com o objetivo de atender as demandas locais.

Incoerência da Área de Preservação Rigorosa – APR (D. 25.139/04) com a realidade do patrimônio cultural de Campina Grande. Foi sugerido um estudo mais aprofundado, com a participação das universidades de Campina Grande, sobre as áreas de preservação de Campina Grande, abarcando patrimônios que se encontram desprotegidos e destravando edificações que não compreendem o patrimônio cultural.

Desativação do COMPAC. Foi ressaltado a importância do Conselho do Patrimônio Cultural de Campina Grande e a necessidade de reativá-lo.

Ausência de recursos destinados ao patrimônio cultural. Foi sugerido a elaboração de uma lei que crie o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural de Campina Grande, abastecido tanto por recursos estaduais e federais, quanto por possíveis recursos municipais e particulares.

Fomento a manutenção do patrimônio cultural edificado. Para estimular a manutenção das edificações particulares, foi sugerido a isenção ou redução dos valores de IPTU para as edificações que mantêm suas fachadas preservadas.

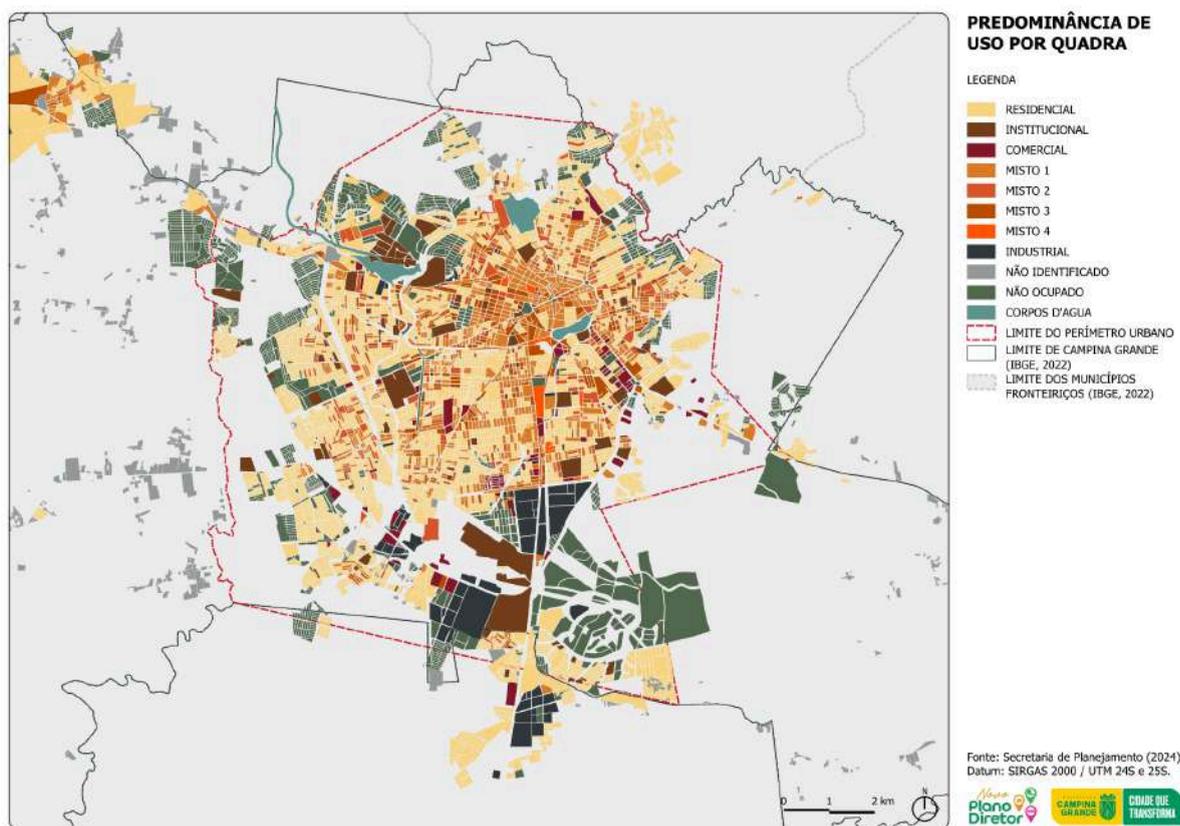
Inatividade do Centro Histórico no período da noite. Foi ressaltado as atuais políticas nacionais de uso misto das edificações históricas, bem como o

estímulo de atividades turísticas e culturais que possam movimentar o Centro Histórico no contraturno.

## 7. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

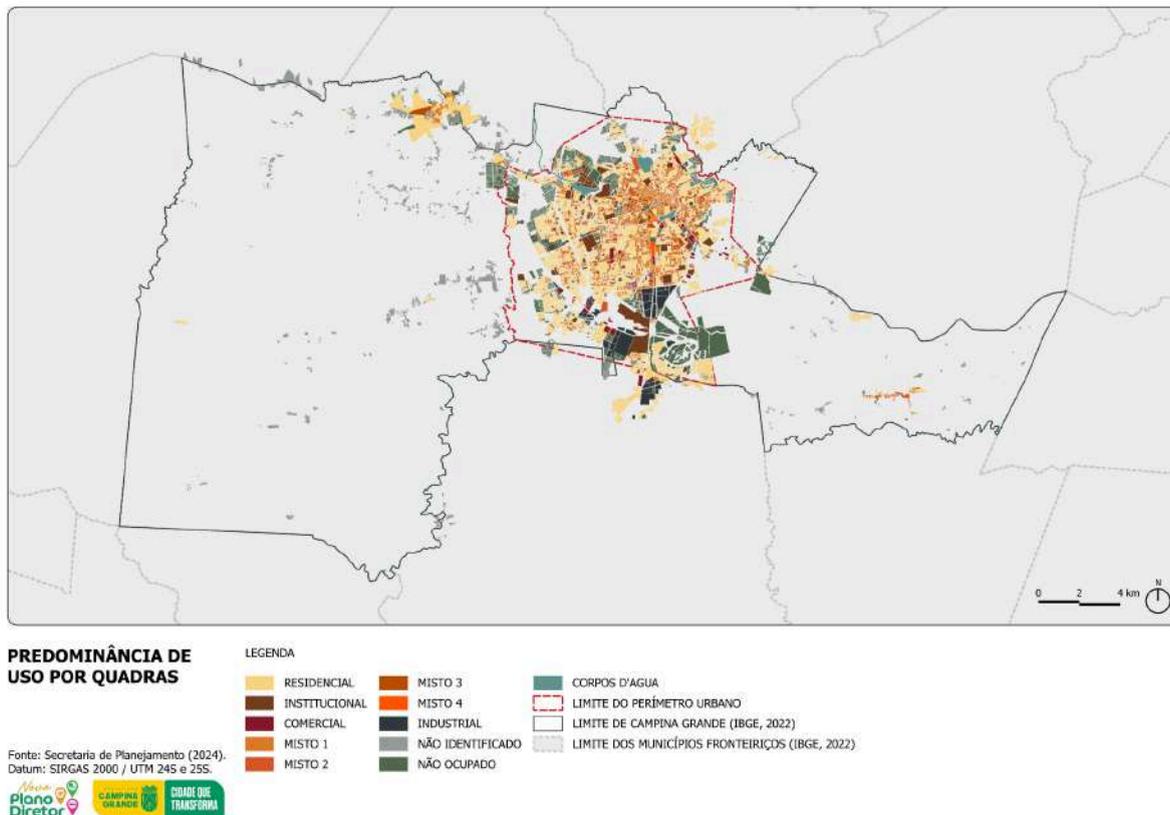
No que diz respeito ao uso e ocupação do solo, foram estabelecidas categorias para classificação das quadras de Campina Grande (PB), dentre elas os usos comercial (comércio e serviços), industrial, institucional, residencial, não identificado, não ocupado e uso misto. A classificação de uso misto foi subdividida em quatro tipos, visto a variedade de edificações de uso misto na cidade: Misto 1: apresenta residências, comércio e serviços; Misto 2: apresenta residências e instituições; Misto 3: apresenta comércios, serviços e instituições; e Misto 4: apresenta residências, comércios e serviços, instituições e indústrias.

**Figura 00.** Predominância de uso por quadra.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Predominância de uso por quadras.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

A análise parte do pressuposto de que a forma como o solo está ocupado se relaciona diretamente com a vitalidade urbana com que o espaço gera. Evidentemente, existem diversos outros fatores, mas quando o uso do solo apresenta maior diversidade de usos, induz uma maior vitalidade urbana. Analisando a Figura 0, é possível observar a existência de algumas centralidades de comércio e serviços na cidade, como o Centro, a Prata e a Bela Vista, a Zona Leste do Centenário, o José Pinheiro, o Catolé em sua proximidade com o Partage Shopping, o Monte Santo, o Alto Branco por meio da Manoel Tavares, o cruzeiro por meio da Avenida Juscelino Kubitschek, entre outros.

Apesar dos usos mistos impulsionarem a vitalidade urbana em determinados locais, é preciso atentar às áreas monofuncionais, sejam elas residenciais ou comerciais. Um exemplo desse cenário é o centro da cidade, onde há pouca quantidade de moradias ocupadas frente a uma grande quantidade de comércio,

o que ocasiona diversos problemas de vitalidade noturna, aumentando, conseqüentemente, a periculosidade da região nesses horários.

Paralelamente, zonas majoritariamente residenciais, a exemplo de grandes parcelas do Bodocongó, Jardim Quarenta, Catolé, Alto Branco, Nações, Mirante, etc., representam falta de vitalidade urbana ao longo do dia, aumentando também a periculosidade nessa parcela do dia. Como efeito dessa conjuntura, os deslocamentos convergem em direção às regiões onde se concentram os comercios e serviços, o que, por sua vez, ocasiona problemas de mobilidade urbana.

A espacialização dos usos para os distritos de São José da Mata e Galante tende a ser menos complexa, visto que esses distritos são pequenos, e não dispersos. Os usos mistos nessas localidades estão bem distribuídos, e existem poucos problemas relacionados à vitalidade urbana e à mobilidade urbana.

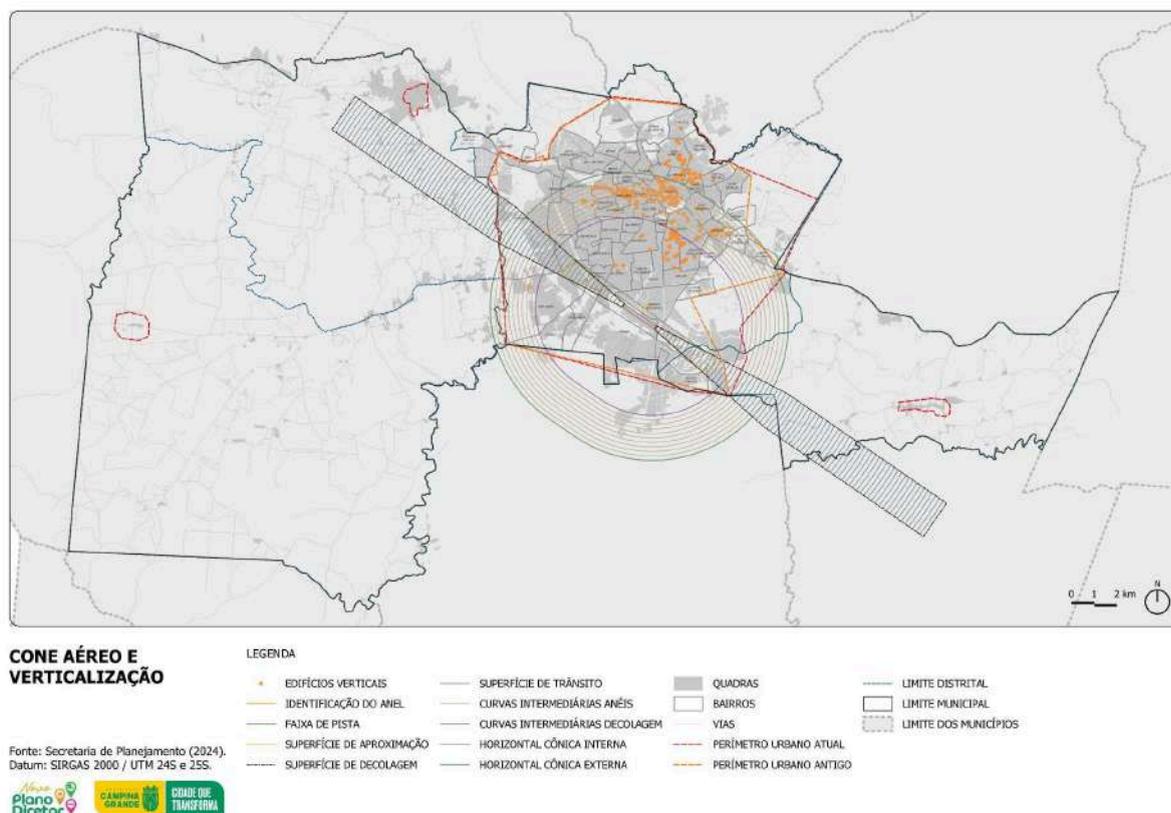
A Lei de Uso e Ocupação do Solo, ou LUOS, é uma legislação individual de cada município, que, por meio do Plano Diretor, estabelece normas para o uso de espaços públicos e atividades no geral. A Lei é o recurso usado para controlar os espaços urbanos e estabelecer normas, definindo o que é permitido ou não em todos os ambientes do município e cada cidade tem itens específicos que fazem parte desta lei. Quando a gestão pública planeja o território urbano, decide o que é mais adequado para cada área da cidade, levando em consideração a infraestrutura, as restrições de natureza ambiental, a paisagem, o ambiente cultural e cria regras a partir disso.

Algumas características que fazem a Lei ser tão importante para a sustentabilidade e desenvolvimento de cada município:

- Atualização, organização e padronização dos espaços públicos e da infraestrutura urbana;
- Controlar o uso e ocupação do solo, tendo em vista a salubridade e segurança da população e a qualidade do meio ambiente;

- Definição de estratégias de proteção ambiental;
- Delimitação das áreas de restrição à ocupação urbana;
- Padronização do zoneamento e dos conceitos de parâmetros dos terrenos;
- Facilidade de acesso ao transporte público, geração de trabalhos e arrecadação de impostos;
- Definição de novos grupamentos e de critérios para ocupação das calçadas;
- Compatibilizar a intensidade de aproveitamento dos terrenos urbanos com a capacidade do sistema viário e das redes públicas de infraestrutura e equipamentos, bem como serviços urbanos;
- Minimizar os conflitos de vizinhança entre as funções urbanas e estimular diversidade de usos compatíveis em uma mesma zona urbana.

**Figura 00.** Cone aéreo e verticalização.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

## 8. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

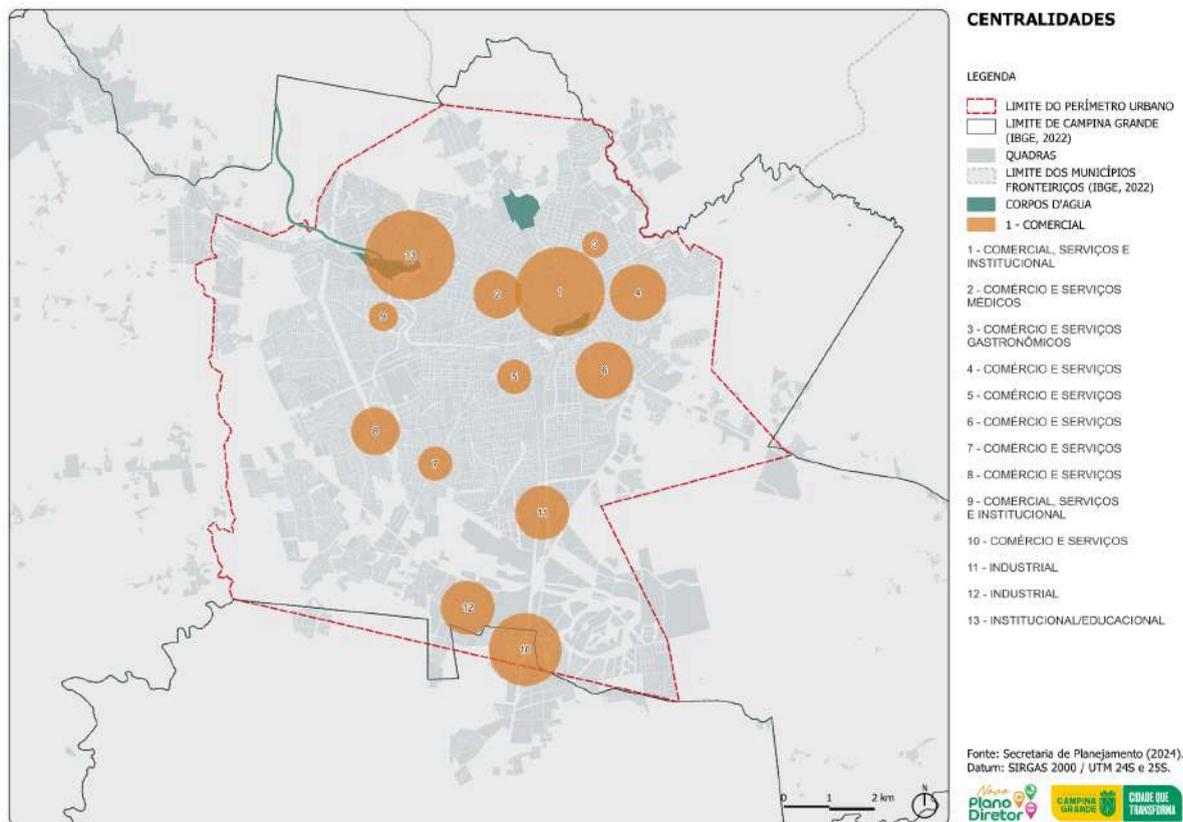
Oliveira Júnior (2008) em estudos acerca da redefinição do conceito de centralidades em cidades médias, constatou que estas passam por um processo de surgimento de novas centralidades e recentralização, motivados pela alteração na dinâmica econômica. Essa alteração faz com que os centros tradicionais não sejam mais os únicos favoráveis à reprodução e acumulação de capital.

Pautado em estudos recentes (SPOSITO, 1991, 1998, 2001; SILVA, 2001; SOARES, 2003), o autor demonstrou que novos equipamentos urbanos que surgem em locais descentralizados (mais rentáveis e propícios para a produção do capital) são capazes de intensificar fluxos e consolidar novas expressões urbanas de centralidade, que segundo o autor:

“Essas expressam muitas vezes a saturação dos centros tradicionais para as necessidades impelidas pelas novas formas contemporâneas de reprodução e acumulação do capital, além da imposição de (novos) tempos hegemônicos.” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008, p.6)

No caso de Campina Grande, esse processo é perceptível, desde os anos 90, novas centralidades se consolidaram, como pode ser observado no mapa a seguir:

**Figura 00.** Centralidades.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

A cidade é um dos principais polos comerciais e industriais do estado, possuindo o segundo maior PIB per capita da Paraíba, sendo de aproximadamente R\$25.066,11 (IBGE, 2021), e uma população residente de aproximadamente 419.379 pessoas (IBGE, 2022). O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 2 salários mínimos (IBGE, 2021). O mapa de centralidades trata das maiores concentrações de usos em determinadas áreas da cidade. Cada centralidade abrange seu uso predominante e engloba bairros diferentes, ficando dividido como:

1. Centro - Comercial, Serviços e Institucional: Primeira e mais tradicional centralidade campinense, abriga a maior concentração de equipamentos, emprego, renda e fluxos, apesar de muitos dos seus equipamentos terem se deslocado e sua função residencial tenha

reduzido ao longo dos anos, ainda caracteriza-se como a principal centralidade da cidade;

2. Prata, Bela Vista, Monte Santo - Comercial e Serviços Médicos: Consolidou-se como centralidade diante da chegada de diversos equipamentos médicos como o Hospital da Santa Clara e diversos edifícios como San Pietro, San Raphael, Edifício São Paulo e o recente World Medical Center, e laboratórios como a UCD, Campimagem e Diagnose. Além disso, essa região dispõe de equipamentos educacionais significativos como o Colégio Estadual da Prata, o maior em extensão territorial da cidade e a Feira da Prata;
3. Jardim Tavares, Alto Branco, Lauritzen (**Av. Manoel Tavares**) - Serviços Gastronômicos: Consolidou-se como centralidade pela reestruturação da Avenida Manoel Tavares e a instalação de diversos equipamentos comerciais gastronômicos, via de fluxo importante para condomínios privados, equipamentos de saúde como a UPA Alto Branco e de educação como o Colégio Nossa Senhora de Lourdes;
4. Monte Castelo, Santo Antônio, José Pinheiro - Comercial e Serviços: Consolidou-se como uma nova centralidade pela concentração de emprego, renda e fluxos, o bairro apresenta uma concentração de uso misto, com pequenos mercados e serviços que dão vitalidade ao bairro e o caracterize como uma centralidade;
5. Liberdade - Comercial e Serviços (**Rua Odon Bezerra**): Consolidou-se como centralidade pela diversidade de fluxos da Rua Odon Bezerra, com bares e restaurantes, supermercados e farmácias, atendendo não só o bairro da liberdade, mas tornando-se um polo atrativo para toda a cidade;
6. Catolé e Mirante - Comercial e Serviços (**Av. Prefeito Severino Cabral e Otacílio Nepomuceno**): Essas ruas consolidaram-se como centralidade pela inserção de equipamentos relevantes nos anos 90: Shopping Center (atual Partage) e terminal Rodoviária. Esses equipamentos atraíram diversos outros e uma valorização intensa no preço da terra;

7. Presidente Médici, Cruzeiro - Comercial e Serviços (**Avenida Juscelino Kubitschek e Avenida Almirante Barroso**): A reestruturação da Avenida Juscelino Kubitschek entre os bairros do Cruzeiro, Presidente Médici e Palmeira Imperial concentram fluxos, emprego e renda pelos novos equipamentos e serviços próximos a avenida, além disso, a mesma possui grande vitalidade pela sua infraestrutura que permite a prática de atividades como a corrida e a caminhada, além da ciclofaixa bidirecional, atraindo fluxos que alimentam o consumo local.;
8. Malvinas, Três Irmãs - Comercial e Serviços (**Rua Francisco Lopes**): Consolidou-se como uma nova centralidade pela concentração de pequenos comércios.;
9. Bodocongó - Comercial, Serviços e Institucional: Consolidou-se como uma nova centralidade pela concentração de serviços próximos a Feirinha do Severino Cabral, além de ter um considerável fluxo estudantil devido a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e muitos estudantes moram no bairro de bodocongó e no bairro universitário;
10. Ligeiro - Comercial e Serviços: Consolidou-se como uma nova centralidade pela concentração de pequenos comércios;
11. Distrito Industrial - Industrial;
12. Velame - Industrial;
13. Bodocongó, Universitário, Bento Figueiredo, Conjunto Dos Professores - Institucional/Educacional.

Já o mapa de população traz dados sobre a média de população residente por setor censitário. Nota-se que o Centro da cidade, apesar de apresentar a maior concentração de comércios e serviços essenciais, apresenta níveis baixos de população quando comparado ao restante da cidade. O mesmo acontece com outras áreas de predominância de usos que não sejam habitacionais. Ao cruzar esses dados com os de renda (IBGE, 2010), visualizamos que as áreas com os maiores níveis de renda, em sua maioria, possuem os menores níveis populacionais.

Dessa forma, torna-se perceptível que as áreas mais propensas ao desenvolvimento econômico, com maiores níveis de renda e presença de centralidades, são justamente as menos ocupadas, tornando-se, na maioria das vezes, áreas ociosas (e muitas vezes inseguras) quando fora do horário comercial.

## 9. GRANDES PROJETOS DE IMPACTO

Campina Grande está passando por uma fase de transformação urbana significativa, impulsionada por uma série de projetos de impacto que visam melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes e promover o desenvolvimento sustentável da cidade.

As aberturas de vias têm um impacto significativo no desenvolvimento econômico das cidades. A abertura de novas vias pode facilitar o acesso a áreas anteriormente subdesenvolvidas, estimulando o crescimento econômico e o aumento do valor das propriedades, a exemplo da Avenida Félix Araújo, Plínio Lemos, Francisco Lopes, Josué Silvestre (Califon) e o prolongamento da Floriano Peixoto. Estas melhorias na infraestrutura viária podem atrair novos investimentos e negócios para a região, impulsionando a economia local. A mobilidade urbana também é beneficiada, o que pode aumentar a eficiência das operações comerciais e reduzir custos logísticos. Além disso, a criação de vias ao longo de riachos e canais, como o canal de Bodocongó e o canal do Prado, juntamente com a urbanização do Riacho das Piabas, não apenas ajudará a prevenir enchentes e alagamentos, mas também irá embelezar essas áreas e proporcionar mais espaços públicos para a comunidade. Em resumo, as aberturas de vias podem desempenhar um papel fundamental no impacto econômico positivo de uma cidade.

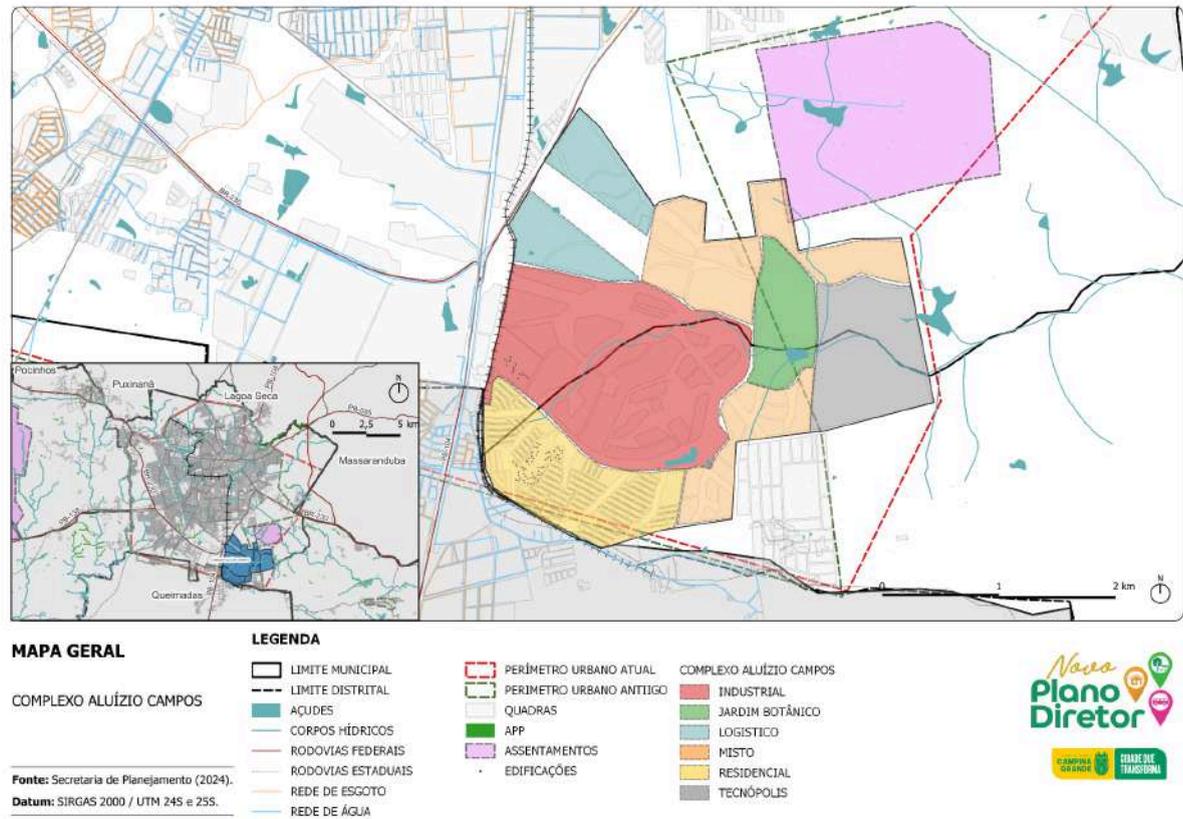
O impacto de obras estruturantes no entorno de uma cidade é significativo em diversos aspectos. Essas obras, como a construção de novas rodovias, como o caso da duplicação da BR-230 que traz em seu projeto quatro viadutos, e vai cortar parte da zona rural com um impacto sem precedentes para a região. Também, temos uma linha férrea desativada e sua exploração desde a recuperação de sua malha e seu entorno até a implantação de veículos sobre trilhos, no qual pode causar um grande impacto, por essa linha férrea se estender aos distritos, podendo ter sistemas de transporte público eficientes multimodais e integrados, podendo melhorar a mobilidade urbana, reduzir o tempo de deslocamento e facilitar o acesso a diferentes regiões da cidade. Além

disso, tais projetos podem impulsionar o desenvolvimento econômico local, atraindo investimentos e gerando empregos diretos e indiretos. No entanto, é importante considerar os impactos ambientais e sociais dessas obras, observando-se as diretrizes para projetos deste segmento buscando minimizar possíveis danos ao meio ambiente e garantir que as comunidades locais sejam beneficiadas e não prejudicadas.

Há grandes parques em conclusão como o Parque Dinamérica, em construção e expansão como o Parque do Povo e Evaldo Cruz (Açude Novo), em projeção a ser desenvolvido, a exemplo da Estação Nova, e reforma, que podemos citar o Parque Vergniaud Wanderley (açude Velho). Assim a cidade tem de enxergar a grande importância que estes espaços trazem para o bem-estar social e a qualidade de vida das pessoas. Eles proporcionam espaços de lazer, contato com a natureza, prática de atividades físicas, além de serem locais para eventos culturais e encontros com amigos e familiares. Além disso, os parques contribuem para a melhoria do meio ambiente urbano, ajudando a reduzir a poluição e a amenizar as ilhas de calor. Compartilhar experiências ao ar livre também fortalece os laços comunitários e promove um senso de pertencimento à cidade.

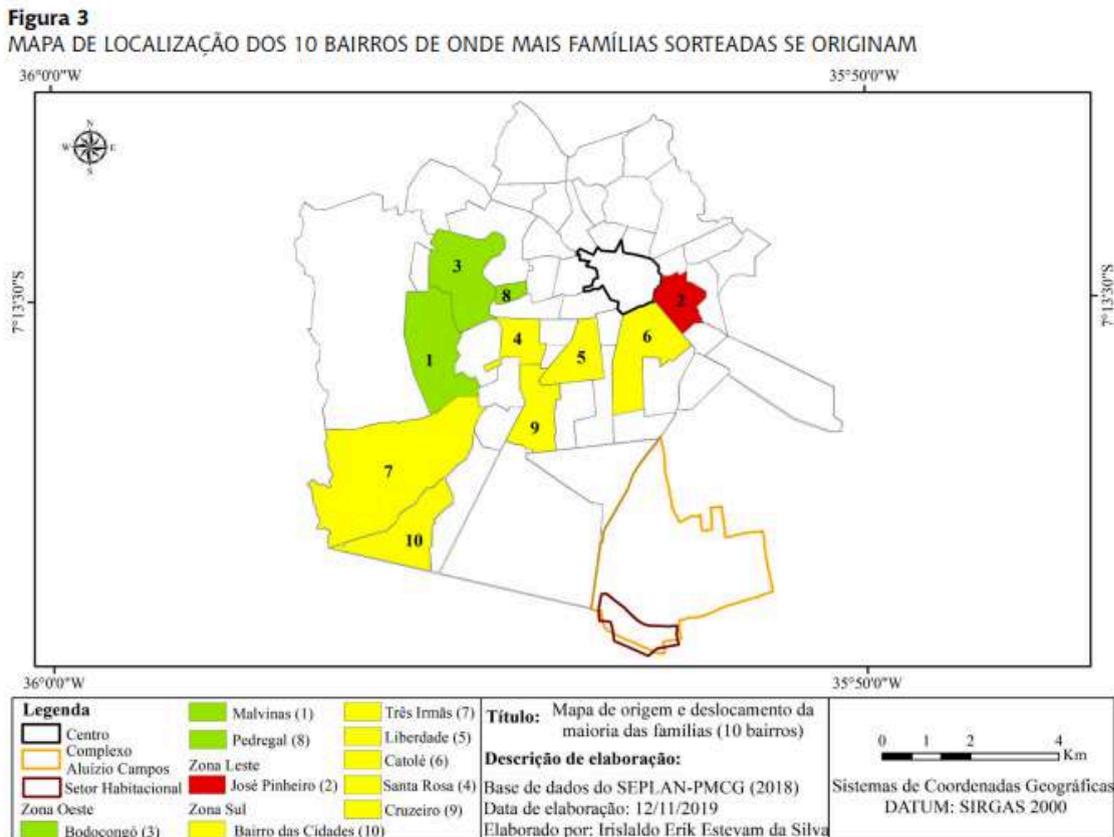
Cita-se, também, o projeto de reforma do Mercado Central, que é de suma importância para revitalizar a área central da cidade, promover o comércio local e preservar um patrimônio histórico e cultural de muita importância. Da mesma forma, pode-se falar sobre a revitalização da Estação Nova para a criação de um Grande Parque, trazendo uso para uma área abandonada que pode ser aproveitada para trazer conforto e mais uma opção de lazer e fomento à cultura e ao comércio. Também, a reforma do Parque Vergniaud Wanderley (Açude Velho), no qual tem um papel importante para a cidade, tanto em Patrimônio Cultural, como no aspecto de valor sentimental para todos que o utilizam, no qual contribui para a preservação de áreas verdes e espaços de convívio ao ar livre para os moradores e visitantes de Campina Grande.

Figura 00. Complexo AluÍzio Campos.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Mapa de origem e deslocamento da maioria das famílias (10 bairros).



**Fonte:** Irislaldo Erik Estevam da Silva (2019).

Nos moldes do projeto apresentado e construído, esse é mais um grande conjunto habitacional periférico que se constitui como um espaço de segregação planejada. Desenvolvida completamente alheia à malha urbana prévia, o complexo contaria com uma área industrial, um setor logístico, um jardim botânico e até um polo tecnológico, prometendo gerar melhorias econômicas na cidade. Fato é que não houve uma finalização do projeto, uma vez que as ditas empresas que deveriam se instalar na área e gerar empregos para as pessoas já assentadas não chegaram, e além da área residencial, os outros setores não foram ocupados como planejado e o projeto não atingiu os resultados previstos. A área segue sem acesso a saneamento e com grandes problemas de mobilidade. (SILVA, 2022)

## 10. MEIO AMBIENTE

O bioma predominante em Campina Grande é a Caatinga, um ecossistema que requer estratégias específicas de manejo para conservação e uso sustentável dos recursos naturais, especialmente considerando os desafios impostos pela degradação ambiental e as mudanças climáticas.

Campina Grande-PB apresenta uma variação significativa na altimetria, com as maiores elevações situadas principalmente na zona norte da cidade. A análise da declividade, conforme a classificação da EMBRAPA, revela uma distribuição que varia de áreas planas (0-3%) nas regiões centrais e oeste, a áreas escarpadas (>75%) em outras partes do município. As áreas planas, predominantes nas zonas centrais e oeste, são ideais para urbanização e desenvolvimento de infraestrutura devido à menor inclinação e menor risco de deslizamentos. A cidade é atravessada por vários cursos de água importantes, como o Rio Bodocongó e os Açudes Velho e Novo, que desempenham papéis cruciais no abastecimento de água, na irrigação agrícola e na manutenção dos ecossistemas locais. Esses recursos hídricos também são pontos importantes para o lazer e turismo, mas exigem um manejo adequado para evitar a poluição, assegurar a qualidade da água e preservar a biodiversidade.

A presença de áreas planas ainda não urbanizadas dentro do perímetro urbano de Campina Grande oferece oportunidades significativas para o planejamento e desenvolvimento de novas áreas residenciais, comerciais e industriais. A variação na altimetria e declividade permite um planejamento mais eficiente da infraestrutura urbana, considerando a drenagem natural e a disposição dos recursos hídricos, fundamentais para mitigar os riscos de enchentes e erosão. Compreender detalhadamente a altimetria, a declividade e os cursos de água de Campina Grande é essencial para um desenvolvimento urbano sustentável. Esses fatores influenciam diretamente a viabilidade de novos projetos de construção, a gestão dos recursos naturais e a mitigação dos riscos ambientais, promovendo assim uma qualidade de vida melhor para a população.

Campina Grande possui uma série de legislações voltadas à preservação ambiental, iniciando com o Código de Defesa do Meio Ambiente, estabelecido pela lei nº 042 de 2009. A lei aborda diversos aspectos cruciais para a preservação do meio ambiente. Em primeiro lugar, ela enfatiza a prevenção, afirmando que os danos ao meio ambiente são de difícil e lenta recuperação, quando não impossíveis de reverter, e que devem ser primordialmente evitados. Em segundo lugar, a lei estabelece o princípio da precaução, vedando intervenções no meio ambiente a menos que haja certeza de que não causarão reações adversas, uma vez que a ciência nem sempre pode oferecer respostas conclusivas sobre a inocuidade de determinados procedimentos. Além disso, a lei incorpora o princípio do poluidor-pagador, determinando que o empreendedor deve internalizar os custos ambientais gerados pela produção e consumo, compensando a degradação e a escassez dos recursos ambientais. A lei também prevê a reparação ou responsabilidade integral, obrigando os responsáveis pela degradação ambiental a arcar com a responsabilidade e os custos da reparação ou compensação pelos danos causados.

Entre os objetivos destacados pela lei, está o estímulo à adoção de hábitos, costumes e práticas sociais e econômicas não prejudiciais ao meio ambiente. A lei também visa adequar as atividades do setor público e privado, tanto em áreas urbanas quanto rurais, às exigências de equilíbrio ambiental e preservação dos ecossistemas naturais. Adicionalmente, a lei estabelece a necessidade de fixar critérios e padrões de qualidade ambiental e normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais, que devem ser mais restritivos que os federais e estaduais, promovendo continuamente sua adequação em face das inovações tecnológicas e alterações decorrentes da ação antrópica ou natural. Por fim, a lei promove o tratamento e a disposição final dos resíduos e efluentes de qualquer natureza de forma adequada.

Além disso, o município se apoia em outras normativas importantes para assegurar a proteção do meio ambiente, como segue: O Capítulo II do Título IV da Lei Orgânica do Município destaca-se por garantir o direito a uma qualidade de vida adequada e a conservação ambiental; a lei nº 3.236/96, que cria o Plano

Diretor do Município, estabelece metas e diretrizes para a política ambiental local.

1. [A lei nº 4.327/05, que organiza o Fundo Municipal de Meio Ambiente;](#)

O objetivo da criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente é instituir o FMMA, destinado a financiar projetos, programas e ações voltados à proteção, preservação, conservação e recuperação do meio ambiente no município de Campina Grande. O Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) tem como finalidade apoiar projetos de preservação e conservação ambiental, promover a recuperação de áreas degradadas, incentivar a educação ambiental, fomentar o desenvolvimento sustentável, apoiar a implementação e a execução da Política Municipal de Meio Ambiente, e contribuir para o fortalecimento institucional da gestão ambiental.

2. [A lei nº 4.129/03, referente ao Código de Posturas do Município;](#)

A Lei nº 4.129/03, que institui o Código de Posturas do Município de Campina Grande, aborda diversos aspectos relacionados ao meio ambiente com o objetivo de assegurar a ordem, a higiene, a segurança e o bem-estar da população. Entre os principais pontos ambientais, a lei estabelece normas para a limpeza pública, determinando a responsabilidade dos munícipes pela manutenção da limpeza de suas propriedades e adjacências, além de proibir o despejo de lixo e resíduos em locais públicos não autorizados.

A legislação também aborda a gestão de resíduos sólidos, exigindo a separação e a destinação adequada dos resíduos recicláveis e orgânicos, bem como a obrigatoriedade da coleta seletiva. A lei enfatiza a importância da preservação das áreas verdes e parques municipais, proibindo a degradação de áreas protegidas e incentivando a arborização urbana.

Além disso, o Código de Posturas regula a emissão de poluentes, controlando a poluição do ar, da água e sonora. Estabelece limites para emissões de ruídos, determinando horários específicos para atividades potencialmente barulhentas, e prevê medidas para a proteção dos recursos hídricos, como a proibição de

despejo de substâncias nocivas em cursos d'água. A lei também inclui disposições sobre a construção civil, exigindo a adoção de práticas sustentáveis e a mitigação de impactos ambientais das obras. O Código de Posturas de Campina Grande visa, assim, promover um ambiente urbano saudável e sustentável, com regras claras e específicas para a proteção e conservação do meio ambiente, contribuindo para a qualidade de vida dos seus habitantes.

Além disso, o município se apoia em outras normativas importantes para assegu

3. A lei nº 4.687/08, que trata da reciclagem de resíduos eletrônicos e a responsabilização das empresas pela disposição ambientalmente correta dos produtos que fabricam ou vendem; e finalmente, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), que visa promover uma gestão colaborativa e eficiente dos resíduos, através de estratégias normativas, operacionais, financeiras e de planejamento.

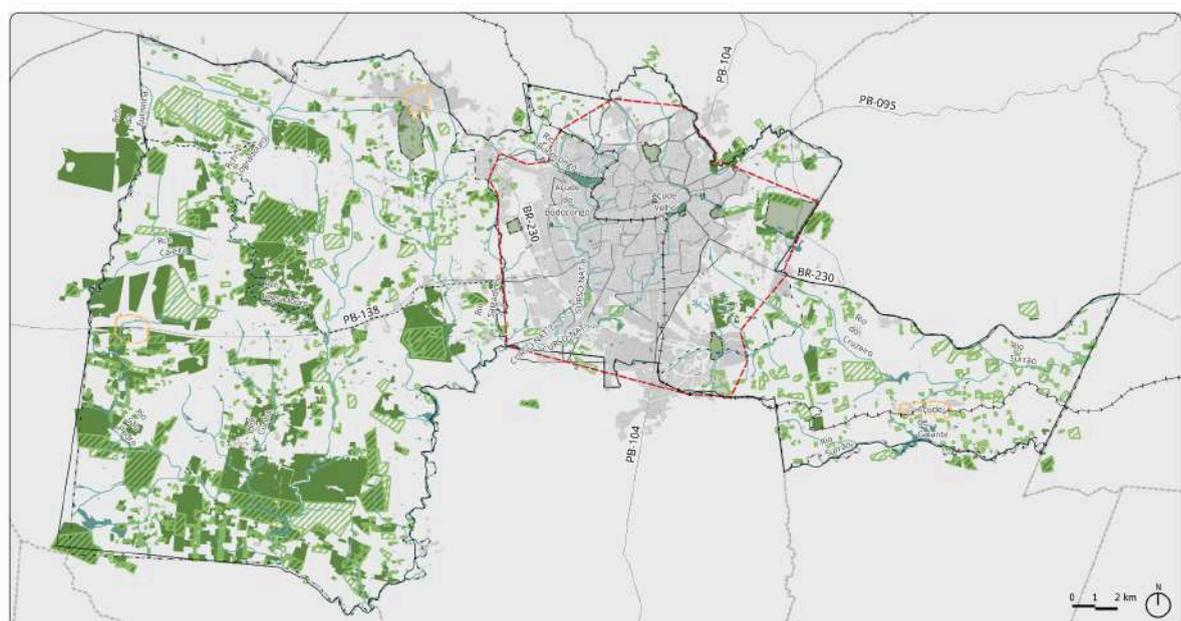
A vegetação desempenha um papel crucial na melhoria da qualidade de vida em Campina Grande, atuando no controle da temperatura e melhorando o conforto ambiental. A preservação da cobertura vegetal é vital para moderar a radiação solar, ajustar a temperatura e a umidade relativa através do sombreamento, reduzir a temperatura das superfícies urbanas, e moderar a sensação de calor. Além disso, a vegetação influencia a velocidade e a direção dos ventos, serve como barreira acústica, impacta a frequência das chuvas e ajuda a diminuir a poluição do ar por meio de processos naturais como a fotossíntese e a respiração.

Portanto, a criação e conservação de áreas verdes são fundamentais para fomentar uma melhor qualidade de vida e maior salubridade em Campina Grande. Contudo, a cidade enfrenta desafios significativos nesse aspecto. Existem áreas verdes, mas sua distribuição é desigual, resultando em carência em certas regiões. Os bairros mais centrais e populosos, como o Centro e algumas áreas periféricas, apresentam maior deficiência de espaços verdes, enquanto outras áreas, como as adjacências do Parque da Criança, são mais

bem servidas. Para garantir um desenvolvimento urbano sustentável, é crucial que o planejamento urbanístico e ambiental priorize a criação e manutenção de áreas verdes em regiões carentes, promovendo assim a integração do crescimento socioeconômico com a preservação ambiental.

Mapa de vegetação nativa e reserva legal: Poucas áreas possuem vegetação nativa dentro do município e dentre elas ainda ocorrem áreas não protegidas como reserva legal ou Zona de Interesse Ambiental, portanto é importante proteger essas áreas remanescentes de vegetação.

**Figura 00.** Mapa de vegetação nativa, reserva legal e zonas especiais de interesse ambiental.



**MAPA DE VEGETAÇÃO NATIVA, RESERVA LEGAL E ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE AMBIENTAL**

LEGENDA

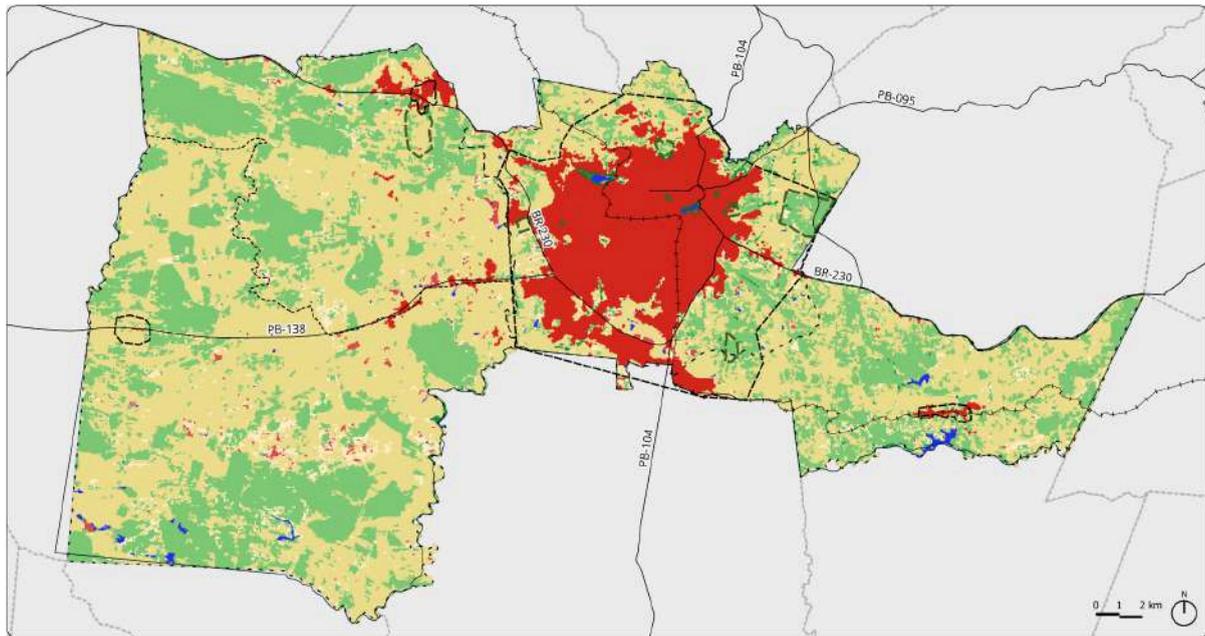
VEGETAÇÃO NATIVA	AÇUDES	FERROVIA	LIMITE URBANO DA SEDE	LIMITE MUNICIPAL
RESERVA LEGAL	CURSOS D'ÁGUA	LIMITE DISTRITAL	QUADRAS	MUNICÍPIOS DA PARAÍBA
ZEIA	RODOVIAS	LIMITE URBANO DOS DISTRITOS	BAIRROS	

Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).  
Datum: SIRGAS 2000 / UTM 24S e 25S.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Figura 00. Mapa de uso e cobertura do solo em ZEIAS.



#### MAPA DE USO E COBERTURA DO SOLO EM ZEIAS

#### LEGENDA

##### MAPBIOMAS - USO E COBERTURA DA TERRA (2022)

Banda 1: classification\_2022 (Gray)

- Formação Florestal
- Formação Savânica
- Formação Campestre

- Pastagem
- Agricultura - Cana
- Agricultura - Mosaico de usos
- Área Urbanizada
- Outras Áreas não Vegetadas

- Rio, Lago e Oceano
- ZEIAS
- RODOVIAS
- FERROVIA
- PERÍMETRO URBANO

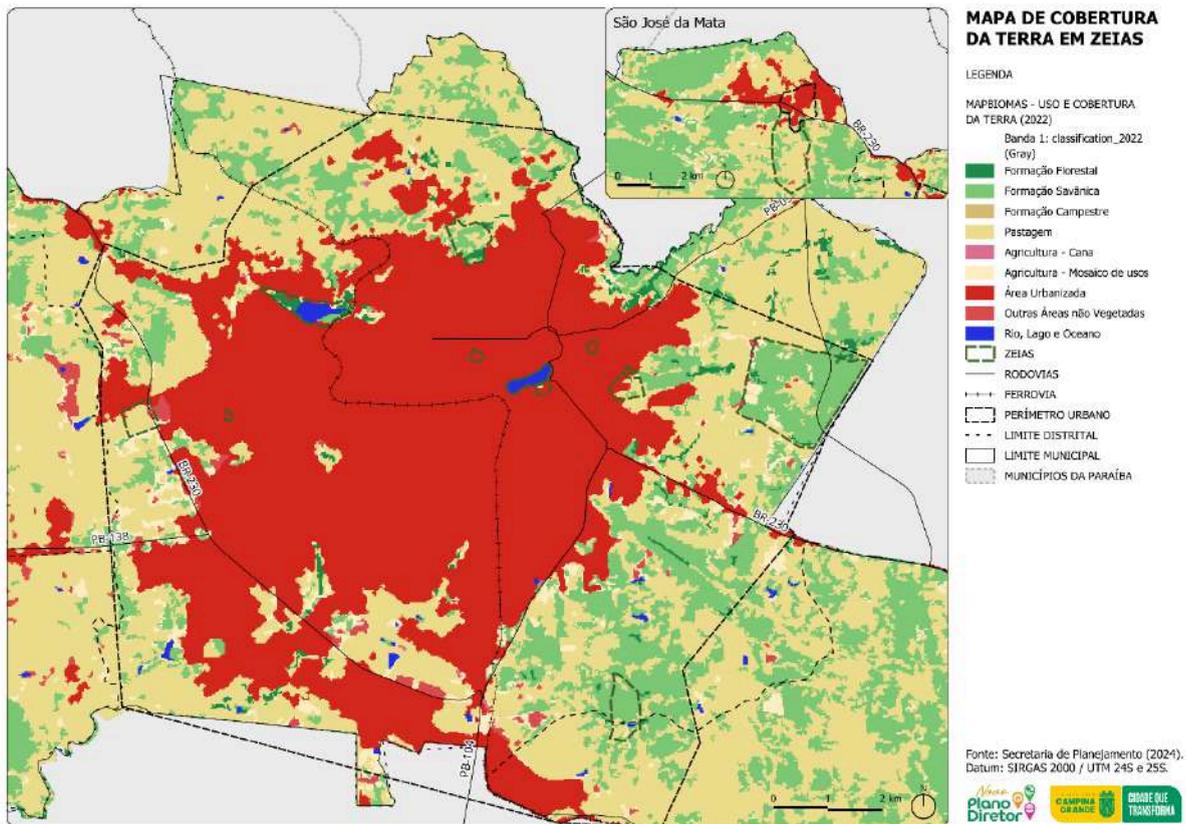
- LIMITE DISTRITAL
- LIMITE MUNICIPAL
- MUNICÍPIOS DO PARAÍBA

Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).  
Datum: SIRGAS 2000 / UTM 24S e 25S.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

Figura 00. Mapa de cobertura da terra em ZEIAS.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

- Zonas Especiais de Interesse Ambiental previstas pelo Plano Diretor de 2006 se encontram degradadas, boa parte delas apresenta atividade agrícola em sua delimitação como : São José da Mata, Parque do Poeta, Açude de Bodocongó e Jardim Botânico do Aluízio Campos. Algumas dessas ZEIAS chegam a apresentar áreas urbanizadas dentro de seus perímetros

Potencialidades:

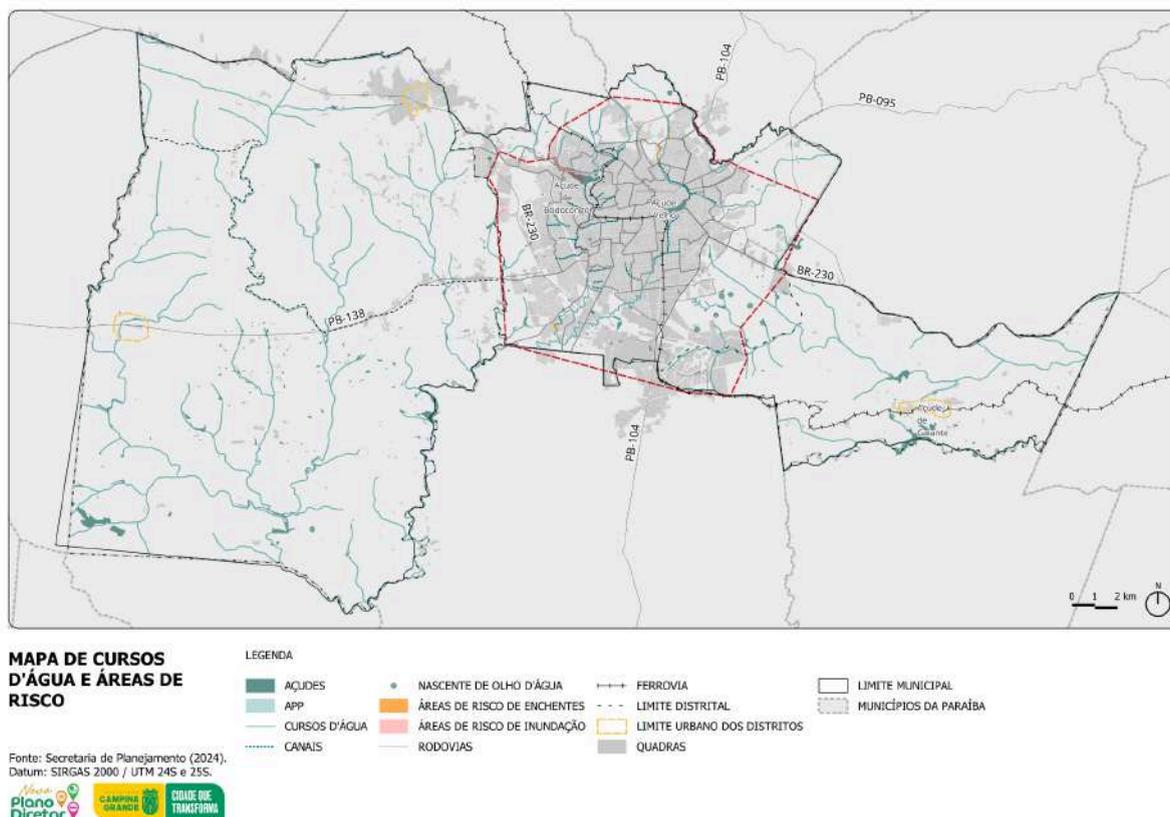
- Trechos de área de formação florestal que poderiam ser preservadas através de políticas públicas

Propostas:

- Alterar delimitação antiga das ZEIAS já existentes, podendo abarcar áreas próximas como potencial ambiental, como o caso do parque do poeta que possui uma formação florestal próxima que não se encontra dentro do perímetro da ZEIA

- Criação de novas ZEIAS que abarque áreas vegetadas remanescentes dentro da malha urbana
- Mapa de cursos d'água e áreas de risco: Identificar áreas próximas a áreas de preservação permanente, além do risco de enchentes e riscos de inundação

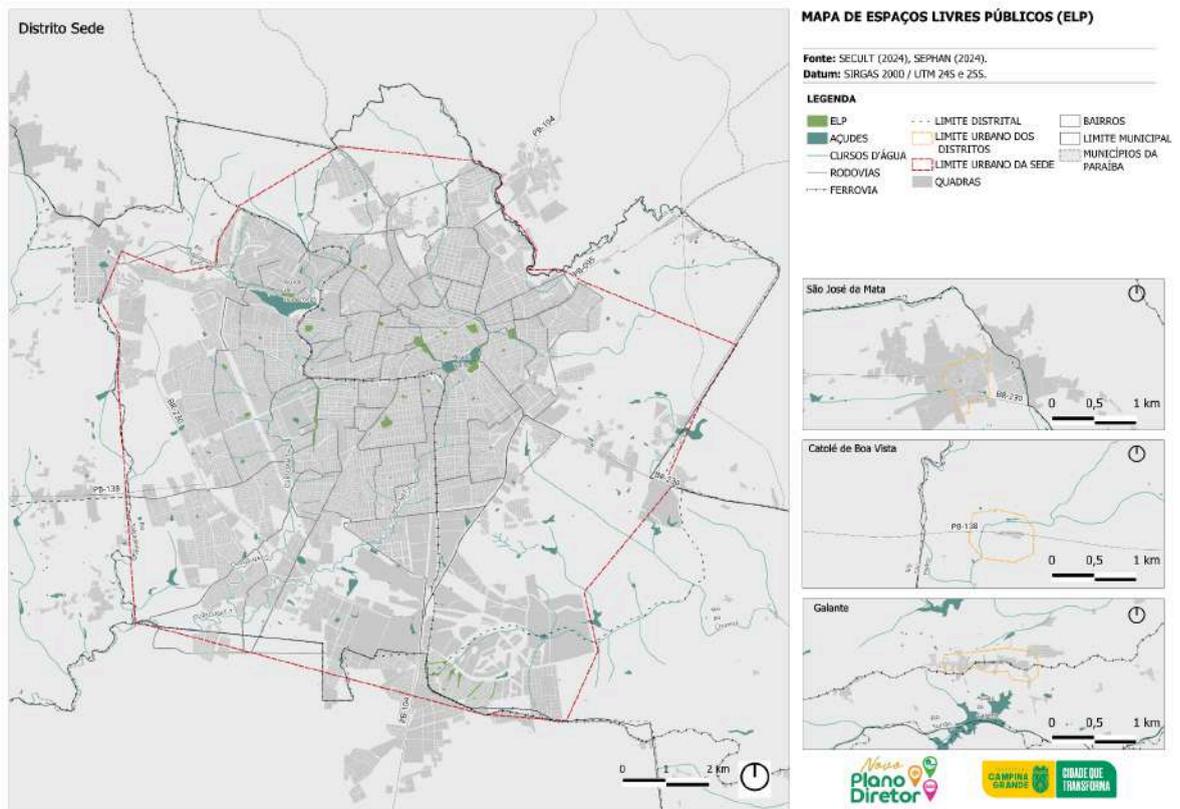
**Figura 00.** Mapa de cursos d'água e áreas de risco.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

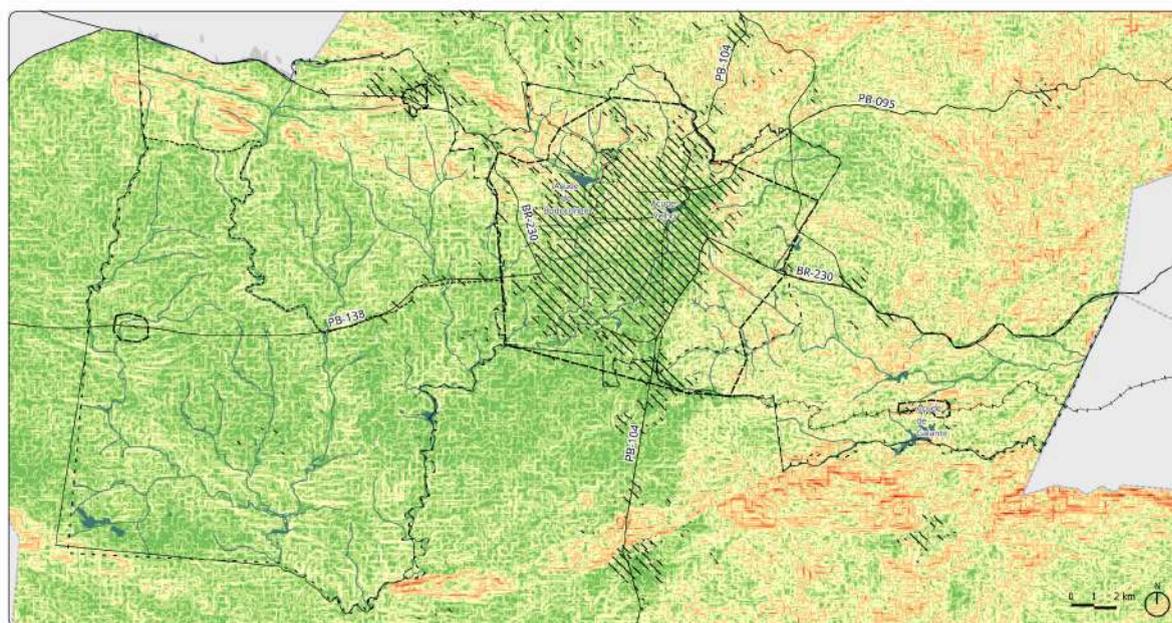
Mapas de espaços livres públicos: Espaços livres majoritariamente localizados em áreas centrais da cidade, o que caracteriza insuficiência desses espaços em regiões periféricas.

**Figura 00.** Mapa de espaços livres públicos (ELP).



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Mapa de declividade.



#### MAPA DE DECLIVIDADE

#### LEGENDA

#### DECLIVIDADE

Banda 1 (Gray)  
0  
6

— AÇUDES  
— CUSCOS D'ÁGUA  
— RODOVIAS  
— FERROVIAS

IBGE - ÁREAS URBANIZADAS (2019)  
PERÍMETRO URBANO  
LIMITE DISTRITAL  
LIMITE MUNICIPAL  
MUNICÍPIOS DA PARAÍBA

Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).  
Datum: SIRGAS 2000 / UTM 24S e 25S.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Declividade de acordo com a EMBRAPA:

0-3% - Plano

3-8% - Suave

8-20% - Suave Ondulado

20-45% - Ondulado

45-75% - Montanhoso

>75% - Escarpado

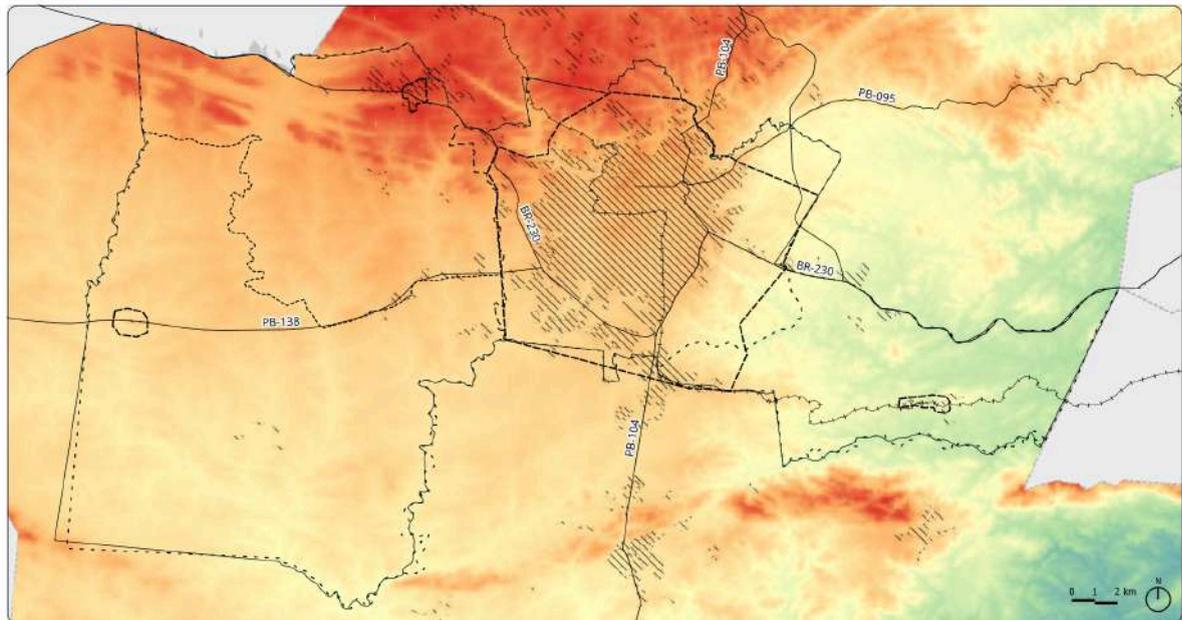
Potencialidades

- As áreas mais planas (em verde) estão localizadas nas áreas centrais e na zona oeste do município
- Presença de áreas planas ainda não urbanizadas dentro do perímetro urbano

Mapa de altimetria:

- Maior altitude na zona norte da cidade

**Figura 00.** Mapa de altimetria.



**MAPA DE ALTIMETRIA**

LEGENDA

ALTIMETRIA

Banda 1 (Gray)  
66,819099  
728,781066

— RODOVIAS

— FERROVIAS

IBGE - ÁREAS URBANIZADAS (2019)

PERÍMETRO URBANO

LIMITE DISTRITAL

LIMITE MUNICIPAL

MUNICÍPIOS DA PARAÍBA

Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).  
Datum: SIRGAS 2000 / UTM 24S e 25S.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

## 11. SANEAMENTO AMBIENTAL

De acordo com a Política Nacional de Saneamento, instituída pela Lei Federal nº 11/445/2006, atualizada pela Lei nº 14.026/2020, as políticas públicas precisam ser implantadas com o objetivo de atingir a universalização dos serviços de saneamento básico, ou seja, o acesso dos serviços deve ser garantido para todas as pessoas, com qualidade e ininterruptamente. Sendo assim, os municípios precisam atingir, até 2033, a meta de 99% da população com acesso ao abastecimento de água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto de forma adequada.

Segundo o Instituto Trata Brasil, Campina Grande ocupa a 33ª nacional no Ranking do Saneamento de 2024, configurando como o melhor município paraibano e o segundo melhor da região Nordeste na lista. Ainda assim, o planejamento de ações que visem à melhoria da qualidade e da infraestrutura de saneamento deve ser visto como uma prioridade, a fim de manter o serviço em áreas já atendidas e expandi-lo para áreas onde o serviço ainda não é ofertado.

Nesse sentido, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) é um instrumento de transformação social, que visa promover o saneamento básico com base nos princípios fundamentais estabelecidos pela legislação. Em Campina Grande, o PMSB foi elaborado entre os anos de 2013 e 2015, tendo a lei aprovada em 04 de junho de 2019 (Lei nº 7.199/2019). O Artigo 33, parágrafo 2, desta lei prevê a necessidade de revisão do PMSB em prazo não superior a quatro anos. Desde a sua formulação, o PMSB do município não passou por um processo de revisão, sendo essencial a sua atualização para garantir a adequação de ações e metas às necessidades atuais e futuras.

Com o intuito de identificar os problemas existentes em relação a oferta dos serviços das quatro vertentes do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo e drenagem de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos) em Campina Grande, o tema foi levado para discussão nas diversas oficinas realizadas durante a etapa de elaboração do diagnóstico

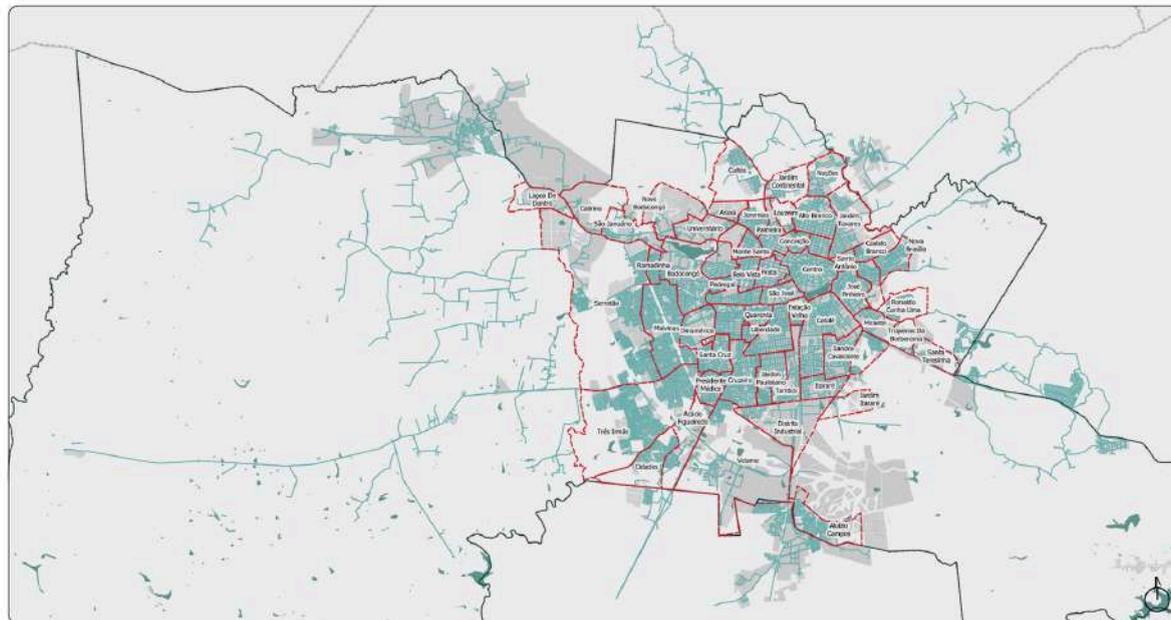
participativo de atualização do Plano Diretor. Além disso, nestes encontros, foram aplicados 162 questionários para entender a dinâmica de funcionamento destes serviços de forma mais aprofundada e individual. Em 2021, também foram coletadas informações acerca de saneamento básico através de um questionário aplicado com a população de cada bairro.

A partir dos dados coletados nestas atividades, elaborou-se “mapas de calor” para identificar as áreas mais problemáticas para cada vertente do saneamento, de modo a possibilitar um melhor direcionamento a tomada de decisões, não só quanto a oferta desses serviços, mas também no direcionamento da expansão urbana, na escolha de áreas adequadas para investimentos em moradias populares e no zoneamento urbano e ambiental.

### **11.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

O Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2024) aponta que cerca de 98,40% dos domicílios campinenses têm acesso à água por meio da rede geral de abastecimento. O mapa de Rede de abastecimento de água da zona urbana de Campina Grande e dos Distritos São José da Mata e Catolé de Boa Vista apresenta a rede de distribuição de abastecimento de água do ano de 2021. Nota-se que toda a zona urbana é contemplada com o serviço, porém, alguns setores de áreas periféricas e/ou com altitudes mais elevadas, sofrem com problemas de pressão, fazendo com que a água chegue nestas localidades com quantidade limitada ou que o serviço não seja ofertado de forma contínua.

**Figura 00.** Rede de abastecimento de água da zona urbana de Campina Grande e dos Distritos São José da Mata e Catolé de Boa Vista



#### REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

#### LEGENDA

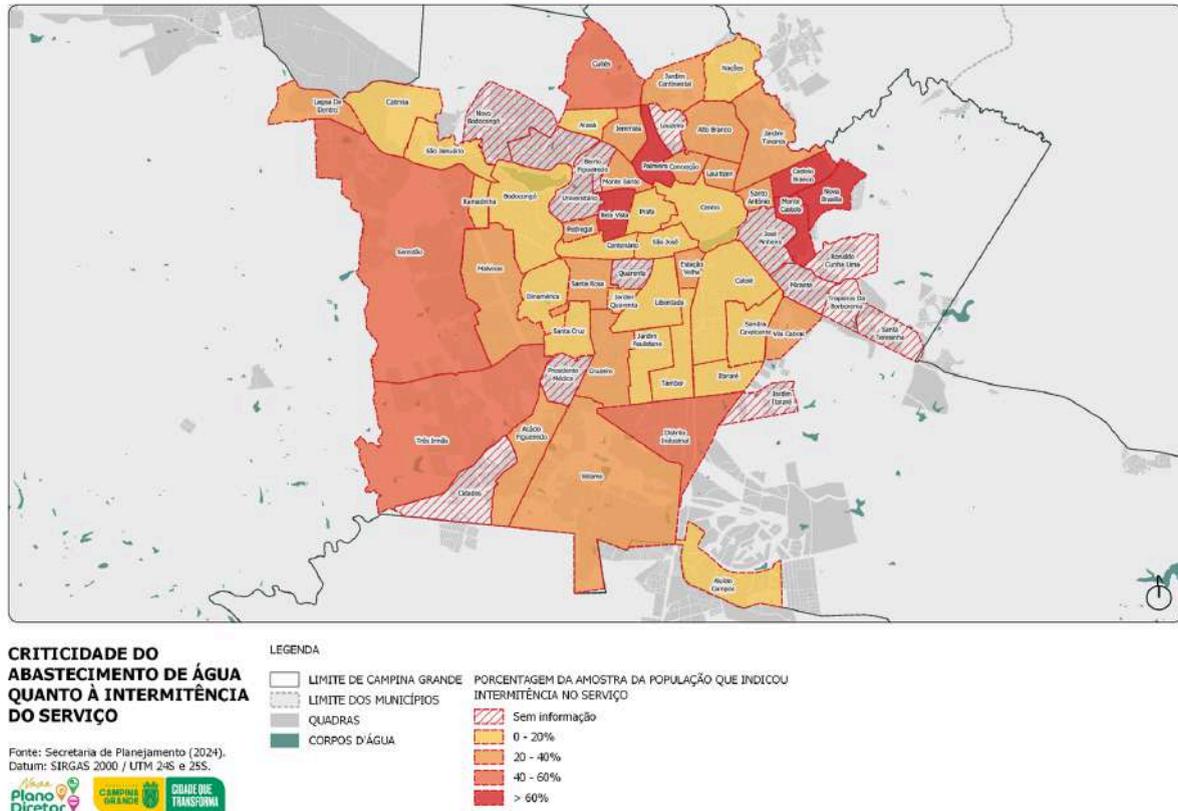

Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).  
Datum: SIRGAS 2000 / UTM 24S e 25S.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Tal fato é confirmado ao analisar o mapa de Criticidade do Abastecimento de Água por bairro quanto à intermitência do serviço, que apresenta o relato da população quanto a ocorrência de intermitência do serviço de abastecimento de água, sendo possível observar que o serviço de abastecimento de água é ofertado de forma desigual na cidade. Os bairros Palmeira e Bela Vista, de maiores altitudes, e Santo Antônio, Nova Brasília e Monte Castelo, situados no extremo leste, são os mais criticados quanto à ocorrência de falta d'água. Percebe-se também uma predominância da coloração amarela nas regiões centrais da cidade, o que indica uma porcentagem de 0 a 20% de entrevistados relatando problemas quanto a intermitência no abastecimento de água, enquanto nas áreas periféricas a predominância é de tons mais escuros, indicando um aumento desse número de reclamações para até 40% dos entrevistados.

**Figura 00.** Criticidade do Abastecimento de Água por bairro quanto à intermitência do serviço.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Desta forma, com o crescimento da cidade essa problemática pode se agravar, uma vez que novas residências são ligadas à rede sem que necessariamente ocorra o redimensionamento da infraestrutura. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS, 2024), houve um crescimento de 18.841 ligações ativas entre os anos de 2014 e 2022, ou seja, desde que o Plano Municipal de Saneamento Básico de Campina Grande (PMSB-CG) foi elaborado.

O planejamento e acompanhamento da expansão urbana deve ser acompanhado pela prefeitura e prestadora do serviço de abastecimento de água, de forma a realizarem conjuntamente o planejamento adequado para expansão da infraestrutura, avaliando se o atendimento do serviço gerado pelo processo de expansão em determinadas áreas da cidade não está gerando ampliação da

desigualdade na qualidade do serviço prestado em Campina Grande, considerando intermitência do serviço.

É importante mencionar que os Distritos de Galante, Catolé de Boa Vista e São José da Mata, além de algumas localidades rurais, também são abastecidos pelo Sistema de Abastecimento de Água de Campina Grande. Estas localidades apresentam um sistema mais deficitário, com maiores intermitências no funcionamento e apresentando usuários ainda não contemplados com a rede de abastecimento da concessionária, necessitando da assistência de carros-pipa, poços ou outras soluções alternativas.

De acordo com o contrato vigente entre a Prefeitura Municipal e a concessionária do serviço de abastecimento de água (Cagepa), a meta para universalização do acesso à água (99%) só será atingida no ano de 2054, estando em desconformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 14.026/2020. Além disso, este contrato prevê atingir metas futuras que atualmente já foram alcançadas, a exemplo do índice de perdas, que foi estipulado em 40% para o ano de 2022, sendo que os dados do SNIS já mostravam um índice de perdas de aproximadamente 25% para este mesmo ano. No PMSB-CG, as metas estabelecidas para o ano de 2022 nos cenários admissível e desejável são de respectivamente 28,4% e 27,2%.

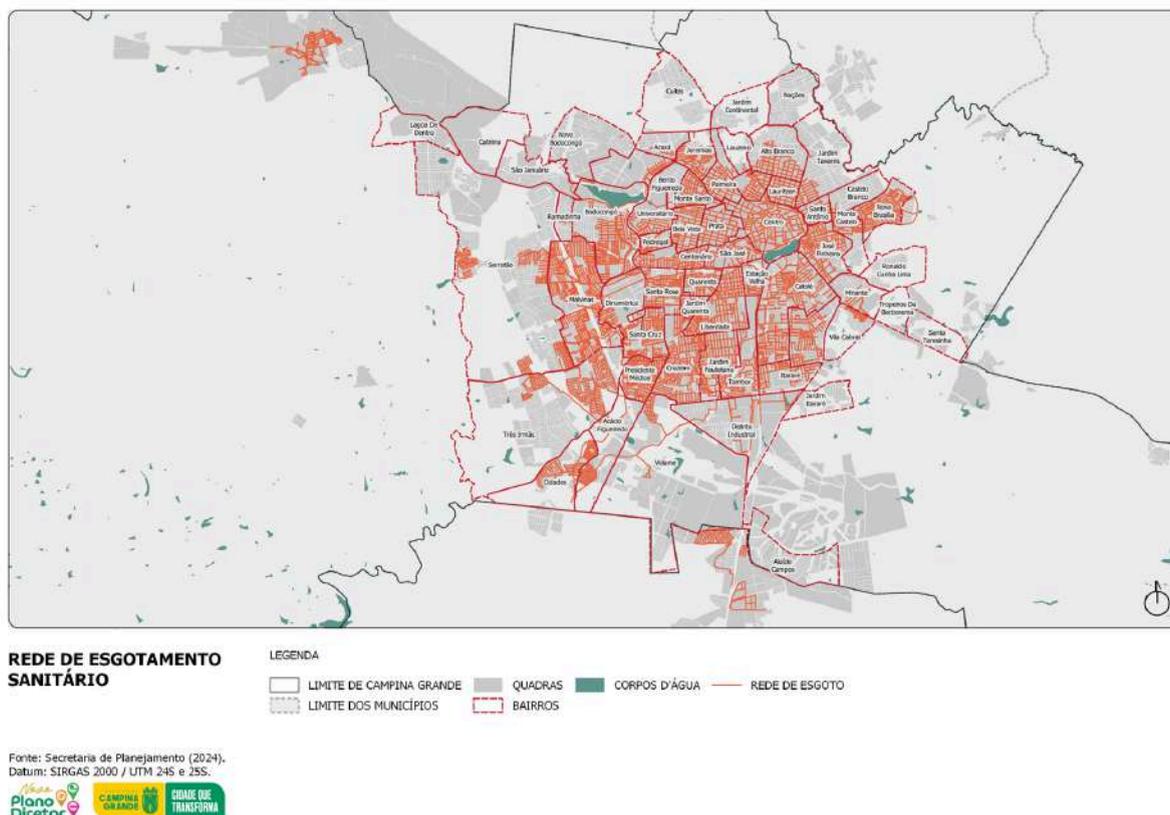
Logo, além de ser indispensável que os contratos firmados possuam metas que estejam em consonância com as estipuladas no planejamento do município, essas metas precisam atingir sempre resultados melhores do que o cenário real de quando foram definidas, a fim de garantir uma contínua melhoria dos sistemas e serviços avaliados, incluindo também outras metas de qualidade do serviço.

## **11.2. ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

O Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do município de Campina Grande abrange o Distrito Sede, o Distrito de Galante e o Distrito de São José da Mata.

Em 2022, cerca de 86,62% dos domicílios eram atendidos pelo serviço de coleta e transporte de esgoto, com 98.053 ligações ativas (IBGE, 2024; SNIS, 2024). As demais residências destinavam seus efluentes sanitários para fossa séptica (5,27%), fossa rudimentar (4,35%) ou outra forma de destinação final (3,76%).

**Figura 00.** Rede de esgotamento sanitário.

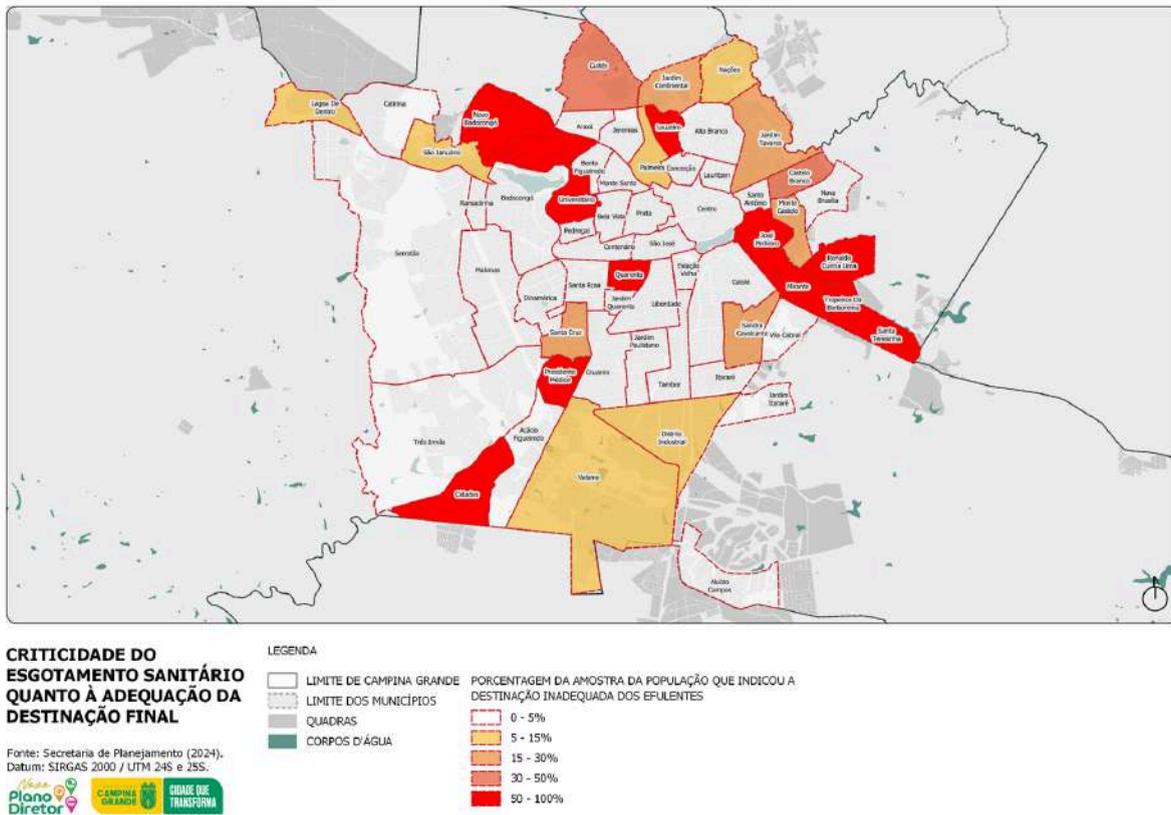


**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Apresenta-se o mapeamento da rede coletora de esgotos realizado em 2021 e a criticidade do serviço quanto à destinação final. Apesar da rede possuir uma extensão de 771,54 km, verifica-se que muitas áreas periféricas da cidade ainda não são atendidas pelo SES. A partir das oficinas, foram destacados problemas como o lançamento clandestino de esgoto no sistema de drenagem e a existência de extravasamentos e entupimentos na rede, agravados pela falta de manutenção adequada no SES. As contribuições clandestinas de esgoto na rede de drenagem ou disposição a céu aberto trazem problemas de contaminação

dos corpos hídricos da cidade, proliferação de vetores e liberação de odores, comprometendo os recursos naturais, a saúde e o bem-estar da população.

**Figura 00.** Criticidade do Esgotamento Sanitário quanto à adequação da destinação final do efluente.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

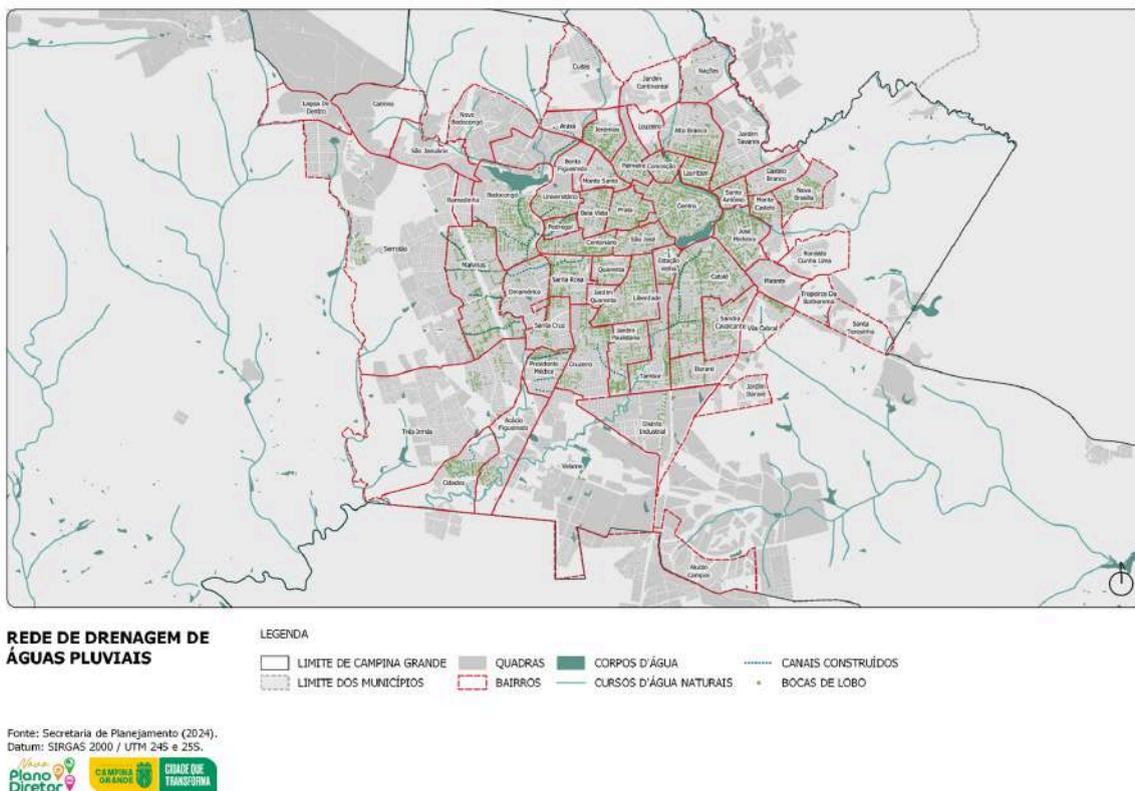
Atualmente o município possui quatro Estações de Tratamento de Esgoto (ETE): uma no Distrito de Galante, outra no Distrito de São José da Mata, a ETE do Glória e uma ETE no bairro Acácio Figueiredo (Catingueira). Na etapa de tratamento, as deficiências estão relacionadas à baixa vazão de esgoto que chega às ETEs, devido aos furtos e a falhas de manutenção. Gomes (2013) estima que apenas 3% do esgoto coletado chegam a ETE da Catingueira, sendo, em grande parte, desviados para irrigação de cultivos.

O contrato de programa para a prestação do serviço de esgotamento sanitário celebrado entre o município de Campina Grande e a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa) estabelece metas de ampliação e manutenção do SES entre os anos de 2020 e 2054. É previsto que até 2030 a coleta e tratamento de esgoto atende a 90% da população urbana, enquanto no PMSB do município, prevê-se a universalização do serviço até 2034. Assim, é necessário que o contrato com prestador do serviço e o planejamento municipal continuem integrados, incluindo a execução dos programas “Ampliação da Rede Coletora de Esgotos, Interceptores e Acessórios”, “Pró-Ligação de esgoto”, “Gerenciamento continuado do SES” e “Utilização de água de reuso”, previstos pelo PMSB.

### **11.3. DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS**

O desenvolvimento acelerado da zona urbana de Campina Grande tem desencadeado uma alteração significativa na dinâmica das bacias hidrográficas locais. Este fenômeno é ampliado pela crescente impermeabilização do solo e pela ausência de regulamentação adequada que controle essa prática. Como resultado direto, apesar da alta cobertura oferecida pelo serviço de manejo de águas pluviais na cidade, as estruturas convencionais de micro e macrodrenagem existentes têm se mostrado insuficientes para o objetivo de direcionar a água da chuva para longe das áreas habitadas.

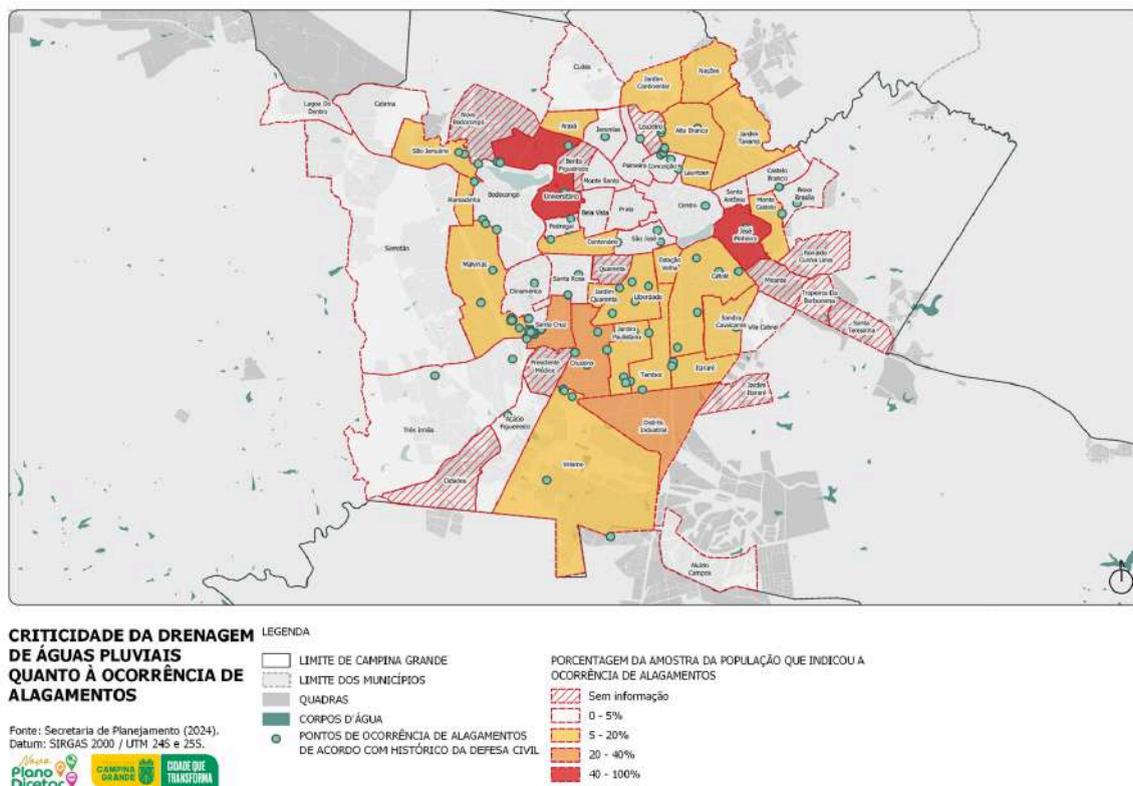
**Figura 00.** Rede de drenagem de águas pluviais da Zona Urbana de Campina Grande.



**Fonte:** Secretaria de planejamento (2024).

Em períodos chuvosos, é usual o registro de diversos pontos de alagamento distribuídos por toda a mancha urbana. A análise de questionários aplicados à população revela uma incidência maior de alagamentos em bairros mais urbanizados ou periféricos, como José Pinheiro, Universitário, Distrito Industrial, Santa Cruz, Cruzeiro, Tambor e Sandra Cavalcante. Esta tendência é corroborada pelos registros da Defesa Civil de Campina Grande, que apontam um maior número de ocorrências nos bairros da zona sul, incluindo Malvinas, Santa Cruz, Cruzeiro, Tambor, Jardim Paulistano e Liberdade.

**Figura 00.** Criticidade da drenagem de águas pluviais por bairro quanto à ocorrência de alagamentos.



**Fonte:** Secretaria de planejamento (2024).

A capacidade de escoamento das águas pluviais é ainda mais prejudicada pela infiltração de esgoto nas galerias e canais artificiais do sistema de drenagem. As ligações clandestinas de esgoto agravam esse problema, desviando os efluentes para os corpos hídricos da cidade, como o Açude Velho e Bodocongó, resultando em odor desagradável e deterioração da qualidade da água. Dessa forma, é necessário que se desenvolvam políticas que eliminem as contribuições de esgoto na rede de drenagem.

Também se observa uma ocupação desordenada das margens de riachos, canais artificiais e áreas com alta declividade, que contribui significativamente para agravar a situação da drenagem de águas pluviais em Campina Grande. As margens do Riacho do Bodocongó, nas imediações do Bairro Santa Cruz por exemplo, ainda não foram canalizadas ou revitalizadas e atualmente

encontram-se ocupadas por residências devido à ausência de fiscalização e de políticas públicas que direcionam esta população para áreas adequadas à habitação.

Segundo a Defesa Civil de Campina Grande, atualmente existem 22 áreas de risco de inundação e desmoronamento na cidade, um acréscimo de 6 novas áreas quando comparado ao ano em que houve a elaboração do PMSB do município. Dentre estes, destacam-se locais como Vila dos Teimosos, Grotão de Sandra Cavalcante, Ponte do Cruzeiro, Rosa Mística, Rua São Geraldo no Pedregal, Rua Tianguá no Bairro das Cidades, Rua Manoel Paulino Raposo no Catolé e Invasão da Deise na Catingueira.

Diante desse cenário desafiador, há uma demanda crescente por medidas compensatórias de drenagem que reduzam a impermeabilização do solo e minimizem os impactos dos eventos climáticos extremos, especialmente em áreas mais vulneráveis. O remanejamento das famílias que residem em regiões de risco para áreas seguras é uma urgência, assim como a formulação de políticas que regulamentem, fiscalizem e compensem a impermeabilização do solo, começando pelos prédios públicos e grandes empreendimentos.

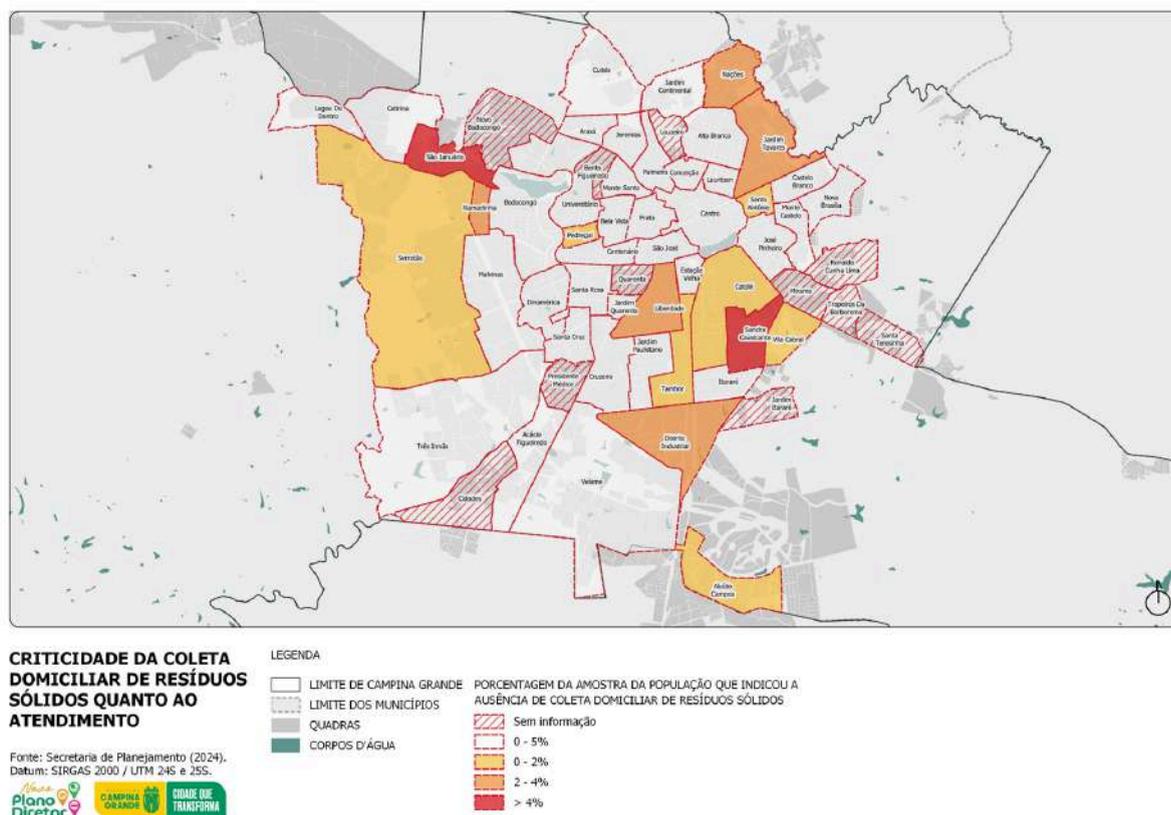
#### **11.4. RESÍDUOS SÓLIDOS**

O crescimento do município de Campina Grande/PB conduziu a um acréscimo significativo na quantidade de resíduos sólidos produzidos pela população, de 2013 a 2023 a quantidade de resíduos domiciliares gerados cresceu cerca de 13,74%. Segundo relatório anual da SESUMA (2023), foram gerados 94.085,8 toneladas de resíduos sólidos domiciliares, que representa o resíduo coletado porta-a-porta de 95,02% da população (IBGE, 2022).

Apesar da alta taxa de coleta de resíduos, ainda existem áreas com o atendimento precário, como pode ser notado no mapa da Figura 5, que apresenta a avaliação da população quanto ao atendimento de coleta domiciliar de resíduos. Houve relatos de domicílios não atendidos por rota de coleta,

principalmente em bairros da Zona Sul e da Zona Oeste. Entretanto, nenhum bairro apresentou porcentagem superior a 5% da população com ausência de coleta de resíduos, ao se avaliar a amostra estudada (Figura 7).

**Figura 00.** Criticidade da Coleta Domiciliar de Resíduos Sólidos por bairro quanto ao atendimento



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

A ausência de atendimento pode estar relacionada a demandas em áreas com dificuldade de acesso, causando a destinação incorreta dos resíduos pela população, seja com a queima dos resíduos ou o lançamento de resíduos em terrenos baldios. O relatório anual da SESUMA (2023) apresentou que foram coletadas 65.249,7 toneladas de resíduos em terrenos baldios no referido ano. Essas ações podem apresentar impactos negativos ao meio ambiente, como a contaminação do solo e das águas subterrâneas, além da proliferação de pragas e vetores de doenças. Esse descarte irregular também gera impactos sociais, como os relatados nas oficinas comunitárias, afetando negativamente a qualidade de vida dos moradores das proximidades.

Além do serviço de coleta domiciliar, a prefeitura é responsável pelos serviços de: varrição, capina, recolhimento de animais mortos, coleta de podas de árvores, coletas especiais, limpeza de córregos, limpeza de feiras livres, limpeza de terrenos baldios, limpeza dos sistemas de drenagem, pintura de meio fio, limpeza de cemitérios, praças e áreas verdes (PMSB-CG, 2015). Todo resíduo coletado pela Prefeitura Municipal é destinado ao Aterro Sanitário de Campina Grande/PB, gerido pela empresa Ecosolo Gestão Ambiental de Resíduos Ltda., localizado no distrito de Catolé de Boa Vista.

Salienta-se que a destinação final dos resíduos de serviços de saúde (RSS), de resíduos industriais, de resíduos da construção civil (RCC), de grandes geradores e de resíduos de tecnologia são de responsabilidade dos próprios geradores.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (2014) e o Plano Municipal de Saneamento Básico (2015) estabeleceram metas para a universalização do serviço de manejo de resíduos sólidos, que incluem ações de disposição final adequada, ampliação de atendimento, coleta seletiva, entre outros. Entretanto, Lourenço (2018) constatou que as ações ainda não haviam sido implantadas, principalmente no que diz respeito à coleta seletiva.

Apesar do município possuir cinco organizações formalizadas de catadores de materiais recicláveis, não houve a institucionalização da coleta seletiva e reconhecimento financeiro dos serviços prestados pelos trabalhadores, em sua maioria autônomos. A efetivação da coleta seletiva pode contribuir com a redução da quantidade de resíduos destinados no Aterro Sanitário e, conseqüentemente, de custos para a gestão municipal.

## 12. MOBILIDADE E TRANSPORTE

A discussão acerca da mobilidade urbana tem se tornado cada vez mais um tema de destaque, ao tratar os principais problemas nos médios e grandes centros urbanos. Essa temática envolve uma série de fatores, tais como: condições da infraestrutura física, apropriação do espaço público, transportes individuais e coletivos, arborização, gestão urbana, dentre outros.

Dentre essas problemáticas, o Estatuto das Cidades, em 2006, na resolução nº 34, estabelece diretrizes a serem observadas:

I - Garantir a diversidade de modalidades de transportes, respeitando as características das cidades, priorizando o transporte coletivo, que é estruturante, sobre o individual, os modos não motorizados e valorizando o pedestre; II - Garantir que a gestão da mobilidade urbana ocorra de modo integrado com o plano diretor municipal; III - Respeitar as especificidades locais e regionais; IV - Garantir o controle da expansão, universalização do acesso à cidade, a melhoria da qualidade ambiental, e o controle dos impactos no sistema de mobilidade gerados pela ordenação do uso do solo. (Ministério das Cidades, 2006).

### 12.1. HIERARQUIA VIÁRIA

No que diz respeito à hierarquia viária, segundo o Plano Diretor de 2006, está subdividida entre vias arteriais principais e secundárias, vias coletoras, principais e secundárias, e vias locais. O Plano Diretor de Mobilidade de Campina Grande (2015) determina em seu Art. 21 que a hierarquia viária é estabelecida em função da capacidade de tráfego, da integração com a mobilidade e malhas urbanas e da compatibilidade com os usos determinados pela Lei do Plano Diretor de Campina Grande - PB. Além disso, também traz em seus incisos que é função dessa hierarquia: i) estabelecer funções diferenciadas para o sistema viário, priorizando os transportes não motorizados e coletivo; ii) estabelecer critérios para intervenções necessárias às adequações das vias existentes; e iii)

disciplinar os deslocamentos na malha urbana. No inciso I do seu Art. 23, define a hierarquia viária como:

1. Rodovia e Anel Viário;
2. Via Estrutural;
3. Via Arterial Principal e Via Arterial Secundária;
4. Via Coletora;
5. Via Local;
6. Via Marginal;
7. Ciclovia ou Ciclofaixa;
8. Via de Pedestre;

O Art. 5 da mesma lei estabelece conceitos importantes em seus incisos, sendo alguns deles:

LXIII - VIA: superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central;

LXIV - VIA ARTERIAL: via caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade;

LXV - VIA COLETORA: via que coleta e distribui o tráfego oriundo de vias locais, permitindo também os itinerários de transporte coletivo dentro, preferencialmente, de cada bairro;

LXVI - VIA ESTRUTURAL: via que constitui a ossatura principal do Sistema Viário, dando suporte ao transporte coletivo urbano;

LXVII - VIA LOCAL: via que dá suporte ao tráfego local;

LXVIII - VIA MARGINAL: via implantada às margens das rodovias, anel viário, ferrovias, cursos d'água, permitindo a circulação e acesso às edificações lindeiras, sem prejudicar a fluidez e segurança das rodovias;

LXIX - VIA PARA PEDESTRES: via que destina-se à circulação de pedestres, permitindo a circulação de veículos com acesso controlado, quando necessário;

VI - ANEL VIÁRIO: via que se caracteriza por circundar a malha urbana, possibilitando o tráfego de veículos de passagem sem adentrar a área central da cidade;

XLVII - RODOVIA: estrada que converge para a malha urbana e permite conectar o Município com outras cidades ou regiões;

LXX - VIADUTO: obra de construção civil destinada a transpor uma depressão de terreno ou servir de passagem superior;

XIV - CICLOFAIXAS: parte da pista de rolamento destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica;

XVII - CICLOVIAS: pistas segregadas do tráfego de veículos motorizados, dimensionadas para a circulação independente de bicicletas, podem ser utilizadas para lazer ou deslocamento do trabalho e serviços, podem ligar regiões da cidade como alimentar articulações da rede de transporte do município.

Nessa perspectiva destacam-se os critérios utilizados para a classificação da hierarquia viária para o Plano Diretor de Pietrantonio (2013), que conceitua as vias da seguinte forma:

Via local: aquela destinada a acesso local e a áreas restritas, sem semáforos nas intersecções;

Via coletora: aquela destinada a coletar e distribuir o trânsito, comumente interligam as vias locais às vias arteriais;

Via arterial: geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias coletoras e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade;

Via de trânsito rápido ou expressa: aquela caracterizada por acessos especiais com trânsito livre, sem interseções em nível, sem acessibilidade direta aos lotes lindeiros e sem travessia de pedestres em nível.

## 12.2. PANORAMA DAS VIAS

Campina Grande é uma cidade de porte médio e, como maioria das cidades brasileiras, depende do transporte automobilístico ou à pé como seus principais meios de locomoção. Apesar de ter tido sua formação ao redor da linha de trem, e ter tido esse método como direcionador de seu crescimento, o mesmo está desativado atualmente. Dessa forma, a qualidade do sistema viário interfere diretamente na qualidade da mobilidade da cidade.

Até chegar em sua configuração atual, Campina Grande passou por diversas transformações urbanísticas. Cabe destaque, inicialmente, às reformas promovidas pela administração de Vergniaud Wanderley entre a década de 30 e 40, que reconfigurou diversas vias do centro da cidade, vias essas que, com o tempo, se consolidaram e expandiram.

Como artéria principal de mobilidade urbana da cidade, destaca-se a Avenida Floriano Peixoto, largo corredor com canteiros centrais arborizados e que se estende do leste ao oeste da cidade. Além da Av. Floriano Peixoto, outras vias se destacam pela sua importância na mobilidade urbana:

- Rua Rodrigues Alves e Dom Pedro II: conectam a zona noroeste da cidade ao centro, interligando importantes equipamentos como a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e áreas próximas ao Açude de Bodocongó;
- Rua Almirante Barroso: conecta a zona sudoeste da cidade ao centro, conectando bairros importantes como Jardim Quarenta e Liberdade. Mais a oeste, essa via bifurca em dois importantes corredores: Avenida Juscelino Kubitschek e Avenida Francisco Lopes de Almeida;

- Avenida Juscelino Kubitschek: conecta a Almirante Barroso a BR-230 e os bairros Cruzeiro, Novo Cruzeiro, Presidente Médici e Palmeira Imperial. Tem se configurado como uma nova centralidade, e sua infraestrutura tem atraído o setor comercial, ao passo que seu canteiro central tem sido utilizado para caminhadas e uso cicloviário;
- Rua Francisco Lopes de Almeida: importante via que conecta os bairros das Malvinas, Rocha Cavalcante, e Cinza. Atende a equipamentos importantes como a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) e o Serviço Social de Transporte Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST SENAT). Sua conexão com a Floriano Peixoto se dá principalmente pela Avenida Dinamérica Alves Correia, a qual está dividida em dois sentidos por meio de um extenso canteiro central;
- Rua Engenheiro Lourival Andrade: também conhecida como rua do Canal de Bodocongó, tem uma importância significativa ao interligar bairros da zona oeste como Bodocongó, Malvinas, Ramadinha e Conj. Severino Cabral;
- Rua Consúl Noujaim Habib Nacad (também conhecida como Avenida Canal) e a Avenida Dr. Elpídio de Almeida: interligam o bairro do Catolé e Sandra Cavalcante ao Centro. Na zona sul a Avenida Canal se converte na PB 104. Atende a equipamentos relevantes como o Estádio Ernani Sátiro (O Amigão), o bairro do Itararé, o Aeroporto e o complexo Industrial da cidade;
- Avenida Pref. Severino Bezerra Cabral: também conhecida como Avenida Brasília, atende aos bairros do Catolé, José Pinheiro e Mirante, e a equipamentos de alcance municipal como o Partage Shopping, Polícia Federal e diversos serviços automobilísticos e grandes empreendimentos residenciais e empresariais;
- Rua Manoel Tavares: ao Norte, atende ao Alto Branco, Lauritzen e Jardim Tavares. Passou por um recente processo de semaforização e tem-se tornado alvo de estudos para a instalação de ciclofaixa, possui forte uso noturno devido a instalação de diversos estabelecimentos gastronômicos e bares, bem como de

saúde. Também se consolida como importante via intermunicipal utilizada no trajeto Campina Grande - Lagoa Seca;

- Rua Dr. Vasconcelos: paralela a Rua Manoel Tavares, é um importante corredor que tem atendido diversos serviços da cidade, cabendo destaque a Centro Estadual de Abastecimento (CEASA);
- Rua Francisco A do Nascimento: atende aos bairros Santo Antônio, Monte Castelo, Castelo Branco e Nova Brasília. É ainda importante via intermunicipal utilizada no trajeto Campina Grande - Massaranduba;
- Rua Quinze de Novembro: conecta os bairros Palmeira, Jeremias, Jardim Continental e Cuités. Também se caracteriza como importante via intermunicipal utilizada no trajeto Campina Grande - Puxinanã.

Destaca-se na cidade cerca de 40 vias arteriais, com destaque para a Av. Marechal Floriano Peixoto, que a cruza de leste a oeste. São elas:

1. Avenida Marechal Floriano Peixoto;
2. Rua Dom Pedro I;
3. Rua Doutor João Moura;
4. Avenida Professor Almeida Barreto;
5. Rua Doutor Severino Cruz;
6. Rua Miguel Couto;
7. Avenida Assis Chateaubriand;
8. Rua Vigário Calixto;
9. Avenida Conselheiro Joseph Noujaim Habib Mouacad;
10. Avenida João Walig;
11. Avenida Doutor Elpídio de Almeida;
12. Avenida Prefeito Severino Cabral;
13. Avenida Canal;
14. Rua João Florentino de Carvalho;
15. Rua Manoel Gonçalves Guimarães;
16. Avenida Janúncio Ferreira;

17. Avenida Manoel Tavares;
18. Viaduto Elpídio de Almeida;
19. Rua Giló Guedes;
20. Rua Siqueira Campos;
21. Rua Presidente Epitácio Pessoa;
22. Rua Raimundo Alves Silva;
23. Avenida Dom Pedro II;
24. Rua Quinze de Novembro;
25. Rua Rodrigues Alves;
26. Avenida Paris;
27. Rua Melo Leitão;
28. Avenida Almirante Barroso;
29. Avenida Dinamérica Alves Correia;
30. Rua Francisco Lopes de Almeida;
31. Avenida Eduardo Magalhães;
32. Avenida Juscelino Kubitschek;
33. Rua Manoel Mota;
34. Avenida Portugal;
35. Rua Engenheiro Lourival de Andrade;
36. Rua Manoel de Freitas Ramos;
37. Rua Vila Nova da Rainha;
38. Rua Venezuela;
39. Rua Bráulio Araújo Gusmão;
40. Rua Maria Pereira Brandão.

Além disso, a cidade conta com uma linha férrea, a qual está deteriorada em algumas parcelas da sua extensão, uma vez que está desativada e não recebe manutenção há anos. Os demais distritos estão conectados ao distrito sede através das vias expressas/rodovias.

Existe a concentração de equipamentos públicos nas proximidades das vias arteriais, o que pode tanto facilitar o acesso quanto causar tráfego e sobrecarregar o sistema viário.

No que diz respeito à pavimentação, está subdividida em: i) asfalto; ii) intertravado; iii) paralelepípedo; e iv) não pavimentado/terra batida. Existe uma predominância de vias pavimentadas com paralelepípedo na cidade, que apesar de promover certa permeabilidade, são, na maioria das vezes, mal executados, o que implica em vias de má qualidade e, na maioria das vezes, sem acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção ou PCDs. A maioria das vias arteriais são asfaltadas, mas não todas. Ainda existem muitas vias na cidade sem nenhum tipo de pavimentação, especialmente em áreas de menor renda e mal infraestruturadas, tornando essas porções inacessíveis ou de difícil acesso nos períodos de chuva.

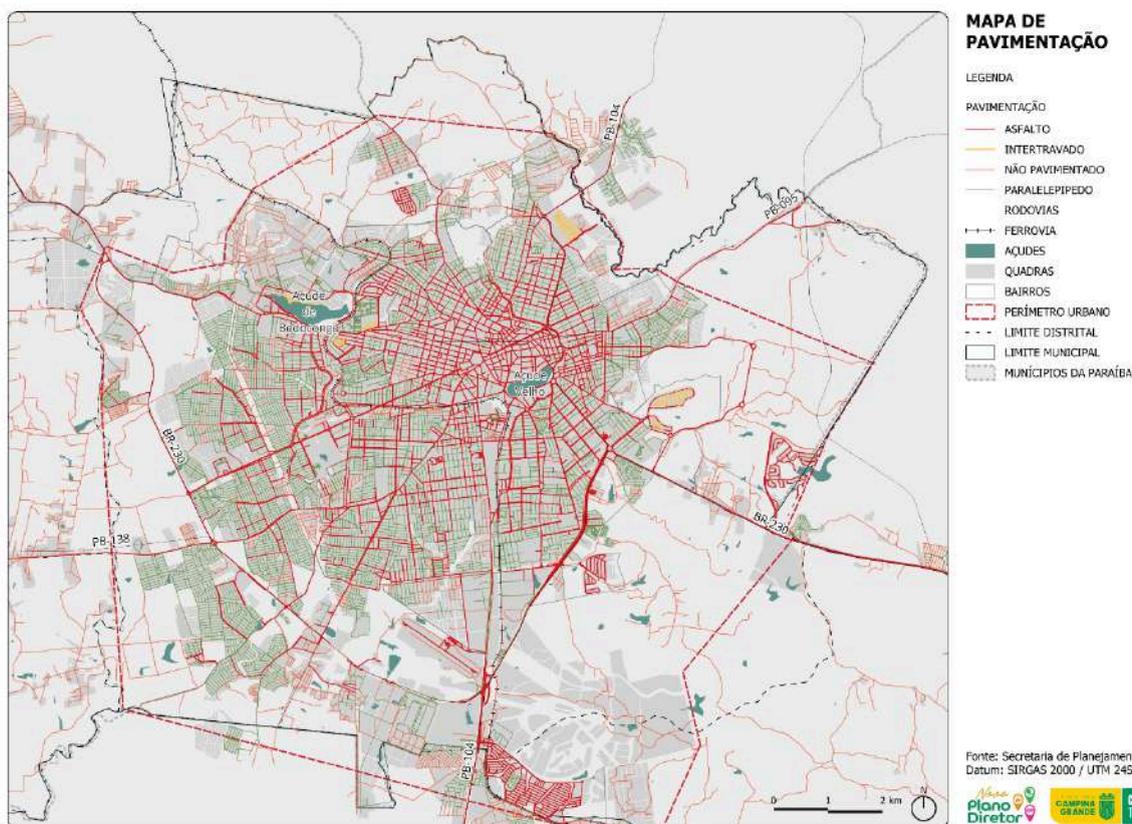
Com relação aos pontos e rotas de ônibus da cidade, é notável que a porção nordeste está em déficit de ambos, deixando os bairros Araxá, Bento Figueiredo, Universitário, Novo Bodocongó, São Januário, Catirina e Lagoa de Dentro prejudicados. Por terem também déficit de comércio e serviços essenciais, essa falta de conexão cria áreas sem ou com pouco acesso ao centro da cidade, isoladas e, muitas vezes, perigosas. Alguns bairros na zona oeste também apresentam o mesmo déficit, como Castelo Branco, Ronaldo Cunha Lima e Tropeiros da Borborema. Apesar destes últimos serem mais próximos do Centro, também têm por característica a baixa infraestrutura básica e equipamentos públicos que não suprem suas respectivas áreas completamente, além de possuírem os menores níveis de renda.

Nota-se, portanto, certo padrão na ausência de pontos e rotas de ônibus nas áreas de menor renda e condições mais precárias da cidade, e especialmente nas zonas mais afastadas do Centro. Tal fato caracteriza o sistema de transporte público como insuficiente, principalmente nas áreas que mais necessitam desse método. Essa deficiência nas áreas que mais precisam desse sistema resulta em transportes longos e ineficazes, onde a população precisa pegar muitos ônibus por dia e caminhar durante muito tempo e por longas distâncias, o que poderia ser evitado por pontos estratégicos e novas rotas melhor planejadas. Os demais distritos também são afetados pela pouca

quantidade de ônibus e rotas, sendo ainda mais afetados devido às distâncias do distrito sede.

A cobertura viária caracterizada pelo estado da pavimentação da cidade foi realizada no ano de 2006 na ocasião da leitura técnica do Plano Diretor. Até esse momento eram muitas as vias não pavimentadas nem asfaltadas (saibro). Atualmente, entretanto, o cenário é diferente. Através do mapa de Pavimentação de Campina Grande (Figura 0) é possível apontar que diversas vias foram pavimentadas e asfaltadas, no período de 2006 até o ano de 2024, principalmente nas regiões nas quais se consolidaram novas centralidades.

**Figura 00.** Mapa de pavimentação.



**Fonte:** Secretaria de planejamento (2024).

O perímetro urbano é praticamente todo preenchido com algum tipo de pavimentação, em exceção às vias nas periferias do limite. As ruas asfaltadas estão localizadas nas zonas e vias mais movimentadas da cidade, assim como no Aluízio Campos também. O restante da cidade predomina as vias com paralelepípedo, majoritariamente nas porções residenciais. Quanto ao intertravado, esse é encontrado no condomínio Alphaville e no bairro Jardim Tavares, bem como na UFCG e nas margens do Açude de Bodocongó.

A classificação das vias quanto a pavimentação se divide entre asfalto, paralelepípedo, e saibro (sem pavimentação). É reconhecível o alto índice de vias pavimentadas. No momento atual o perímetro urbano do município se encontra em cerca de 35% pavimentado com asfalto, ao passo que 50% permanece com paralelepípedo, 15% é não pavimentado e a quantidade de vias em intertravado atingiu menos de 1%.

Essa concentração de trechos pavimentados com asfalto é característico dos bairros mais antigos e consolidados da cidade, ao passo que as vias sem pavimentação se encontram, em sua grande maioria, nas bordas do perímetro urbano da cidade. A porcentagem é maior para bairros com novos loteamentos e em processo de urbanização, a exemplo do Nações e do Novo Bodocongó.

Percebe-se que muitas vias locais recebem pavimentação em asfalto na cidade, gerando uma série de problemas de trânsito devido ao aumento da velocidade dos automóveis, visto que o paralelepípedo ajuda na redução da velocidade e é ideal para vias majoritariamente com acesso direto residencial. Além disso, problemas ambientais como o aumento da temperatura da cidade e a formação de ilhas de calor.

Diante disso, é indicado que o asfalto seja prioritário apenas em vias coletoras. Das vias coletoras, nem todas são asfaltadas, dificultando o acesso a veículos de grande porte como ônibus ou caminhões. A problemática acerca da pavimentação na cidade gira em torno da deficiência em definir e considerar a hierarquia viária da cidade no planejamento da pavimentação ao longo dos anos 2006-2024, o que faz as vias nem sempre receberem o tratamento adequado.

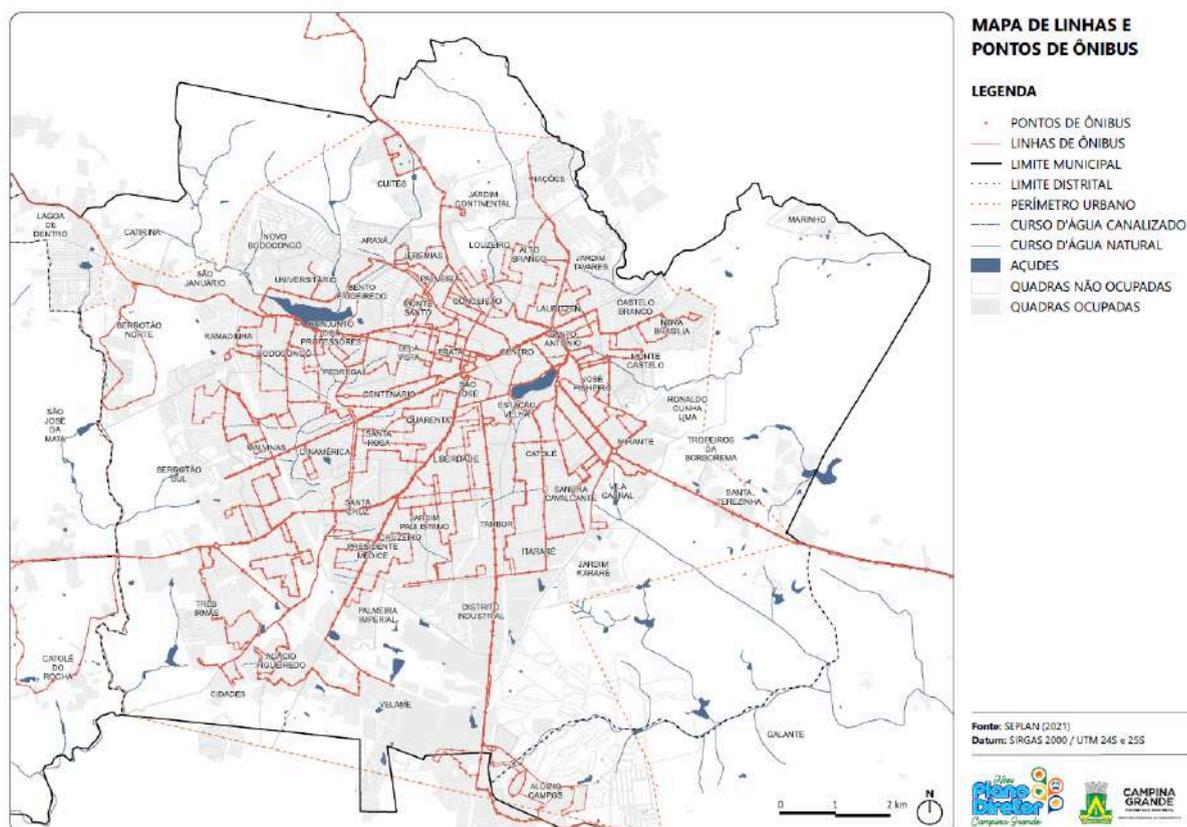
### **12.3. TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO**

Transporte público coletivo pode ser definido como um modal de transporte para viagens em grupo e disponível para a população em geral, administrado em rotas específicas, programadas e com uma taxa referente a manutenção da frota e dos envolvidos no seu funcionamento. No caso de Campina Grande (PB), o transporte público coletivo é executado sobretudo por meio de ônibus de empresas terceirizadas em parceria com a Prefeitura.

A Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP) é responsável pela gerência desse sistema, e estabelece as rotas de transporte bem como a fixação de pontos de ônibus. Todo esse mapeamento encontra-se disponível de modo gratuito e transparente para a população.

De modo a analisar a cobertura das linhas de ônibus, bem como a cobertura de influência em que cada parada de ônibus possui em seu entorno, de modo a garantir a todo cidadão uma acessibilidade ao sistema de transporte, foi construído um mapa que especifica as vias que recebem rotas de ônibus e os seus respectivos pontos (Figura 0).

**Figura 00.** Mapa de linhas e pontos de ônibus.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2021).

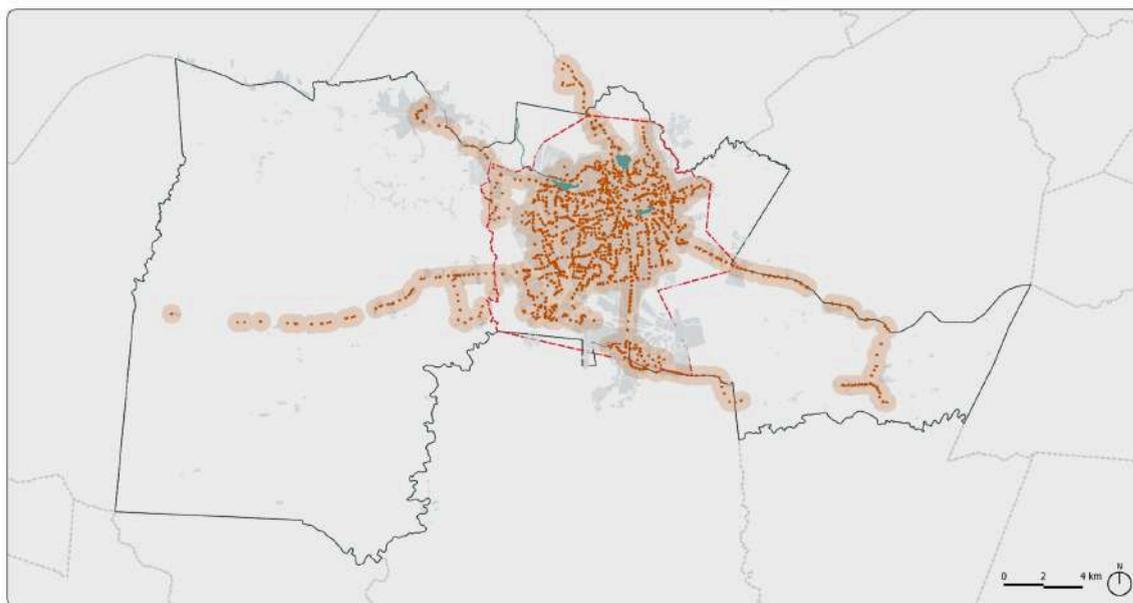
Dentre as vias destacadas em azul, diversas comportam fluxos de ônibus de mais de uma linha, a partir disso é possível compreender quais os principais corredores de transporte público: Avenida Floriano Peixoto, Avenida Almirante Barroso, Avenida Francisco Lopes, Avenida Oswaldo Cruz, Avenida Prof. Almeida Barreto, Avenida Dom Pedro II, Avenida Pedro da Costa Agra, Avenida Santo Antônio, Avenida Manoel Tavares, Avenida Assis Chateaubriand, Avenida Prof. Severino Bezerra Cabral, dentre outras.

Essas vias ora se caracterizam como vias arteriais ou coletoras, quando presentes nessas hierarquias, os corredores têm uma maior capacidade de coleta e distribuição de passageiros. Há também diversas linhas de ônibus que se distribuem em vias locais na cidade, que se fazem presentes principalmente em novos loteamentos (principalmente na zona oeste), nos quais, com o adensamento populacional dessas áreas, surgiu a crescente demanda pelo transporte público coletivo, e novas linhas de ônibus foram criadas com o objetivo de atender a essa população específica. A rede de transporte público coletivo, portanto, atende a todos os bairros da cidade, com rotas acessíveis aos principais pólos de atração de viagens.

De modo a compreender a acessibilidade do sistema a partir das paradas de ônibus, foi gerado um raio de 500 metros de cada ponto de ônibus (Figura 0), distância essa considerada razoável para caminhar a pé e com segurança até o ponto. O resultado obtido mostra que o sistema, de modo geral, atende toda a cidade de Campina Grande, as áreas dos bairros não contempladas segundo o mapeamento referem-se a novos loteamentos ainda em construção ou espaços vazios.

Ineficiência de linhas e rotas no distrito de São José da Mata e nos bairros das Três Irmãs, Serrotão, Jardim Tavares, Castelo Branco e a porção residencial do Distrito Industrial. Bem como, ausência no bairro Bento Figueiredo.

Figura 00. Abrangência dos pontos de ônibus.



#### ABRANGÊNCIA DOS PONTOS DE ÔNIBUS

#### LEGENDA

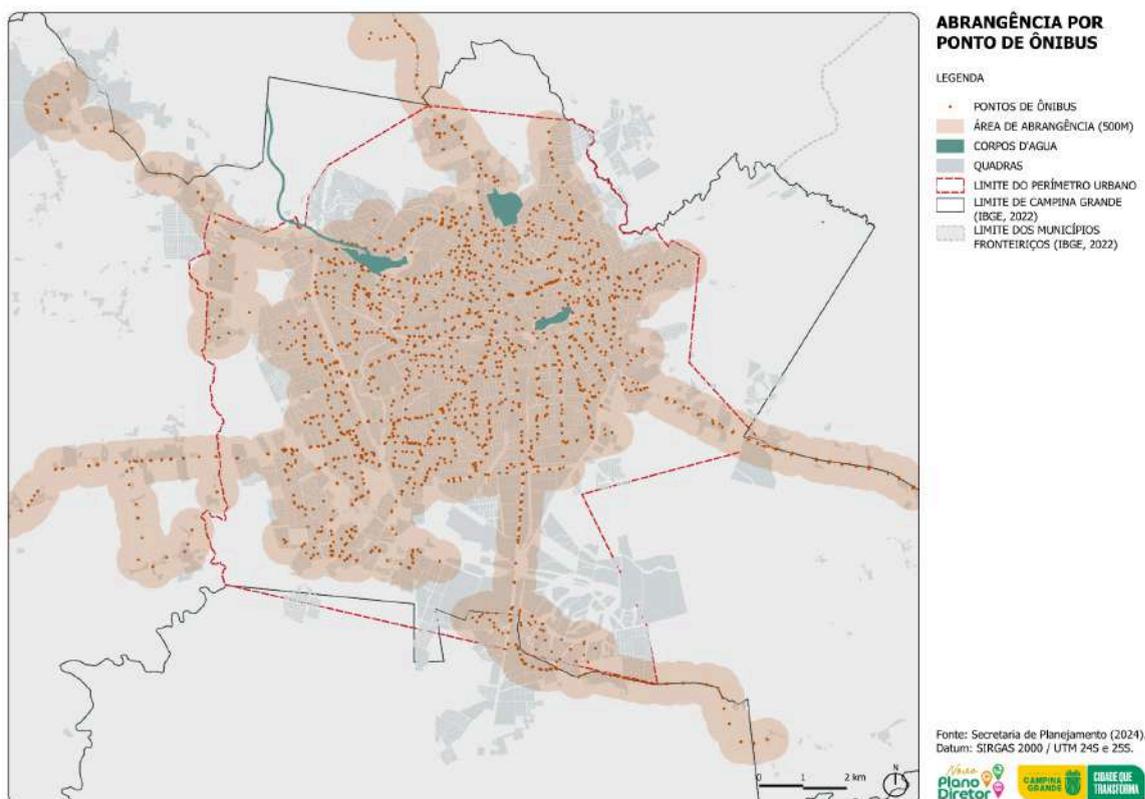
- |                              |   |   |
|------------------------------|---|---|
| ● PONTOS DE ÔNIBUS           | ▫ QUADRAS                               | ▫ LIMITE DOS MUNICÍPIOS FRONTEIRIÇOS (IBGE, 2022) |
| ■ ÁREA DE ABRANGÊNCIA (500M) | ▫ LIMITE DO PERÍMETRO URBANO            |   |
| ■ CORPOS D'ÁGUA              | ▫ LIMITE DE CAMPINA GRANDE (IBGE, 2022) |   |

Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).  
Datum: SIRGAS 2000 / UTM 24S e 25S.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Abrangência por ponto de ônibus.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Quanto à distinção das rotas de ônibus, estas podem ser classificadas como rotas de ônibus convencionais, rotas especiais/opcionais (a exemplo de micro-ônibus), e mistas (junção de duas modalidades). No caso de Campina Grande, todas as linhas são classificadas como linhas convencionais urbanas. A partir dessa modalidade, e com base nos seus custos e demandas, é realizado o cálculo da tarifa para toda a população campinense.

#### 12.4. CIRCUITO CICLOVIÁRIO

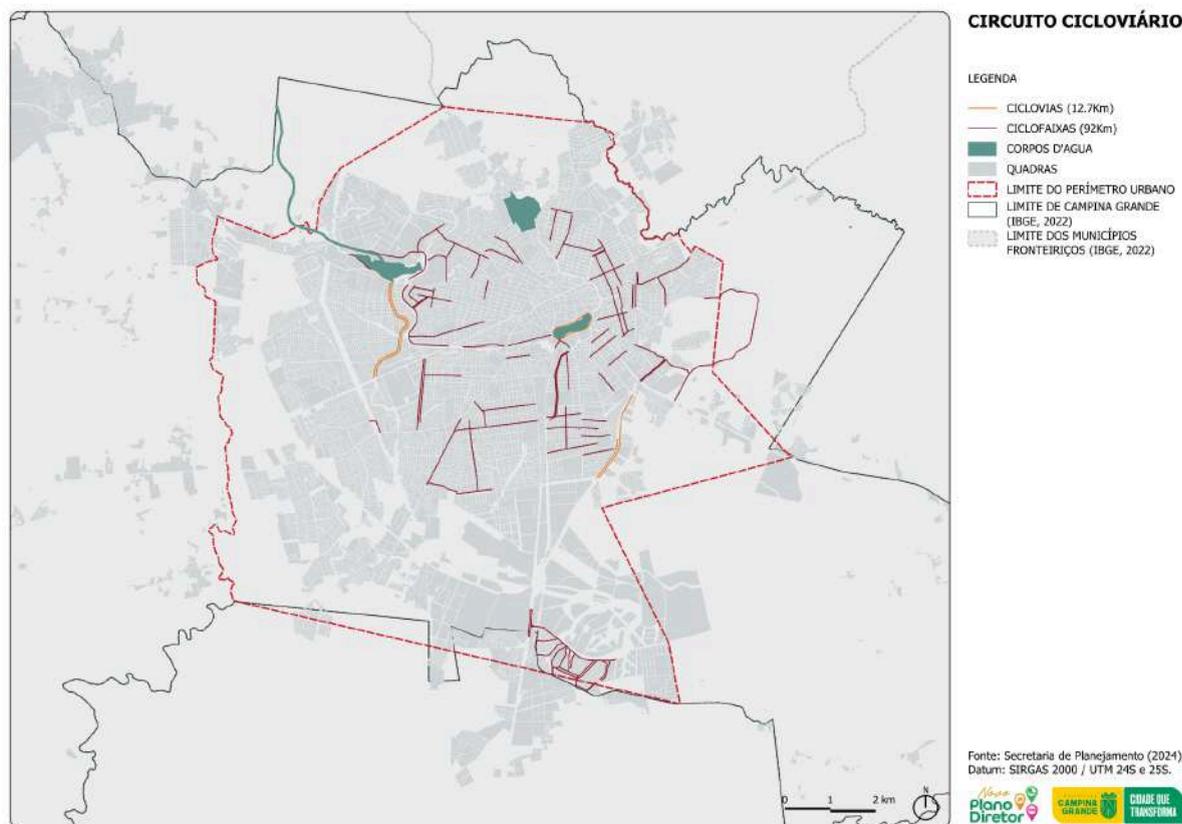
As bicicletas têm ganhado cada vez mais espaço na mobilidade urbana do Brasil. Esse modal apresenta diversas vantagens, tais como: (i) sustentabilidade, pois não emite nenhum tipo de poluente; (ii) saúde pública, uma vez que, por ser movido a tração humana, o uso de bicicleta é considerado uma opção saudável de deslocamento; (iii) acessibilidade, por não necessitar de combustíveis fósseis e possui preço acessível a população de diferentes faixas de renda. Essas e

outras vantagens consolidam a bicicleta como importante modal de transporte a ser considerado com seriedade no planejamento da mobilidade urbana em qualquer cidade, independente de seu porte.

As ciclovias e ciclofaixas são os modos mais comuns de contemplar as bicicletas no trânsito. A diferença entre elas está na separação quanto aos demais meios de transporte: as ciclofaixas, não apresentam separação física e são delimitados na própria pista como sinalização horizontal, junto aos veículos; ao passo que as ciclovias apresentam separação física, como canteiros exclusivos. Outrossim, as bicicletas também podem estar presentes no trânsito através de vias compartilhadas com pedestres. A largura desses espaços varia de 1,5 a 3 metros, e podem ser classificadas como unidirecionais ou bidirecionais.

A cidade de Campina Grande apresenta uma extensão de ciclofaixas equivalente a 92 Km, enquanto a de ciclovias equivale a 12,7 Km. O mapa de Ciclovias e Ciclofaixas de Campina Grande (Figura 0) espacializa a disposição dessa malha, contribuindo para a leitura da atual situação do transporte cicloviário, e se configura como instrumento de fundamental importância para pensar estratégias e diretrizes para o fortalecimento desse tipo de transporte.

**Figura 00.** Circuito Cicloviário.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Percebe-se através do mapeamento que a quantidade de ciclovias em relação a ciclofaixas é pouco mais de 10%. Cabe ressaltar os principais problemas detectados:

- Falta de integração entre as ciclofaixas: não é possível detectar uma interligação entre as ciclofaixas de modo a compor anéis de tráfego, os quais anéis garantem ao ciclista percorrer grandes distâncias e estimulam o uso desse transporte. No caso específico do Complexo Aluizio Campos, o seu sistema comporta-se como uma “Ilha” e não é integrado aos demais bairros da cidade;
- Descontinuidade nos cruzamentos: são muitos os trechos nos quais as ciclofaixas deixam de existir nos cruzamentos/intersecções, locais onde sua implantação é de maior importância devido à elevada vulnerabilidade que o ciclista passa ao percorrer esses locais;

- Falta de cobertura para as zonas periféricas da cidade: A bicicleta é um meio de transporte mais acessível para classes sociais de baixa renda que moram na periferia, e esse transporte poderia ser mais incentivado nessas áreas, que são as zonas que menos encontram-se ciclofaixas ou ciclovias, em especial na Zona Oeste da cidade.
- Falta de cobertura no centro da cidade: o centro da cidade é um lugar de grande potencialidade de explorar modais de transporte como a bicicleta, devido a sua característica de unir diferentes vias arteriais e coletoras. Todavia, o mapeamento mostra como esse tipo de transporte ainda é pouco explorado no bairro, que desenvolveria papel fundamental na distribuição do trânsito para toda a cidade.

Diante dessa leitura, cabe aos órgãos públicos de planejamento de trânsito pensar o transporte cicloviário na cidade de modo a torná-lo mais acessível, à medida que auxilia diretamente na garantia do direito à cidade dos cidadãos campinenses.

## 12.5. POLOS GERADORES DE TRÁFEGO

Os polos geradores de viagens ou tráfegos, também conhecidos pela sigla PGVs, são pontos que exercem grande atratividade para a população, produzindo um fluxo de viagens que demanda maior quantidade de estacionamento, carga e descarga, embarque e desembarque. Os PGVs, segundo Portugal e Goldner (2003), podem ser classificados como:

Locais ou instalações de distintas naturezas que desenvolvem atividades de porte e escala capazes de produzir um contingente significativo de viagens.

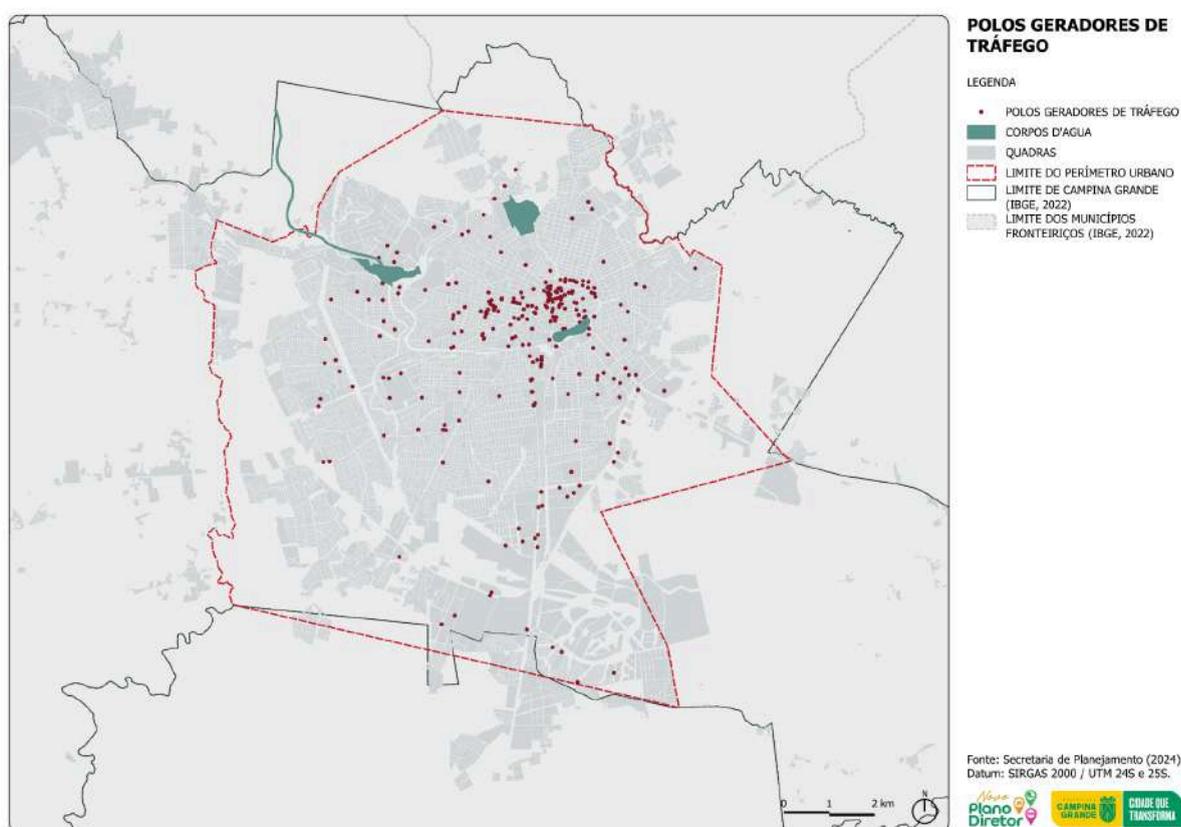
Segundo o DENATRAN (2001):

Empreendimentos de grande porte que atraem ou produzem grande número de viagens, causando reflexos negativos na circulação viária em seu entorno

imediatamente e, em alguns casos, prejudicando a acessibilidade da região, além de agravar as condições de segurança de veículos e pedestres.

Diante desses conceitos, foram mapeados polos geradores de tráfego na cidade, tanto do ponto de vista dos principais equipamentos públicos que causam impacto de vizinhança (Figura 0), quanto dos principais complexos habitacionais verticais ou horizontais, representados por grandes edifícios e condomínios privados horizontais (Figura 0):

**Figura 00.** Polos geradores de tráfego.



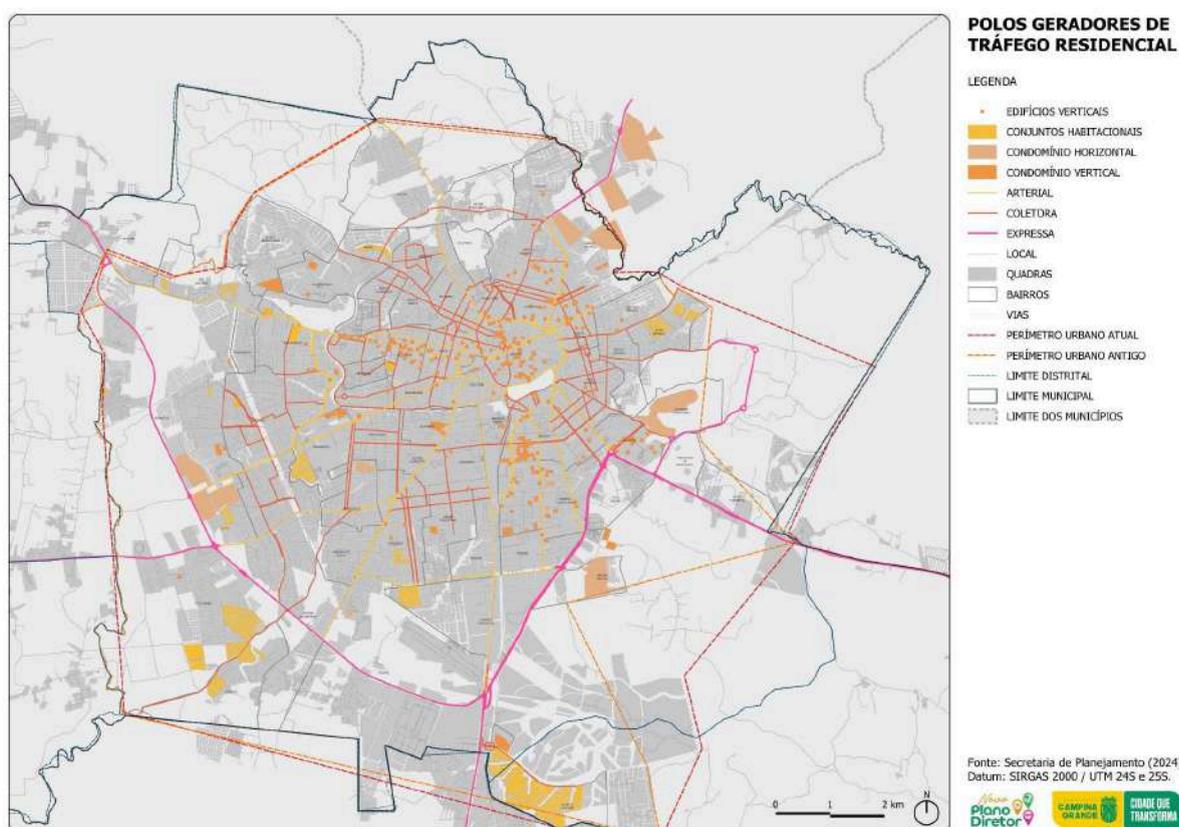
**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

A leitura desses dois mapas em conjunto revelam as múltiplas centralidades da cidade, que concentram maior quantidade de comércios, serviços e moradores. Soma-se à essa conclusão a análise dos usos do solo e a análise de centralidades da cidade apresentadas nesta leitura territorial. Neste enquadramento, cabe destacar as seguintes áreas: (i) Bairro da Prata e Bela Vista com seu conjunto médico e edifícios verticais residenciais; (ii) Catolé nas

imediações da Avenida Canal; (iii) Centro; (iv) Alto Branco e Jardim Tavares, nas imediações da Av. Manoel Tavares e R. Dr. Vasconcelos; (iv) Distrito Industrial.

O mapeamento dos pólos geradores de tráfego residencial aponta a grande quantidade de condomínios residenciais horizontais nas bordas do limite urbano, dos mais consolidados, como o Alphaville, o Sierra Ville e o Nações Privê, aos mais recentes na zona oeste em processo de adensamento, como o Park Ville, o Monte Ville e o Serra Ville. Esses condomínios apresentam considerável tráfego de veículos e auxiliam na compreensão da dinâmica de viagens de modo macro em toda cidade de Campina Grande (PB), visto que os novos pólos residenciais são locais atrativos para a instalação de novos empreendimentos de saúde, educação e lazer, consolidando os novos polos de tráfego na cidade.

**Figura 00.** Polos geradores de tráfego residencial.



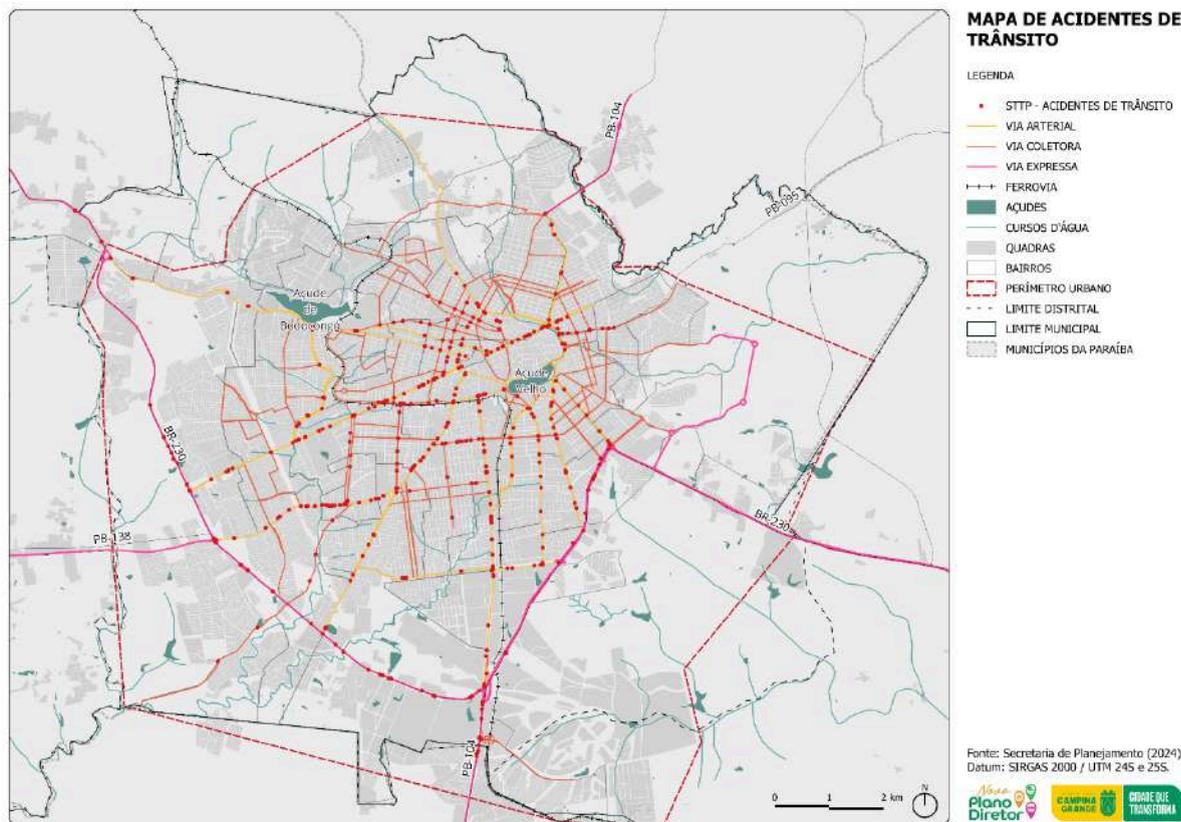
**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Concentração de edifícios com mais de 4 pavimentos nos bairros do Centro, Catolé, Sandra Cavalcante, Bela Vista, Prata, Santo Antônio, Alto Branco e Mirante, esses localizados próximos às vias arteriais e coletoras. Quanto aos condomínios e conjuntos habitacionais, esses estão mais localizados nas periferias, sendo atendidos por vias arteriais, coletoras e em alguns casos expressas.

## **12.6. ACIDENTES DE TRÂNSITO**

A Superintendência de Trânsito e Transporte Público de Campina Grande (PB) tem georreferenciado todas as ocorrências anuais de acidentes de trânsito envolvendo veículos, motocicletas e ciclistas. A presente leitura territorial considera a base de ocorrências mais atualizada, de 2020. A partir desses dados foi possível mapear onde existe maior ocorrência de acidentes de trânsito e fazer um cruzamento com a hierarquia viária da cidade (Figura 0).

**Figura 00.** Mapa de acidentes de trânsito.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

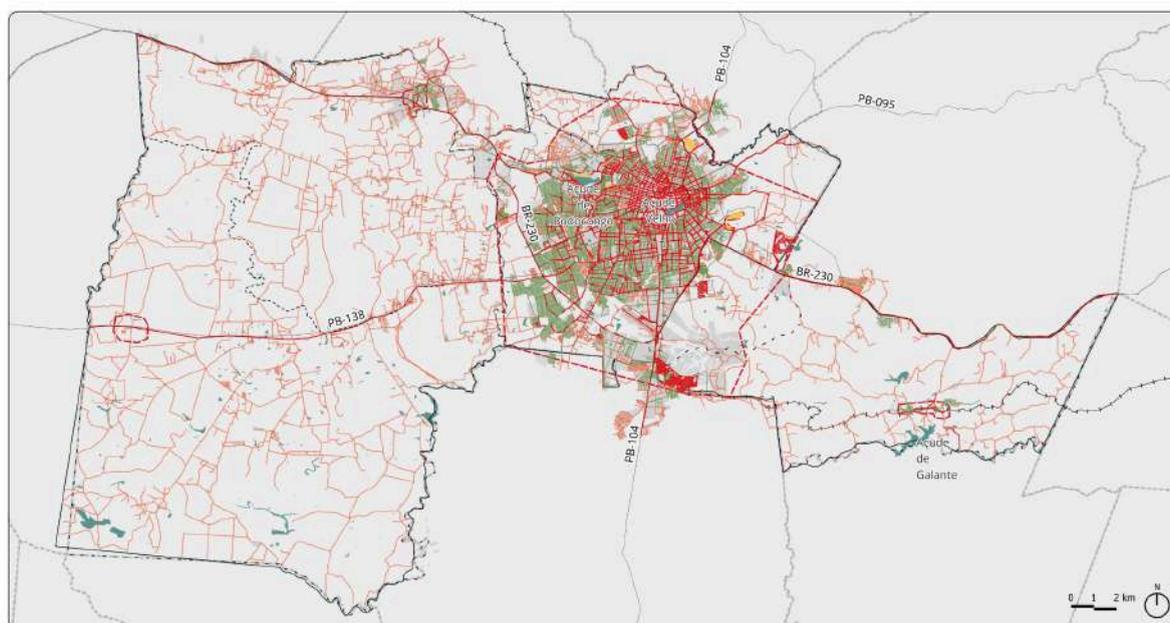
- Mapa de acidentes de trânsito:
  - Maior número de acidentes nas vias arteriais, em destaque a Av. Mal. Floriano Peixoto e Av. Almirante Barroso

Diante desse quadro, percebe-se que a maioria dos acidentes concentram-se em vias de maior fluxo classificadas como vias arteriais ou vias coletoras. Cabe destacar as vias Floriano Peixoto, Assis Chateaubriand, Almirante Barroso, Francisco Lopes, Dr. Elpídio de Almeida e Siqueira Campos, como as vias de maior ocorrência de acidentes de trânsito. Também destaca-se o fato de que a maioria dos acidentes acontecem em vias asfaltadas, visto que a velocidade dos veículos são maiores nessas vias.

O mapa também nos permite identificar que a ocorrência de acidentes de trânsito é superior em interseções/cruzamentos de vias. Também foi mapeado o tipo de acidente em cada um dos pontos (Figura 0). Dentre os acidentes mais

ocorrentes na cidade, destaca-se: (i) queda de moto; (ii) colisão lateral; e (iii) atropelamento de pedestre. Conforme o Gráfico X.

**Figura 00.** Mapa de Pavimentação.



#### MAPA DE PAVIMENTAÇÃO

#### LEGENDA

#### PAVIMENTAÇÃO

— ASFALTO  
— INTERTRAVADO

— NÃO PAVIMENTADO

— PARALELEPÍPEDO

— RODOVIAS

— FERROVIAS

— AÇUDES

— QUADRAS

— BAIRRROS

— PERÍMETRO URBANO

— LIMITE DISTRITAL

— LIMITE MUNICIPAL

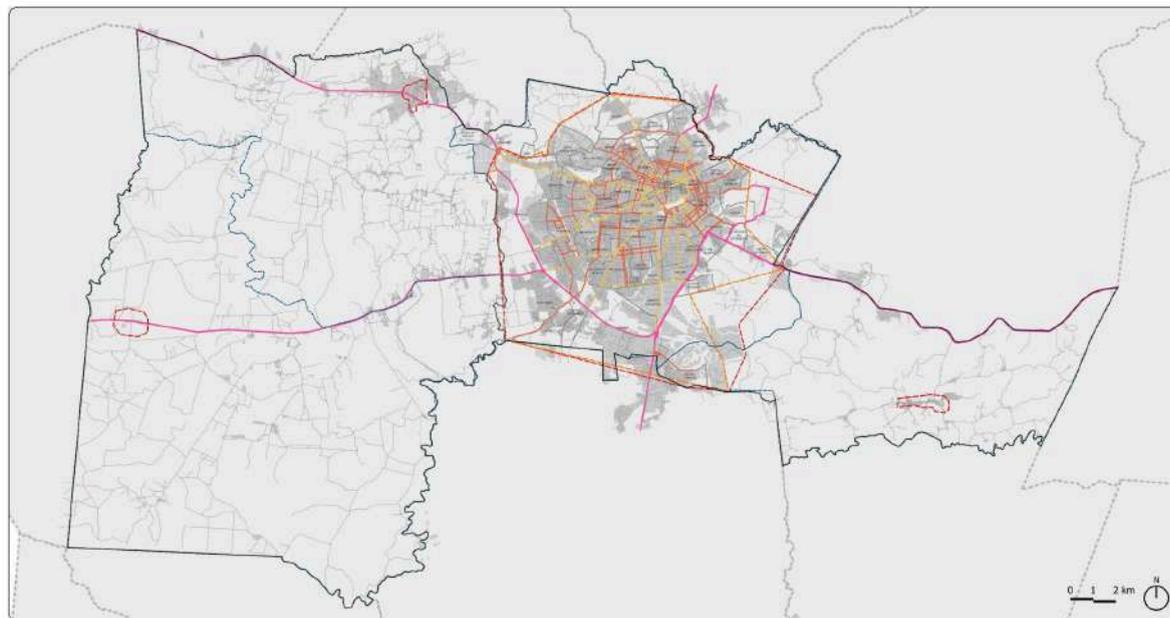
— MUNICÍPIOS DA PARAÍBA

Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).  
Datum: SIRGAS 2000 / UTM 24S e 25S.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Hierarquia Viária.



#### HIERARQUIA VIÁRIA

##### LEGENDA

 ARTERIAL	 LOCAL	 BAIRROS	 LIMITE DISTRITAL
 COLETORA	 ESTABELECIMENTO DE OUTRAS FINALIDADES	 PERÍMETRO URBANO ATUAL	 LIMITE MUNICIPAL
 EXPRESSA	 QUADRAS	 PERÍMETRO URBANO ANTIGO	 LIMITE DOS MUNICÍPIOS

Fonte: IBGE (2022), Secretaria de Planejamento (2024).  
Datum: SIRGAS 2000 / UTM 245 e 255.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

### 13. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O Projeto de Lei 6870/06 estabelece que a transformação de uma área rural em zona urbana, de expansão urbana ou de urbanização específica deve ser feita por meio de lei municipal. Mas os aglomerados, assentamentos, vilas, vilarejos seja qual nomenclatura que é dada a eles não precisa especificamente de ser transformadas em área urbanas para que alguns serviços e equipamentos sejam implementados nestas áreas.

O município necessita cadastrar os imóveis urbanos para que possam ser cobrado o Imposto sobre a propriedade o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)", tendo o reforço da lei de uso e ocupação do solo 6766/79 que em seu Art. 3º fala; somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definida, pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal. Isso é hoje um processo de discussões pois existem áreas que perderam as características rurais e estão com um adensamento considerável, e essas comunidades não recolhem impostos ITR Imposto Territorial Rural pois estão com glebas menores que a fração mínima do INCRA que é de 12 ha.

Hoje em alguns setores da cidade houve a necessidade de lei municipal ou decreto que por razões urbanísticas, interesse social dentre outros motivos mas há mudanças no caráter tributários com o cadastramento da área como urbana.

Isso é hoje um processo de discussões pois existem áreas que perderam as características rurais e estão com um adensamento considerável, e essas comunidades não recolhem impostos ITR Imposto Territorial Rural pois a fração mínima do INCRA para a cidade de Campina Grande são de 12 Hectares e na sua maioria estão menores que isso e não são recolhidos impostos federais nem municipais.

Dentro do distrito sede existe área de expansão urbana que ainda estão com características rurais, e nas zonas rurais dos distritos existem núcleos urbanos dentro dessa zona rural com características urbanas. Então temos pessoas que vivem na zona rural mas convivem em ambientes urbanos, onde as características rurais já estão desaparecendo seja pela aproximação dos centros urbanos ou pelo adensamento que vão surgindo, adensamentos esses podemos dizer que espontâneos, mas vão surgindo de forma desordenada o que acelera a descaracterização das áreas rurais, pois tudo vai acontecendo sem planejamento e o resultados são aglomerados de famílias que vão sendo formados, inicialmente o pai dono da gleba deixa um lote para cada filho que vão casando tendo netos que vão parcelando a gleba original e aqueles que migram para outros lugares vendem seus lotes ou casas e vão surgindo dessa os “Núcleos Urbanos” dentro da zona rural, e também o surgimentos de loteamentos clandestinos são quando o dono da gleba simplesmente parcela sua gleba em lotes e comercializam estes lotes, isso é ilegal passível de punições, desde que identificado pela Prefeitura.

De acordo com as discussões promovidas nas Oficinas do Novo Plano Diretor de Campina Grande, realizadas no mês de março de 2024, a sociedade ressaltou diversos fatores relacionados ao limite urbano, e esses aglomerados urbanos, também as consequências dos loteamentos clandestinos que se espalham na cidade, e por último uma indagação feita a nós, como explorar a zona rural com outro viés e não só como área agrícola.

Agora estamos subsidiados para responder às indagações?

- 1 – Há ausência de políticas para o desenvolvimento de áreas rurais através da gastronomia, lazer, cultura, preservação, incentivos a cultura específicas?
- 2 – Há um levantamento ou catálogo dos espaços acima citados?
- 3 – Existe algum levantamento das histórias das comunidades para ver sua formação identitária desses núcleos e distritos.

Quais as respostas para as seguintes perguntas:

- 1 - Onde estão os minifúndios, pequenas, médias, grandes propriedades rurais, lugarejo, núcleos urbanos, povoados?
- 2 - Onde estão as áreas urbanizadas inseridas na zona rural?
- 3 - Quais delas são do tipo densa e pouco densa?
- 4 - Quais delas estão dentro e fora do perímetro urbano?
- 5 - Quais são os assentamentos do INCRA?

Em visita in loco realizada a partir de 2014 levando em conta o pertencimento dos moradores, pouco das suas histórias, foram realizadas consultas de setores outros da prefeitura como postos de saúdes (UBS) que contribuíram também, administradores dos distritos, SEAGRI. Isso nos faz responder algumas dessas perguntas.

### **O que identificamos?**

São comunidades na zona rural ou em zona de expansão urbana:

**Tabela 09.** Relação dos Núcleos Urbanos.

<b>Nome</b>	<b>Tipo</b>	<b>Distrito</b>
Cardoso	Comunidade	Sede
Marinho	Comunidade	Sede
Covão	Comunidade	Sede
Porteira de Pedra	Comunidade	Sede
Santa Cruz	Comunidade	Sede
Fazenda Velha	Comunidade	Galante
Laranjeiras	Comunidade	Galante
Jorge de Baixo	Comunidade	Galante
Jorge de Cima	Comunidade	Galante
Jacú	Comunidade	Galante
Massapê	Comunidade	Galante

Serrotão	Comunidade	São José da Mata
Cajazeiras	Comunidade	São José da Mata
Gaspar	Comunidade	São José da Mata
Tapagem	Comunidade	São José da Mata
Cajueiro	Comunidade	São José da Mata
Bicuda	Comunidade	São José da Mata
Lucas I	Comunidade	São José da Mata
Lucas II	Comunidade	São José da Mata
Várzea Do Junco	Comunidade	São José da Mata
Monte Alegre	Comunidade	São José da Mata
Quebra Quilos	Assentamento	São José da Mata
Estreito	Comunidade	Catolé de Boa Vista
Salgadinho	Comunidade	Catolé de Boa Vista
Aragão	Comunidade	Catolé de Boa Vista
Campo de Boi	Comunidade	Catolé de Boa Vista
Paus Branco	Comunidade	Catolé de Boa Vista
Vitória	Assentamento	Catolé de Boa Vista
Quixaba	Comunidade	Catolé de Boa Vista
Curral Velho	Comunidade	Catolé de Boa Vista
Balaio De Gato	Comunidade	Catolé de Boa Vista
Logradouro I	Comunidade	Catolé de Boa Vista
Logradouro II	Comunidade	Catolé de Boa Vista
Venâncio Tomé	Assentamento	Catolé de Boa Vista
Queimada da Ema	Comunidade	Catolé de Boa Vista
Açúcar Branco	Comunidade	Catolé de Boa Vista
São Pedro	Comunidade	Catolé de Boa Vista
Fazenda Navio	Comunidade	Catolé de Boa Vista

Guarita	Comunidade	Catolé de Boa Vista
Alto da Alegria	Comunidade	Catolé de Boa Vista
José Antonio EufRASino	Assentamento	Catolé de Boa Vista
Pequeno Richard	Assentamento	Catolé de Boa Vista
Maracanã	Comunidade	Catolé de Boa Vista
Malhada da Areia	Comunidade	Catolé de Boa Vista
Boi Velho	Comunidade	Catolé de Boa Vista

**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Tabela 09.** Relação de Potenciais Pontos Gastronômicos.

<b>Nome</b>	<b>Especialidade</b>	<b>Lugar</b>	<b>Distrito</b>
Fazenda Santana	Café da manhã, restaurante, eventos	Santana	Galante
Ié Ié (José)	Galinha capoeira	Santana	Galante
Casa De Cumpadre	Café da manhã, restaurante, eventos	Barro Fofó	Galante
Casa De Chico	Regional	Santana	Galante
Bar Da Mara	Fava	Zona Urbana	Galante
Rancho Chugatinho	Regional	Lucas	São José Da Mata
Emanoel Bar	Fava, arrumadinho	Lucas	Catolé de Boa Vista
Bar Da Buchada	Buchada, cabeça de bode	Lucas	Catolé de Boa Vista
Day Camp	Hotel Fazenda	Lucas	São José Da Mata
Eco Parque Tamanduá	Restaurante, balneário, pesque e pague	Salgadinho	Catolé de Boa Vista
Bar Do Jailson	Pirão	Salgadinho	Catolé de Boa Vista
Point Do Pão	Coxinha	Zona Urbana	Catolé de Boa Vista
Panificadora Santa Luzia	Pão Doce	Zona Urbana	São José Da Mata
Panificadora Monsenhor Sales	Pão Doce	Zona Urbana	São José Da Mata

**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Tabela 09.** Relação Potenciais Pontos Lazer.

<b>Nome</b>	<b>Especialidade</b>	<b>Lugar</b>	<b>Distrito</b>
Parque Rita Gaudêncio	Parque de Vaquejada	Lucas	São José da Mata
Parque Haras Lira	Parque de Vaquejada	Zona Urbana	Galante
Parque JC	Parque de Vaquejada	Estreito	Catolé de Boa Vista
Trem Ferroviário			Galante
Recanto da Luz	Balneário	Salgadinho	Catolé de Boa Vista

**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Tabela 09.** Relação de Potenciais Pontos de Preservação.

<b>Nome</b>	<b>Especialidade</b>	<b>Tipo</b>	<b>Distrito</b>
Pedras do Estreito	Escrituras Rupestres	Parque	Catolé de Boa Vista
Pedra do Morcego		Comunidade	Sede
Paredão AC		Aluizio Campos	Sede
Mata		Mata virgem	São José da Mata
Parque do Poeta		Mata virgem	Sede

**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Tabela 09.** Relação da gestão de mercados e feiras.

<b>Nome</b>	<b>Tipo</b>	<b>Distrito</b>	<b>Gestão</b>
Arca Catedral		Centro	Amde
Arca Titão	João Batista Das Neves (Seu Titão)	Centro	Amde
Vila Artesão		São José	Amde
Mercado Da Liberdade	Rildo Ferreira De Souza	Liberdade	Sesuma
Mercado Central			Sesuma
Mercado Das Malvinas	Arthur Freire	Malvinas	Sesuma

Feirinha Do Catolé	José Severino De Souza (Seu Batata)	Católé	Sesuma
Mercado Alto Branco		Alto Branco	
Feirinha Jeremias		Jeremias	
Rodoviária Velha	Cristhiano Lauritzen	Centro	Sesuma
Feirinha De Fruta	Rosil Cavalcante	Centro	
Distrito Do Mecânico			
Mercado Galante			
Mercado São José Da Mata			
Shopping Edson Diniz	Edson Diniz		Ipsem
Feirinha Presidente Medici			
Feirinha Severino Cabral			Sesuma
Shopping Lindaci Medeiros	Lindaci Medeiros		Amde

**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Sobre os aglomerados urbanos em áreas rurais (denominado de NUAR) referem-se à concentração de pessoas e atividades urbanas em regiões que, originalmente, eram predominantemente rurais. Isso pode ocorrer devido a diversos fatores, como a expansão das cidades para áreas circunvizinhas, fazendo os moradores mais afastados permanecerem em seus domicílios e iniciando aglomerados que começam a surgir pequenos comércios e atraindo mais moradores, conseqüentemente equipamentos públicos.

Essa transformação pode trazer tanto benefícios quanto desafios para as comunidades locais, impactando questões como infraestrutura, acessos a serviços básicos, preservação ambiental e identidade cultural. É um fenômeno relevante para o planejamento e desenvolvimento sustentável das regiões. É a forma de sustentabilidade equilibrada da área rural desde que reconhecida pelo município.

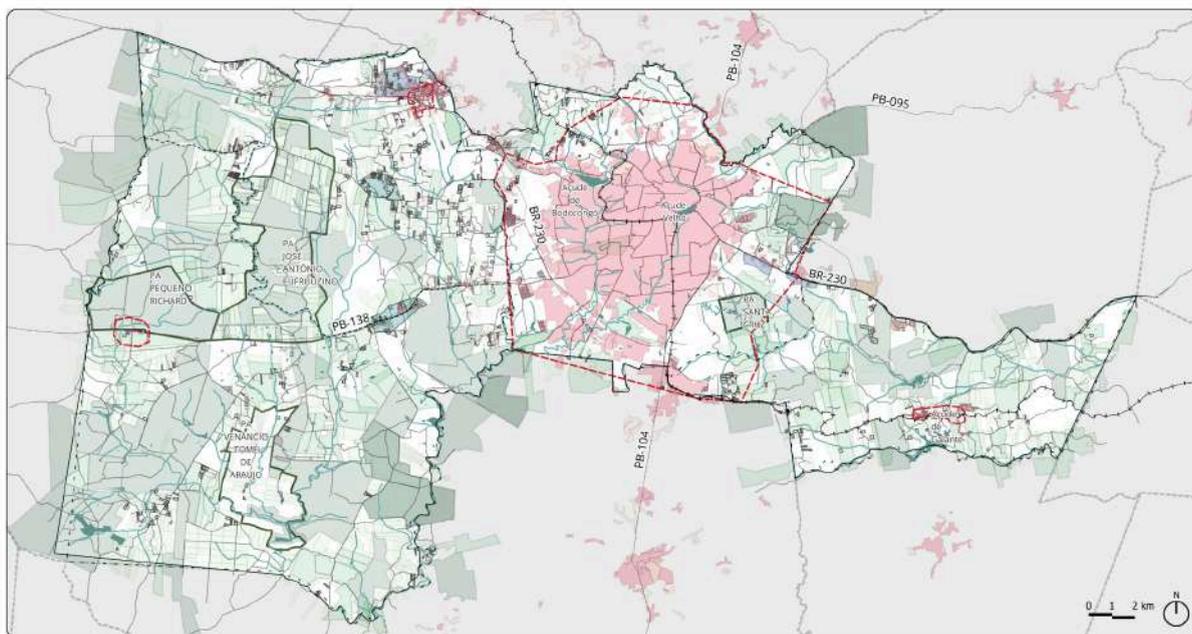
No artigo 28 no inciso primeiro da lei de controle uso e ocupação do solo específica para zona rural tem de ser elaborada, porque ela quem rege as ações de maior impacto na zona rural.

Ao delimitar o crescimento urbano de Campina, diversos critérios terão de ser considerados, incluindo aspectos ambientais, socioeconômicos e de infraestrutura. Alguns dos principais critérios incluem:

1. Capacidade de infraestrutura: Avaliação da capacidade dos serviços públicos, como abastecimento de água, saneamento, energia, transporte e comunicações, para atender a demanda da população.
2. Impacto ambiental: Análise dos efeitos do crescimento urbano na preservação de áreas verdes, recursos naturais e na mitigação de impactos ambientais, como poluição e degradação do solo.
3. Ordenamento territorial: Consideração da organização espacial da cidade, com o objetivo de evitar a expansão desordenada e promover o uso racional do solo.
4. Demanda habitacional: Estudo da demanda por moradias e avaliação das áreas disponíveis para o desenvolvimento urbano, buscando garantir acesso à moradia digna para a população.
5. Participação social: Inclusão da participação da comunidade no processo de delimitação do crescimento urbano, garantindo que as necessidades e interesses locais sejam considerados.
6. Diminuição da área onde o polígono da antiga lei onde a expansão não prosperou.

Esses critérios foram fundamentais para o planejamento do novo limite urbano, o que promove o desenvolvimento equilibrado da cidade.

**Figura 00.** Mapa de Desenvolvimento Rural.



**MAPA DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

LEGENDA

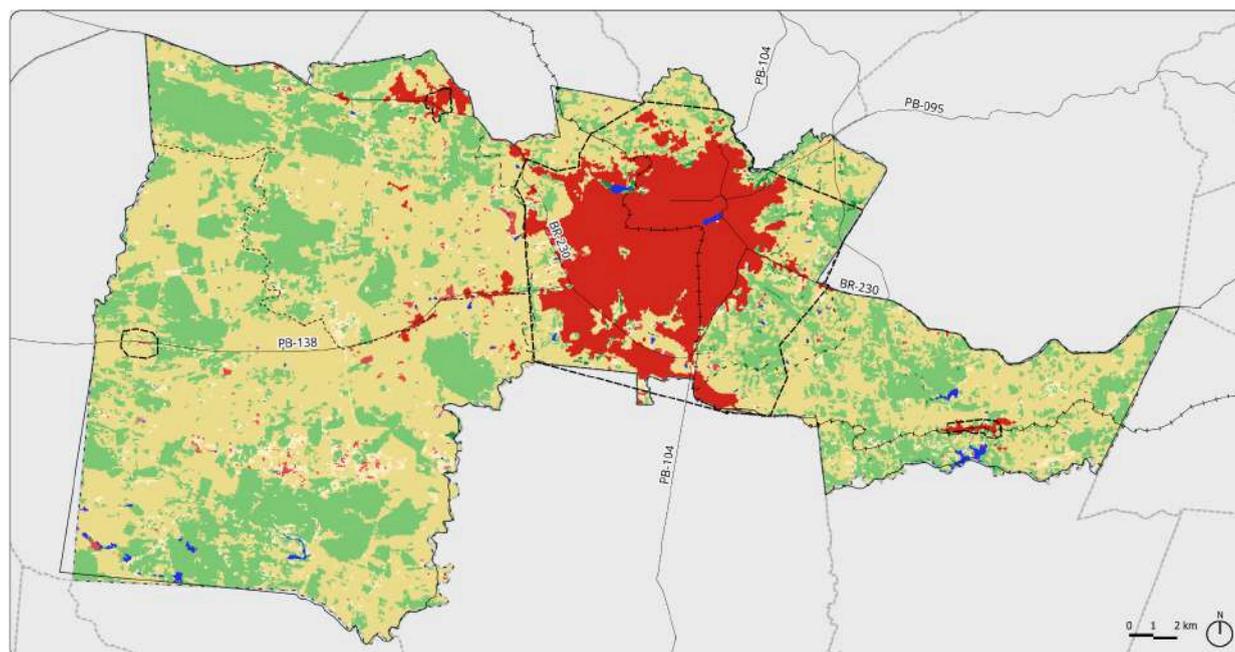
<b>SICAR - IMÓVEIS</b>	<b>IBGE - SETORES (2021)</b>	<b>IBGE - ÁREAS URBANIZADAS (2019)</b>	<b>VIAS</b>	<b>PERÍMETRO URBANO</b>
Minifúndio	Lugarão	Densa	RODOVIAS	AÇUDES
Pequenas Propriedades Rurais	Núcleo Urbano	Loteamento vazio	FERROVIA	CURSOS D'ÁGUA
Média Propriedade Fundiária	Povoado	Pouco densa	LIMITE MUNICIPAL	BAIRROS
Grande Propriedade Fundiária	ASSENTAMENTOS RURAIS		LIMITE DISTRITAL	MUNICÍPIOS DA PARAÍBA

Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).  
 Datum: SIRGAS 2000 / UTM 245 e 255.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

Figura 00. Mapa de usos e cobertura da terra.



#### MAPA DE USOS E COBERTURA DA TERRA

#### LEGENDA

MAPBIOMAS - USO E COBERTURA (2022)

Banda 1: classification\_2022 (Gray)

Formação Florestal  
Formação Savânica  
Formação Campestre

Pastagem  
Agricultura - Cana  
Agricultura - Mosaico de usos  
Área Urbanizada  
Outras Áreas não Vegetadas

Rio, Lago e Oceano  
RODOVIAS  
FERROVIAS  
PERÍMETRO URBANO

--- LIMITE DISTRITAL  
□ LIMITE MUNICIPAL  
□ MUNICÍPIOS DA PARAÍBA

Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).  
Datum: SIRGAS 2000 / UTM 24S e 25S.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

Onde estão os minifúndios, pequenas, médias, grandes propriedades rurais, lugarejo, núcleos urbanos, povoados?

- Onde estão as áreas urbanizadas inseridas na zona rural? Quais delas são do tipo densa e pouco densa?
- Quais delas estão dentro e fora do perímetro urbano?.
- Quais são os assentamentos do INCRA?

Considerações:

- Maior concentração de grandes propriedades rurais em Catolé de Boa Vista e São José da Mata

Problemas:

São José da Mata:

- Tambor: concentração de minifúndios fora do perímetro urbano considerados pelo IBGE como núcleo urbano (CNEFE, 2017). A área também é caracterizada com área urbanizada pelo mapeamento de uso e cobertura do solo feito pelo Mapbiomas (2022)
- Capim Grande: concentração pequena de minifúndios, engloba um trecho de área urbanizada densa e um trecho de área pouco densa (IBGE, 2019), além de estar inserido em um setor censitário descrito como povoado (IBGE, 2021). A área também é descrita pelo mapa de cobertura da terra do Mapbiomas como área urbanizada (Mapbiomas, 2022)

Catolé de Boa Vista:

- Estreito: concentração de minifúndios, engloba um trecho de área urbanizada densa (IBGE, 2019) e está localizada em um setor censitário descrito como povoado (IBGE, 2021)

Galante:

- Área urbanizada densa fora do perímetro urbano (IBGE, 2019)

Potencialidades:

Catolé de Boa Vista:

- Pa Venâncio Tomé de Araújo: grande atividade agrícola (Mapbiomas, 2022)

Galante:

- Santana: grande atividade agrícola (Mapbiomas, 2022)

## **14. EQUIPAMENTOS PÚBLICOS**

Com relação aos equipamentos públicos, eles foram subdivididos entre:

1. Equipamentos de Educação - creches, berçários, escolas de 1º e 2º graus e técnicas, universidades, institutos, entre outros.
2. Equipamentos de Saúde - unidades básicas de saúde, hospitais, policlínicas, unidades de pronto atendimento, centros de atenção psicossocial, entre outros.
3. Equipamentos de Cultura - centros culturais e de convenções, museus, bibliotecas, teatros, memoriais, entre outros.
4. Equipamentos de Esporte - arenas, associações, campos, clubes, complexos esportivos, estádios, ginásios, vilas olímpicas, entre outros.
5. Associações Comunitárias - associações, APAEs, clubes de apoio, entidades civis e religiosas, entre outros.
6. Assistência Social e Serviços Públicos - CAPS, CRAS, CREAS, institutos, autarquias, cartórios, companhias, defensoria pública, empresas municipais, órgãos públicos, equipamentos da PMCG, equipamentos de segurança, entre outros.

Em resumo, a maior parte dos equipamentos estão concentradas na zona central da cidade, havendo déficit dos equipamentos essenciais à população nas demais áreas. A problemática se intensifica ainda mais na escala dos distritos, uma vez que boa parte dos equipamentos públicos são praticamente inexistentes, com exceção ao distrito sede.

### **14.1. EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO**

Quando visualizamos os equipamentos de educação, é perceptível que, apesar de estarem bem distribuídos pela cidade (mas com maior concentração no

distrito sede e no centro da cidade), eles ainda são insuficientes para toda a cidade, quando levado em consideração seus raios de abrangência e suas capacidades de vagas. A cidade apresenta um bom número de equipamentos de ensino superior, tanto públicos quanto privados. Creches e escolas de 1º grau estão bem distribuídas, mas nota-se certa deficiência de escolas de 2º grau.

#### 14.1.1. CRECHES/BERÇÁRIOS PÚBLICOS

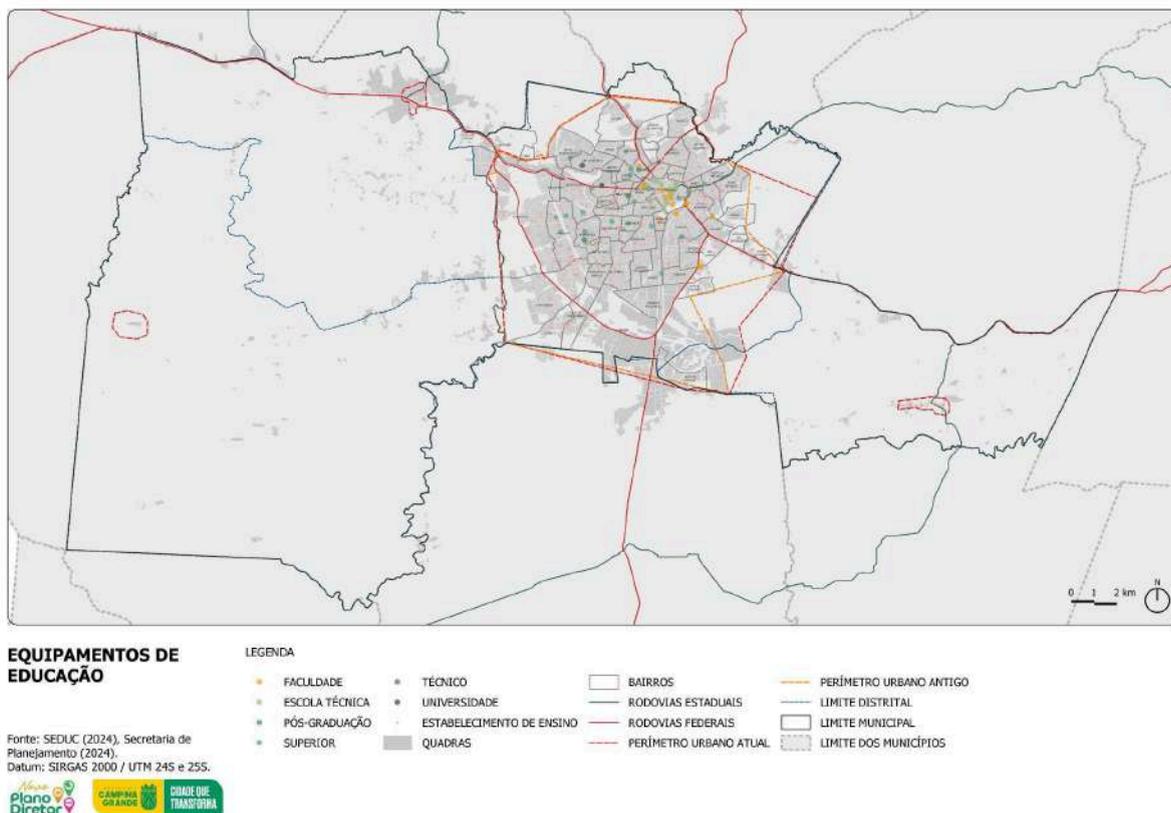
Quando analisamos os mapas de creches/berçários com os seus raios de abrangência - 400m, considerada uma distância confortável a pé -, torna-se mais fácil a visualização.

Existe um bom número desses equipamentos no Distrito Sede da cidade, no entanto, ainda há certo déficit em alguns bairros. Bairros como Lagoa de Dentro, Catirina, São Januário, Novo Bodocongó, Universitário, Cuités, Nações, Alto Branco, Jardim Tavares, Lauritzen, Castelo Branco, Nova Brasília, Ronaldo Cunha Lima, Mirante, Tropeiros da Borborema, Sandra Cavalcante, Vila Cabral, Santa Terezinha, Jardim Itararé, Itararé, Velame, Distrito Industrial, Serrotão e Três Irmãos apresentam um número insuficiente ou até mesmo inexistente de creches/berçários. Esses bairros (23 de 61, se desconsiderarmos os três distritos) representam aproximadamente 38% do Distrito Sede, e são justamente os mais afastados da zona central de Campina Grande. Curiosamente, bairros centrais como o próprio Centro e a Prata, não apresentaram nenhum equipamento nos dados computados, o que aumenta a porcentagem para quase 41% do Distrito Sede. É um número alarmante, considerando a importância de se ter creches e berçários não somente com suficiência de vagas, mas também nas proximidades das residências, uma vez que, como um equipamento essencial e acessado por mães com crianças de colo ou muito novas para andar longas distâncias, precisa ser acessível a pé.

Essa situação é ainda pior nos distritos, onde todos os demais apresentaram insuficiência. No caso do Distrito de Galante, somente uma foi computada. O cenário se agrava no Distrito de Catolé da Boa Vista, que não apresentou

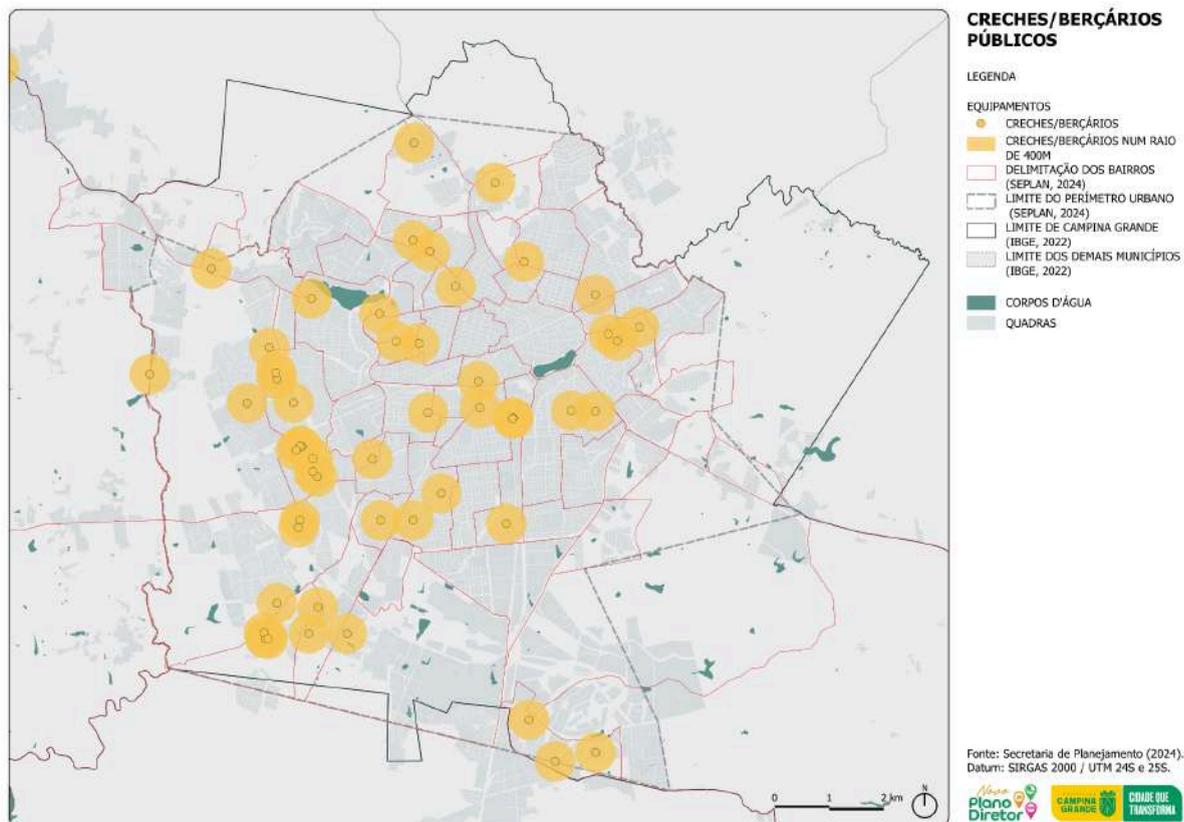
nenhum, o que significa que seus moradores precisam recorrer a outros distritos, sobrecarregando o sistema de mobilidade e a capacidade de vagas das creches/berçários já existentes.

**Figura 00.** Equipamentos de Educação infantil.



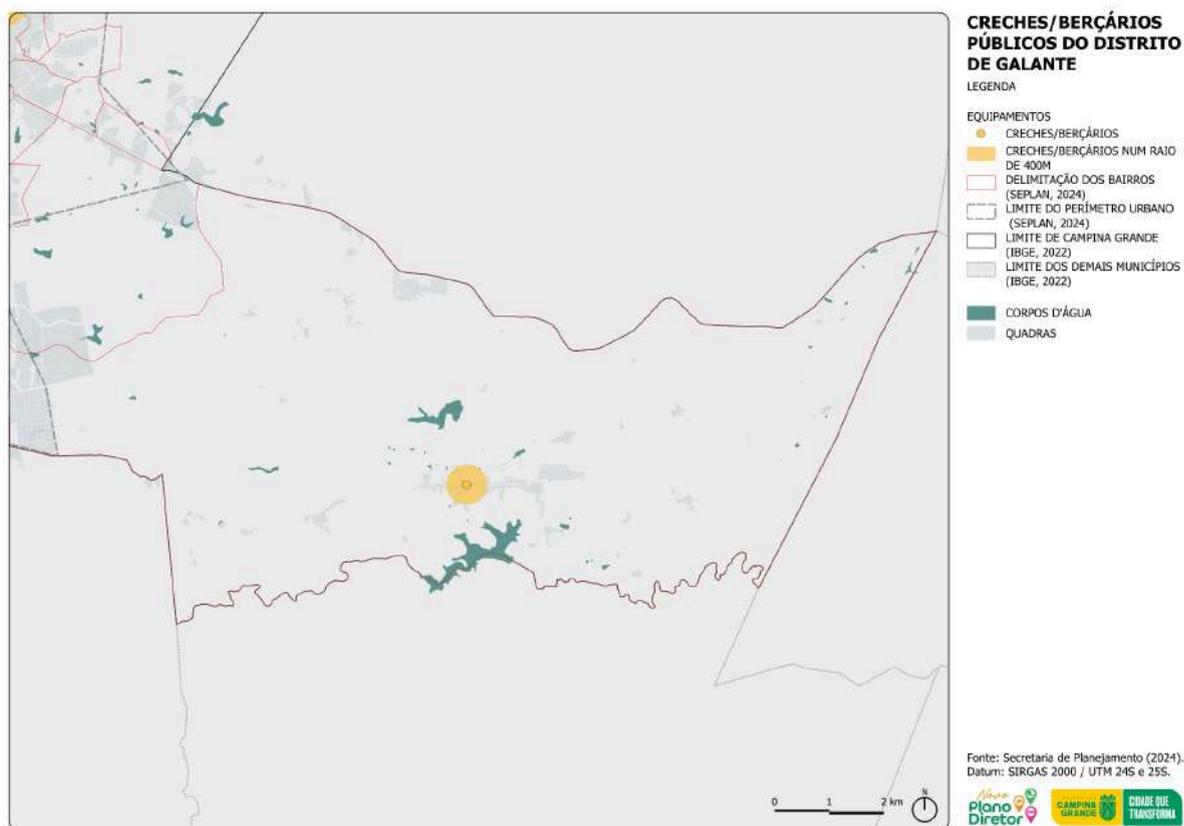
**Fonte:** Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 10.** Creches/Berçários públicos e raios de abrangência (400m) do Distrito Sede.



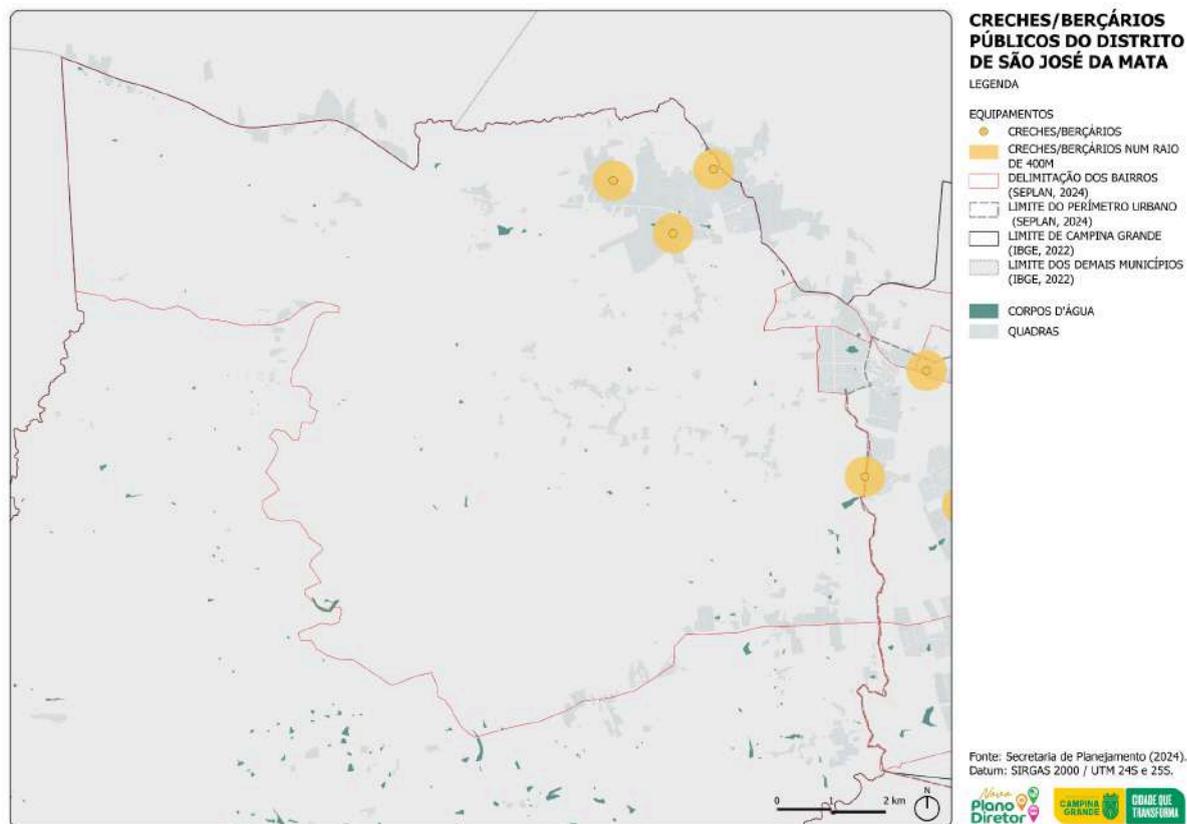
**Fonte:** Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 11.** Creches/Berçários públicos e raios de abrangência (400m) do Distrito de Galante.



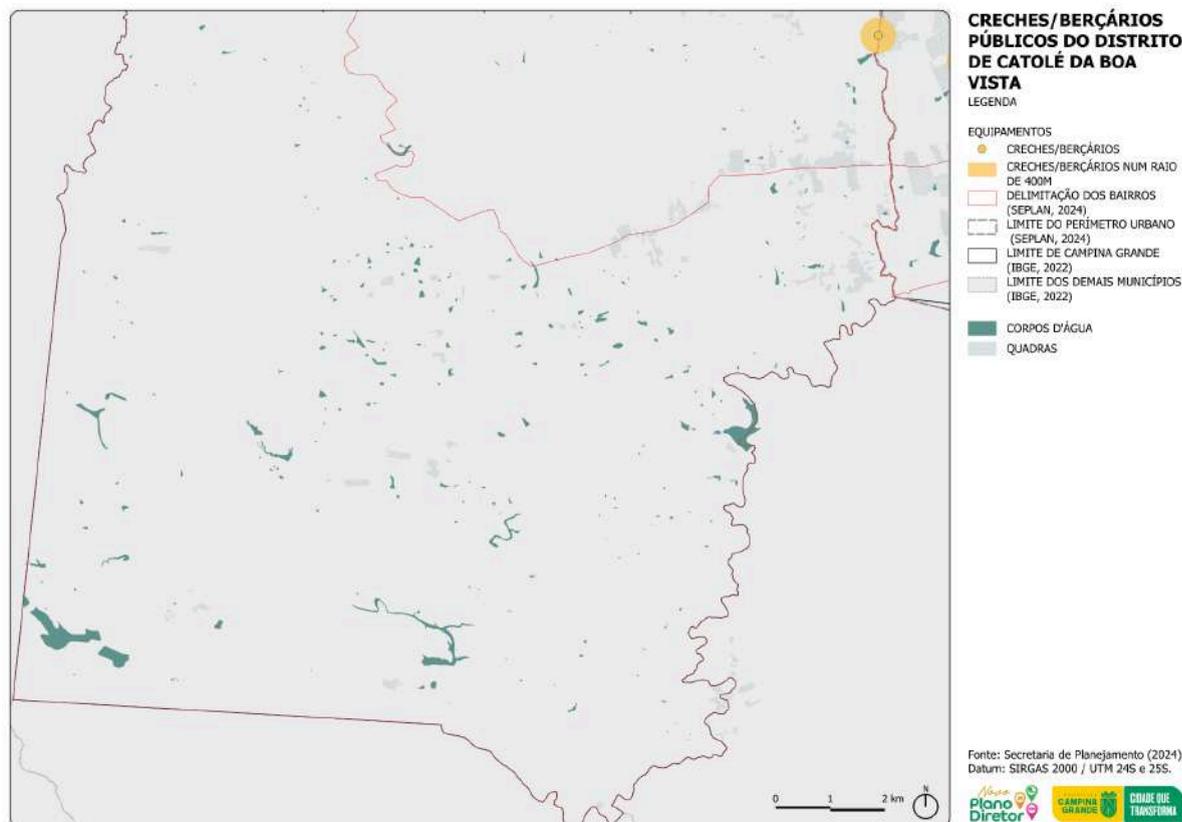
Fonte: Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 12.** Creches/Berçários públicos e raios de abrangência (400m) do Distrito de São José da Mata.



**Fonte:** Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 13.** Creches/Berçários públicos e raios de abrangência (400m) do Distrito de Catolé da Boa Vista.



**Fonte:** Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

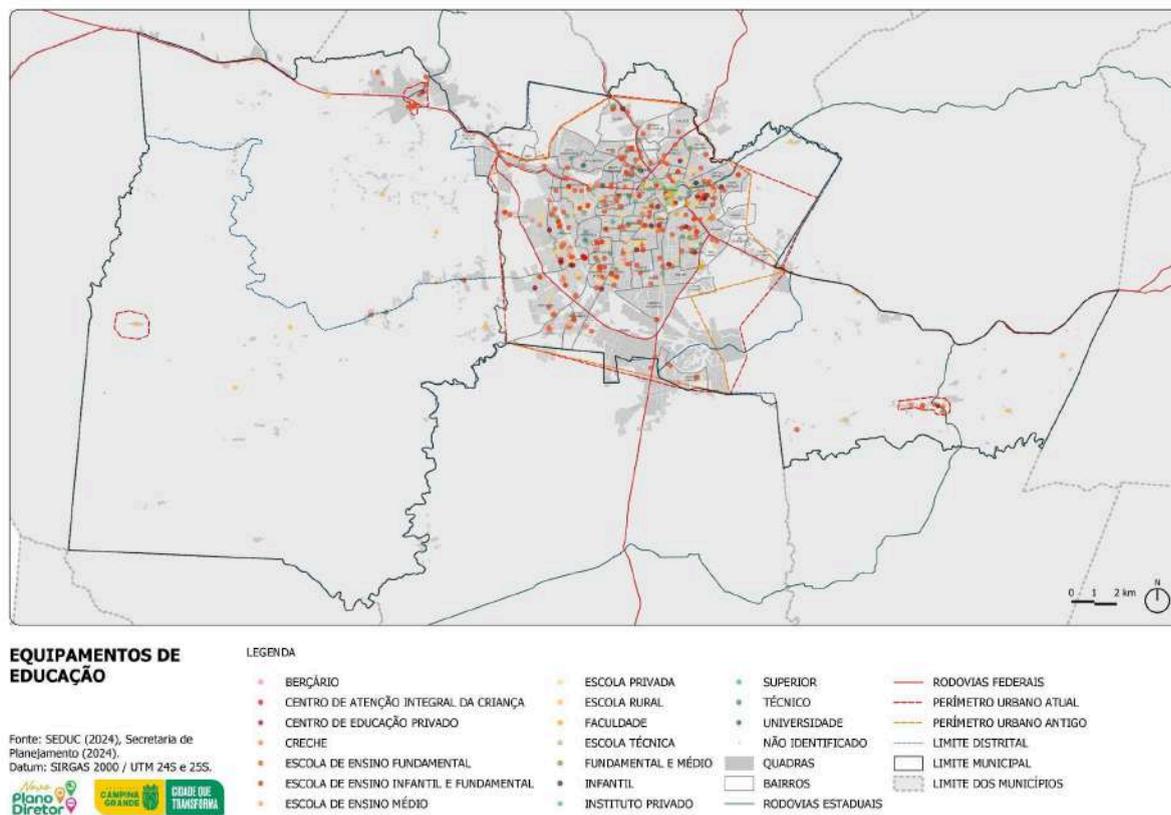
#### 14.1.2. ESCOLAS DE 1º GRAU

As escolas de 1º grau, no geral, apresentam um bom número na cidade. Seu raio de abrangência recomendado também é 400m, mas ainda existem bairros com poucas ou nenhuma, sendo eles: Lagoa de Dentro, Catirina, Novo Bodocongó, Universitário, Araxá, Cuités, Jardim Continental, Nações, Ronaldo Cunha Lima, Tropeiros da Borborema, Santa Terezinha, Jardim Itararé, Distrito Industrial, Velame, Palmeira Imperial e Serrotão. Esses bairros (17) representam quase 28% dos bairros do Distrito Sede. Além disso, quase todos também apresentam déficit de creches/berçários.

No caso dos distritos, todos apresentam mais de uma unidade em suas porções urbanizadas, suprimindo quase completamente essas áreas. É válido mencionar

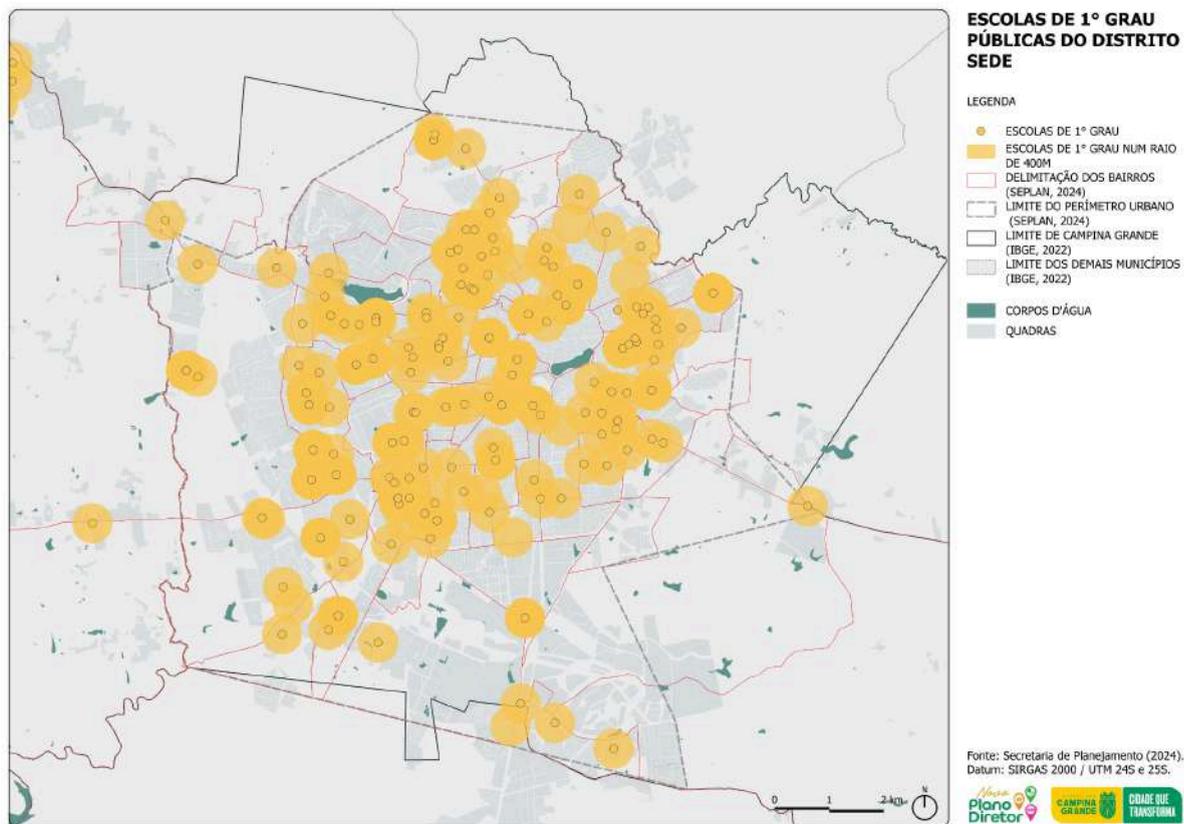
que os cartogramas que contém os raios de abrangência não incluem as escolas rurais, que atendem boa parte dos demais distritos.

**Figura 00.** Equipamentos de Educação Fundamental.



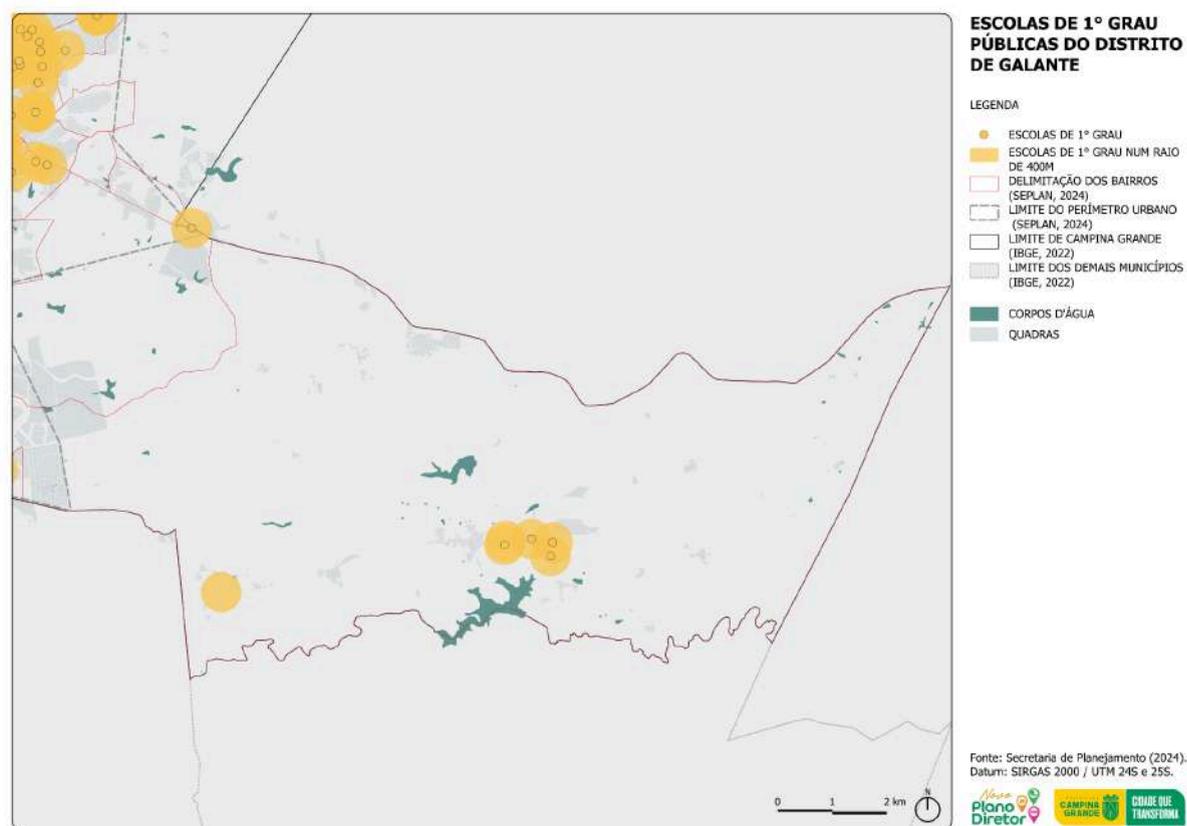
**Fonte:** Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 10.** Escolas de 1º Grau públicas e raios de abrangência (400m) do Distrito Sede.



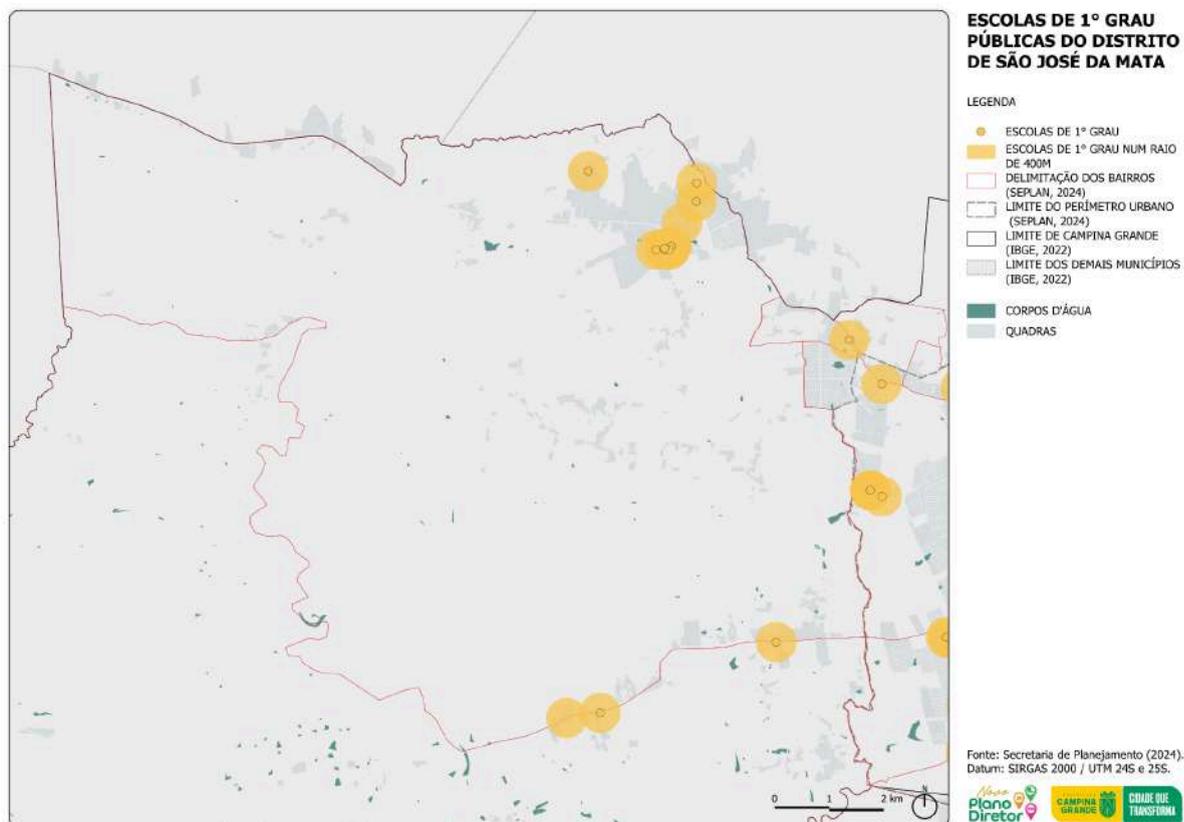
**Fonte:** Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 10.** Escolas de 1º Grau públicas e raios de abrangência (400m) do Distrito de Galante.



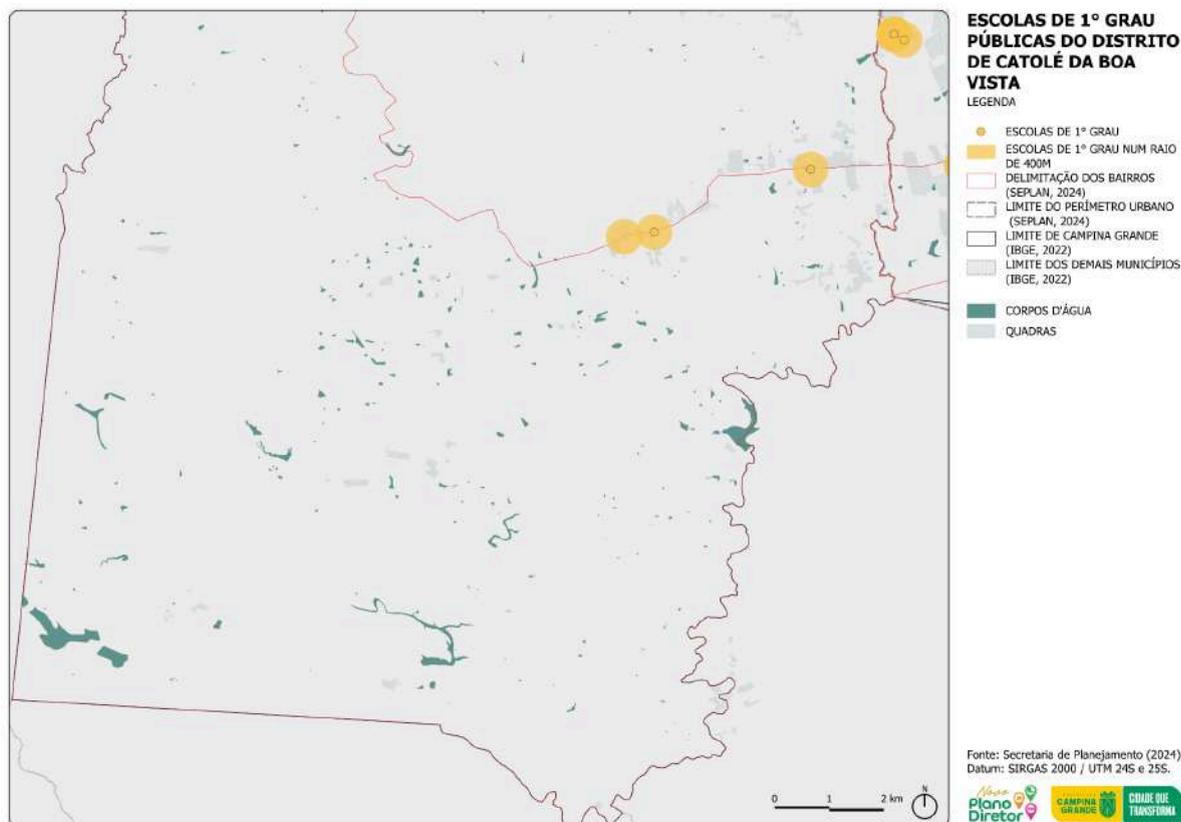
**Fonte:** Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 10.** Escolas de 1º Grau públicas e raios de abrangência (400m) do Distrito de São José da Mata.



**Fonte:** Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 10.** Escolas de 1º Grau públicas e raios de abrangência (400m) do Distrito de Catolé da Boa Vista.



**Fonte:** Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

### 14.1.3. ESCOLAS DE 2º GRAU

Já as escolas de 2º grau, no geral, apresentam um déficit por toda a cidade, com exceção de alguns bairros do Distrito Sede. O raio de abrangência recomendado para esses equipamentos é de 800m, uma vez que, por se tratarem de jovens com uma idade pouco mais avançada, têm capacidade de andar por percursos maiores, além de utilizar transportes coletivos.

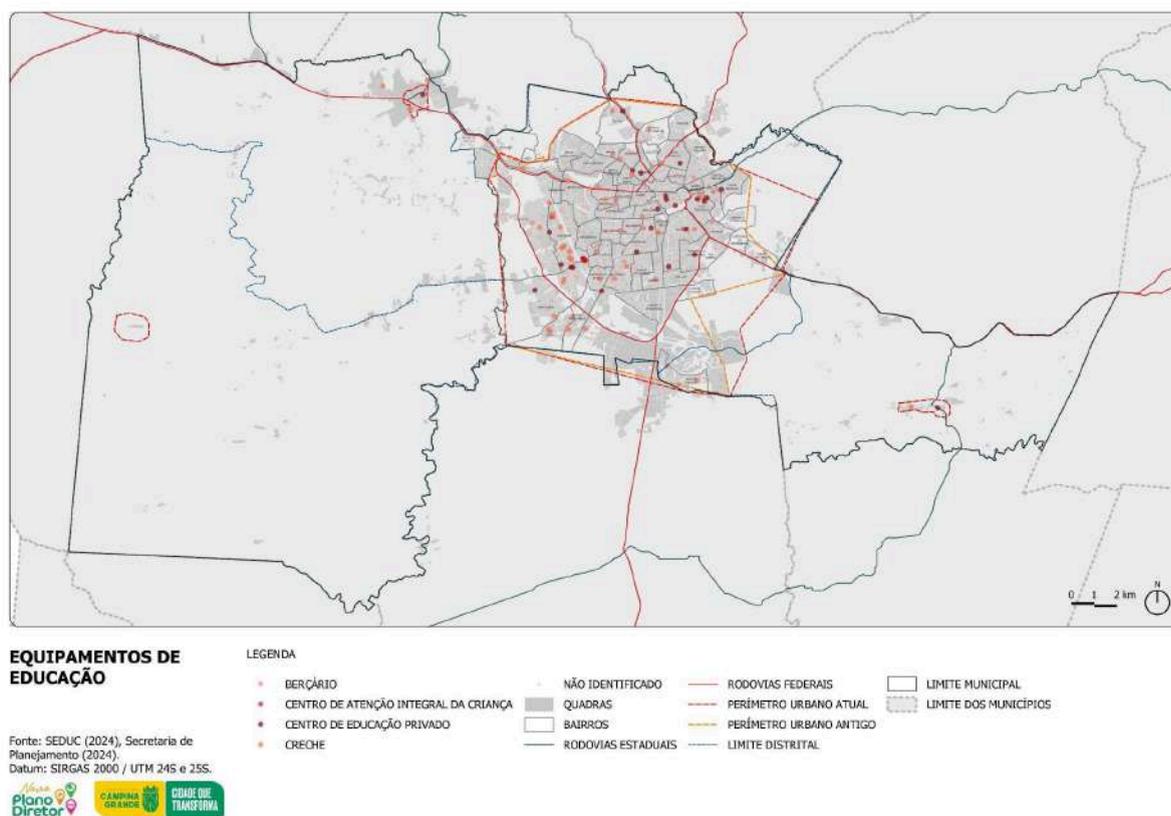
Dessa forma, no caso do Distrito Sede, os bairros que apresentam pouca quantidade ou quase nenhuma escola de 2º grau são: Lagoa de Dentro, Catirina, São Januário, Novo Bodocongó, Universitário, Araxá, Bento Figueiredo, Palmeira, Nações, Castelo Branco, Santo Antônio, Nova Brasília, Monte Castelo, Ronaldo Cunha Lima, Mirante, Tropeiros da Borborema, Santa Terezinha, Itararé, Jardim Itararé, Tambor, Jardim Paulistano, Liberdade, Quarenta, Estação Velha,

Bodocongó, Serrotão, Ramadinha, Três Irmãs, Presidente Médici, Acácio Figueiredo, Palmeira Imperial, Velame, Distrito Industrial e Aluizio Campos. Esses bairros (34), representam aproximadamente 56% dos bairros do Distrito Sede, e alguns deles também apresentam déficit de creches/berçários e escolas de 1º grau.

No caso dos demais distritos, existe somente uma escola na fronteira entre São José da Mata e Catolé da Boa Vista. Não existe nenhuma em Galante.

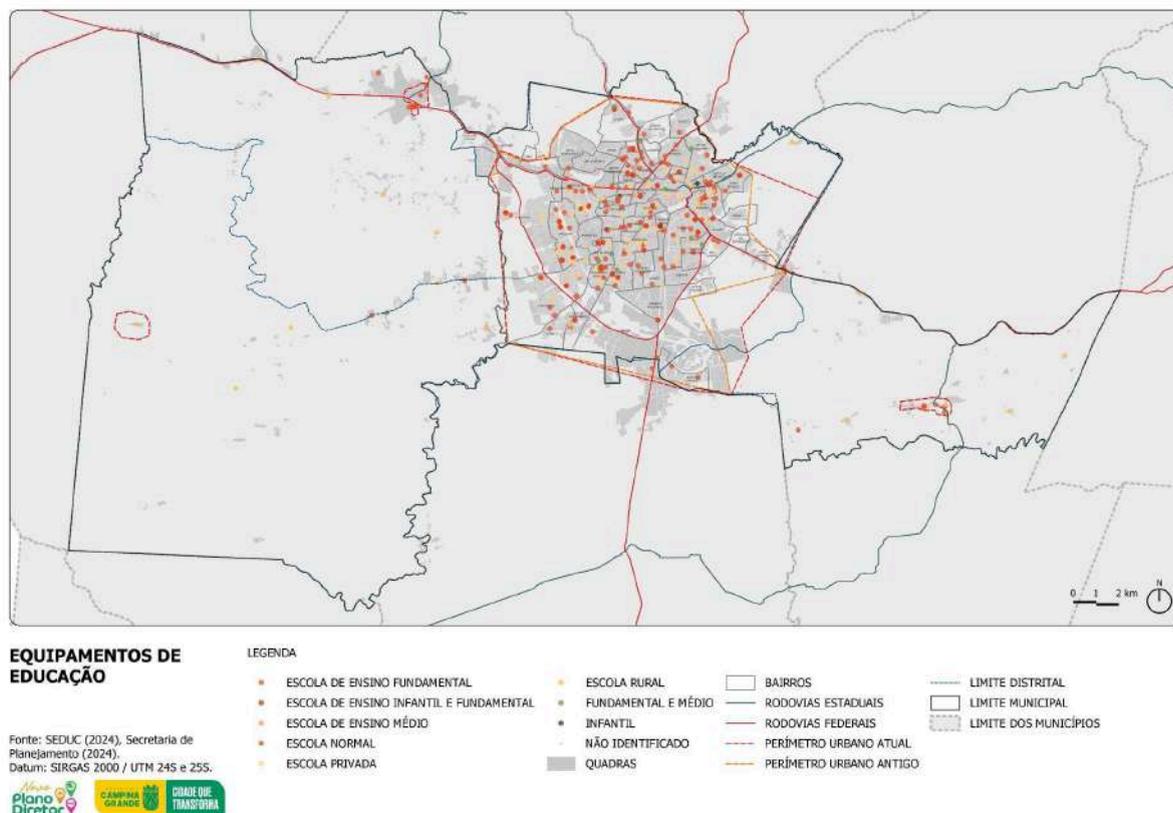
Esses números se mostram alarmantes, e apontam para certa insuficiência desses equipamentos tanto nos demais distritos, quanto nos bairros mais afastados da região central do Distrito Sede.

**Figura 00.** Equipamentos de Educação básica.



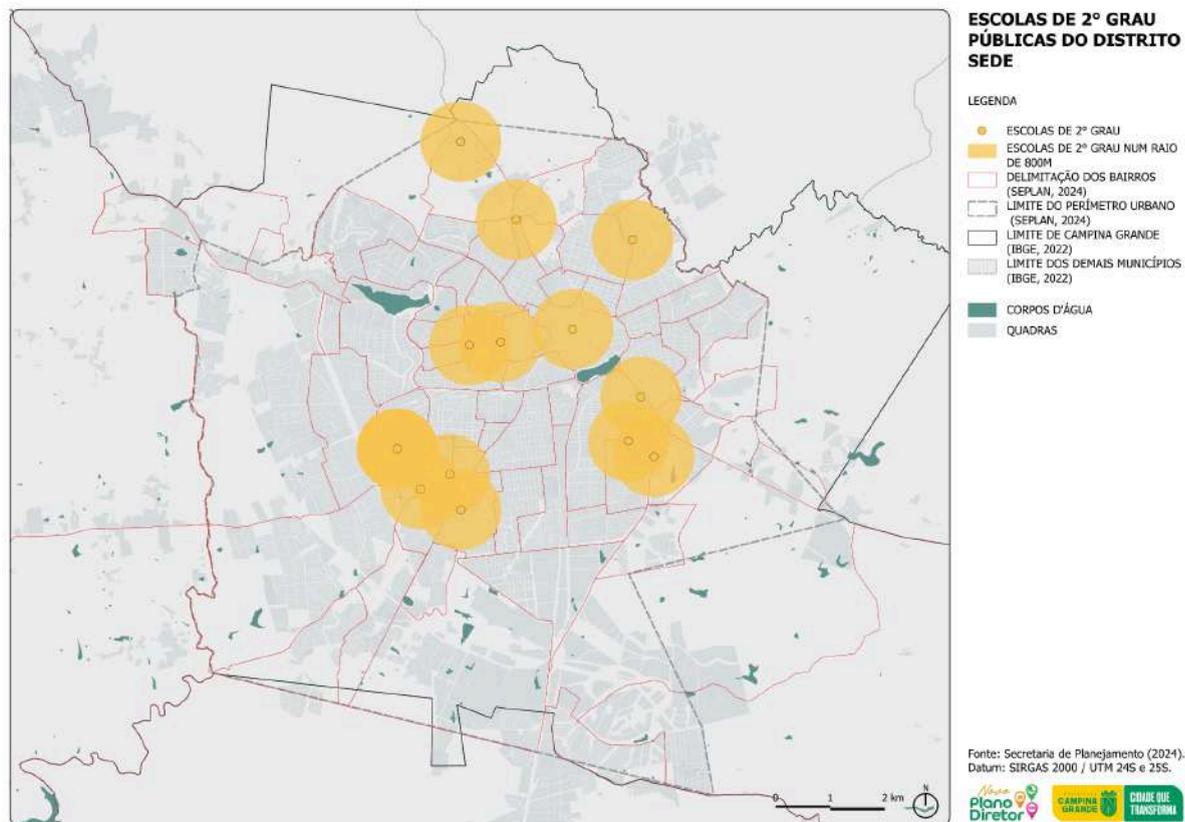
**Fonte:** Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

Figura 00. Equipamentos de Educação.



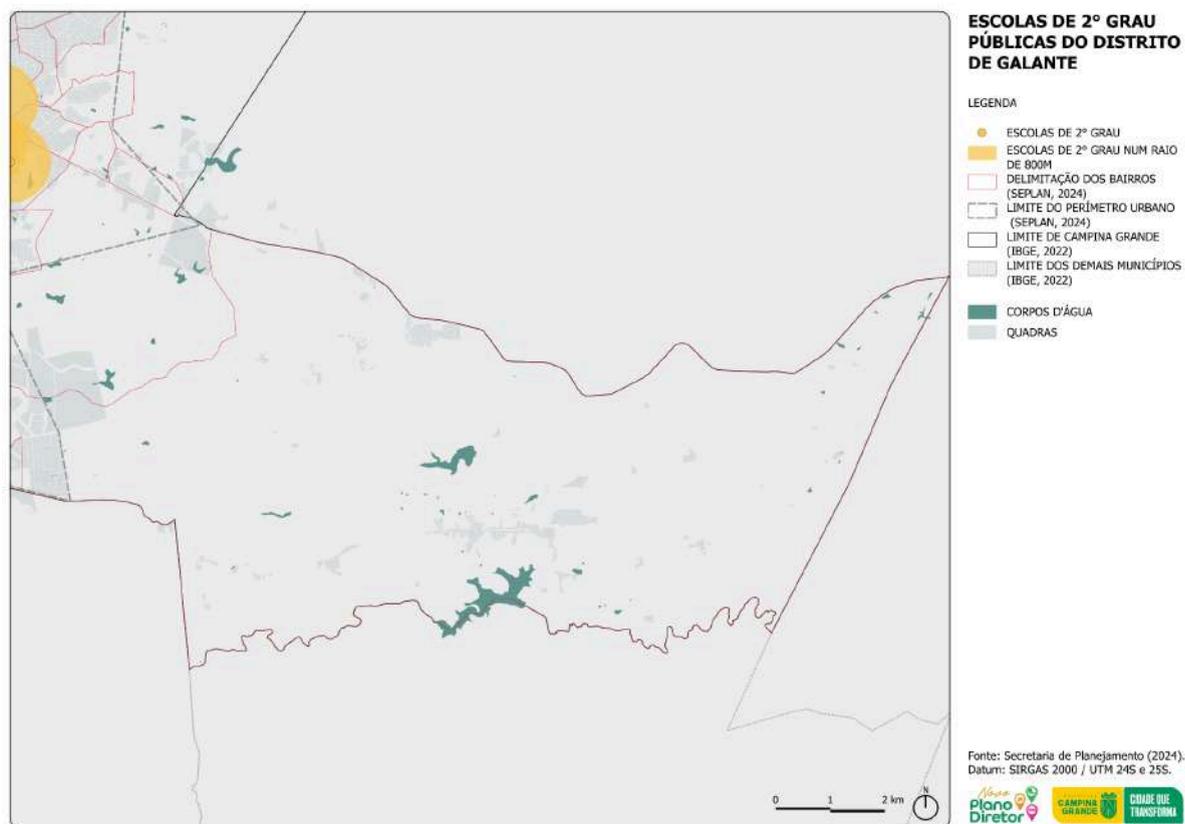
Fonte: Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 10.** Escolas de 2º Grau públicas e raios de abrangência (800m) do Distrito Sede.



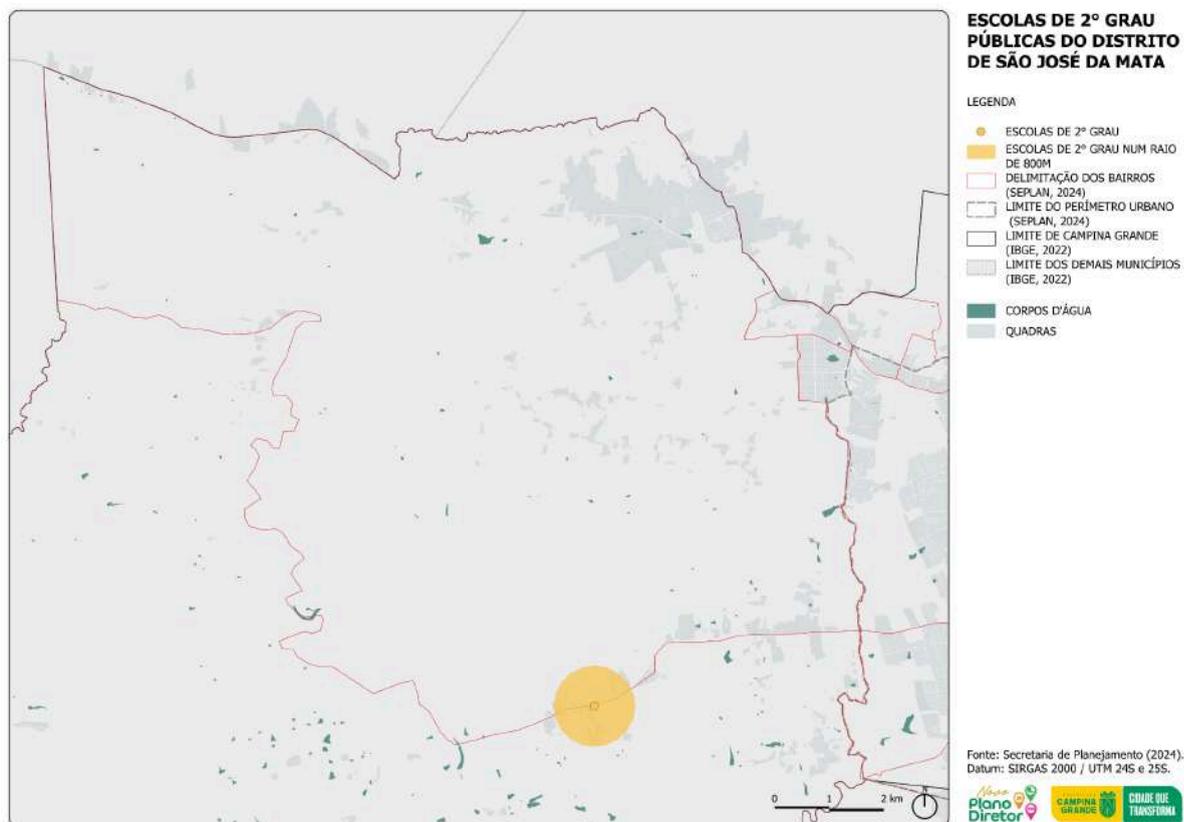
**Fonte:** Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 10.** Escolas de 2º Grau públicas e raios de abrangência (800m) do Distrito de Galante.



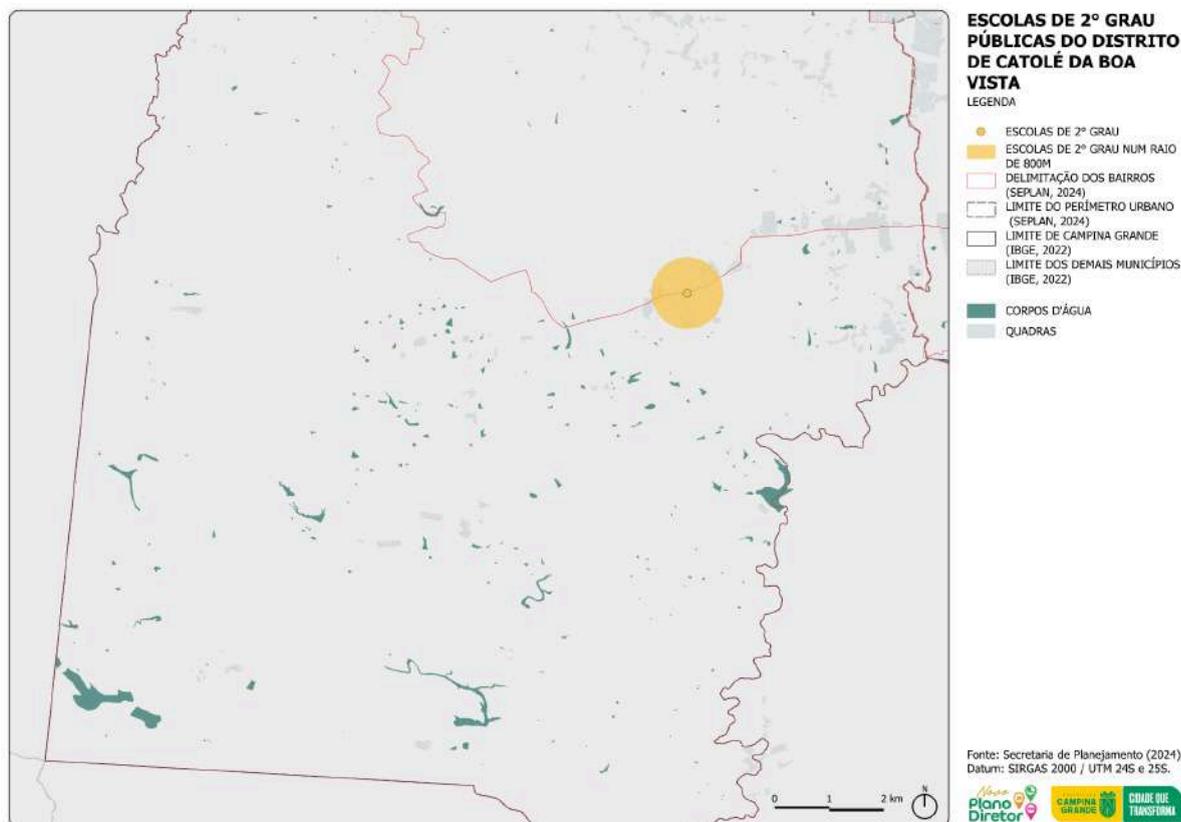
**Fonte:** Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 10.** Escolas de 2º Grau públicas e raios de abrangência (800m) do Distrito de São José da Mata.



**Fonte:** Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 10.** Escolas de 2º Grau públicas e raios de abrangência (800m) do Distrito de Catolé da Boa Vista.



**Fonte:** Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

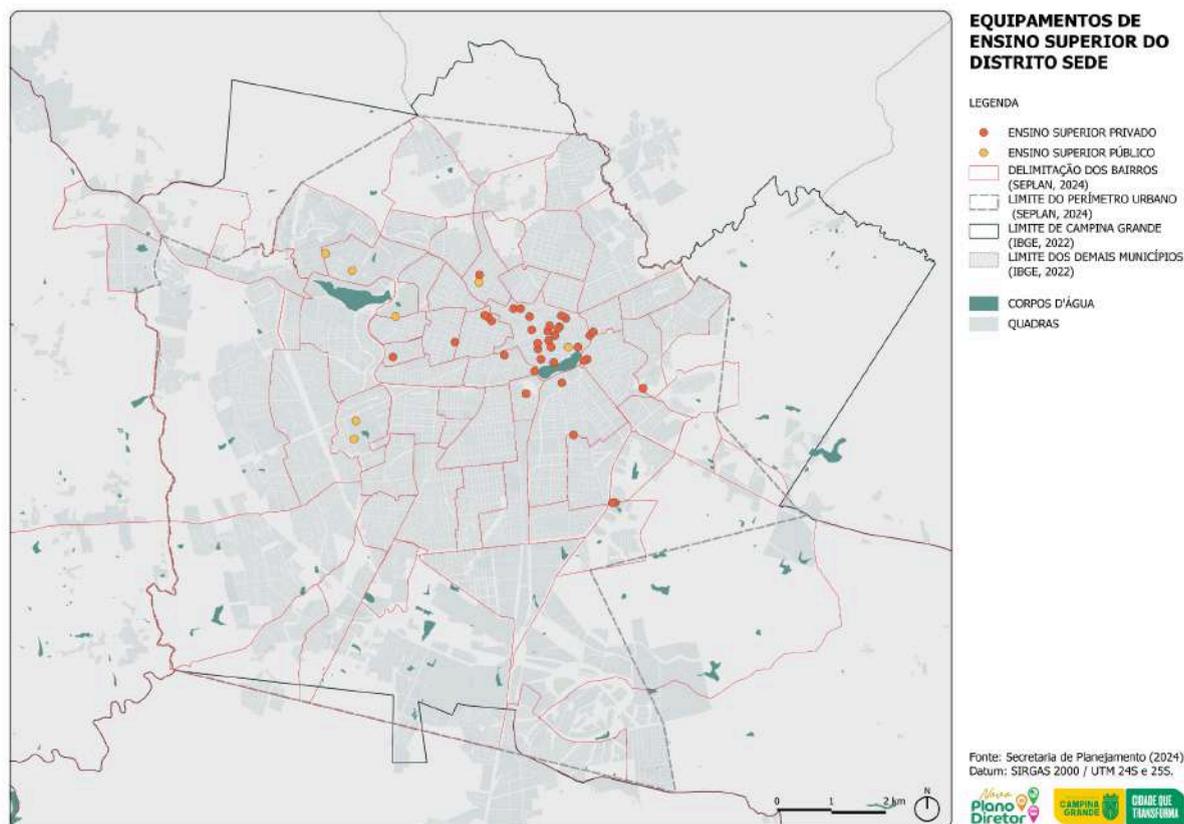
#### 14.1.4. ENSINO SUPERIOR

Os equipamentos de ensino superior consistem em escolas técnicas, institutos, faculdades/universidades e escolas de pós-graduação, sendo públicas ou privadas.

No caso de Campina Grande, existe uma concentração desses equipamentos na área central da cidade, sendo eles principalmente de uso particular. Os equipamentos de ensino superior públicos se resumem à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e ao Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Também existe o Instituto Borborema, que se trata de uma instituição sem fins lucrativos.

Nota-se, portanto, uma concentração de equipamentos particulares na zona central da cidade, dos equipamentos públicos na zona oeste da cidade, e um déficit nas demais zonas e, principalmente, nos demais distritos.

**Figura 10.** Equipamentos de Ensino Superior do Distrito Sede.

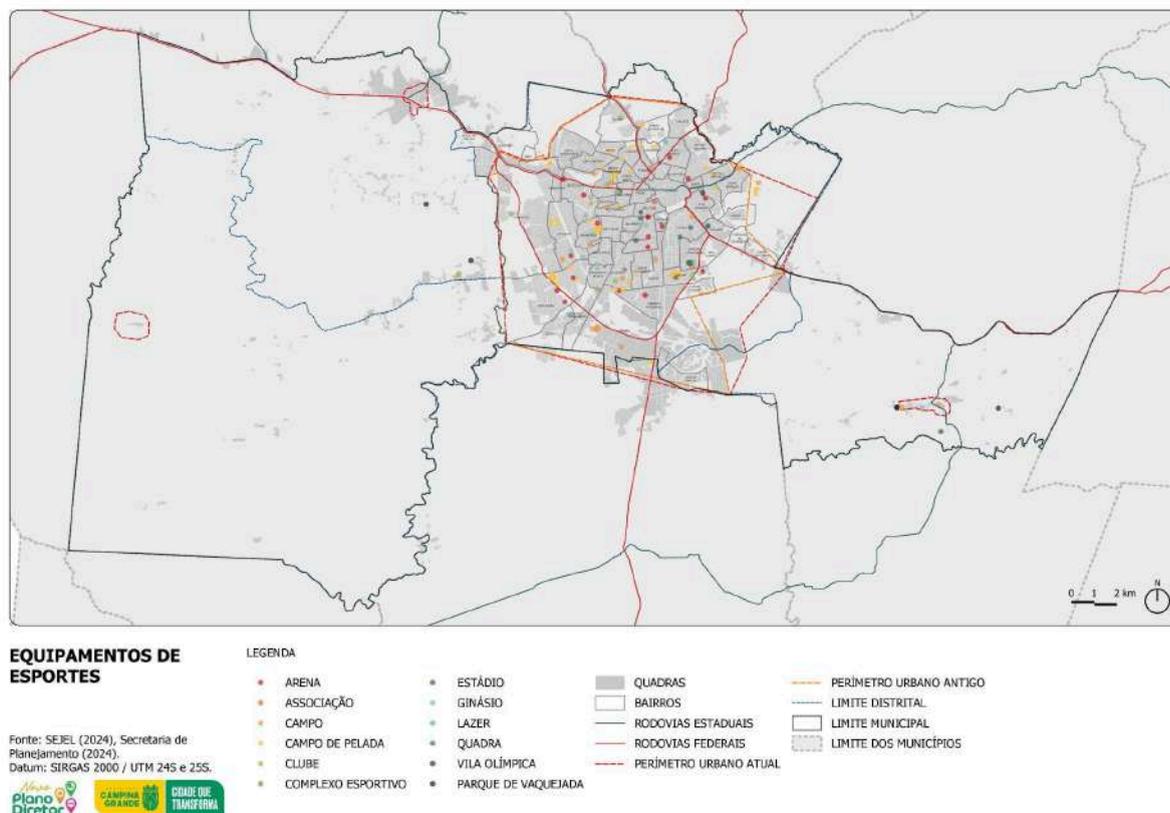


**Fonte:** Secretaria de Educação (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

## 14.2. EQUIPAMENTOS DE ESPORTE

Sobre os equipamentos de esporte, a maioria dos equipamentos demarcados, na verdade, não são edificados. Isso acontece devido à predominância de campos de pelada que são, em sua maioria, terrenos baldios que recebem o uso pela própria população. Dessa forma, os próprios cidadãos expressam suas demandas por novos equipamentos esportivos por toda a cidade a partir dessas ocupações.

**Figura 00.** Equipamentos de Esportes.



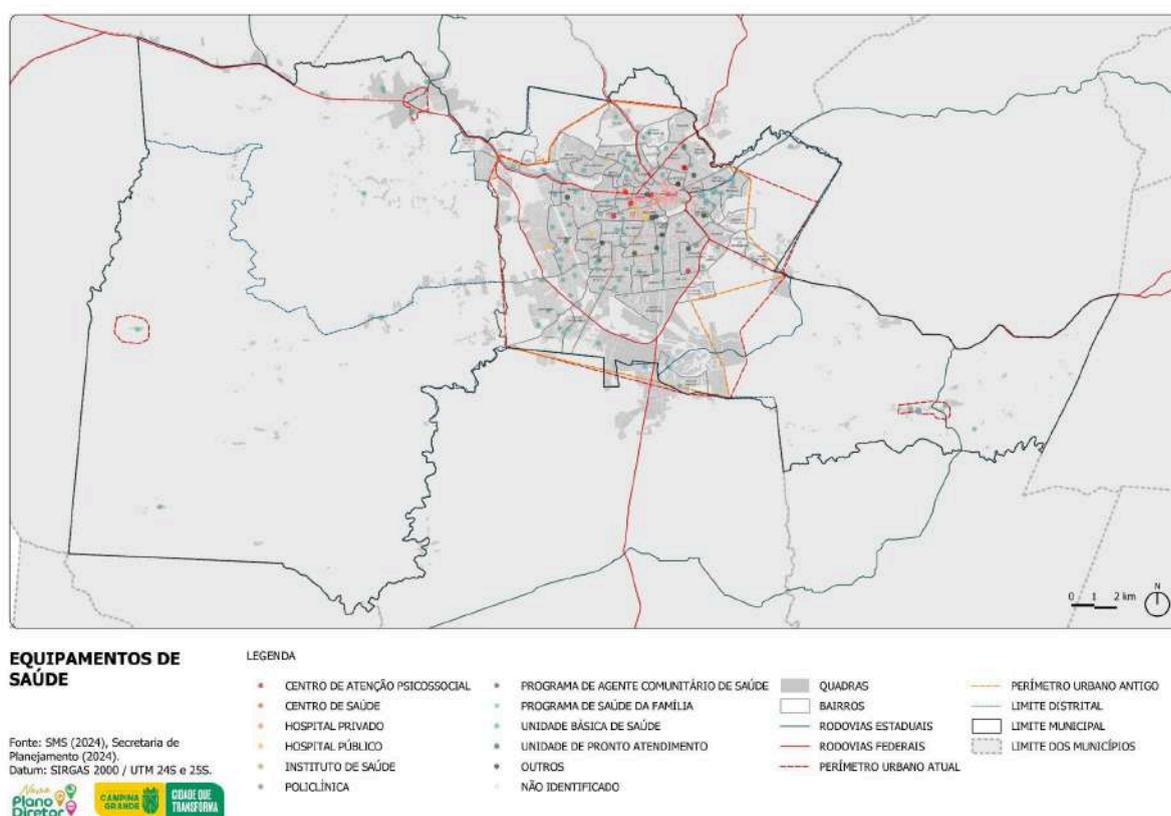
**Fonte:** Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

Portanto, se desconsiderarmos os campos de pelada, uma vez que não são equipamentos construídos, temos insuficiência e até ausência dos equipamentos de esporte nos seguintes bairros: Lagoa de Dentro, Catirina, São Januário, Novo Bodocongó, Araxá, Universitário, Bento Figueiredo, Monte Santo, Jeremias, Palmeira, Louzeiro, Cuités, Jardim Continental, Nações, Jardim Tavares, Castelo Branco, Monte Castelo, Nova Brasília, Lauritzen, Santo Antônio, Ronaldo Cunha Lima, Tropeiros da Borborema, Vila Cabral, Santa Terezinha, Jardim Paulistano, Jardim Quarenta, Santa Rosa, Santa Cruz, Palmeira Imperial, Distrito Industrial, Acácio Figueiredo, Cidades, Serrotão e Ramadinha. Esses bairros (34), representam aproximadamente 56% dos bairros do Distrito Sede. Além disso, nota-se a insuficiência desses equipamentos nos distritos, principalmente em São José da Mata e Catolé da Boa Vista. Uma vez que o uso esportivo possui enorme capacidade de trazer vitalidade ao espaço urbano, esse déficit representa um problema em maior parte da cidade.

### 14.3. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

No caso dos equipamentos de saúde, em resumo, as unidades básicas estão bem distribuídas e possuem um bom número. No entanto, algumas apresentam insuficiência no seu funcionamento. Com relação aos hospitais e unidades de atendimento de emergência, é notável certa deficiência, especialmente nos distritos - com exceção do Distrito Sede.

**Figura 00.** Equipamentos de Saúde.

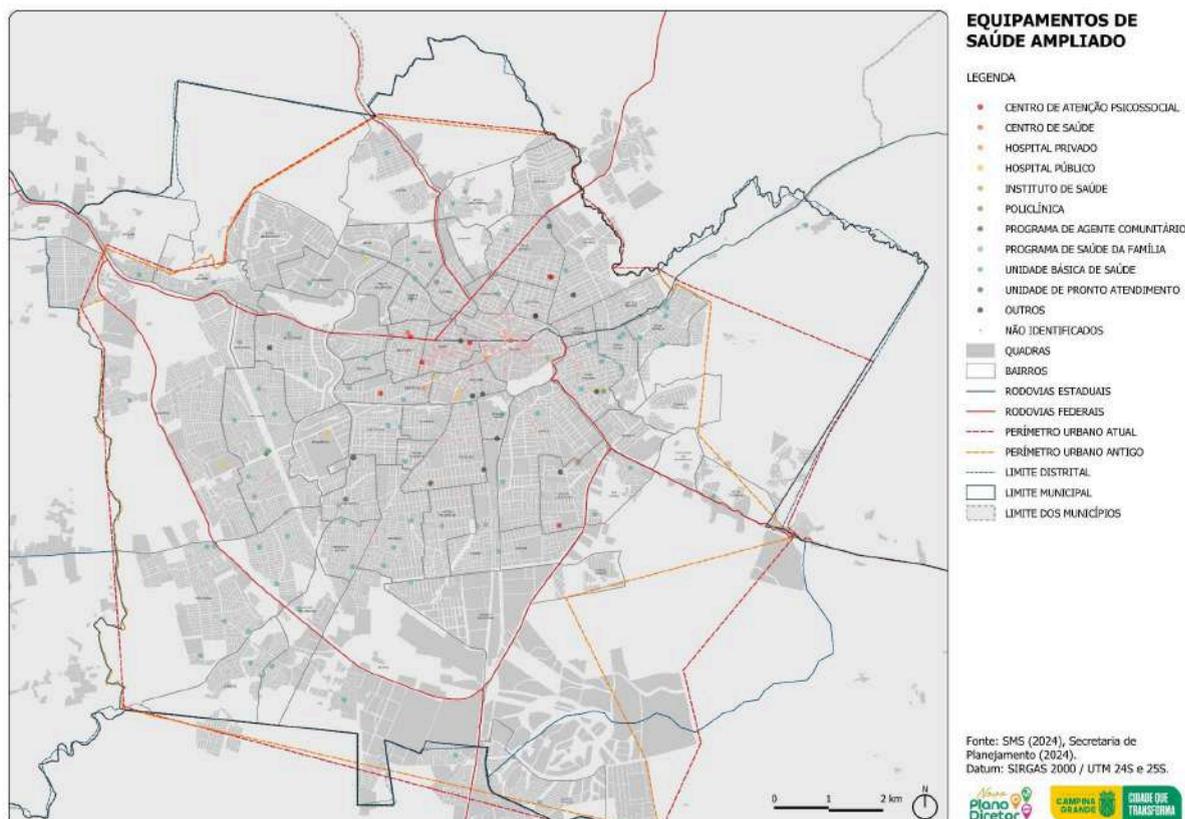


**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

De todos os bairros do Distrito Sede, esses foram o que apresentaram insuficiência ou nenhuma presença de equipamentos de saúde: Lagoa de Dentro, Serrotão, Novo Bodocongó, Nações, Castelo Branco, Santo Antônio, Ronaldo Cunha Lima, Mirante, Tropeiros da Borborema, Jardim Itararé, Itararé. Distrito Industrial, Jardim Paulistano, Palmeira Imperial e Velame. Esse número (15),

representa aproximadamente 25% dos bairros da Sede. A maioria desses bairros também não possuem os equipamentos anteriormente mencionados e também estão mais afastados da zona central. Nota-se, também, a ausência desses equipamentos nas comunidades rurais.

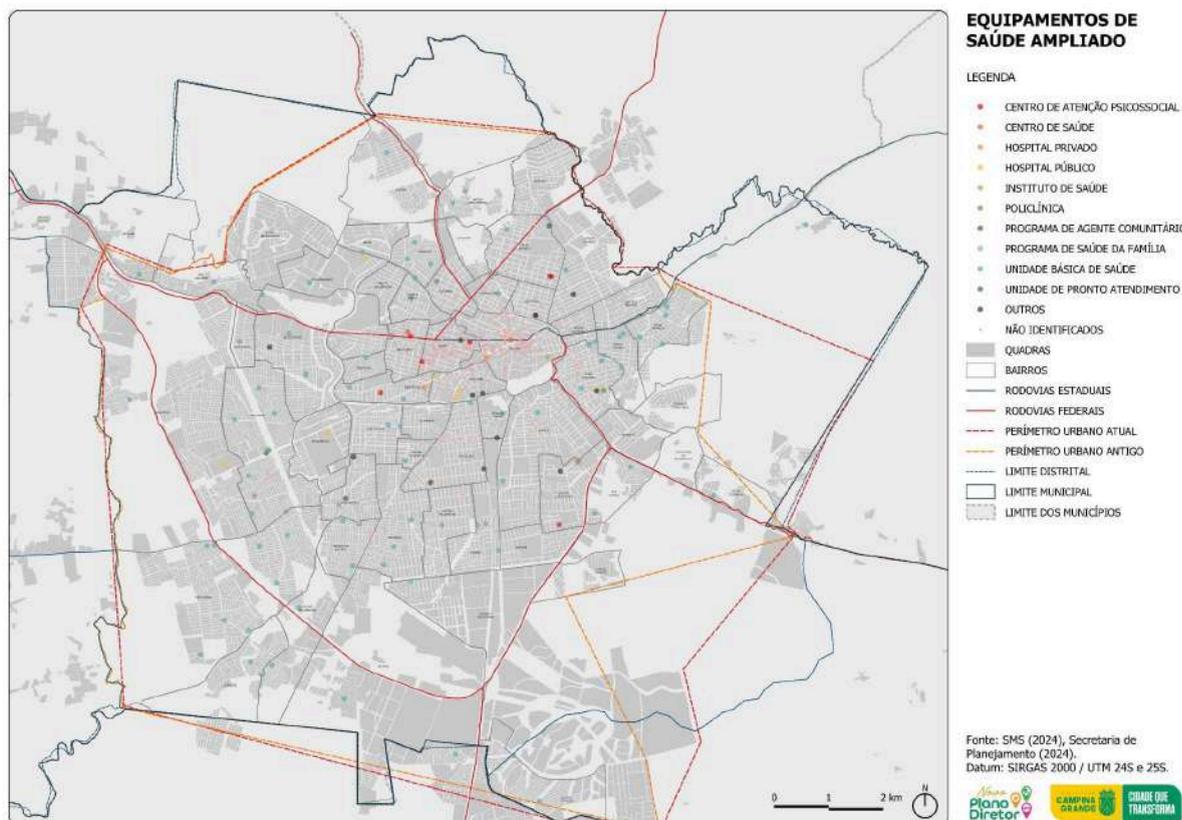
**Figura 00.** Equipamentos de Saúde ampliado.



**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

Existe uma concentração de equipamentos de saúde, especialmente privados, nos bairros do Centro e na Prata. Este último, especialmente, tem apresentado um crescimento cada vez maior deste uso com o passar dos anos, se tornando um polo médico na cidade.

**Figura 00.** Equipamentos de Saúde ampliado.



**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

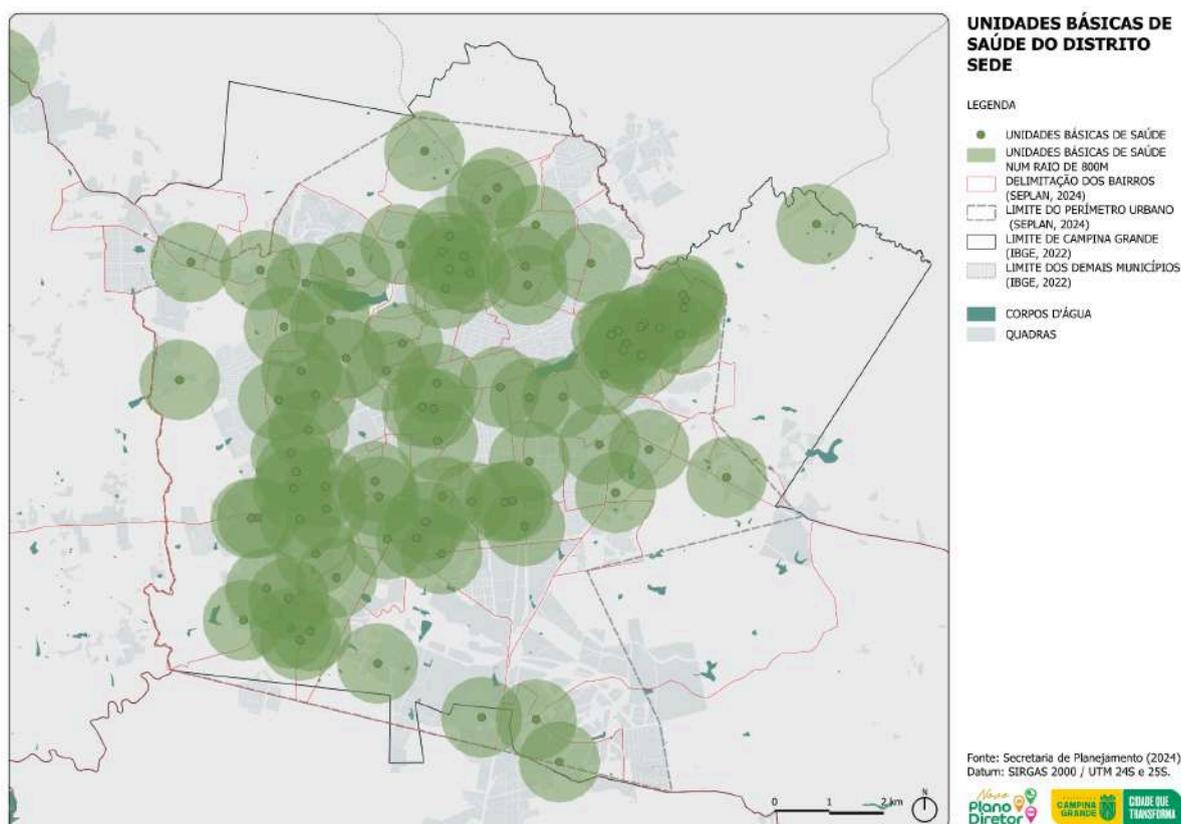
### 14.3.1. UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Quando aplicamos os raios de abrangência para as Unidades Básicas de Saúde, sendo de 800m, é visível que, apesar de ter uma boa quantidade que cobre quase todo o Distrito Sede, ainda há déficit desses equipamentos em alguns bairros mais afastados do centro, sendo eles: Lagoa de Dentro, Catirina, Novo Bodocongó, Nações, Jardim Tavares, Ronaldo Cunha Lima, Distrito Industrial, Velame, Palmeira Imperial, Três Irmãs, Serrotão, e até o próprio Centro (este último se dá devido à maior concentração de outros usos, como comercial, e menores taxas de uso residencial). Dessa forma, 11 dos 61 bairros do Distrito Sede possuem insuficiência ou ausência de Unidades Básicas de Saúde, representando 18% dessa área.

Além disso, nota-se um déficit no Distrito de Catolé de Boa Vista, e nas comunidades rurais dos demais distritos.

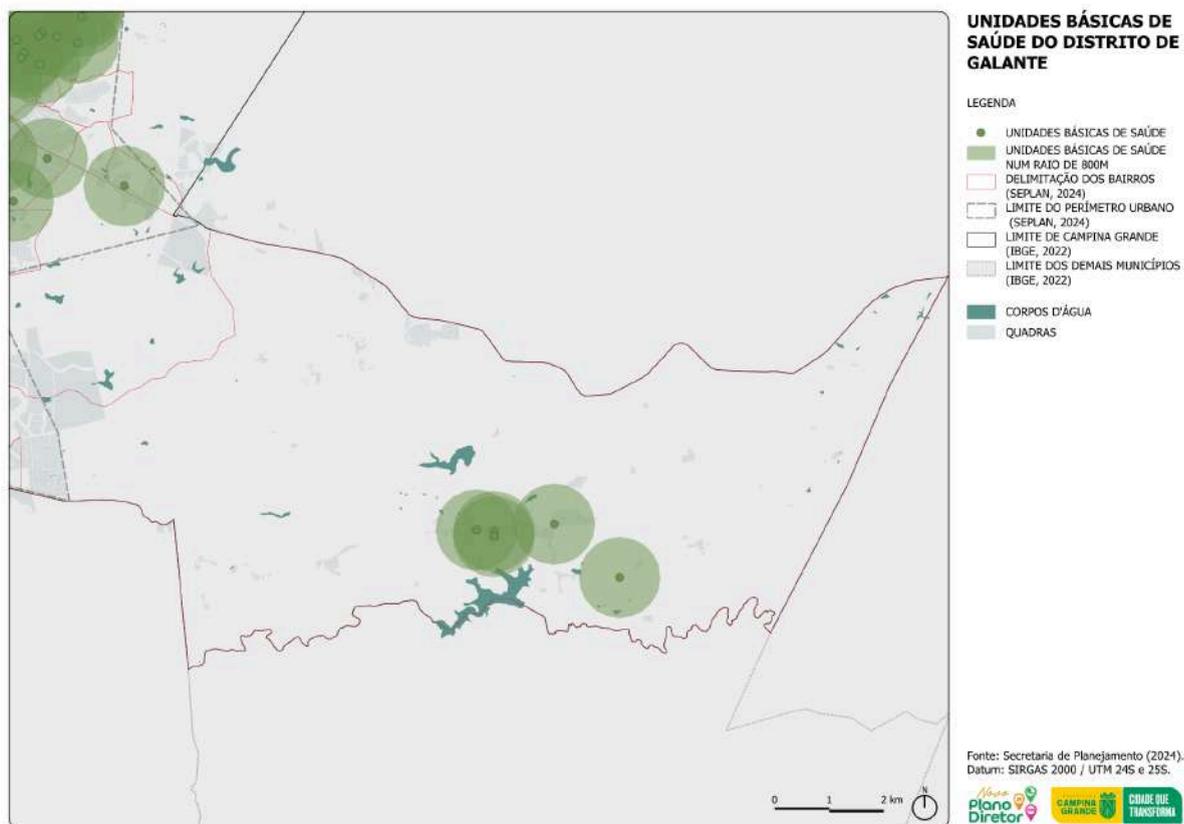
Uma vez que este representa um equipamento público essencial e de suma importância à população, sua quantidade de unidades precisa ser aumentada. A problemática se agrava quando, devido à falta de UBS em determinada área, resta à população recorrer às áreas mais próximas, sobrecarregando a capacidade de atendimento.

**Figura 00.** Unidades Básicas de Saúde do Distrito Sede.



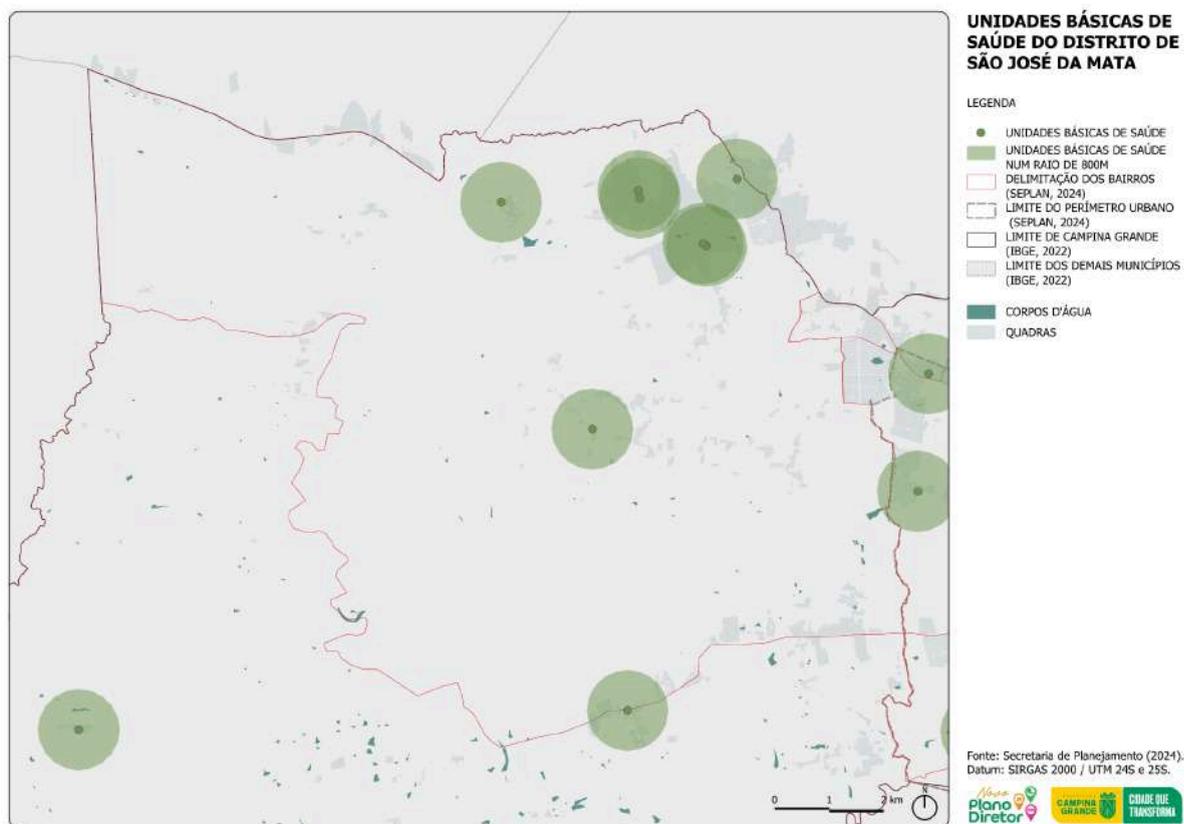
**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

Figura 00. Unidades Básicas de Saúde do Distrito de Galante.



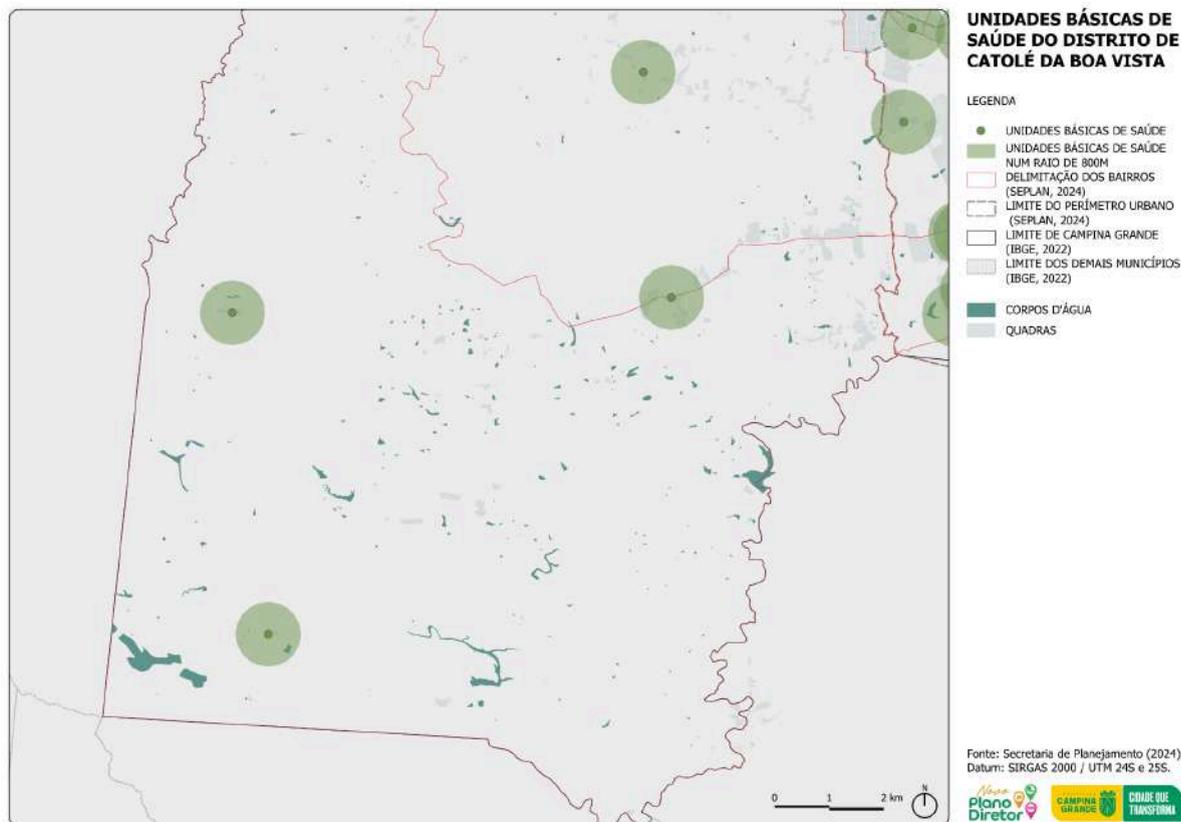
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Unidades Básicas de Saúde do Distrito de São José da Mata.



**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Unidades Básicas de Saúde do Distrito de Catolé da Boa Vista.



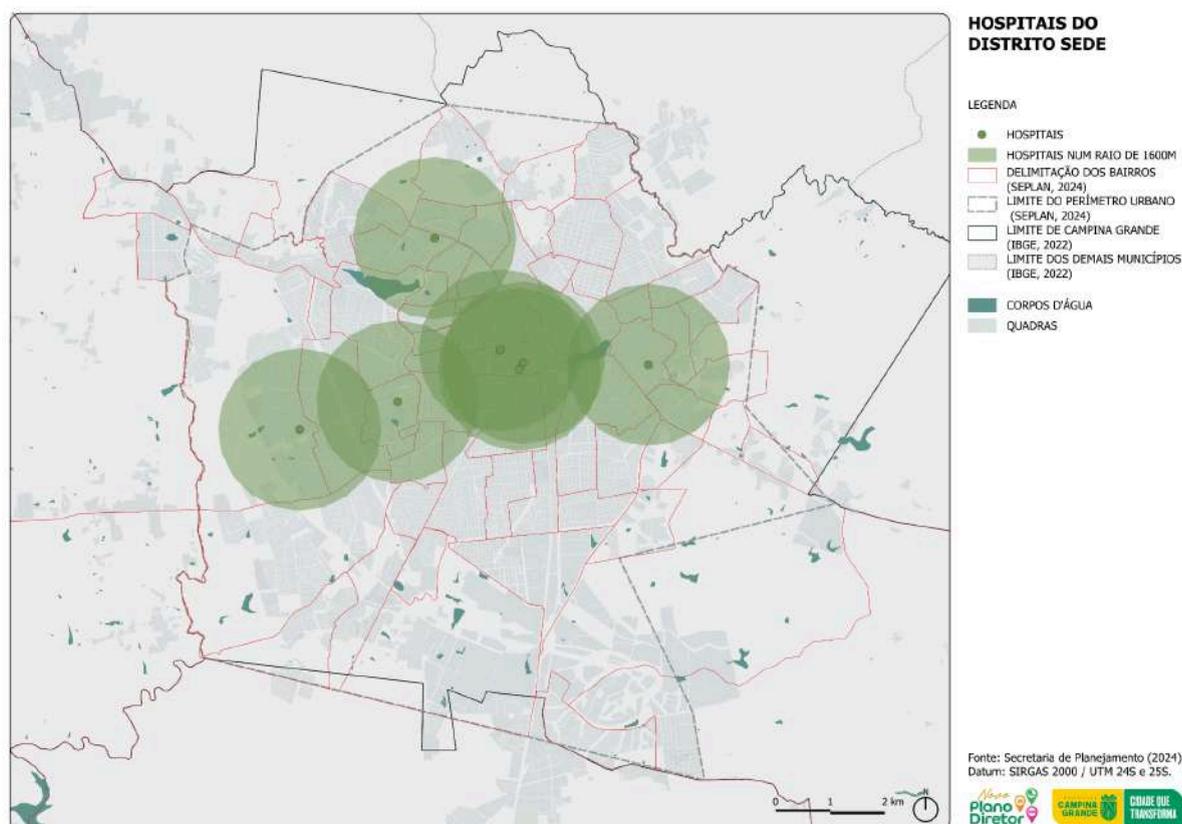
**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

### 14.3.2. HOSPITAIS

No que diz respeito aos hospitais, quando aplicamos o raio de abrangência, que corresponde a uma média de 1600m, é visível a insuficiência deste na cidade. Os seguintes bairros são atendidos insuficientemente ou não são atendidos por hospitais: Lagoa de Dentro, Catirina, São Januário, Serrotão, Ramadinha, Novo Bodocongó, Cuités, Jardim Continental, Nações, Alto Branco, Louzeiro, Jardim Tavares, Lauritzen, Conceição, Castelo Branco, Nova Brasília, Ronaldo Cunha Lima, Tropeiros da Borborema, Santa Terezinha, Vila Cabral, Sandra Cavalcante, Jardim Itararé, Itararé, Distrito Industrial, Tambor, Jardim Paulistano, Cruzeiro, Palmeira Imperial, Cidades, Velame, Acácio Figueiredo, Presidente Médici e Três Irmãos. Esses 33 bairros representam 54% do distrito sede. Além disso, não existe nenhum hospital nos demais distritos.

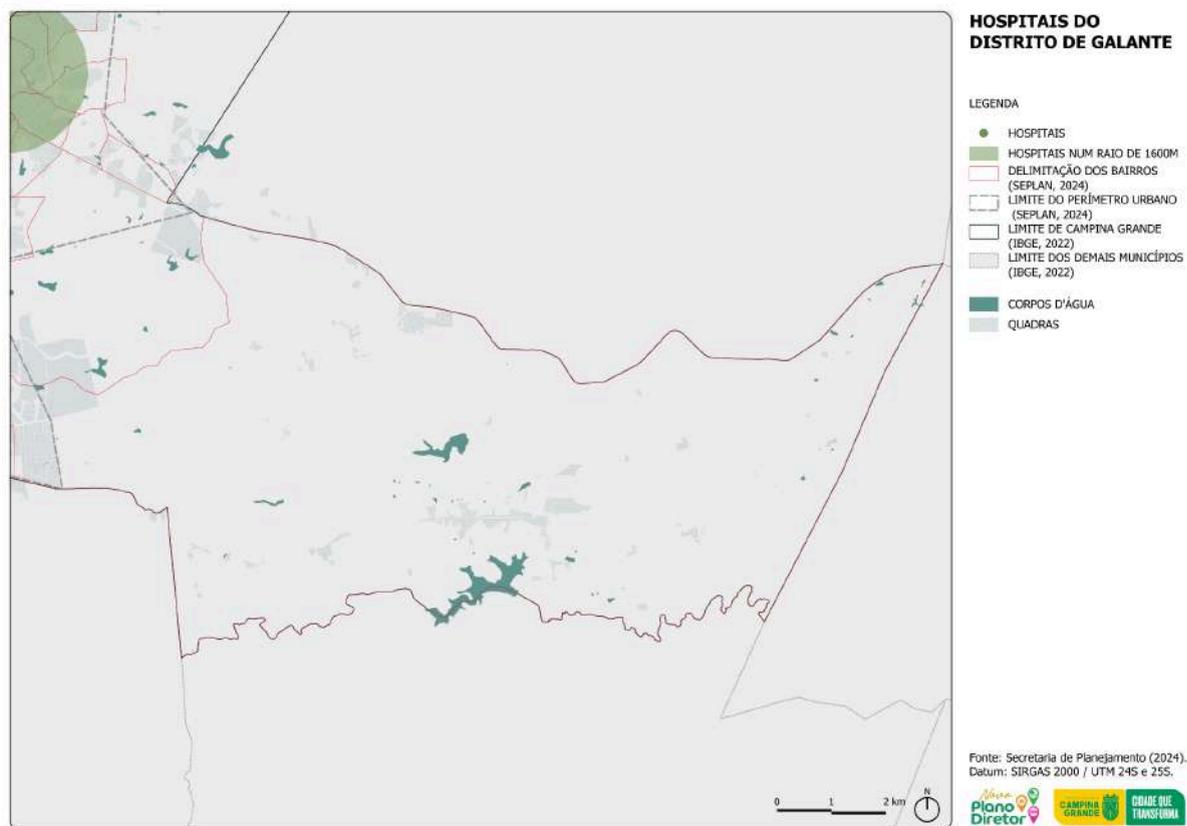
Dessa forma, os hospitais atendem a uma parcela muito reduzida da cidade. Uma vez que além de ser um equipamento essencial, é um equipamento que trata de urgências e riscos de vida, sua pouca quantidade é alarmante, especialmente se considerarmos os distritos. Além disso, é válido mencionar que outros municípios próximos recorrem aos hospitais de Campina Grande, o que pode implicar na sobrecarga destes.

**Figura 00.** Hospitais do Distrito Sede.



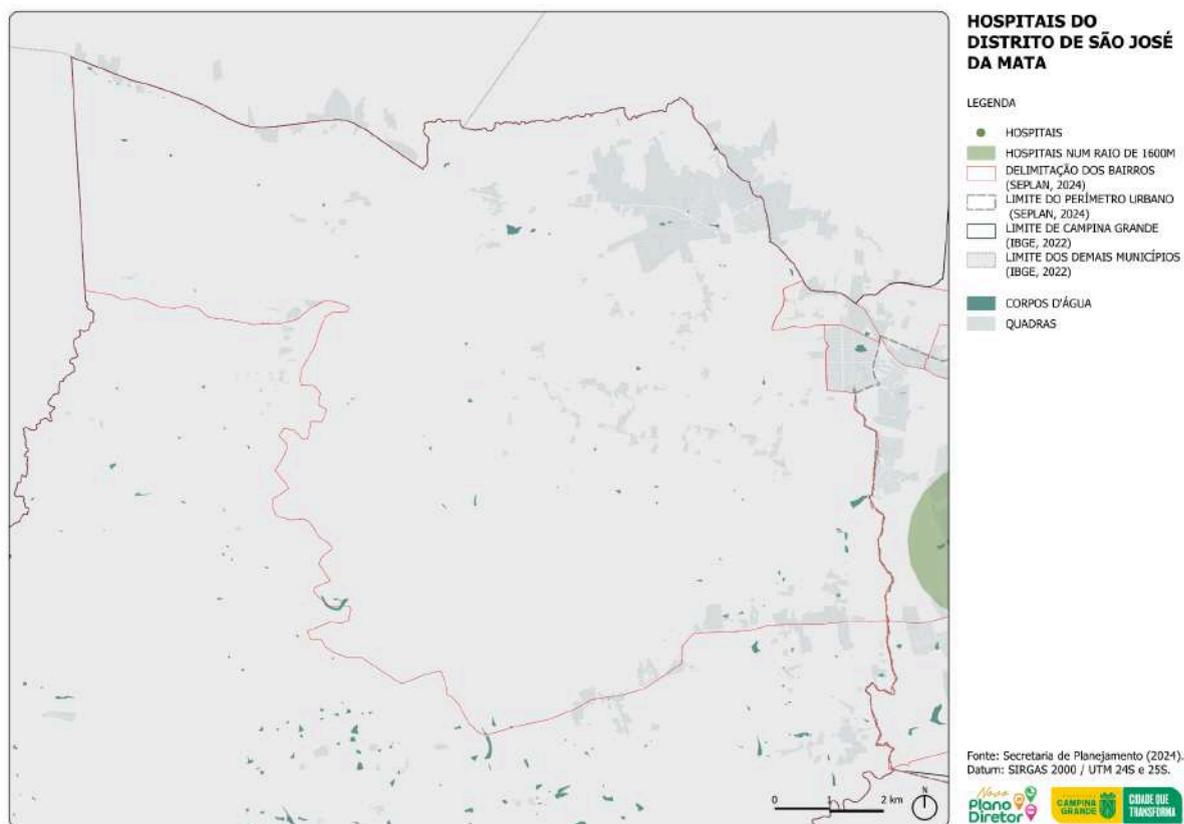
**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

Figura 00. Hospitais do Distrito de Galante.



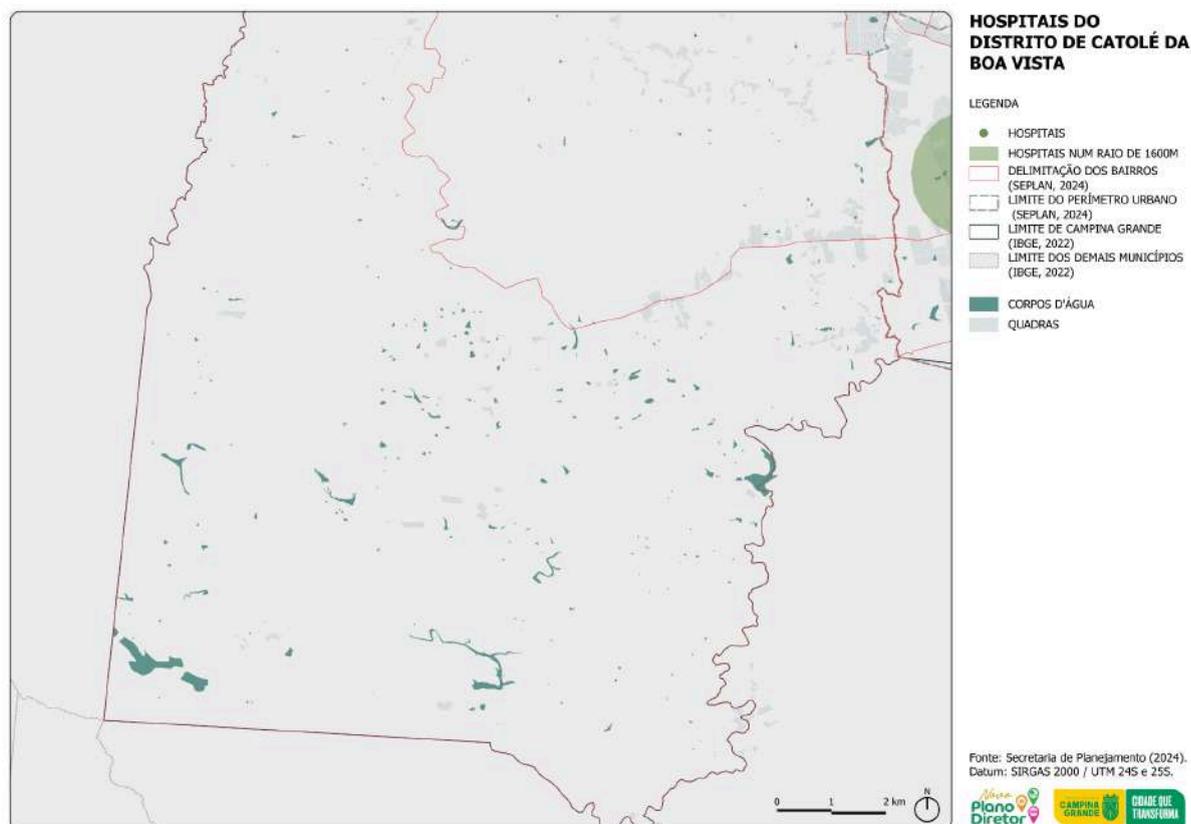
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

Figura 00. Hospitais do Distrito de São José da Mata.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Hospitais do Distrito de Catolé da Boa Vista.



**Fonte:** Secretaria Municipal de Saúde (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

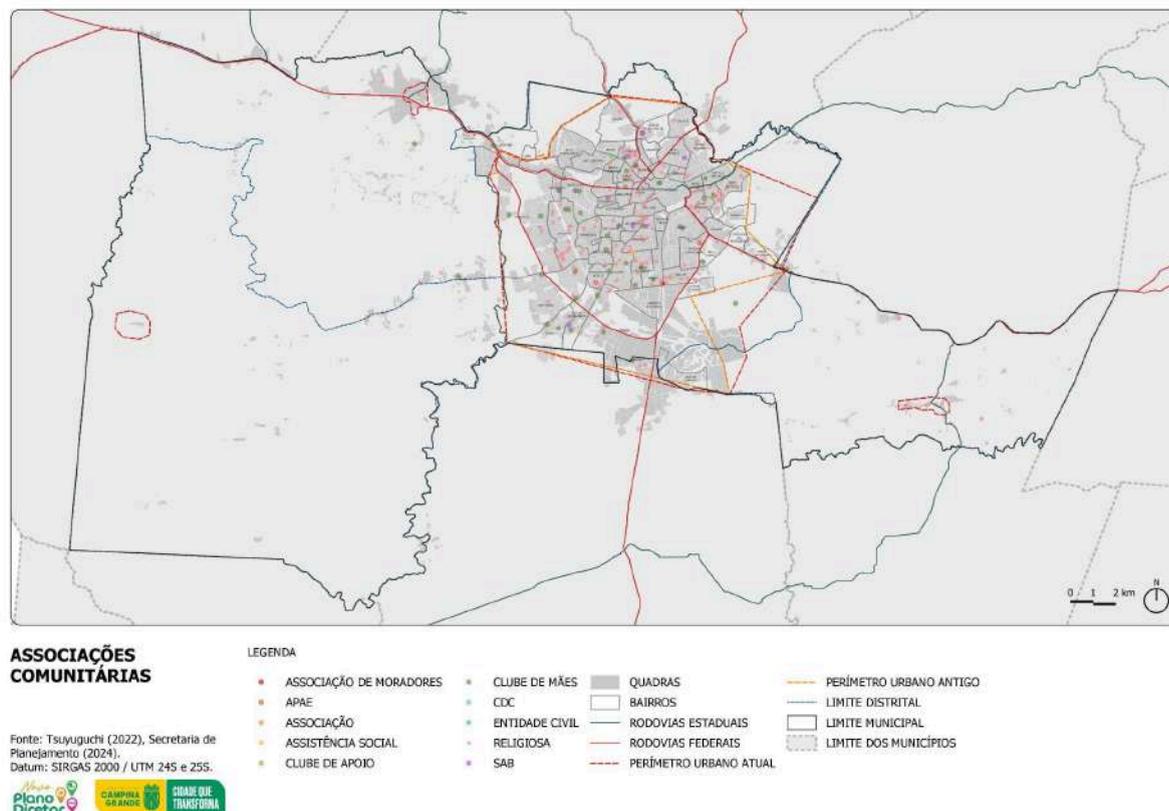
#### 14.4. EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os equipamentos de assistência social estão concentrados apenas no distrito sede, sendo inexistentes nos demais. A maioria desses equipamentos são CAPS, CRAS e CREAS, cuja existência é essencial à população residente. No entanto, considerando o porte da cidade, estes se expressam de maneira insuficiente. Com relação aos serviços públicos, também se concentram somente no Distrito Sede, e estão concentrados no centro da cidade. Especialmente quando levamos em consideração os essenciais à população, como por exemplo os equipamentos de segurança, nota-se que a pouca quantidade e a má distribuição, que representa um problema à cidade.

Já as associações comunitárias possuem uma boa quantidade e distribuição quando são religiosas, no entanto, assumem predominância em algumas religiões específicas.

Clubes, associações e sociedades apresentam certa deficiência em algumas localidades, especialmente nos distritos, onde são praticamente inexistentes.

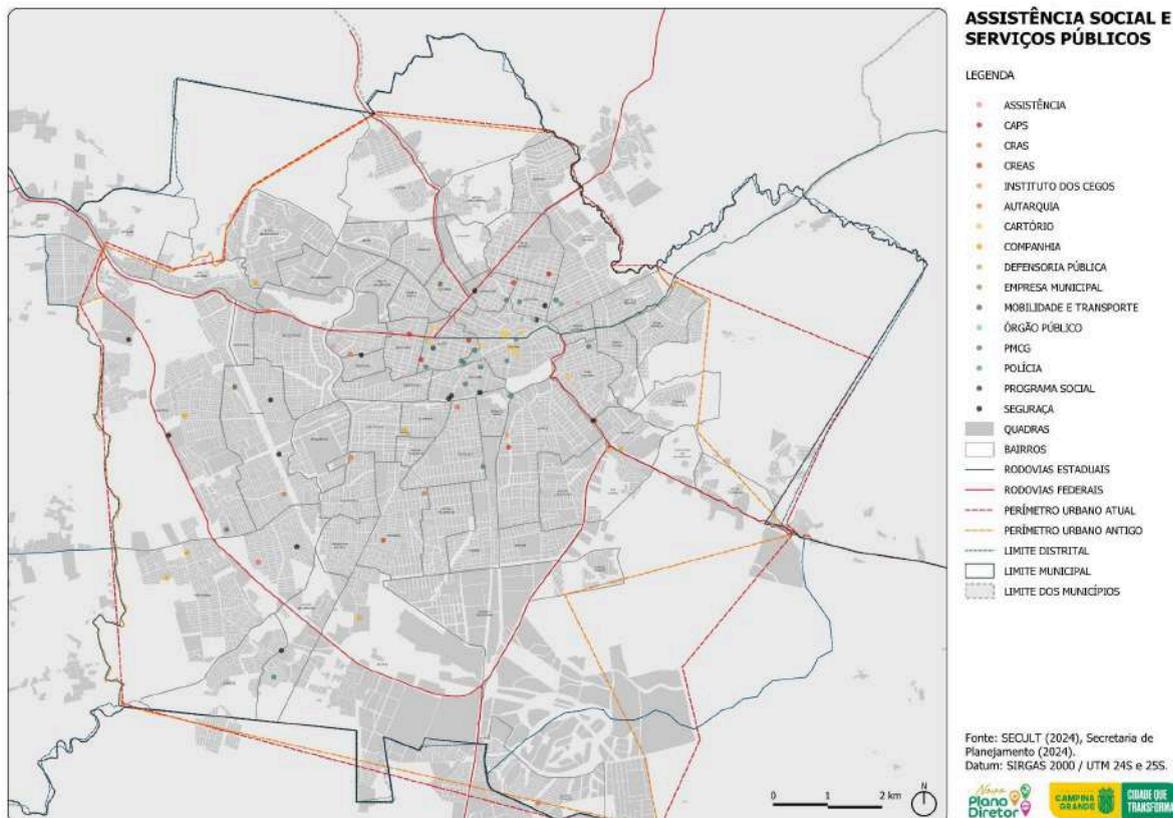
**Figura 00.** Associações Comunitárias.



**Fonte:** Tsuyuguchi (2022) Secretaria de Planejamento (2024).

É válido mencionar que associações comunitárias como Sociedades de Amigos do Bairro (SAB) e Clube de Mães são importantes representantes dos moradores. Especialmente para comunidades de baixa renda, assentamentos populares e Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), a existência desses equipamentos é essencial, uma vez que possibilita reuniões e eventos diversos, trazendo conexão da população entre si e com as áreas em que reside.

**Figura 00.** Assistência Social e Serviços Públicos.



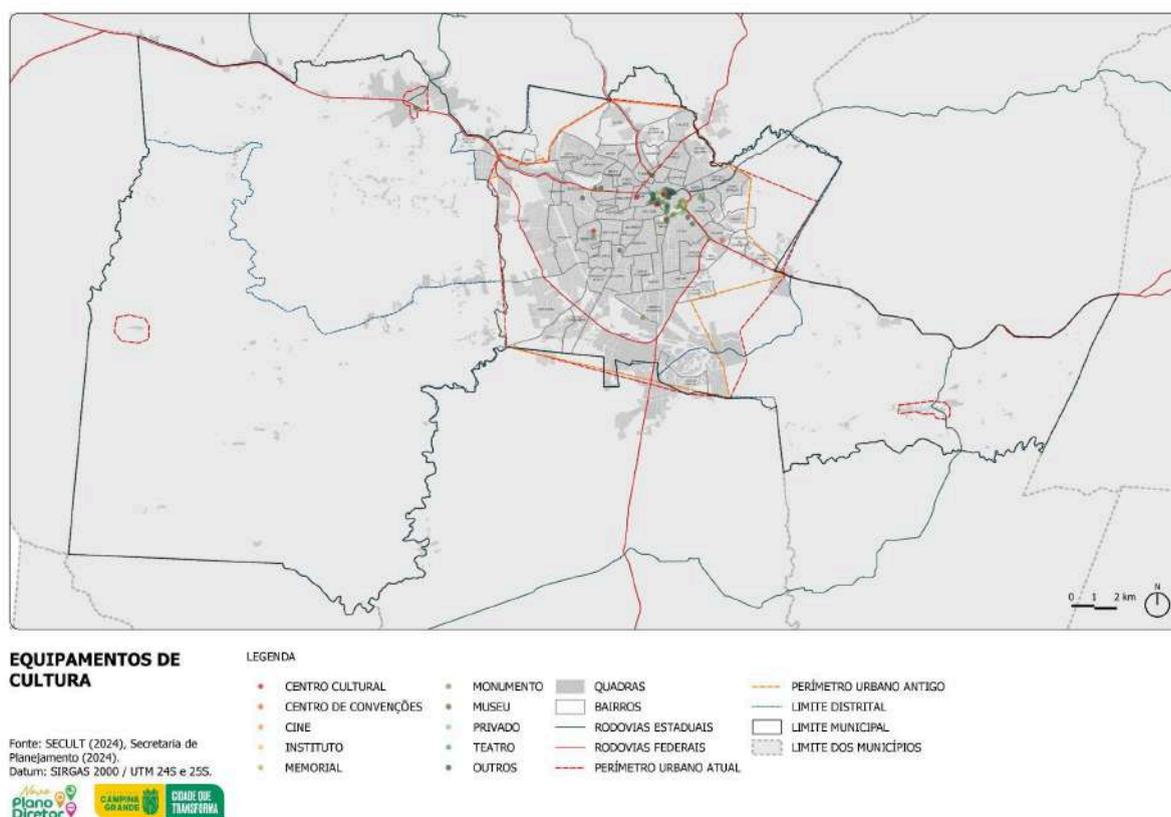
**Fonte:** Secretaria de Cultura (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

Nota-se que esses equipamentos só existem no Distrito Sede, tendo os serviços públicos concentrados na zona central. Os equipamentos de assistência social se encontram melhor distribuídos pela cidade, mas ainda são ausentes em alguns bairros mais afastados do centro, como Velame, Distrito dos Mecânicos, Jardim Itararé, Itararé, Palmeira Imperial, Jardim Paulistano, Acácio Figueiredo, Cidades, Presidente Médici, Santa Cruz, Santa Rosa, Dinamérica, Serrotão, Ramadinha, Lagoa de Dentro, Catirina, São Januário, Novo Bodocongó, Cuités, Universitário, Jeremias, Bento Figueiredo, Monte Santo, Palmeira, Louzeiro, Jardim Continental, Nações, Castelo Branco, Nova Brasília, Santo Antônio, José Pinheiro, Monte Castelo, Ronaldo Cunha Lima, Mirante, Tropeiros da Borborema, Santa Terezinha, Vila Cabral e Sandra Cavalcante. Esses bairros (39) representam aproximadamente 64% dos bairros do Distrito Sede. Além disso, não existe nenhum equipamento de assistência social computado nos demais distritos, o que implica em um déficit na maior parte da cidade.

## 14.5. EQUIPAMENTOS DE CULTURA

No que diz respeito aos equipamentos de cultura, os cartogramas expressam que eles não só são insuficientes para a cidade toda, uma vez que se concentram no centro da cidade, mas também são praticamente inexistentes nos distritos. Quando levado em consideração que a cidade é um marco cultural no estado, com destaque especial para as festividades do São João, essa deficiência termina por representar certa contradição, no que diz respeito a quem tem acesso à cultura. Em Campina Grande os equipamentos culturais se apresentam nos seguintes tipos: Centro Cultural, Cine, Instituto, Memorial, Monumento, Museu, e Teatro.

**Figura 00.** Equipamentos de Cultura.

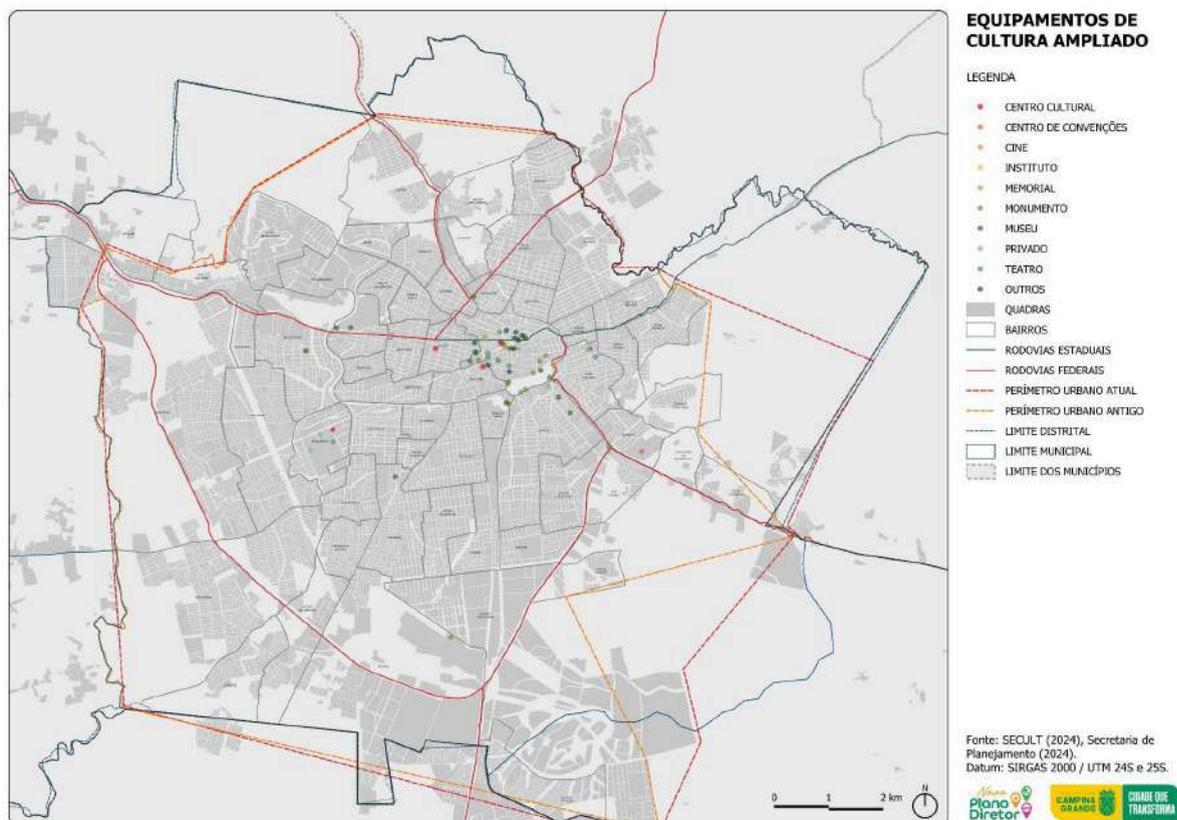


**Fonte:** Secretaria de Cultura (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

Nota-se, portanto, a ausência de equipamentos de cultura nos distritos de Galante e Catolé de Boa Vista, e a insuficiência no Distrito de São José da Mata.

Além disso, no Distrito Sede, os seguintes bairros apresentam ausência desses equipamentos: Lagoa de Dentro, Catirina, São Januário, Novo Bodocongó, Serrotão, Ramadinha, Araxá, Cuités, Jeremias, Bento Figueiredo, Monte Santo, Palmeira, Louzeiro, Jardim Continental, Alto Branco, Nações, Jardim Tavares, Lauritzen, Santo Antônio, Castelo Branco, Nova Brasília, Monte Castelo, Ronaldo Cunha Lima, Tropeiros da Borborema, Santa Terezinha, Vila Cabral, Jardim Itararé, Sandra Cavalcante, Itararé, Distrito Industrial, Tambor, Jardim Paulistano, Liberdade, Quarenta, Jardim Quarenta, Centenário, Pedregal, Santa Rosa, Conjunto dos Professores, Bela Vista, Malvinas, Santa Cruz, Presidente Médici, Palmeira Imperial, Aluizio Campos, Acácio Figueiredo, Cidades e Três Irmãs. Esses bairros (48), representam aproximadamente 79% dos bairros da Sede. Uma vez que é função do Estado garantir acesso às fontes da cultura nacional, segundo o Art. 215 da Constituição Federal (1988), essa ausência se expressa como um problema em praticamente toda cidade, com exceção apenas de parcela da zona central do Distrito Sede.

**Figura 00.** Equipamentos de Cultura ampliado.



**Fonte:** Secretaria de Cultura (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

Concentrados majoritariamente em alguns bairros, como o Centro, Dinamérica e Catolé, evidenciando a falta de distribuição de equipamentos nos demais bairros e assim, a necessidade de deslocamento da população para áreas distantes para usufruí-los.

O mapeamento desses equipamentos parte de sua catalogação e caracterização:

- Centro Cultural: Centro Cultural Lourdes Ramalho; Centro Turístico e Cultural Mastodonte; Fundação Artístico Cultural - Manoel Bandeira; Centro Artístico Cultural da UEPB; Centro de Ação Cultural - Centrac; Associação Cultural Nossa Casa;
- Cine: Cine Capitólio; Cine São José;
- Instituto: Instituto Histórico de Campina Grande;

- Memorial: Estação Velha; Casa Memorial Severino Cabral; Memorial do Maior São João do Mundo; Chaminé do Antigo Curtume dos Motta; Memorial do Esporte José Aurino de Barros Filho; Memorial Severino Cabral;
- Monumento: Monumento ao Tropeiro da Borborema; Monumento Os Pioneiros da Borborema; Monumento em Homenagem a Assis Chateaubriand; Monumento em Homenagem a Severino Cabral e Teatro Municipal; Obelisco Marco Zero de Campina Grande; Monumento em Homenagem a Teodósio de Oliveira Lêdo; Monumento em Homenagem a Argemiro de Figueiredo; Monumento em Homenagem a Juscelino Kubitschek; Monumento em Homenagem a João Rique; Monumento em Homenagem a João Pessoa; Monumento em Homenagem a Elpídio de Almeida; Monumento em Homenagem a Afonso Campos; Monumento em Homenagem a João Vieira; Monumento em Homenagem a Vergniaud Wanderley; Monumento em Homenagem a Bíblia, Monumento em Homenagem ao Sesquicentenário de Campina Grande; Monumento Farra de Bodega; Monumento a João de Sousa Vasconcelos; Monumento em Homenagem a Alberto Santos Drumont; Monumento em Homenagem a Raimundo Ásfora; Monumento Olímpico; Monumento em Homenagem a Celson Furtado;
- Museu: Museu de Arte Popular da Paraíba; Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande; Museu da Força Expedicionária Brasileira; Museu do Algodão; Museu do Esporte; SESI Museu Digital; Museu de Artes Assis Chateaubriand - FURNE; Museu Vivo da Ciência e Tecnologia Lynaldo Cavalcanti; Museu do Semiárido Nordestino da UFCG; Museu Vivo do Nordeste; Museu Assis Chateaubriand - MAC; Arquivo Histórico e de Documentação Municipal; Museu de História e Tecnologia do Algodão; Museu Artístico Cultural São José; Museu Interativo do Semiárido - MISA;
- Teatro: Teatro Rosil Cavalcanti; Teatro Raul Pryston; Teatro Elba Ramalho.

Como é possível perceber no Mapa de Equipamentos de Cultura, a maior concentração desse tipo de equipamento em Campina Grande ocorre no bairro do Centro, onde há pelo menos um item de cada categoria, totalizando cerca de

33 equipamentos. Essa centralidade se justifica pela quantidade de edificações históricas dentro do perímetro do bairro, no entanto levanta o questionamento sobre a ausência de equipamentos culturais nas partes mais periféricas do Distrito Sede. Adicionalmente, há apenas um equipamento de cultura localizado dentre os Distritos do município. Trata-se do Museu Artístico Cultural São José, que se encontra no Distrito de São José da Mata.

#### 14.6. ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Os Espaços Livres Públicos considerados nas análises foram aqueles que são constituídos de pouca ou nenhuma construção, podendo possuir função de recreação, circulação, equilíbrio ambiental e composição paisagística. Alguns dos principais exemplos de ELPs considerados foram:

- Parque Vergniaud Wanderley - marco paisagístico e histórico da cidade, uma vez que possui o Açude Velho em seu interior, corpo d'água norteador da ocupação inicial de Campina Grande.
- Parque da Criança - um dos espaços livres de recreação mais utilizados da cidade, por possuir espaços para esporte, *playgrounds*, áreas arborizadas que permitem os diversos encontros, etc.
- Parque do Povo - um dos principais polos turísticos da cidade, por abrigar o São João de Campina Grande. Esse espaço possui certa ausência de mobiliários, o que o torna ocioso durante o ano, com exceção de alguns eventos e feiras locais.
- Parque Evaldo Cruz - foi construído na década de 70 e a partir da década de 90 passou por um processo de decadência. Por se tratar de um marco importante à cidade, atualmente, está passando por um processo de revitalização, que vai conectá-lo ao Parque do Povo.
- Parque da Liberdade - possui diversos mobiliários e uma extensa área verde, e é de grande significância aos moradores locais.

Ao analisar os cartogramas de Espaços Livres Públicos (ELPs) da cidade, é visível sua insuficiência na cidade. Segundo os dados levantados pela SEPLAN

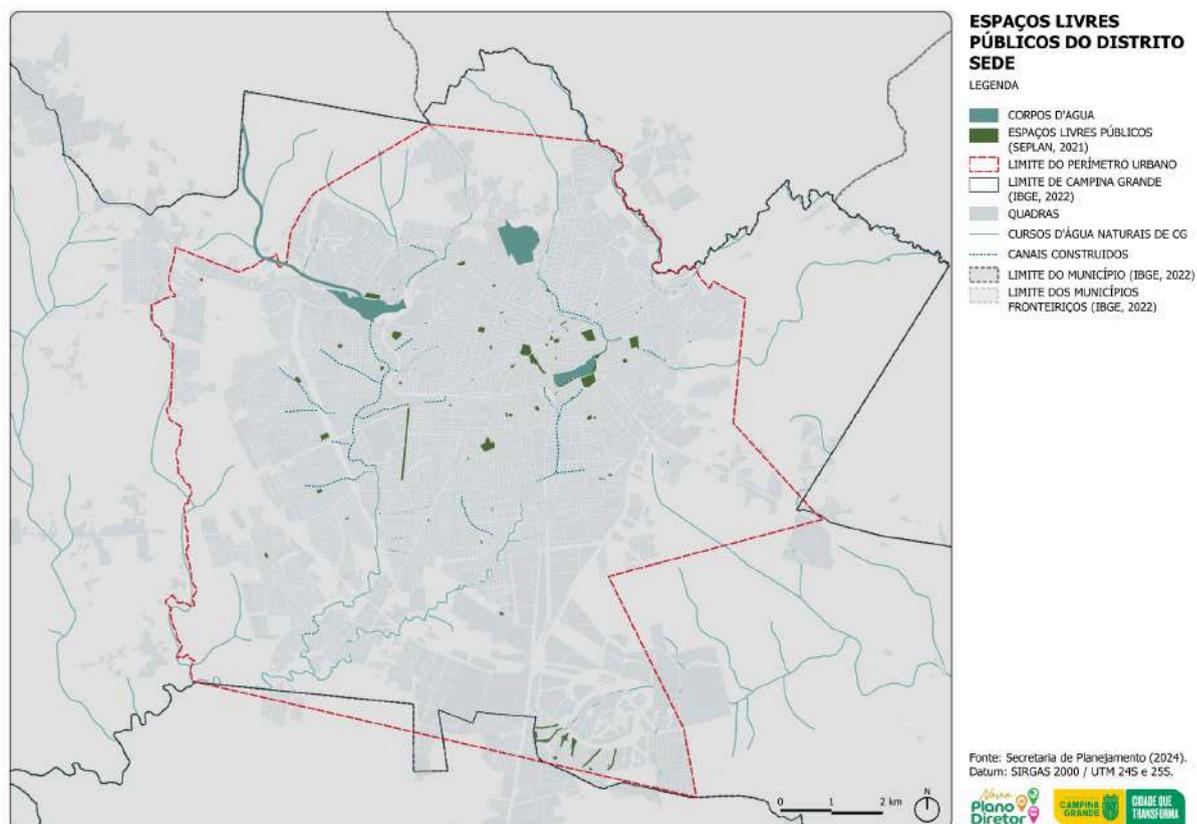
em 2021, não existem ELPs nos distritos de Galante, São José da Mata e Catolé da Boa Vista. No que diz respeito ao Distrito Sede, os seguintes bairros apresentaram ausência: Catirina, São Januário, Novo Bodocongó, Universitário, Bento Figueiredo, Monte Santo, Araxá, Cuités, Jardim Continental, Nações, Jardim Tavares, Alto Branco, Lauritzen, Monte Santo, Ronaldo Cunha Lima, Mirante, Tropeiros da Borborema, Mirante, Santa Terezinha, Jardim Itararé, Itararé, Distrito Industrial, Palmeira Imperial, Acácio Figueiredo, Cidades, Serrotão, Ramadinha, Bela Vista e Presidente Médici. Esses bairros (28) representam aproximadamente 46% dos bairros do Distrito Sede.

Uma vez que os Espaços Livres Públicos são resultados ou traduzem sucessivos processos de urbanização ao longo do tempo, refletindo e condicionando práticas sociais de diferentes agentes, tais espaços estão diretamente ligados à melhoria da qualidade urbana e dão suporte físico-material para que a vida pública aconteça, oferecendo condições necessárias para a diversidade, a pluralidade e o imprevisto, características de uma esfera pública mais rica (QUEIROGA e BENFATTI, 2007).

Dessa forma, a ausência de ELPs de qualidade por toda a cidade e, especialmente nos demais distritos, expressa-se como um problema, que pode estar também associado à ausência de equipamentos de lazer e esporte, uma vez que ELPs podem assumir essa característica.

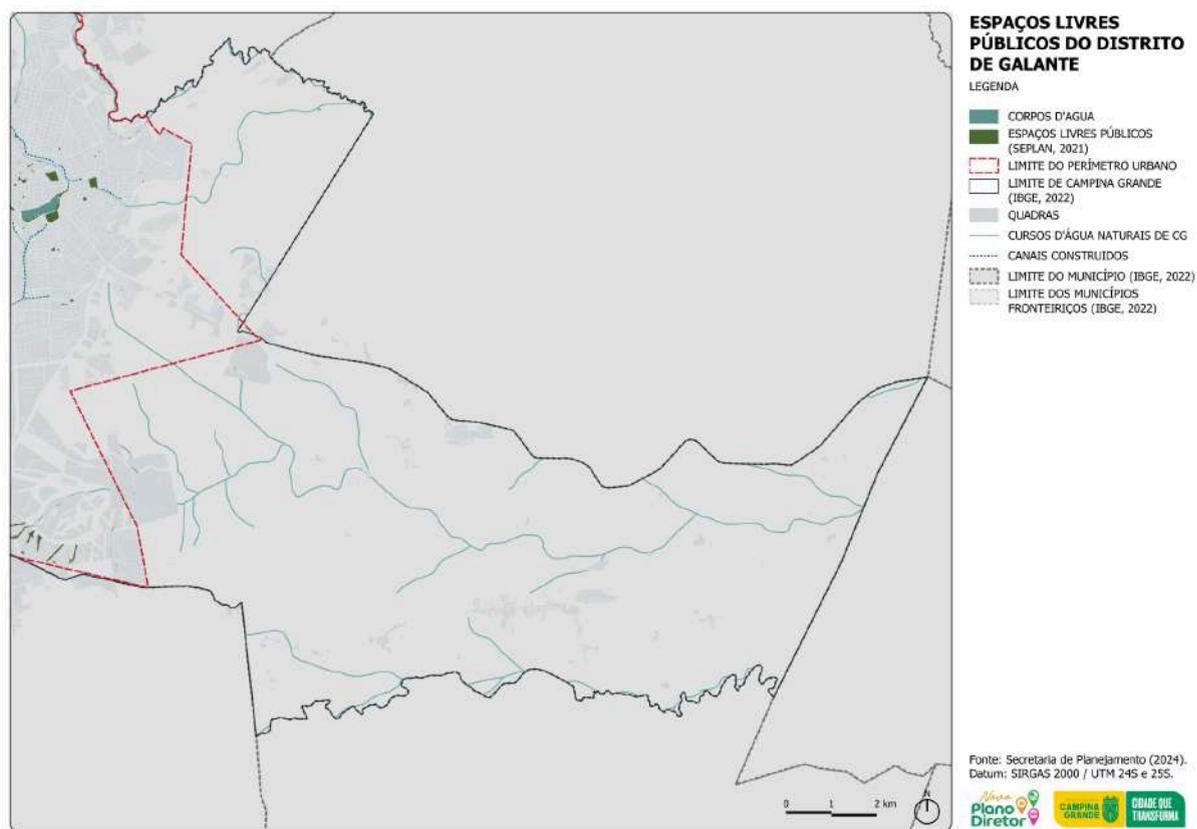
Além disso, espaços vazios e sem nenhum tipo de uso na cidade podem implicar em problemas de insegurança pública e até mesmo de saúde pública, uma vez que são, muitas vezes, utilizados para descarte inapropriado de lixo, tornando esses vazios urbanos em possíveis vetores de doenças.

**Figura 00.** Espaços Livres Públicos do Distrito Sede.



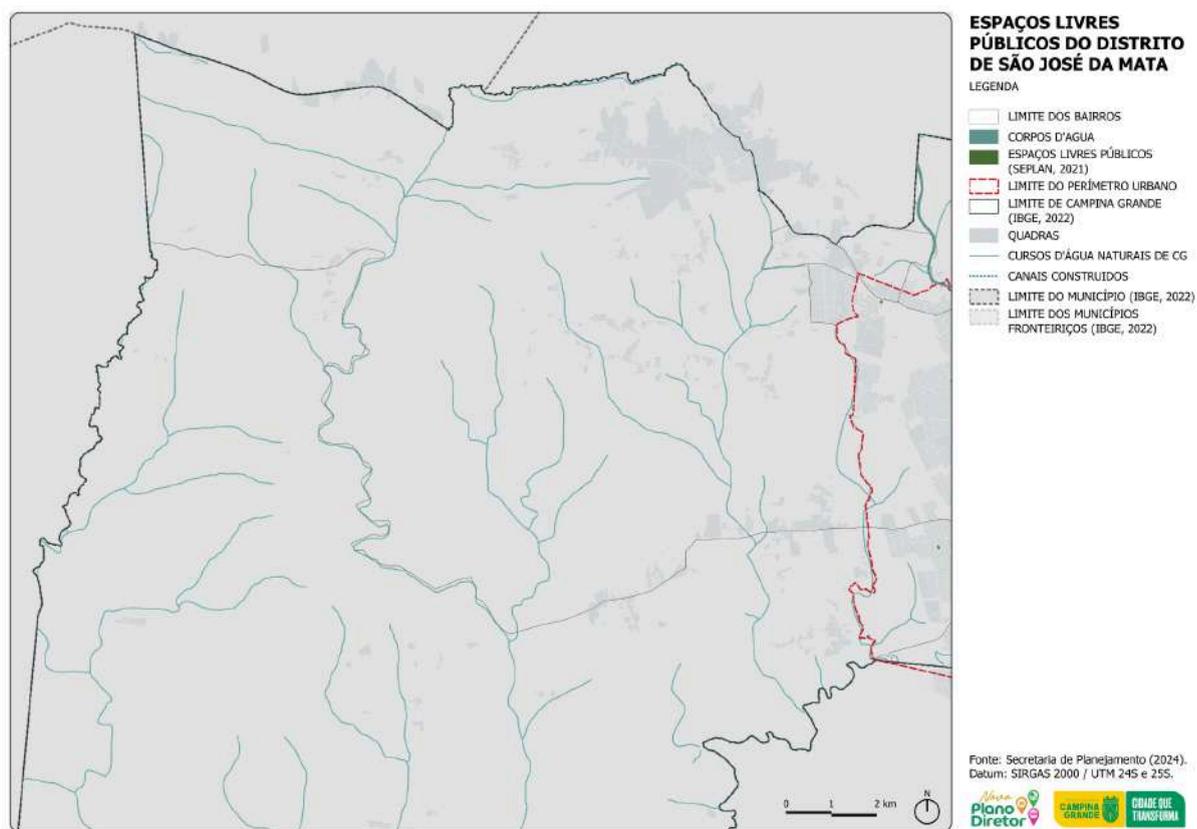
**Fonte:** Secretaria de Cultura (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Espaços Livres Públicos do Distrito de Galante.



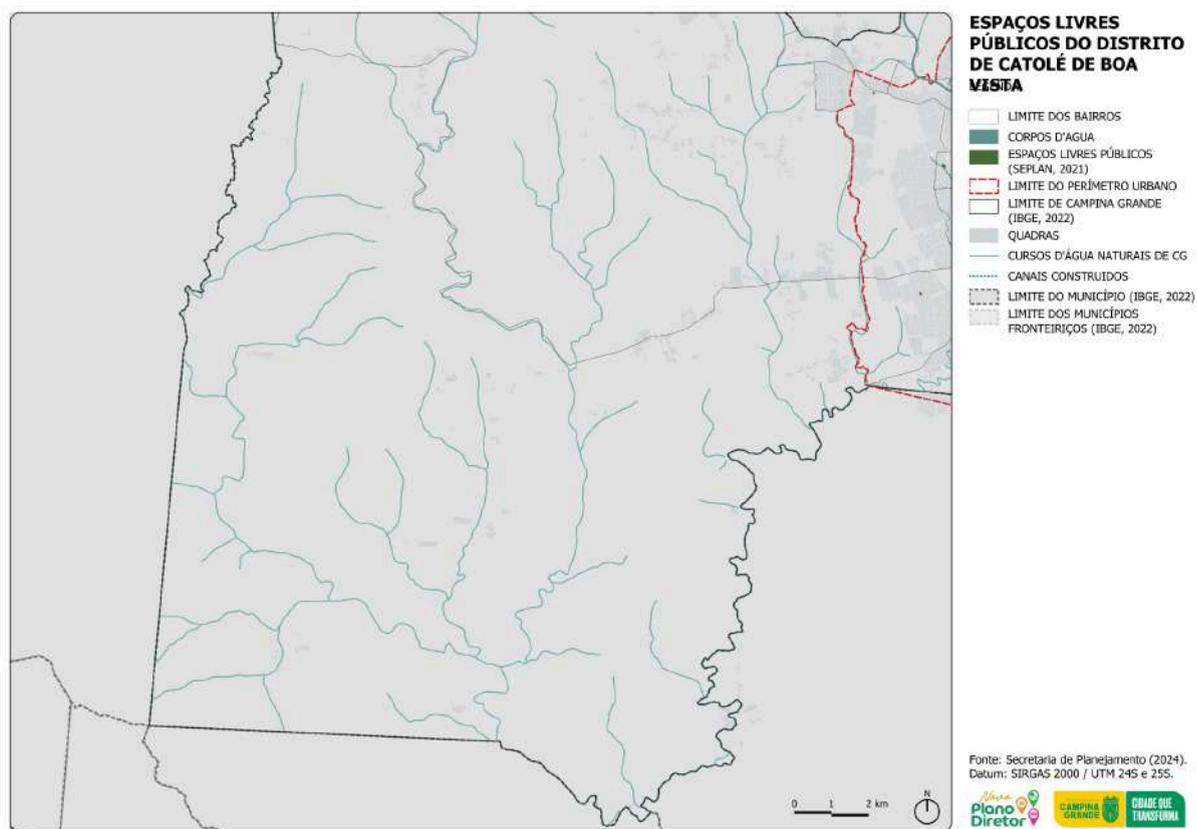
**Fonte:** Secretaria de Cultura (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Espaços Livres Públicos do Distrito de São José da Mata.



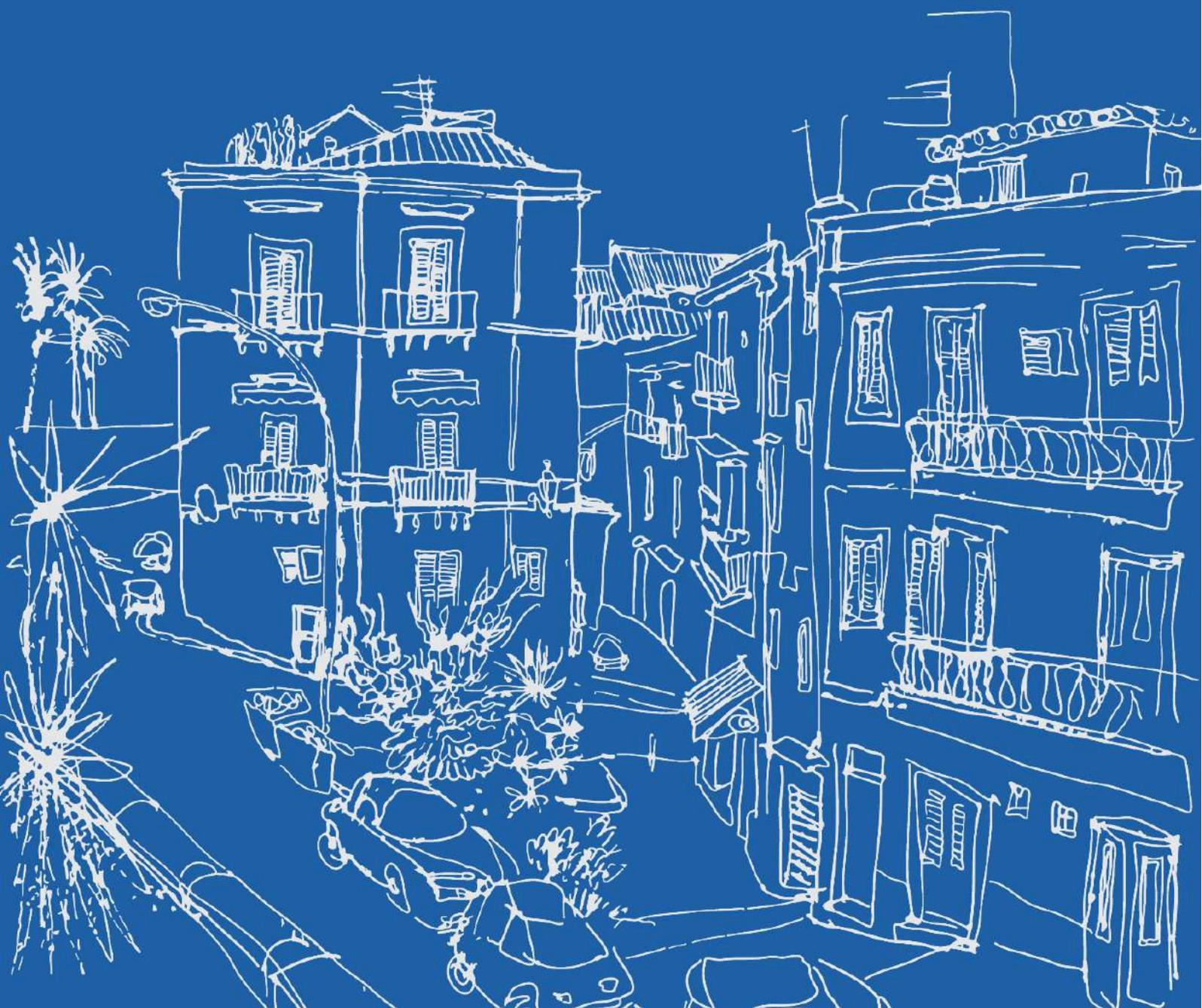
Fonte: Secretaria de Cultura (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

Figura 00. Espaços Livres Públicos do Distrito de Catolé da Boa Vista.



Fonte: Secretaria de Cultura (2024) Secretaria de Planejamento (2024).

## LEITURA PARTICIPATIVA



No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, a participação social está caracterizada como um elemento central nos processos de reforma democrática do Estado. A esse cenário acrescenta-se o Estatuto da Cidade, que, ao estabelecer diretrizes gerais para a política urbana no Brasil, dispõe a orientação ao legislador de incentivar e promover a participação da sociedade em sua produção.

A eficácia da implementação dos planos e programas de política urbana, portanto, tem como base a participação popular para contribuir na produção desses artigos de cunho urbanístico, além do papel de fiscalizar e monitorar o cumprimento dos projetos implementados. Para que a elaboração ou revisão de um Plano Diretor seja efetiva e de acordo com as disposições da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade, é necessário a participação popular durante todo o processo. Para tanto, deve-se garantir, durante o processo, a participação popular e sua contribuição para a elaboração ou revisão do Plano Diretor.

À vista disso, para garantir a efetiva participação popular no processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande, foram firmados, conforme a Metodologia Participativa e Regimento Geral do Processo, uma série de ações e atividades de mobilização, comunicação e escuta da população, de forma a garantir o acesso à informação sobre as etapas e os resultados alcançados, e as condições para o exercício do direito à participação direta, ampla e crítica dos cidadãos no processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande, tendo como objetivos específicos:

1. Promover a efetiva divulgação do processo de revisão do Plano Diretor e dos canais de participação para a população;
2. Esclarecer a importância do Plano Diretor para a cidade;
3. Identificar os agentes envolvidos no processo, sejam eles individuais ou representantes de um coletivo, de forma a estimular sua participação no processo de revisão;

4. Disponibilizar os materiais desenvolvidos durante o processo em linguagem acessível, de modo a permitir que a população compreenda o que lhe está sendo apresentado.

Para a realização de um diagnóstico do território do município, no qual o debate coletivo acerca da realidade municipal pudesse ser efetivado, estipulou-se a aplicação de questionário e a disponibilização de formulários para contribuição, bem como a realização de oficinas com a população.

## 1. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

A revisão do Plano Diretor campinense de 2006 vem sendo conduzida por um conselho técnico multidisciplinar denominado Comitê Gestor, composto por servidores da Secretaria de Planejamento, bem como por um conjunto representativo de comissões, seguindo uma estrutura organizativa pensada em proporcionar transparência ao processo e incluir no debate os órgãos e entidades técnicos e representantes da sociedade civil.

Essa estrutura organizativa é composta pelo supracitado Comitê Gestor, e pelas comissões Técnica, Consultiva, de Representação e de Acompanhamento. Com vistas à lisura do processo, frente a importância da participação popular, estabeleceu-se ainda um Conselho Deliberativo, composto pelo Comitê Gestor e as Comissões de Representação e de Acompanhamento, com o intuito de promover a apreciação dos materiais produzidos durante o processo, isto é, a validação dos produtos finais das etapas conforme o andamento do processo. Todos os integrantes das referidas comissões foram indicados pelo órgão ou entidade que representam, após a retomada do processo em 2023, e suas atribuições foram ratificadas através de portaria, assinada pelo prefeito constitucional do município.

**Comitê Gestor:** responsável por conduzir o processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande, formado por 7 (sete) servidores da Prefeitura Municipal de Campina Grande (arquitetos e urbanistas, advogados, assistentes sociais). Oficializada pela [Portaria nº 040/2023/GP](#) de 04 de setembro de 2023.

**Comissão Técnica:** responsável por auxiliar no desenvolvimento de material gráfico e textual, formada por 10 (dez) profissionais técnicos da Secretaria de Planejamento (arquitetos e urbanistas, advogados, assistentes sociais, engenheiros, jornalistas, entre outros). Oficializada pela [Portaria nº 042/2023/GP](#) de 13 de novembro de 2023.

**Comissão Consultiva:** responsável por fornecer informações e dados necessários ao processo de revisão, formada por 10 (dez) membros representantes de órgãos da administração municipal. Oficializada pela [Portaria nº 005/2024/GP](#) de 30 de janeiro de 2024.

**Comissão de Representação:** responsável por acompanhar o processo como órgão da administração municipal e representar os diversos setores da gestão pública, formada por 28 (vinte e oito) membros. Oficializada pela [Portaria nº 041/2023/GP](#) de 27 de dezembro de 2023.

**Comissão de Acompanhamento:** responsável por representar as organizações profissionais e a sociedade civil no processo, formada por 42 (quarenta e dois) membros. Oficializada pela [Portaria nº 004/2024/GP](#) de 30 de janeiro de 2024.

**Conselho Deliberativo:** formado pelo Comitê Gestor, a Comissão de Representação e a Comissão de Acompanhamento, tem como objetivo a apreciação dos produtos produzidos durante o processo, com divisão que assegura a representação paritária entre representantes do Poder Público e sociedade civil para a deliberação.

## 2. REUNIÕES DE ACOMPANHAMENTO

As reuniões de acompanhamento têm como objetivo pactuar as atribuições, compromissos e ações referentes à etapa em vigor do processo, com o intuito de respeitar as disposições do *Estatuto da Cidade* para uma revisão participativa do Plano Diretor e para a garantia da participação popular no processo.

Durante a segunda etapa do processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande, essas reuniões foram conduzidas pelo Comitê Gestor e pela Comissão Técnica, contando com a participação de todas as comissões da estrutura organizativa, as quais representam a sociedade civil e os diversos órgãos da administração pública. As reuniões ocorreram no formato presencial ao longo da segunda etapa, sendo os membros convocados com 5 (cinco) dias de antecedência, conforme previsto no [Regimento Geral do Processo](#) de Revisão do Plano Diretor de Campina Grande, publicado por meio do Decreto nº 4.820 de 19 de fevereiro de 2024.

Foram realizadas ainda reuniões internas de acompanhamento com os profissionais técnicos da Secretaria de Planejamento que estão conduzindo o processo de revisão do Plano Diretor, as quais ocorreram conforme necessidade de alinhamento, durante toda a segunda etapa.

### 2.1. REUNIÕES DAS COMISSÕES

As Reuniões das Comissões reúnem todas as comissões da estrutura participativa em momentos de debate e compartilhamento de informações que assegurem a transparência do processo. Essas reuniões acontecem com determinada frequência, e têm como objetivo promover um momento de pactuação entre representantes da sociedade civil e representantes dos órgãos da administração pública.

## **Reunião de 18 de março de 2024**

Local: Sebrae.

Participantes: Erik Manoel F. de Brito; Juliana G. da S. Faustino; Aracy Brasil L. A. Câmara; Mariana Porto V de Albuquerque; Gilmar Alves de Almeida Filho; Lizia Agra Villarim; Luis Artur Sabino de Oliveira; Raquel Silva Oliveira; Aline Aguiar Feitosa; Morgana Targino de Oliveira; Mohana Gomes da Silva; Isabelle Kellen Silva Monteiro; Meruska Aguiar Damião de Araújo; Cláudio Brandão Costa; Lilian Arruda Ribeiro; Andrey da Silva Guedes; Roseana de A. Vasconcelos; Socorro Martiniano Leite; João Eduardo C. dos Santos; Felix Araújo Neto; Túlio Feitosa Duda Paz; Fabíola Gaudencio; Giseli Sampaio; Maria Eduarda F. Silva; Jonathan Samuel Alves da Silva; Kessia Fernandes da Costa Rolim.

Pauta: Balanço geral dos compromissos firmados para a segunda etapa de revisão do Plano Diretor e entrega das camisas e crachás para os membros das comissões.

A segunda reunião com as comissões que compõem a estrutura organizativa do processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande teve como objetivo apresentar um balanço geral das atividades da segunda etapa cumpridas até o momento da reunião.

**Figura 00.** Coordenadora Mariana Pôrto Viana de Albuquerque dá início a segunda Reunião das Comissões, realizada no dia 18 de março de 2024.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Foi apresentado um slide pontuando os compromissos realizados desde o começo da primeira etapa até a presente reunião, bem como as atividades previstas. Foram lembradas as etapas do processo e os produtos e compromissos firmados para cada uma, e ressaltado a publicação do primeiro produto do processo de revisão, a [Metodologia Participativa](#). Foram apresentados dados acerca da primeira audiência pública do processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande, a qual ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2024, sexta-feira, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Campina Grande, localizado na Rua Vigário Calixto, 945, Catolé. Explicitou-se que o evento estava previsto para iniciar às 14h e teve início às 15h, após um prazo de tolerância para permitir a efetiva participação popular, e que participaram 123 (cento e vinte e três) pessoas, dentre a sociedade civil, representantes dos órgãos da administração pública, e membros das comissões.

**Figura 00.** Membro da Comissão Técnica, Andrey da Silva Guedes, conduz a apresentação do balanço geral das atividades realizadas.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Foi ressaltada a condução pela Comissão Técnica e Comitê Gestor das 40 oficinas conforme pactuado na [primeira audiência pública](#) de revisão do Plano Diretor, embora a Oficina Comunitária de Bairro 03 prevista para acontecer no CREAS Alto Branco, tendo como localidades contempladas os bairros Alto Branco, Jardim Tavares, Lauritzen e Nações, e a Oficina Comunitária de Bairro 20 prevista para acontecer na SAB Grande Campina, tendo como localidades contempladas Serrotão (área do Trauma), Grande Campina, Chico Mendes e Sonho Meu, não foram realizadas em razão da baixa adesão da população. Sem participação popular, essa oficina foi dada por encerrada após 1 (uma) hora de tolerância de espera do público. No entanto, embora a participação da população dessas localidades não tenha sido efetiva nessa oficina em específico, houveram outros momentos abertos para a escuta dos habitantes dessas áreas nas oficinas regionais que também contemplaram essas localidades, a Oficina Comunitária Regional 01 e a Oficina Comunitária

Regional 04. Nesse contexto, de forma a estender os meios de participação popular e ouvir os anseios da população, outros espaços de escuta foram disponibilizados, a exemplo da aplicação de questionários e da viabilização de formulários de contribuição no formato impresso e eletrônico.

Foram apresentadas ainda as próximas atividades previstas da segunda etapa, e colocou-se em pauta a realização de mais oficinas com o intuito de alcançar um maior público de forma a ofertar mais espaço de escuta para a população. Para tanto, foi aberto o momento de fala para os membros das comissões presentes que representam os diversos órgãos e entidades da cidade, bem como a sociedade civil. Nesse momento, discutiu-se acerca da participação popular, como torná-la ainda mais efetiva e buscou-se, em conjunto, maneiras de chegar até a população.

**Figura 00.** Momento de debate, na qual tem a fala a senhora Meruska Aguiar Damião de Araújo, membro da Comissão de Representação, representando a Secretaria de Assistência Social.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Momento de debate, na qual tem a fala a senhora Lílian Arruda Ribeiro, membro da Comissão de Representação, representando a Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Formulou-se, portanto, a proposta da realização de uma Busca Ativa, na qual a Comissão Técnica e o Comitê Gestor iriam até os locais onde estão determinados segmentos da sociedade, a exemplo das universidades, onde estão estudantes universitários, e da União Campinense das Equipes Sociais, onde estão os agentes de defesa de direitos sociais. O objetivo dessa ação seria, através da realização de Workshops, complementar a participação popular já realizada e dar ênfase aos grupos, segmentos e entidades que não puderam, por diversos motivos, se fazerem presentes nas oficinas participativas previstas. Essa complementação, por sua vez, permitiria um alcance maior quanto à participação popular, ficando acordado pelas comissões da estrutura organizativa da revisão do processo, sobretudo pelo Conselho Deliberativo, que deveria de fato ocorrer e que este espaço adicional de escuta da população seria efetivado durante o período de um mês, entre 25 de março e 25 de abril de 2024, devendo o cronograma ser ajustado para abarcar os Workshops da Busca Ativa e adequar as demais atividades da segunda etapa e das etapas seguintes.

**Figura 00.** Momento de debate, na qual tem a fala a senhora Lizia Agra Villarim, membro da Comissão de Acompanhamento, representando o Centro Universitário Maurício de Nassau, e o secretário da Secretaria de Planejamento, Félix Araújo Neto, membro do Comitê Gestor.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Membro da Comissão Técnica, Aline Aguiar Feitosa, realiza a entrega das camisas e crachás do Plano Diretor para os membros das comissões.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Por fim, foram entregues as camisas e crachás do Plano Diretor para os membros das comissões que estiveram presentes.

### **Reunião de 04 de abril de 2024**

Local: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais.

Participantes: Patrícia Marques; Luis Artur Sabino de Oliveira; Maria Eduarda F. Silva; Túlio Feitosa Duda Paz; Felix Araújo Neto; Helen Karolynne de Moura Barbosa; Breno Filipe Braga de Farias; Andrey da Silva Guedes; Erik Manoel Farias de Brito; Paulo Porto de C Junior; Mohana Gomes da Silva; Raquel Silva Oliveira; Gilmar Alves de Almeida Filho; Murilo Bruno Cabral; Renally Maia Clemente; Kessia Fernandes da Costa Rolim; Daniel Celegatti; Juliana G. da S. Faustino; Isabelle Kellen Silva Monteiro; João Eduardo C. dos Santos; Demostenes Andrade; Gisele Sampaio; Emanuel Sousa; Rodolpho N. da Silveira; Marcos Alfredo Alves; Socorro Martiniano Leite; Morgana Targino de Oliveira; Mariana Porto Viana de Albuquerque.

Pauta: Atualização do cronograma em função da Busca Ativa e demais informes e entrega das camisas e crachás para os membros das comissões.

A terceira reunião com as comissões que compõem a estrutura organizativa do processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande teve como objetivo apresentar o planejamento para a realização dos Workshops que foram pensados na reunião anterior e a indicação da reformulação do cronograma em função desse novo tipo de oficina.

O objetivo dos Workshops seria complementar a participação popular já realizada e dar ênfase aos grupos, segmentos e entidades que não puderam, por diversos motivos, se fazerem presentes nas oficinas participativas previstas. Conforme estipulado na segunda reunião, o planejamento para a realização dos Workshops indicou sua realização no período de um mês, entre 25 de março e 25 de abril de 2024.



Foram apresentados, portanto, os Workshops previstos, as datas de sua realização e as entidades que seriam contempladas e colocou-se em pauta a viabilização desse novo tipo de oficinas com o intuito de alcançar um maior público de forma a ofertar mais espaço de escuta para a população, colocando sob luz os Workshops que foram realizados. Para tanto, foi aberto o momento de fala para os membros das comissões presentes que representam os diversos órgãos e entidades da cidade, bem como a sociedade civil, realizarem. Nesse momento, discutiu-se acerca da participação popular, como torná-la ainda mais efetiva e buscou-se, em conjunto, maneiras de chegar até a população.

**Figura 00.** Momento de debate, na qual tem a fala a senhora Mohana Gomes da Silva, membro do Comitê Gestor.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Membro da Comissão Técnica, Gilmar Alves de Almeida Filho, realiza a entrega das camisas e crachás do Plano Diretor para os membros das comissões.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Por fim, foram entregues as camisas e crachás do Plano Diretor para os membros das comissões que não puderam estar presentes na segunda reunião das comissões.

### **Reunião de 27 de maio de 2024**

Local: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais.

Participantes: Kessia Fernandes da Costa Rolim; Andrey da Silva Guedes; Paula Rodrigues dos Santos; Mariana P V de Albuquerque; Manuela de Luna Freire Duarte Bezerra; Gilmar Alves de Almeida Filho; Mohana Gomes da Silva; Araci Brasil Leite de Arruda Câmara; Sílvia Maia; Raquel Oliveira; Juliana Ramos; Lituana Xavier; Maria Socorro Dantas Ferreira; Maria Dolores M Nascimento; Giseli Maria Sampaio de Araújo; Renally Maia Clemente; Kainara L dos Anjos; Tatianne Dias Queiroz; Roberto Jeferson Normando; Patrícia Matsumura; Helen K de Moura Barbosa; Socorro Martiniano Leite; Veneziano Guedes de Sousa Rego; Erik M Farias de Brito; Cinthia Fernanda Vicente de

Souza; Renata C L de Araújo; Rejane Maria Ferreira Cavalcante; Marina Barros Barbosa Lira; Arlene Farias Guerra; Josefa Adma L S Ferreira; Tatiana Ferreira Pracedes; Emmanuel do Nascimento Sousa; Edilza Vidal.

Pauta: A discussão do produto da segunda etapa, o Diagnóstico Participativo.

A quarta reunião com as comissões que compõem a estrutura organizativa do processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande teve como objetivo discutir o produto da segunda etapa do processo, o Diagnóstico Participativo, o qual foi enviado com antecedência, em caráter preliminar, para as comissões, para sua devida leitura.

**Figura 00.** Coordenadora Mariana Pôrto Viana de Albuquerque dá início a quarta Reunião das Comissões, realizada no dia 27 de maio de 2024.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Para tanto, houve a explanação do material e a elucidação acerca da divisão das partes e dos capítulos. Foi esclarecido também as formas de contribuição da população e dos técnicos, para a construção deste importante documento. Destacou-se, ainda, que o documento produto da segunda etapa do processo de revisão se caracteriza apenas como uma leitura territorial, isto é, um

diagnóstico da cidade, que virá a fundamentar as etapas seguintes, de formulação de propostas e construção da minuta do projeto de lei. A coordenadora Mariana Pôrto Viana de Albuquerque aproveitou o ensejo para deferir agradecimentos à equipe que esteve à frente das diversas vertentes que permitiram

**Figura 00.** Coordenadora Mariana Pôrto Viana de Albuquerque esclarece as formas de contribuição da população e dos técnicos para o Diagnóstico Participativo.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

Ressaltou-se ainda que o documento está aberto para receber comentários de todos os membros das comissões, com o objetivo de enriquecer o material com a visão única de cada membro. Ademais, foi aberto o momento de fala para os membros das comissões presentes que representam os diversos órgãos e entidades da cidade, bem como a sociedade civil, realizarem seus comentários. Nesse momento, cada tópico foi perpassado, sendo pontuados diversos aspectos positivos da escrita, bem como indicados ajustes para o melhoramento do material.

**Figura 00.** Momento de debate, na qual tem a fala o senhor Paulo Porto de Carvalho Júnior, membro da Comissão Consultiva.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Figura 00.** Momento de debate, na qual tem a fala a senhora Giseli Maria Sampaio de Araújo, membro da Comissão de Representação.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

## 2.2. REUNIÕES INTERNAS DE ACOMPANHAMENTO

As Reuniões Internas de Acompanhamento são realizadas pela equipe técnica que está à frente da revisão do Plano Diretor de Campina Grande na Secretaria de Planejamento, isto é, o Comitê Gestor e a Comissão Técnica. Essas reuniões acontecem com determinada frequência, e têm como objetivo alinhar as atividades, estabelecer metas e dividir tarefas, visando a manutenção da condução do processo.

### **Reunião de 27 de fevereiro de 2024**

Local: Secretaria de Planejamento.

Participantes: Félix Araújo Neto; Túlio Feitosa Duda Paz; Mariana Pôrto Viana de Albuquerque; Morgana Targino de Oliveira; Cinthya Fernanda Vicente de Souza; Juliana Gomes da Silva Faustino; Mohana Gomes da Silva; Andrey da Silva Guedes; Isabelle Kellen Silva Monteiro; Fabrício Macedo Furtado; Maria do Socorro Martiniano; Marina Barros Barbosa Lira; Murilo Bruno Cabral; Raquel Silva Oliveira; Silvia Maia Nascimento; Paula Rodrigues dos Santos; Gilmar Alves de Almeida Filho.

Pauta: Resultados da primeira etapa do processo de revisão do Plano Diretor e encaminhamento das atividades e demandas para a segunda etapa.

Discutiu-se sobre os resultados da primeira Audiência Pública do processo de revisão do Plano Diretor que encerrou a primeira etapa com a aprovação da Metodologia Participativa. Destacou-se os pontos de ressalva da metodologia que foram levantados pela população para sua aprovação, e definiu-se meios para garantir os ajustes solicitados e pactuados em audiência. Foram distribuídas as camisas e os crachás da Comissão Técnica e do Comitê Gestor. Discutiu-se ainda sobre as atividades e cronograma da segunda etapa e foram encaminhadas as demandas para a Comissão Técnica e o Comitê Gestor.

**Figura 00.** Reunião interna de acompanhamento, realizada no dia 27 de fevereiro de 2024.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

### **Reunião de 29 de fevereiro de 2024**

Local: Secretaria de Planejamento.

Participantes: Morgana Targino de Oliveira; Sílvia Maia Nascimento; Gilmar Alves de Almeida Filho; Maria Katiúcia N. Sampaio; Renata Carolinne L de Araújo; Elza Araújo; Rejane Maria Ferreira Cavalcante; Severina do Ramo da Silva; Rosalva dos Santos Macedo; Sabrina Farias Pereira; Rosemary Matias de Brito Melo; Raquel Silva Oliveira; Gilmar Alves de Almeida Filho; Sandra Maria Nunes Batista; Juliana Ramos de Oliveira; Jaqueline Firmino da Silva; Lituana Xavier Lopes; Francisca Marta Abrantes; Suenia Patrícia Sousa Figueiredo; Arlene Farias Guerra; Tatianne R. S. Muniz; Tatianne Dias Gueiros; Gracielly Costa Evangelista; Marília Gabriela Gomes de Andrade.

Pauta: Reunião de alinhamento para as oficinas participativas.

Discutiu-se sobre as oficinas participativas previstas, sendo apresentado a dinâmica em que funcionaria as oficinas, de forma que contemplasse todos os presentes. Discutiu-se sobre a realização de adaptações na dinâmica da oficina de acordo com o público quando necessário. Discutiu-se ainda sobre o

cronograma das oficinas presente nos Editais de Convocação, e sobre a divisão da equipe para conduzir esse importante espaço de escuta da população.

**Figura 00.** Reunião interna de acompanhamento, realizada no dia 29 de fevereiro de 2024.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

### **Reunião de 01 de março de 2024**

Local: Secretaria de Planejamento.

Participantes: Félix Araújo Neto; Cinthya Fernanda Vicente de Souza; Andrey da Silva Guedes; Isabelle Kellen Silva Monteiro; Raquel Silva Oliveira; Ubiratan Marques de Lima Junior; José Garibaldi Porto Junior; Cândido da Nóbrega Ferreira Filho; João Eduardo Cândido dos Santos; Gustavo Emmanuel Beltrão Pessoa; Thomas Rodrigues; Laryssa M. A. de Almeida.

Pauta: Apresentação das atividades ao CRECI-PB e SECTI-PB.

Discutiu-se sobre as atividades desenvolvidas até o momento, apresentando ao CRECI-PB e ao SECTI-PB o produto da primeira etapa, a Metodologia Participativa, o sítio eletrônico oficial do processo de revisão do Plano Diretor, o regimento do processo e os resultados da primeira audiência pública. Discutiu-se ainda sobre o planejamento para as próximas etapas, sobretudo da segunda etapa, da qual foram apresentados os Editais de Convocação para a participação popular nas oficinas participativas.

**Figura 00.** Reunião interna de acompanhamento, realizada no dia 01 de março de 2024.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

### **Reunião de 27 de março de 2024**

Local: Secretaria de Planejamento.

Participantes: Bruno Silva Barbosa; Bruna Almeida de Lima; Demóstenes Andrade de Moraes; Karla; Louise; Mariana Porto Viana de Albuquerque; Marta; Paula Rodrigues dos Santos; Sabrynne G. Sales Barbosa Soares; Silvia Maia Nascimento.

Pauta: Visitas para reconhecimento de ZEIS.

Discutiu-se sobre o material produzido até então, culminando na delimitação de 31 assentamentos populares identificados. Discutiu-se sobre a metodologia aplicada para o reconhecimento, que consiste em: estudo da morfologia urbana; sobreposição com as áreas com baixa renda, sem acesso ou com acesso parcial à infraestrutura básica, e sem acesso ou com acesso parcial a equipamentos públicos essenciais. Discutiu-se sobre uma lista de contato com líderes comunitários desses assentamentos, e ficou definido que a Secretaria de Planejamento ficaria responsável por providenciar os contatos que estivessem faltando, bem como por entrar em contato com os líderes para agendar as datas e horários das visitas técnicas. Discutiu-se ainda sobre o cronograma de visitas, dividindo-as de acordo com as áreas da cidade, e foi definido que as visitas seriam realizadas de segunda a quinta, a partir das 8h, mantendo a sexta-feira livre para caso de imprevistos.

**Figura 00.** Reunião interna de acompanhamento, realizada no dia 09 de abril de 2024.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Reunião de 09 de abril de 2024**

Local: Secretaria de Planejamento.

Participantes: Félix Araújo Neto; Túlio Feitosa Duda Paz; Mariana Pôrto Viana de Albuquerque; Morgana Targino de Oliveira; Cinthya Fernanda Vicente de Souza; Juliana Gomes da Silva Faustino; Mohana Gomes da Silva; Andrey da Silva Guedes; Fabrício Macedo Furtado; Maria do Socorro Martiniano; Murilo Bruno Cabral; Raquel Silva Oliveira; Silvia Maia Nascimento; Paula Rodrigues dos Santos; Filipe Santiago Luna; Erik Manuel Farias de Brito; Késsia Fernandes da Costa Rolim.

Pauta: Alinhamento das atividades em andamento e encaminhamento de novas atividades.

Discutiu-se sobre a finalização das oficinas participativas previstas e sobre o andamento das oficinas adicionais, os Workshops. Discutiu-se sobre as demais ações em andamento da revisão do Plano Diretor, onde cada participante explanou um pouco sobre o trabalho que vem realizando. Discutiu-se ainda sobre o andamento da sistematização das contribuições provenientes das oficinas participativas e as visitas às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Foram encaminhadas novas demandas para a Comissão Técnica e o Comitê Gestor.

**Figura 00.** Reunião interna de acompanhamento, realizada no dia 09 de abril de 2024.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

### **Reunião de 18 de abril de 2024**

Local: Secretaria de Planejamento.

Participantes: Túlio Feitosa Duda Paz; Mariana Pôrto Viana de Albuquerque; Morgana Targino de Oliveira; Cinthya Fernanda Vicente de Souza; Juliana Gomes da Silva Faustino; Mohana Gomes da Silva; Andrey da Silva Guedes; Isabelle Kellen Silva Monteiro; Maria do Socorro Martiniano; Marina Barros Barbosa Lira; Murilo Bruno Cabral; Raquel Silva Oliveira; Filipe Santiago Luna; Erik Manuel Farias de Brito; Késsia Fernandes da Costa Rolim; Gilmar Alves de Almeida Filho.

Pauta: Andamento da sistematização do Diagnóstico Participativo.

Discutiu-se sobre o andamento do diagnóstico participativo até o momento e sobre a sistematização das contribuições da população nas oficinas participativas. Discutiu-se ainda sobre quais membros das comissões ficariam responsáveis pela escrita de alguns tópicos que compõem o diagnóstico da revisão do Plano Diretor, de acordo com a especialidade e familiaridade de cada um com o tema.

**Figura 00.** Reunião interna de acompanhamento, realizada no dia 18 de abril de 2024.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

### **Reunião de 03 de maio de 2024**

Local: Secretaria de Planejamento.

Participantes: Túlio Feitosa Duda Paz; Paula Rodrigues dos Santos; Sabrynna G. Sales Barbosa Soares; Kainara Lira dos Anjos; Sílvia Maia Nascimento; Morgana Targino de Oliveira; Mariana Porto Viana de Albuquerque; Barbara Sousa Martins; Demóstenes Moraes; Matheus Batista Simões; Bruno Silva Barbosa; Carlos Rodrigues Alves de Sousa; Socorro Martiniano Leite; Raquel Silva Oliveira; Bruna Almeida de Lima; Gilmar Alves de Almeida Filho; Karla; Lívia Izabel Bezerra De Miranda; Louise; Mohana Gomes da Silva.

Pauta: Resultados das visitas para reconhecimento de ZEIS.

Discutiu-se sobre os resultados das visitas nos assentamentos, que aconteceram entre os dias 02 de abril de 2024 e 02 de maio de 2024, tendo sido visitados todos os assentamentos previstos. Discutiu-se sobre o resultado do apanhado de assentamentos visitados, com dados como renda, área, número de edificações, uso do solo predominante e se possui

infraestrutura básica, e foram apresentados os registros das visitas. Discutiu-se sobre os critérios estabelecidos pela Lei nº 4.806 de 23 de setembro de 2009, para que um assentamento possa ser transformado em ZEIS, ficando esclarecido que esses foram os critérios utilizados para a delimitação. Discutiu-se ainda sobre o potencial de todos os assentamentos visitados terem condições de serem classificados como ZEIS de tipo I, e sobre a definição definitiva desses limites. Ficou estabelecida a realização de uma reunião interna de acompanhamento entre os membros da Comissão Técnica para apreciação dos limites propostos, e posteriormente, uma nova reunião com todos os agentes envolvidos, para a discussão dos resultados.

**Figura 00.** Reunião interna de acompanhamento, realizada no dia 03 de maio de 2024.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

### **Reunião de 13 de maio de 2024**

Local: Universidade Federal de Campina Grande.

Participantes: Paula Rodrigues dos Santos; Silvia Maia Nascimento; Morgana Targino de Oliveira; Mariana Porto Viana de Albuquerque; Barbara Sousa Martins; Demóstenes Moraes; Bruno Silva Barbosa; Carlos Rodrigues Alves de

Sousa; Socorro Martiniano Leite; Raquel Silva Oliveira; Bruna Almeida de Lima; Mohana Gomes da Silva; Murilo Bruno Cabral; Gilmar Alves de Almeida Filho.  
Pauta: Pactuação dos resultados das visitas para reconhecimento de ZEIS.

Discutiu-se sobre os assentamentos identificados nas visitas que foram considerados pela Comissão Técnica para tornarem-se ZEIS de tipo I, e as que foram previstas de serem trabalhados posteriormente, através de outras políticas públicas. Ficou estabelecida a seleção de 15 assentamentos populares para serem transformados em ZEIS I e 2 áreas para virarem ZEIS II, sendo os demais assentamentos precários previstos de serem trabalhados de outras formas.

**Figura 00.** Reunião interna de acompanhamento, realizada no dia 13 de maio de 2024.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

### 3. QUESTIONÁRIO

Os dados censitários são os principais recursos de informação para o planejamento urbano e rural dos municípios brasileiros. Segundo a Constituição de 1988, o censo deve ser realizado a cada 10 anos, devendo contar com ampla mobilização e divulgação. O censo possui influência no setor das políticas públicas, investimentos, educação, pesquisas científicas, na área social e financeira. No caso de análises territoriais para a elaboração ou revisão de Planos Diretores a importância é ainda maior, uma vez que os dados censitários possuem indicadores essenciais para a tomada de decisões.

Sob essa ótica, o Comitê Gestor a frente do processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande considerou os dados censitários como importante fonte de conhecimento territorial para efetivar o levantamento de dados sobre o município. O censo, por sua vez, deveria ter sido atualizado em 2020, no entanto, devido à pandemia de COVID-19, foi adiado para o ano de 2021, e por inviabilidade de orçamento, foi novamente adiado para 2022. Em função do grande intervalo temporal desde o último censo à época do início do processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande, no ano de 2021, foi preparado um questionário para suprir essa lacuna.

Dessa forma, foi elaborado pelo Comitê Gestor, em março de 2021, o [Questionário Participativo](#) com o objetivo de levantar dados acerca da realidade da população, para suprir a ausência de dados censitários atualizados, bem como visando ouvir a opinião da população sobre temáticas referentes à revisão do Plano Diretor de Campina Grande. Contudo, destaca-se que o Censo foi retomado e realizado em 2022, e vem tendo seus dados publicados nos últimos anos, os quais também foram utilizados no presente diagnóstico, sobretudo no capítulo de Caracterização Geral na primeira parte do documento, da Leitura Técnica, para a compreensão da realidade do território e da população campinense.

### **3.1. APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO**

Após a fase de elaboração, deu-se início ao planejamento de aplicação do questionário. A aplicação do questionário teve como objetivo providenciar dados sobre os diversos aspectos de caracterização da população, a exemplo da renda, idade, escolaridade, entre outros, uma vez que à época em que foi aplicada não havia previsão de quando o censo seria realizado e publicado.

As contribuições foram recebidas em questionário próprio da seguinte forma: através de Questionário Impresso, aplicados por profissionais da equipe de assistência social da Secretaria de Planejamento. Para isso, equipes foram mobilizadas até os devidos locais de aplicação e realizaram a aplicação dos questionários. Foram envolvidos no processo cerca de 30 técnicos da Secretaria de Planejamento, sendo profissionais das áreas de assistência social, pedagogia e psicologia, além de 21 estagiários do Curso de Serviço Social da Universidade Paulista (UNIP). Essa atividade durou 5 meses, entre junho e novembro de 2021.

Para alcançar resultados mais assertivos, a quantidade de questionários aplicados foram ajustados conforme a densidade demográfica dos bairros, contemplando, democraticamente, representantes da população campinense. Ao final foram aplicados um total de 3.778 questionários, respondidos por pessoas maiores de idade. É importante destacar que essa amostra não é estatisticamente representativa da população, embora o grau de confiança da pesquisa seja de 85%, e a margem de erro seja de pouco mais de 1%. Embora a amostra possa não representar fielmente a realidade da população, ressalta-se que os resultados da aplicação dos questionários devem ser considerados para auxiliar na compreensão da cidade.

### **3.2. SISTEMATIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO**

A sistematização das contribuições por questionários teve como objetivo realizar a digitalização e tabulação dos dados coletados, a fim de proporcionar dados sobre os diversos aspectos de caracterização da população, a exemplo da renda, idade, escolaridade, entre outros. Foram observados aqueles dados que mais se destacaram e que possibilitam um melhor entendimento sobre a caracterização da população.

#### **Faixa etária das pessoas que responderam:**

18 a 30 anos: 458 pessoas (12,1%);

31 a 40 anos: 540 pessoas (14,3%);

41 a 50 anos: 682 pessoas (18,1%);

51 a 59 anos: 637 pessoas (16,9%);

60 anos ou mais: 1.334 pessoas (35,3%);

Entrevistados que não informaram a idade: 127 (3,4%).

No que se refere à faixa etária das pessoas que responderam ao questionário 61,4 % têm entre 18 e 59 anos, sendo a faixa etária de 60 anos ou mais a mais representada com 35,3 % das respostas, e cerca de 3,4% não informaram a idade.

Dando continuidade, a quarta pergunta se refere ao estado civil do entrevistado:

#### **Estado civil:**

Casados: 1423 pessoas (37,7%);

Divorciados: 309 pessoas (8,29%);

Solteiros: 1178 pessoas (31,2%);

União estável: 267 pessoas (7,1%);

Viúvo: 403 pessoas (10,7%);

Pessoas que não informaram o estado civil: 198 (5,2%).

Quanto ao Estado civil, casados e solteiros representam a maioria, sendo 37,7 % de casados e 31,2% de solteiros, enquanto os demais representam um total de 31,29%.

Foi indagado às pessoas que se propuseram a responder o questionário o endereço (nome de rua e bairro), podendo-se fazer o filtro apenas nos bairros citados, sendo eles:

**Bairro onde reside:**

Acácio Figueiredo: 45 pessoas (1,2%)

Alto Branco: 42 pessoas (1,1%);

Aluízio Campos: 130 pessoas (3,4%);

Araxá: 36 pessoas (1,0%);

Área Rural: 6 pessoas (0,2%);

Bela Vista: 74 pessoas (2,0%);

Bodocongó: 125 pessoas (3,3%);

Castelo Branco: 19 pessoas (0,5%);

Catirina: 6 pessoas (0,2%);

Catolé: 86 pessoas (2,3%);

Centenário: 42 pessoas (1,0%);

Centro: 37 pessoas (1,0%);

Conceição: 31 pessoas (0,8%);

Cruzeiro: 51 pessoas (1,3%);

Cuités: 26 pessoas (0,7%);  
Dinamérica: 27 pessoas (0,7%);  
Distrito de Catolé de Boa Vista: 66 pessoas (1,7%);  
Distrito de Galante: 179 pessoas (4,7%);  
Distrito de São José da Mata: 186 pessoas (4,9%);  
Distrito Industrial: 59 pessoas (1,6%);  
Estação Velha: 180 pessoas (4,8%);  
Itararé: 37 pessoas (1,0%);  
Jardim Continental: 30 pessoas (0,8%);  
Jardim Paulistano: 53 pessoas (1,4%);  
Jardim Quarenta: 30 (0,8%);  
Jardim Tavares: 42 pessoas (1,1%);  
Jeremias/José Pinheiro: 52 pessoas (1,4%);  
Jeremias: 88 pessoas (2,3%);  
Lagoa de Dentro: 26 pessoas (0,7%);  
Lagoa Seca: 1 pessoa (0,0%);  
Lauritzen: 18 pessoas (0,5%);  
Liberdade: 55 pessoas (1,5%);  
Ligeiro: 17 pessoas (0,4%);  
Malvinas: 180 pessoas (4,8%);  
Marinho: 9 pessoas (0,2%);  
Monte Castelo: 54 pessoas (1,4%);

Monte Santo: 81 pessoas (2,1%);  
Nações: 36 pessoas (1,0%);  
Nova Brasília: 53 pessoas (1,4%);  
Palmeira: 38 pessoas (1,0%);  
Palmeira Imperial: 48 pessoas (1,3%);  
Pedregal: 189 pessoas (5,0%);  
Prata: 37 pessoas (1,0%);  
Presidente Médici: 40 pessoas (1,1%);  
Ramadinha: 47 pessoas (1,2%);  
Sandra Cavalcante: 64 pessoas (1,7%);  
Santa Cruz: 46 pessoas (1,2%);  
Santa Rosa: 60 pessoas (1,6%);  
Santa Terezinha: 13 pessoas (0,3%);  
Santo Antônio: 58 pessoas (1,5%);  
São Januário: 147 pessoas (3,9%);  
São José: 38 pessoas (1,0%);  
Serrotão: 180 pessoas (4,8%);  
Sítio Fazenda Velha: 4 pessoas (0,1%);  
Tambor: 179 pessoas (4,7%);  
Três Irmãs: 56 pessoas (1,5%);  
Velame: 56 pessoas (1,5%);  
Vila Cabral: 161 pessoas (4,3%);

Nenhuma Informação: 2 (0,1%).

Quanto aos bairros onde se aplicaram os questionários, observou-se uma ampla variedade de territórios alcançados, totalizando 58 bairros e/ou distritos, sendo os distritos de Galante e São José da Mata e os bairros Estação Velha, Malvinas, Pedregal, Serrotão, Tambor e Vila Cabral os de maior representatividade, totalizando 38% dos respondentes.

No tocante aos gêneros das pessoas entrevistadas, conclui-se que:

### **Gênero:**

Feminino: 2453 pessoas (64,9%);

Masculino: 1279 pessoas (33,9%);

Pessoas que não informaram o gênero: 45 (1,2%);

Outro: 1 pessoa (0,0%).

Quanto ao gênero das pessoas respondentes, a maior parte é do gênero feminino, representando 64,9% comparado a 33,9 % do gênero masculino e o restante sem identificação de gênero.

Com relação à ocupação, ou se os entrevistados exercem alguma atividade remunerada formal ou informalmente, pode-se chegar aos seguintes dados:

### **Trabalho**

Sim: 1449 pessoas (38,4%);

Não: 2171 pessoas (57,5%);

Entrevistados que não informaram: 158 (4,2%).

A maioria das pessoas que responderam ao questionário não trabalham, representando um total de 57,5%. Quanto à profissão que cada entrevistado executa, obtiveram-se as mais diversas carreiras, não sendo possível chegar a números exatos.

Os entrevistados também foram indagados sobre suas escolaridades.

### **Escolaridade:**

Não alfabetizado (a) (analfabeto (a)): 239 pessoas (6,3%);

Ensino Fundamental 1 Completo: 320 pessoas (8,5%);

Ensino Fundamental 1 Incompleto: 766 pessoas (20,3%);

Ensino Fundamental 2 Completo: 236 pessoas (6,2%);

Ensino Fundamental 2 Incompleto: 505 pessoas (13,4%);

Ensino Médio Completo: 947 pessoas (25,1%);

Ensino Médio Incompleto: 347 pessoas (9,2%);

Superior Completo: 193 pessoas (5,1%);

Superior Incompleto: 131 pessoas (3,5%);

Pós-graduação: 28 pessoas (0,7%);

Pessoas que não informaram a escolaridade: 66 (1,7%).

Quanto ao nível de escolaridade, as pessoas com ensino fundamental I incompleto e ensino médio completo representam uma grande porcentagem de 45,4% enquanto que o nível superior completo ou incompleto representa apenas 9,3 % dos entrevistados.

Com relação aos dados econômicos, a pesquisa de Revisão do Plano Diretor questionou seus entrevistados se os mesmos são beneficiários do Programa de Distribuição de Renda do Governo federal, o Bolsa Família. Concluiu-se que

### **Bolsa Família:**

Sim: 689 pessoas (18,2%);

Não: 2969 pessoas (78,6%);

Pessoas que não informaram: 120 (3,2%).

Quanto ao recebimento do benefício do Bolsa Família, a grande maioria dos entrevistados disse não receber o benefício, totalizando 78,6 % dos respondentes.

A próxima pergunta se referia ao valor que os beneficiários recebem do referido Programa, não sendo possível – mais uma vez – se chegar aos números exatos pois são valores diferentes de cada entrevistado.

Ainda conhecendo o perfil econômico das pessoas entrevistadas, observou-se que:

### **Renda da casa?**

Pessoas que têm menos de um salário mínimo como renda: 788 (20,9%);

1 salário mínimo: 1550 pessoas (41,0%);

Entre 1 e 2 salários mínimos: 792 pessoas (21,0%);

Entre 2 e 3 salários mínimos: 175 pessoas (4,6%);

Entre 3 e 5 salários mínimos: 69 pessoas (1,8%);

Entre 5 e 10 salários mínimos: 15 pessoas (0,4%);

Mais de 10 salários mínimos: 3 pessoas (0,1%);

Pessoas que afirmaram não possuir renda: 283 (7,5%);

Pessoas que não responderam: 103 (2,7%).

Quanto à renda, aqueles que recebem 1 salário mínimo representam 41% dos entrevistados, 20,9% recebem menos de 1 salário mínimo, 21% entre 1 e 2 salários mínimos, 4,6% recebem entre 2 e 3 salários mínimos, 1,8% entre 3 e 5 salários mínimos e 0,5% recebem entre 5 e 10 salários mínimos ou mais. 2,7% não responderam a questão.

A 14ª pergunta se refere à composição familiar dos entrevistados, chegando aos seguintes números:

**Número de moradores por unidade:**

1 pessoa residindo na unidade: 422 pessoas (11,17%);

2 pessoas residindo na unidade: 939 pessoas (24,85%);

3 pessoas residindo na unidade: 981 pessoas (25,97%);

4 pessoas residindo na unidade: 751 pessoas (19,88%);

5 pessoas residindo na unidade: 335 pessoas (8,87%);

6 pessoas residindo na unidade: 134 pessoas (3,55%);

7 pessoas residindo na unidade: 56 pessoas (1,48%);

8 pessoas residindo na unidade: 34 pessoas (0,90%);

9 pessoas residindo na unidade: 11 pessoas (0,29%);

10 pessoas residindo na unidade: 8 pessoas (0,21%);

11 pessoas residindo na unidade: 3 pessoas (0,08%);

12 pessoas residindo na unidade: 3 (0,08%);

15 pessoas residindo na unidade: 2 pessoas (0,05%);

Entrevistados que não informaram: 99 pessoas (2,62%).

Quanto ao número de moradores por residência, a maioria de 70,7% têm de 2 a 4 pessoas residindo na unidade, esse número diminui à medida que o número de pessoas perguntado na questão vai aumentando.

OBS: Nenhum entrevistado afirmou ter 13 e 14 pessoas morando em seus imóveis.

**Número de crianças de 0 a 11 anos:**

937 pessoas afirmaram não possuir criança nessa faixa etária na residência (24,8%);

840 pessoas afirmaram possuir uma criança nessa faixa etária na residência (22,2%);

342 pessoas afirmaram possuir duas crianças nessa faixa etária na residência (9,1%);

106 pessoas afirmaram possuir três crianças nessa faixa etária na residência (2,8%);

36 pessoas afirmaram possuir quatro crianças nessa faixa etária na residência (1,0%);

14 pessoas afirmaram possuir cinco crianças nessa faixa etária na residência (0,4%);

6 pessoas afirmaram possuir seis crianças nessa faixa etária na residência (0,2%);

3 pessoas afirmaram possuir sete crianças nessa faixa etária na residência (0,1%);

1 pessoa afirmou possuir dez crianças nessa faixa etária na residência (0,1%);

1 pessoa afirmou possuir onze crianças nessa faixa etária na residência (0,1%);

Entrevistados que não informaram: 1492 pessoas (39,5%).

Nenhum entrevistado afirmou ter 8 e 9 crianças nessas faixas etárias residindo em seus imóveis.

### **Número de adolescente de 12 a 18 anos:**

1086 pessoas afirmaram não possuir adolescentes nessa faixa etária na residência (28,7%);

700 pessoas afirmaram possuir um adolescente nessa faixa etária na residência (18,5%);

193 pessoas afirmaram possuir dois adolescentes nessa faixa etária na residência (5,1%);

50 pessoas afirmaram possuir três adolescentes nessa faixa etária na residência (1,3%);

14 pessoas afirmou possuir quatro adolescentes nessa faixa etária na residência (0,4%);

3 pessoas afirmou possuir cinco adolescentes nessa faixa etária na residência (0,1%);

2 pessoas afirmou possuir seis adolescentes nessa faixa etária na residência (0,1%);

Entrevistados que não informaram: 1730 pessoas (45,8%).

OBS: Devido ao número alto de entrevistados que não informaram (54,8%), subte-se que os mesmos não possuam adolescentes nessa faixa etária na residência, pois as lacunas que deveriam ser preenchidas na pesquisa estavam em branco, não podendo concluir exatamente o total absoluto.

### **Número de idosos:**

985 pessoas afirmaram não possuir idosos na residência (26,1%);

815 pessoas afirmaram possuir 1 idoso na residência (21,6%);

452 pessoas afirmaram possuir 2 idosos na residência (12,0%);

33 pessoas afirmaram possuir 3 idosos na residência (0,9%);

4 pessoas afirmaram possuir 4 idosos na residência (0,1%);

1 pessoa afirmou possuir 5 idosos na residência (0,1%);

Entrevistados que não informaram: 1488 pessoas (39,4%).

OBS: Devido ao número alto de entrevistados que não informaram (39,4%), subentende-se que os mesmos não possuem idosos em residência, pois as lacunas que deveriam ser preenchidas na pesquisa estavam em branco, não podendo concluir exatamente o total absoluto.

#### **Número de pessoas com deficiência:**

1345 pessoas afirmaram não possuir pessoa com deficiência na residência (35,6%);

297 pessoas afirmaram possuir 1 pessoa com deficiência na residência (7,9%);

14 pessoas afirmaram possuir 2 pessoas com deficiência na residência (0,4%);

2 pessoas afirmaram possuir 3 pessoas com deficiência na residência (0,1%);

Entrevistados que não informaram: 2120 (56,1%).

OBS: Devido ao número alto de entrevistados que não informaram (56,1%), subentende-se que os mesmos não possuem pessoas com deficiência na sua residência, pois as lacunas que deveriam ser preenchidas na pesquisa estavam em branco, não podendo concluir exatamente o total absoluto.

Observando-se agora o local onde os entrevistados residem, obteve-se:

#### **Tipo de habitação:**

Pessoas morando em apartamento: 92 (2,4%);

Pessoas morando em casas: 3649 (96,6%);

Pessoas residindo em casas em condomínios fechados: 2 (0,1%);

Pessoas morando em vila de casas (rua sem saída): 10 (0,3%);

Outros tipos de imóveis: 12 pessoas (0,3%).

Entrevistados que não informaram: 13 pessoas (0,3%);

**Estrutura da casa:**

Alvenaria: 3699 pessoas (97,9%);

Barraco: 1 pessoa (0,0%);

Taipa: 3 pessoas (0,1%);

Outro: 9 pessoas (0,2%);

Entrevistados que não informaram: 66 pessoas (1,7%).

Após conhecer as estrutura dos imóveis, o entrevistador continuou seus questionamentos acerca de como os imóveis informados anteriormente são utilizados e para qual finalidade, sendo assim:

**Utilização do imóvel:**

Residência: 3474 pessoas (92,0%);

Residência e comércio: 232 pessoas (6,1%);

Residência e serviço: 56 pessoas (1,5%);

Entrevistados que não informaram: 16 pessoas (0,4%).

**Forma de ocupação:**

Alugada: 682 pessoas (18,1%);

Cedida: 152 pessoas (4,0%);

De herdeiros: 236 pessoas (6,2%);

Própria com escritura: 1478 pessoas (46,3%);

Própria sem escritura: 885 pessoas (23,4%);

Outro: 36 pessoas (1,0%);

Entrevistados que não informaram: 39 pessoas (1,0%).

### **Estrutura familiar dos imóveis**

Avôs com netos: 141 pessoas (3,7%) afirmaram ser avô ou avó e residem com seus netos;

Mães com filhos: 4 pessoas (0,01%) afirmaram possuir família monoparental, sendo a mulher chefe de família;

Pais com filhos: 2.349 (62,2%) pessoas afirmaram residir com cônjuges ou companheiros (as) e filhos;

Tem pessoas que passam alguns dias: 9 (0,2%) afirmaram ter ao menos uma pessoa que não reside em tempo integral no domicílio;

Tios/Tias: 7 (0,2%) afirmaram possuir essa estrutura familiar;

Você ou outra pessoa mora de favor: 42 (1,1%) afirmaram que, ou moram de favor na casa de terceiros, ou uma outra pessoa reside nesta mesma situação na casa do entrevistado;

Outro: 1.051 (27,8%) informaram outras formas de estrutura familiar em suas residências, incluindo família unipessoal;

Concluindo, 175 (3,7%) pessoas não informaram os componentes de seus imóveis.

OBS: Ao observar os números exatos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no qual aproximadamente 35% afirmaram possuir arranjos familiares sendo elas as chefes da família, pode-se concluir que o número obtido na pesquisa de revisão do Plano Diretor diverge da realidade brasileira.

A pesquisa também investigou a questão de fornecimento de água e possíveis desabastecimentos nas residências:

### **Falta água com frequência?**

Sim: 1126 pessoas (29,8%);

Não: 2600 pessoas (68,8%);

Outro: 3 pessoas (0,1%);

Entrevistados que não informaram: 49 pessoas (1,3%).

### **Com que frequência?**

Todo dia: 252 pessoas;

1 vez por semana: 279 pessoas;

2 vezes por semana: 250 pessoas;

3 vezes por semana: 212 pessoas;

Outro: 139 pessoas;

Entrevistados que não informaram: 2646 pessoas;

Observando as estruturas dos imóveis, obteve-se:

### **Número de sala:**

11 pessoas afirmaram não possuir sala na residência (0,3%);

3082 pessoas afirmaram possuir 1 sala na residência (81,6%);

544 pessoas afirmaram possuir 2 salas na residência (14,4%);

53 pessoas afirmaram possuir 3 salas na residência (1,4%);

8 pessoas afirmaram possuir 4 salas na residência (0,2%);

2 pessoas afirmaram possuir 6 salas na residência (0,1%);

1 pessoa afirmou possuir 7 salas na residência (0,0%);

6 pessoas afirmaram que possuem outra quantidade de salas na residência (0,2%);

Entrevistados que não informaram: 71 pessoas (1,9%).

### **Número de quartos**

18 pessoas afirmaram não possuir quarto na residência (0,5%);  
475 pessoas afirmaram possuir 1 quarto na residência (12,6%);  
2132 pessoas afirmaram possuir 2 quartos na residência (56,4%);  
915 pessoas afirmaram possuir 3 quartos na residência (24,2%);  
115 pessoas afirmaram possuir 4 quartos na residência (3,0%);  
24 pessoas afirmaram possuir 5 quartos na residência (0,6%);  
6 pessoas afirmaram possuir 6 quartos na residência (0,2%);  
3 pessoas afirmaram possuir 7 quartos na residência (0,1%);  
1 pessoa afirmou possuir 8 quartos na residência (0,0%);  
2 pessoas afirmaram possuir outra quantidade de quartos na residência (0,1%);  
Entrevistados que não informaram: 87 pessoas (2,3%).

### **Número de cozinha**

19 pessoas afirmaram não possuir cozinha na residência (0,5%);  
3587 pessoas afirmaram possuir 1 cozinha na residência (94,9%);  
70 pessoas afirmaram possuir 2 cozinhas na residência (1,9%);  
1 pessoa afirmou possuir 3 cozinhas na residência (0,0%);  
1 pessoa afirmou possuir 4 cozinhas na residência (0,0%);  
1 pessoa afirmou possuir 5 cozinhas na residência (0,0%);  
Entrevistados que não informaram: 99 pessoas (2,6%).

### **Número de banheiro interno**

64 pessoas afirmaram não possuir banheiro interno na residência (1,7%);

2887 pessoas afirmaram possuir 1 banheiro interno na residência (76,4%);  
563 pessoas afirmaram possuir 2 banheiros internos na residência (14,9%);  
73 pessoas afirmaram possuir 3 banheiros internos na residência (1,9%);  
14 pessoas afirmaram possuir 4 banheiros internos na residência (0,4%);  
7 pessoas afirmaram possuir 5 banheiros internos na residência (0,2%);  
2 pessoas afirmaram possuir 6 banheiros internos na residência (0,1%);  
1 pessoa afirmou possuir 7 banheiros internos na residência (0,0%);  
Entrevistados que não informaram: 167 pessoas (4,4%).

#### **Número de banheiro externo**

1349 pessoas afirmaram não possuir banheiro externo na residência (35,7%);  
395 pessoas afirmaram possuir 1 banheiro externo na residência (10,5%);  
9 pessoas afirmaram possuir 2 banheiros externos na residência (0,2%);  
Entrevistados que não informaram: 2025 pessoas (53,6%).

#### **Número de área de serviço**

626 pessoas afirmaram não possuir área de serviço na residência (16,6%);  
2251 pessoas afirmaram possuir 1 área de serviço na residência (59,6%);  
15 pessoas afirmaram possuir 2 áreas de serviço na residência (0,4%);  
1 pessoa afirmou possuir 4 áreas de serviço na residência (0,0%);  
Entrevistados que não informaram: 885 pessoas (23,4%).

#### **Número de garagem**

860 pessoas afirmaram não possuir garagem na residência (22,8%);  
1618 pessoas afirmaram possuir 1 garagem na residência (42,8%);

7 pessoas afirmaram possuir 2 garagens na residência (0,2%)

2 pessoas afirmaram possuir 3 garagens na residência (0,1%)

Entrevistados que não informaram: 1291 pessoas (34,2%).

Voltando à questão de saneamento básico, a pesquisa constatou:

### **Destino dos dejetos**

Céu aberto: 89 pessoas (2,4%);

Fossa séptica: 300 pessoas (7,9%);

Rede de esgoto: 3259 pessoas (86,3%);

Outro: 63 pessoas (1,7%);

Entrevistados que não informaram: 67 pessoas (1,8%).

### **Coleta de água**

Caixa d'água: 1845 pessoas (48,8%);

Cisterna: 192 pessoas (5,1%);

Não: 976 pessoas (25,8%);

Outro: 541 pessoas (14,3%);

Entrevistados que não informaram: 224 pessoas (5,9%).

### **Destino de lixo**

Coleta domiciliar: 3715 pessoas (98,3%);

Queimado: 15 pessoas (0,4%);

Terreno: 14 pessoas (0,4%);

Outro: 12 pessoas (0,3%);

Entrevistados que não informaram: 22 pessoas (0,6%).

A próxima pergunta indaga o entrevistado se há próximo ao seu imóvel rio ou riacho, caso a resposta fosse positiva, se os mesmos alagam suas residências, sendo assim:

#### **Riacho na área da sua casa ou entorno**

Não: 3206 pessoas (84,9%)

Sim: 380 pessoas (10,1%);

Não sei/ talvez: 129 pessoas (3,4%);

Entrevistados que não informaram: 63 pessoas (1,7%).

#### **Alaga na sua casa ou próximo a ela?**

Não: 3243 pessoas

Sim: 244 pessoas (47,9%)

Entrevistados que não informaram: 291 pessoas

OBS: Porcentagem feita acima das respostas Sim e Não sei/talvez que somam um total de 509 (100%).

Com relação às expressões culturais no Município, mais especificamente nos bairros, perguntou-se:

#### **Conhece atividade cultural no bairro?**

Alaurça: 3 pessoas (0,1%);

Boi: 145 pessoas (3,8%);

Escola de Samba: 67 pessoas (1,8%);

Quadrilha: 376 pessoas (10,1%);

Não conheço: 3032 pessoas (80,3%);

Outro: 117 pessoas (3,1%);

Entrevistados que não informaram: 38 pessoas (1,0%).

Ainda sobre o tema, foi questionado aos participantes onde as referidas atividades culturais acontecem e se, de alguma maneira, essas pessoas sentem falta de algo relacionado às expressões culturais ou artísticas na Cidade. Mais uma vez, como se trata de uma questão aberta, não se pode chegar a uma porcentagem totalizando os valores.

Voltado o olhar para mobilidade, acessibilidade ou arborização nas ruas, os entrevistados puderam informar se há em suas calçadas árvores:

### **Árvore na calçada?**

Não: 2696 pessoas (71,4%);

Sim: 1025 pessoas (27,5%);

Entrevistados que não informaram: 57 pessoas (1,5%).

Levando-se em consideração o conceito de saúde ampliado, a revisão do Plano Diretor quis saber, por meio de sua pesquisa, o que as pessoas fazem para se divertir. Abriu-se algumas alternativas focando em parques municipais e também deixou aberto para que eles pudessem dar maiores informações sobre o que fazem:

### **O que você e sua família fazem para se divertir?**

Balneário: 73 pessoas (1,9%);

Bares/ Restaurantes/ Espetinho: 274 pessoas (7,3%);

Caminhada: 979 pessoas (25,9%);

Futebol: 181 pessoas (4,8%);

Ir para o açude: 3 pessoas (0,1%);

Parque da criança/ Bodocongó: 387 pessoas (10,2%);

Shopping: 295 pessoas (7,8%);

Outros: 1398 pessoas (37,0%);

Entrevistados que não informaram: 188 pessoas (5,0%).

A próxima pergunta explana sobre o uso, seus meios, a finalidade e as máquinas as quais permitem o uso da internet. A entrevista também pontou a opinião sobre a instalação de internet em espaços públicos.

### **Você tem internet na sua casa?**

Não: 860 pessoas (22,8%)

Sim: 2866 pessoas (75,9%)

Entrevistados que não informaram: 52 pessoas (1,4%).

### **Os tipos de internet**

3G ou 4G: 615 pessoas (16,3%)

Banda larga: 2104 pessoas (55,7%)

Fibra ótica: 2 pessoas (0,1%)

Rádio: 56 pessoas (1,5%)

Satélite: 52 pessoas (1,4%)

Outro: 112 pessoas (3,0%)

Entrevistados que não informaram: 837 pessoas (22,2%).

### **Equipamentos para acessar internet**

Celular: 2666 pessoas (70,6%)

Computador: 269 pessoas (7,1%)

Tablet: 4 pessoas (0,1%)

Outro: 63 pessoas (1,7%)

Entrevistados que não informaram: 776 pessoas (20,5%).

### **Finalidade do uso da internet**

Estudo: 898 pessoas (23,8%)

Lazer: 228 pessoas (6,0%)

Redes Sociais: 1235 pessoas (32,7%)

Trabalho: 393 pessoas (10,4%)

Outro: 111 pessoas (2,9%)

Entrevistados que não informaram: 913 pessoas (24,2%).

### **Utiliza internet em espaços públicos?**

Não: 2582 pessoas (68,3%)

Sim: 1035 pessoas (27,4%)

Entrevistados que não informaram: 161 pessoas (4,3%).

Uma das ruas mais conhecidas de Campina Grande, localizada no coração do Município, abriga uma grande movimentação de pedestres e carros durante os dias úteis. Com o objetivo de melhorar esse importante local, foi ouvido da população as seguintes respostas sobre a referida rua:

### **Maciel Pinheiro se transformar em um calçadão?**

Não: 1652 pessoas (43,7%)

Sim: 2025 pessoas (53,6%)

Outro: 12 pessoas (0,3%)

Entrevistados que não informaram: 89 pessoas (2,4%).

Logo após esta, foi aberto aos entrevistados a pergunta de como o centro e a feira central da Cidade podem ser melhorados. Devido às inúmeras respostas

cedidas, não se pode unificar e transformá-las em números exatos. Sugere-se que os interessados façam leituras em uma amostra do arquivo físico das pesquisas (disponível na Secretaria).

Meios de locomoção dos entrevistados:

### **Meio de transporte que você mais usa?**

A pé: 506 pessoas (13,4%);

Bicicleta: 121 pessoas (3,2%);

Carro (próprio): 625 pessoas (16,5%);

Carro por aplicativos: 630 pessoas (16,7%);

Moto (própria): 477 pessoas (12,6%);

Moto táxi: 90 pessoas (2,4%);

Ônibus: 817 pessoas (21,6%);

Ônibus de empresa ou fretado: 286 pessoas (7,6%);

Outro: 176 pessoas (4,7%);

Entrevistados que não informaram: 50 pessoas (1,3%).

### **Número de bicicletas**

1168 pessoas afirmaram não possuir bicicleta (30,9%);

634 pessoas afirmaram possuir 1 bicicleta (16,8%);

92 pessoas afirmaram possuir 2 bicicletas (2,4%);

27 pessoas afirmaram possuir 3 bicicletas (0,7%);

4 pessoas afirmaram possuir 4 bicicletas (0,1%);

3 pessoas afirmaram possuir 5 bicicletas (0,1%);

1 pessoa afirmou possuir 6 bicicletas (0,0%);

1 pessoa afirmou possuir 7 bicicletas (0,0%);

Entrevistados que não informaram: 1848 pessoas (48,9%).

### **Número de carros**

1131 pessoas afirmaram não possuir carro (29,9%);

882 pessoas afirmaram possuir 1 carro (23,3%);

30 pessoas afirmaram possuir 2 carros (0,8%);

8 pessoas afirmaram possuir 3 carros (0,2%);

1 pessoa afirmou possuir 4 carros (0,0%);

1 pessoa afirmou possuir 6 carros (0,0%);

Entrevistados que não informaram: 1725 pessoas (45,7%).

### **Número de motos**

1113 pessoas afirmaram não possuir moto (29,5%);

826 pessoas afirmaram possuir 1 moto (21,9%);

34 pessoas afirmaram possuir 2 motos (0,9%);

2 pessoas afirmaram possuir 3 motos (0,1%);

Entrevistados que não informaram: 1803 pessoas (47,7%).

### **Número de carroça**

1396 pessoas afirmaram não possuir carroça (37,0%);

158 pessoas afirmaram possuir 1 carroça (4,2%);

9 pessoas afirmaram possuir 2 carroças (0,2%);

3 pessoas afirmaram possuir 3 carroças (0,1%)

Entrevistados que não informaram: 2212 pessoas (58,5%).

Com relação à frequência e compra de alimentos necessários ao dia, conclui-se:

### **Local onde compra frutas e verduras?**

Feira Central: 839 pessoas (22,2%);

Feira da Liberdade: 1 pessoas (0,0%);

Feira da Prata: 357 pessoas (9,4%);

Hipermercado: 255 pessoas (6,7%);

Supermercado de bairro: 1941 pessoas (51,4%);

Outro: 335 pessoas (8,9%);

Entrevistados que não informaram: 50 pessoas (1,3%).

### **Onde compra mercearia?**

Delivery: 12 pessoas (0,3%);

Feira Central: 195 pessoas (5,2%);

Feira da Prata: 84 pessoas (2,2%);

Feira/Mercado do bairro: 646 pessoas (17,1%);

Hipermercado: 1117 pessoas (29,6%);

Supermercado de bairro: 1579 pessoas (41,8%);

Outro: 90 pessoas (2,4%);

Entrevistados que não informaram: 55 pessoas (1,5%).

### **Com qual frequência compra frutas e verduras?**

1 vez por mês: 472 pessoas (12,5%);

1 vez por semana: 2602 pessoas (68,9%);

2 vezes por mês: 431 pessoas (11,4%);

2 vezes por semana: 35 pessoas (0,9%);

3 vezes por semana: 13 pessoas (0,3%);

Diariamente: 67 pessoas (1,8%);

Outro: 92 pessoas (2,4%);

Entrevistados que não informaram: 66 pessoas (1,7%).

### **Com qual frequência compra mercearia?**

1 vez por mês: 2545 pessoas (67,4%);

1 vez por semana: 687 pessoas (18,2%);

2 vezes por mês: 311 pessoas (8,2%);

2 vezes por semana: 9 pessoas (0,2%);

3 vezes por semana: 6 pessoas (0,2%);

A cada 2 meses: 9 pessoas (0,2%);

Diariamente: 47 pessoas (1,2%);

Outro: 74 pessoas (2,0%);

Entrevistados que não informaram: 90 pessoas (2,4%).

Questionou-se a frequência que os participantes procuram atendimento médico e onde procuram, sendo assim:

### **Onde vai para atendimento médico?**

Hospitais: 473 pessoas (12,5%);

Policlínicas: 328 pessoas (8,7%);

PSF do bairro: 2671 pessoas (70,1%);

Outro: 248 pessoas (6,6%);

Entrevistados que não informaram: 58 pessoas (1,5%).

OBS: Obteve-se as mais diversas respostas acerca da frequência da procura por atendimento médico, não podendo se reduzir a números.

A pesquisa questionou seus participantes se os mesmos são a favor da construção de mais ciclovias (vias exclusivas para ciclistas) e como eles avaliam o transporte público da Cidade:

### **Você é a favor da construção de mais ciclovias?**

Sim: 3091 pessoas (81,8%)

Não: 246 pessoas (6,5%)

Entrevistados que não informaram: 441 pessoas (11,7%)

Mais uma vez, cada entrevistado externou de maneira diferente a sua avaliação sobre o transporte público, alguns de maneira negativa, outros com sugestões, um número informou não usar este serviço e outros não quiseram opinar.

Para concluir, foi aberto aos participantes, de maneira ampla a seguinte questão: "O que você faria se fosse Prefeito de Campina Grande por um dia?". Pode-se imaginar as mais diversas respostas a este questionamento, alguns com tons revoltados, outros otimistas, outros satisfeitos, outros preocupados, mas, o mais importante foi feito: a população teve a oportunidade de opinar e, de alguma maneira, ser ouvida sobre seus anseios. A pesquisa foi encerrada com as assinaturas dos profissionais que realizaram a enquete e os entrevistados que se propuseram a respondê-la.

#### 4. FORMULÁRIO

Com o objetivo de ampliar a participação popular no processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande, foi elaborado um Formulário Dirigido para receber contribuições da população, durante toda a segunda etapa. Neste formulário, a população foi convidada a compartilhar suas opiniões, sugestões e preocupações em um espaço aberto de contribuição e indicação de anseios, de forma que os participantes pudessem expressar suas ideias de forma ampla e livre.

O formulário abordou uma variedade de temas relevantes para o desenvolvimento urbano, incluindo aspectos socioeconômicos, habitação, expansão urbana, patrimônio cultural, uso e ocupação do solo, desenvolvimento econômico, grandes projetos de impacto, meio ambiente, saneamento ambiental, mobilidade e transporte, desenvolvimento rural sustentável e equipamentos públicos. Isso permitiu uma análise abrangente das preocupações e interesses da comunidade em relação ao Plano Diretor.

A definição desses temas teve como base o documento federal Guia para Elaboração e Revisão do Plano Diretor, de 2022, um dos produtos de cooperação técnica entre os governos Brasileiro e Alemão, no âmbito do Projeto Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil (ANDUS), ao elencar os conjuntos de levantamentos essenciais para a compreensão do território, bem como os eixos temáticos e perguntas norteadoras para a discussão.

A sistematização das contribuições provenientes do formulário demonstra o engajamento por parte da população de Campina Grande no processo de elaboração do Plano Diretor. As contribuições fornecidas são fundamentais para orientar as decisões e diretrizes futuras relacionadas ao desenvolvimento urbano da cidade, refletindo uma variedade de preocupações e interesses, e destacando a importância de uma abordagem inclusiva e participativa na formulação de políticas urbanas.

#### 4.1. APLICAÇÃO DO FORMULÁRIO

As contribuições foram recebidas em formulário próprio da seguinte forma: através de Formulário Impresso, disponível no setor de protocolo da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), com endereço na Rua Nossa Senhora de Lourdes, 85, Jardim Tavares, Campina Grande/PB, CEP 58.402-045, devendo este ser preenchido e entregue durante a Etapa de Leitura Territorial; e através de Formulário Eletrônico, disponível no sítio eletrônico oficial do processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande, devendo este ser preenchido e entregue durante a Etapa de Leitura Territorial.

Os participantes foram solicitados a fornecer suas informações pessoais, incluindo nome, bairro, cidade, estado, e-mail e telefone, de forma a permitir uma identificação clara do contribuinte, facilitando o contato para possíveis esclarecimentos adicionais. Ademais, ficou estabelecido que somente seriam sistematizadas as contribuições apresentadas nos meios acima descritos (Formulário Impresso ou Formulário Eletrônico), com a devida identificação do proponente no campo cabível. As propostas sem identificação seriam recebidas, mas não seriam sistematizadas, no entanto, todas as contribuições recebidas encontravam-se devidamente identificadas.

Destaca-se que, no intuito de preservar o respeito e a urbanidade, seriam descartadas as contribuições com palavras de baixo calão, comentários jocosos, ofensivos ou provocativos a quem quer que seja. Também serão descartadas perguntas que contenham ofensas pessoais/nominais, frases consideradas ofensivas à opinião pública (sejam elas direcionadas ou não a algo ou alguém), xingamentos, ameaças, acusações mentirosas ou infundadas, bem como comentários que sejam caracterizados como correntes, propagandas ou façam apologia ou incitem a violência ou atos que ferem a lei brasileira. Solicitou-se ainda que os proponentes fizessem as colocações de maneira objetiva.

Foram recebidas 22 contribuições pelo formulário. Todas as contribuições que respeitaram as regras dispostas foram sistematizadas e servirão como apoio para o processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande.

#### **4.2. SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES POR FORMULÁRIOS**

A sistematização das contribuições por formulários teve como objetivo realizar um apanhado sob o olhar técnico das contribuições enviadas através dos formulários disponibilizados, a fim de delimitar as sugestões e propostas que mais pudessem contribuir com o processo de revisão do Plano Diretor. Foram observadas aquelas que mais se repetiam nas respostas do formulário e as que mais se aproximavam daquilo que é contemplado no âmbito de um Plano Diretor, para que essa sistematização possa auxiliar nas etapas seguintes quanto à pactuação de diretrizes que efetivamente sejam capazes de solucionar os problemas manifestados.

##### **Habitação**

Meio de contribuição: [Formulário Eletrônico](#)

##### **Problemáticas**

Funcionários públicos que não possuem casa própria.

##### **Potencialidades**

A comodidade de ter seu lar e poder sentir-se mais confortável e seguro.

##### **Propostas**

Implementar plano habitacional para funcionários e prestadores de serviços públicos que ainda não possuem imóvel próprio.

## **Expansão Urbana**

Meio de contribuição: [Formulário Eletrônico](#)

### **Problemáticas**

Ao construir os condomínios em áreas de mata (caatinga) têm-se a expulsão de animais; agride-se o meio ambiente e não se repõe uma outra planta no lugar; os condomínios privados não colocam uma única árvore dentro de seus muros; muros de ponto cego.

### **Potencialidades**

Construção de uma cidade mais sustentável.

### **Propostas**

Prever indicações de conformidade com o meio ambiente e o clima da região quanto à construção de condomínios.

## **Desenvolvimento econômico**

Meio de contribuição: [Formulário Eletrônico](#)

### **Problemáticas**

Barracas de comércio, como bares, açougues, padarias, num ambiente que fica em frente ao condomínio, de forma desorganizada.

### **Potencialidades**

A prefeitura tem como potencializar estruturalmente através de uma praça.

### **Propostas**

Fazer uma praça com quiosques padronizados.

## **Meio ambiente**

Meio de contribuição: [Formulário Impresso](#) e [Formulário Eletrônico](#)

### **Problemáticas**

Manejo populacional ético de cães e gatos (Plano municipal); bem estar animal em relação aos animais de vaquejada e cavalgada; controle populacional de cães e gatos.

### **Potencialidades**

Castração dos animais de rua.

### **Propostas**

Implementar programa de castração de animais de rua, com o intuito de inibir o descontrole de reprodução de cães e gatos e das zoonoses; inserir controle populacional de animais de rua; inserir nas discussões do Plano Diretor a representatividade do direito animal; prever fiscalização em todos os tipos de vaquejada, respeitando as leis existentes; prever parcerias público-privadas com clínicas veterinárias ou garantir a implantação de clínica veterinária pública, para atendimento de animais de rua; prever o controle populacional de animais de rua e punição para abandono e maus tratos; implementar programa de castração de animais de rua.

### **Saneamento ambiental**

Meio de contribuição: [Formulário Eletrônico](#)

### **Problemáticas**

Lixo nas ruas; poluição urbana.

### **Potencialidades**

Melhorar os indicadores de saneamento ambiental, evitando a propagação de determinadas doenças e ocasionando a redução nos gastos com a saúde pública.

### **Propostas**

Implementar programas de conscientização e atividades informativas e educativas para a população sobre geração e descarte correto dos resíduos;

procurar realizar saneamento básico em locais que não tem, como becos para que assim sejam solucionados alguns problemas de saúde.

### **Mobilidade e transporte**

Meio de contribuição: [Formulário Eletrônico](#)

#### **Problemáticas**

As principais vias de acesso ao Centro encontram-se em más condições, com bastante buracos e erosões; vias ainda sem pavimentação, com lama em dias de chuva e poeira em dias de calor; vias com equipamentos de saúde sem acessibilidade.

#### **Potencialidades**

Projetos de arborização para as vias, devido ao aumento da temperatura ambiental; maior potencial de fluir a mobilidade urbana e menos danos materiais e físicos decorrentes de acidentes; boa oferta de transporte público.

#### **Propostas**

Realizar manutenção e recapeamento de principais vias que dão acesso ao Centro; vias com temperatura muito elevada em função da ausência de arborização; pontos de ônibus que não proporcionam um tempo de espera suportável em função da ausência de sombra que permitiria a permanência segura contra os intempéries ambientais; criar projeto de conscientização ambiental para a população e um projeto de plantação de novas árvores para proporcionar melhor qualidade de vida, uma vez que as árvores têm sido cortadas para dar lugar ao asfalto.

### **Desenvolvimento rural sustentável**

Meio de contribuição: [Formulário Eletrônico](#)

#### **Problemáticas**

Não foram identificadas problemáticas.

**Potencialidades**

Os agricultores.

**Propostas**

Incentivar a atividade de agricultura aos pequenos agricultores.

**Equipamentos públicos**

Meio de contribuição: Formulário Eletrônico

**Problemáticas**

Bairros sem creche e escola; falta de praças com academia de saúde para a população; construção e reforma de UBS; praças, parques e avenidas deterioradas; falta de estrutura e organização.

**Potencialidades**

Esporte, lazer e entretenimento para a população.

**Propostas**

Prever a construção de creches e escolas nos bairros que não possuem esses equipamentos de educação; implantação de academia de saúde coberta para a prática esportiva para jovens, adultos e idosos que desejam fazer atividade física ao ar livre; reforma, ampliação e arborização de parques e praças; implementação de mais UBS para atender a população e mais policlínicas.

## 5. OFICINAS PARTICIPATIVAS

As oficinas participativas foram direcionadas a todos os atores envolvidos no processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande, sem restrição de público, mesmo nas consideradas técnicas, e tiveram como objetivo a promoção do debate coletivo acerca dos eixos temáticos, e a identificação das problemáticas e potencialidades da cidade, bem como indicação de propostas para solucionar os problemas identificados.

Para a realização desse debate coletivo, foram elencados conjuntos de levantamentos essenciais para a compreensão do território, bem como definidos eixos temáticos e perguntas norteadoras para a discussão. A execução dessas atividades tiveram como base o documento federal Guia para Elaboração e Revisão do Plano Diretor, de 2022, um dos produtos de cooperação técnica entre os governos Brasileiro e Alemão, no âmbito do Projeto Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil (ANDUS).

A convocação da sociedade civil para a participação nas oficinas ocorreu através de [Editais de Convocação](#) publicados no [sítio eletrônico oficial](#) do processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande. De forma a complementar a mobilização popular para garantir sua efetiva participação, foram efetuadas as ações de comunicação e mobilização, conforme sinalizado na Metodologia Participativa, a exemplo da divulgação através de publicações no [instagram oficial](#) do Plano Diretor, entrevistas de divulgação em rádios pelo Comitê Gestor, articulação com lideranças locais, e passagem de carro de som em determinadas localidades.

Em concordância com o que foi pactuado coletivamente através da Metodologia Participativa, foram idealizadas inicialmente 40 oficinas participativas, sendo 13 Oficinas Técnicas e 27 Oficinas Comunitárias. As Oficinas Comunitárias, por sua vez, estavam divididas em dois grupos, Oficinas Comunitárias de Bairros e Oficinas Comunitárias Regionais, de forma

a atender melhor a população, e chegar em todos os bairros da cidade. As Oficinas Técnicas e Comunitárias ocorreram durante todo o mês de março, tendo início na data 5 de março de 2024, e sendo finalizadas na data 23 de março de 2024.

Contudo, conforme o andamento do processo, foi idealizado, pelas comissões que estão à frente do processo de revisão, a realização de um quarto tipo de oficina participativa, os Workshops, com o objetivo de complementar a participação popular e dar ênfase aos grupos, segmentos e entidades que não puderam, por diversos motivos, se fazerem presentes nas oficinas participativas previstas. Essa complementação, por sua vez, permitiu um alcance maior quanto à participação popular, ficando acordado pelas comissões da estrutura organizativa da revisão do processo, sobretudo pelo Conselho Deliberativo, que este espaço adicional de escuta deveria ser efetivado durante o período de um mês, entre 25 de março e 25 de abril de 2024.

## 5.1. TIPOS DE OFICINA PARTICIPATIVAS

Foram realizadas 20 Oficinas Comunitárias de Bairros, 7 Oficinas Comunitárias Regionais, 13 Oficinas Técnicas, e 12 Workshops, totalizando 52 oficinas participativas com a população.

**Oficinas Comunitárias de Bairro:** espaços de debate entre os moradores das localidades contempladas e os técnicos a frente da revisão do Plano Diretor, com o objetivo de envolver os moradores do bairro e os líderes comunitários na discussão e na tomada de decisões sobre o desenvolvimento e a melhoria de seu bairro e, conseqüentemente, da cidade, a partir de sua visão única. Oficinas realizadas com grupos menores de bairros, para uma escuta mais sensível e mais próxima aos anseios do cidadão, sobretudo sobre o seu bairro. Foram estabelecidos 20 agrupamentos de bairros para a realização

dessas oficinas. A convocação para esse tipo de oficina ocorreu através do [Edital de Convocação nº 002/2024](#).

**Oficinas Comunitárias Regionais:** espaços de debate que se assemelham às Oficinas Comunitárias de Bairro no formato, porém abrangem uma área geográfica mais ampla, de forma a ouvir a população no que tange às questões que transpassam as barreiras dos bairros. Assim como nas oficinas comunitárias de bairro, o objetivo das oficinas regionais é promover a participação cidadã no processo de elaboração ou revisão do plano diretor, garantindo que as políticas e diretrizes estabelecidas reflitam as necessidades da comunidade em níveis mais amplos. Foram estabelecidas 7 regionais para a realização dessas oficinas, sendo elas quatro delas agrupamentos de bairros nas regiões norte, sul, leste e oeste da cidade, e as outras três nos distritos de Catolé de Boa Vista, São José da Mata e Galante. A convocação para esse tipo de oficina ocorreu através do [Edital de Convocação nº 003/2024](#).

**Oficinas Técnicas:** espaços de debate entre agentes técnicos, a exemplo de profissionais da saúde, arquitetos e urbanistas, engenheiros, ambientalistas, entre outros profissionais e técnicos que podem contribuir com o planejamento urbano a partir de sua experiência de vivência da cidade e de conhecimento técnico, através de discussões que tem como objetivo de discutir e analisar questões específicas relacionadas ao desenvolvimento urbano. Ao reunir especialistas e profissionais qualificados, sem restringir a participação da sociedade civil em geral, as oficinas técnicas contribuem para garantir que a revisão do Plano Diretor seja embasada em conhecimento técnico sólido e reflita as melhores práticas no campo do planejamento urbano. Foram estabelecidos 13 Eixos Temáticos para a realização dessas oficinas. A convocação para esse tipo de oficina ocorreu através do [Edital de Convocação nº 004/2024](#).

**Workshops:** espaços de debate com os grupos, segmentos e entidades que não puderam, por diversos motivos, se fazerem presentes nas oficinas

participativas previstas, com o objetivo de complementar a participação popular. Esse tipo de oficina proporcionou momentos adicionais de contribuição e participação popular, tendo sido pactuada e planejada pelas comissões que estão à frente do processo de revisão do Plano Diretor, sobretudo pelo Conselho Deliberativo. Foram estabelecidos 12 segmentos com os quais seriam realizados estes workshops. Sendo espaços adicionais, não previstos no Regimento Geral do Processo, a convocação para esse tipo de oficina ocorreu em contato direto com os grupos, segmentos e entidades.

## 5.2. EIXOS TEMÁTICOS E PERGUNTAS NORTEADORAS

A definição dos Eixos Temáticos e a definição de Perguntas Norteadoras para a discussão teve como base o documento federal Guia para Elaboração e Revisão do Plano Diretor, de 2022, um dos produtos de cooperação técnica entre os governos Brasileiro e Alemão, no âmbito do Projeto Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil (ANDUS). Esse documento tem servido como base metodológica para o processo de revisão do Plano Diretor de Campina Grande. Neste tópico, portanto, apresenta-se os Eixos Temáticos e suas respectivas Perguntas Norteadoras, os quais foram utilizados nas oficinas participativas para guiar as discussões. Salienta-se que os trechos elucidando cada Eixo Temático foram retirados do Guia para Elaboração e Revisão do Plano Diretor, com poucas adaptações.

### Eixos Temáticos

1. Habitação
2. Expansão urbana
3. Dinâmica imobiliária
4. Segurança
5. Qualidade urbana e ambiental
6. Patrimônio cultural
7. Uso e ocupação do solo
8. Desenvolvimento econômico

9. Grandes projetos de impacto
10. Meio ambiente
11. Saneamento ambiental
12. Mobilidade e transporte
13. Desenvolvimento rural sustentável
14. Equipamentos públicos
15. Turismo
16. Áreas de risco à vida
17. Financiamento do desenvolvimento urbano

**Habitação:** o objetivo fundamental do Plano Diretor é estabelecer de que forma a propriedade cumprirá sua função social, a fim de garantir o acesso à terra urbanizada e regularizada e de reconhecer a todas as pessoas o direito à moradia e aos serviços urbanos. Portanto, o Plano Diretor deve incidir diretamente nas diretrizes da política habitacional, induzindo a ocupação e a produção habitacional em áreas dotadas de infraestrutura, democratizando o acesso ao solo urbano e à cidade.

#### Perguntas norteadoras sobre Habitação

1. O município possui assentamentos precários irregulares sem infraestrutura básica (favelas, loteamentos, conjuntos habitacionais)?
2. O município apresenta população de baixa renda ou povos e comunidades tradicionais, cuja permanência em seus bairros ou territórios está sob ameaça de remoção ou substituição?
3. O município apresenta déficit habitacional, sobretudo para população de baixa renda?
4. O município apresenta população de baixa renda vivendo em áreas de risco?
5. O município apresenta concentração de moradias precárias em áreas centrais ou dotadas de infraestrutura (como cortiços e ocupações)?

**Expansão urbana:** é dever do Plano Diretor promover o desenvolvimento e o direcionamento da expansão urbana ambientalmente equilibrada e de forma socialmente justa quanto à distribuição dos benefícios e ônus decorrentes deste processo de urbanização, reconhecendo o contexto da cidade. Deve-se ter por objetivo garantir uma expansão urbana compatível com a infraestrutura existente e com a prevista, bem como com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do município.

#### Perguntas norteadoras sobre Expansão urbana

1. O município apresenta avanço da ocupação urbana sobre áreas de transição urbano-rural ou sobre áreas rurais?
2. O município apresenta restrição de área para expansão urbana?
3. O município possui ocupações de perfil urbano fragmentadas, dispersas ou descontínuas em território urbano ou rural?
4. O município necessita prever áreas para construção ou ampliação de equipamentos para mobilidade e transporte, como terminais rodoviários municipais e intermunicipais, ou estações de trem, entre outros?
5. O município possui intensa atividade imobiliária, nos quais os empreendimentos isolados ou em seu conjunto causam impacto na infraestrutura existente (condomínios horizontais ou verticais, loteamentos, dentre outros)?

**Dinâmica imobiliária:** no âmbito do Plano Diretor, deve ser compreendida como o processo que contribui para a produção do espaço urbano por meio da construção de imóveis. É importante compreender a dinâmica no território de forma a garantir uma regulação compatível com a realidade local, orientando o setor privado para uma produção compatível ao disposto na política de desenvolvimento urbano municipal e sua visão de futuro por meio dos instrumentos claros que induzam para o cenário proposto.

#### Perguntas norteadoras sobre Dinâmica imobiliária

1. O município possui vazios urbanos (imóveis ou glebas)?
2. A dinâmica imobiliária no município tem alterado o perfil da população, o uso e/ou a morfologia urbana?
3. O valor de aluguéis ou de venda de imóveis no município é incompatível com o perfil de renda da população?
4. O município possui baixa dinâmica imobiliária, com predominância da atuação de empresas locais da construção civil ou produção da própria moradia?
5. O município possui intensa atividade imobiliária, ou seja, possui empreendimentos que causam isolados ou em seu conjunto impacto na infraestrutura existente (condomínios horizontais ou verticais, loteamentos, dentre outros)?

**Segurança:** para o Plano Diretor, do ponto de vista territorial e da política de desenvolvimento urbano, é necessário avançar no debate acerca da violência urbana, que se apresenta nos equipamentos e espaços públicos e que retroalimenta as dinâmicas sociais e de uso e ocupação do território. Como garantia do direito à cidade e de modo integrado a outras ações governamentais, o planejamento urbano deve contribuir na construção de um espaço público mais equilibrado e seguro.

#### Perguntas norteadoras sobre Segurança

1. O município possui áreas públicas (ruas, praças, áreas verdes) ou regiões com alta concentração de ocorrências relacionadas à segurança pública?
2. O município possui áreas vazias ou degradadas, pontos viciados de lixo e/ou descarte irregular?
3. O município possui demanda para construção de novos equipamentos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer, segurança pública, entre outros?

**Qualidade urbana e ambiental:** é dever do Plano Diretor compreender os atributos e as especificidades relacionados ao território em que o município se insere, como relevo, bioma, clima e paisagem urbana e ambiental, bem como as condições de mobilidade e acessibilidade, de morfologia urbana, de temperaturas e na vivência dos espaços públicos pela população. Deve-se aproximar-se de algumas das condições que contribuem para uma melhoria da qualidade do meio urbano, considerando também o meio ambiente em que se insere.

#### Perguntas norteadoras sobre Qualidade urbana e ambiental

1. O município carece de melhorias das condições de qualidade ambiental em seu território (ilhas de calor, drenagem e arborização, entre outras)?
2. O município deseja adequar sua morfologia e seu desenho urbano à infraestrutura prevista ou existente e/ou às condicionantes ambientais, climáticas e territoriais (como a relação entre edificação e calçadas ou outros espaços livres)?
3. No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos nos trajetos cotidianos?
4. Os serviços ecossistêmicos (provisão, regulação e cultura) do município se encontram ameaçados ou precisam ser fortalecidos em seu território?

**Patrimônio cultural:** para o Plano Diretor, o patrimônio cultural deve ser entendido a partir de uma leitura que não abrange somente a edificação ou a paisagem como testemunho de um momento histórico, mas as relações que os bens naturais e culturais guardam entre si, considerando as dinâmicas políticas, culturais e sociais do presente. A compreensão sobre o que é interesse de preservação deve também ser estabelecida de forma ativa pela sociedade, de forma a garantir a participação e o envolvimento de diversos setores e agentes da sociedade.

### Perguntas norteadoras sobre Patrimônio cultural

1. O município deve reconhecer ou possibilitar a preservação de bens imóveis ou áreas de relevância histórica, cultural, natural e paisagística?
2. O município apresenta necessidade de dinamização urbana e/ou econômica de áreas centrais ou históricas?
3. Os serviços ecossistêmicos (provisão, regulação e cultura) do município se encontram ameaçados ou precisam ser fortalecidos em seu território?

**Uso e ocupação do solo:** para o Plano Diretor, a leitura do uso do solo deve compreender a cidade real, conformada por seus padrões de uso e ocupação derivados da realidade e dos conflitos resultantes da desigualdade, das condições de renda, e do acesso à terra urbanizada, bem como do funcionamento dos mercados imobiliários urbanos. São as relações estabelecidas nos trajetos cotidianos, bem como as condições de acesso à equipamentos e bens e serviços urbanos, da qualidade e precariedade urbana, que nos dão parâmetros para qualificar as questões que envolvem o uso real do solo.

### Perguntas norteadoras sobre Uso e ocupação do solo

1. No município há distâncias e/ou tempo de deslocamento excessivos nos trajetos cotidianos?
2. O município apresenta perda populacional em áreas centrais e/ou bem infraestruturadas?
3. O município apresenta áreas com incompatibilidade entre parâmetros de uso e ocupação do solo em relação à cidade existente e suas novas ocupações?
4. No município há áreas que apresentam problemas de incomodidade e conflitos de vizinhança?

5. O município possui fontes de emissões de Gases e Efeitos Estufas (GEE) que deseja adaptar ou mitigar (Energia, Uso do Solo, Agropecuária, Resíduos e Indústrias)?
6. O município possui intensa atividade imobiliária, ou seja, possui empreendimentos que causam isolados ou em seu conjunto impacto na infraestrutura existente (condomínios horizontais ou verticais, loteamentos, dentre outros)?

**Desenvolvimento econômico:** para o Plano Diretor, seja qual for a tendência econômica de um município (rural, extrativista, turístico, industrial, comercial ou de serviços, entre outros), deve-se atender às expectativas de estimular atividades econômicas que empreguem a população e contribuem para a arrecadação municipal, que, por sua vez, financia as políticas setoriais. No entanto, diversos aspectos relativos à dinâmica econômica não são restritos ao município em si, pois estão sujeitos a dinâmicas regionais, nacionais e, não raramente, internacionais. Diante de tão diversa gama de fatores de influência, no âmbito do Plano Diretor, os municípios podem prever estratégias e instrumentos que deem as condições regulamentares de instalação e regularização de atividades econômicas, além de estímulos urbanísticos e fiscais para contribuir com a atração de novas empresas e os investimentos em infraestrutura necessários para o fortalecimento de algumas localidades, visando produzir um espaço urbano dinâmico e sustentável. Além disso, é responsabilidade do município garantir, através de planejamento estratégico e de mecanismos adequados, que o necessário desenvolvimento econômico se dê em alinhamento com a proteção do meio ambiente e a mitigação da mudança climática.

#### Perguntas norteadoras sobre Desenvolvimento econômico

1. O município possui vazios urbanos (imóveis ou glebas)?
2. A dinâmica imobiliária no município tem alterado o perfil da população, o uso e/ou a morfologia urbana?

3. O valor de aluguéis ou de venda de imóveis no município é incompatível com o perfil de renda da população?
4. O município possui baixa dinâmica imobiliária, com predominância da atuação de empresas locais da construção civil ou produção da própria moradia?
5. O município possui intensa atividade imobiliária, ou seja, possui empreendimentos que causam isolados ou em seu conjunto impacto na infraestrutura existente (condomínios horizontais ou verticais, loteamentos, dentre outros)?

**Grandes projetos de impacto:** é dever do Plano Diretor compreender que a instalação de grandes projetos de impacto coloca sob risco bairros ou mesmo municípios inteiros. Além de poder contribuir de forma significativa para o aumento de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e demais gases poluentes. O Plano Diretor será de importância para empreendimentos existentes e ainda não existentes, a exemplo da criação de procedimentos para licenciamento ambiental e previsão de recursos fundiários para reassentamentos que venham a ser necessários em caso da ocorrência desses empreendimentos.

#### Perguntas norteadoras sobre Grandes projetos de impacto

1. O município possui ou está localizado em áreas de influência de grandes projetos de impacto ambiental, como barragens, hidrelétricas, mineração e pedreiras, entre outras?
2. O município possui atividades extrativistas no seu território?
3. O município possui ou prevê a instalação de grandes complexos industriais de impacto urbano ou ambiental?
4. O município possui ou prevê grandes equipamentos urbanos de impacto relacionados à mobilidade e ao transporte, como terminais, aeroportos, aeródromos, portos e/ou rodoviárias, entre outros?
5. O município possui ou prevê grandes projetos de reestruturação ou requalificação urbana e/ou ambiental?

6. O município possui fontes de emissões de Gases e Efeitos Estufas (GEE) que deseja adaptar ou mitigar (Energia, Uso do Solo, Agropecuária, Resíduos e Indústrias)?

**Meio Ambiente:** é dever do Plano Diretor identificar as áreas de importância ambiental e que exercem uma ou mais funções ecossistêmicas para o município, tais como as áreas de conservação e preservação ambiental, os parques e praças, e as áreas de preservação permanente. Deve-se, portanto, trazer um olhar sobre como orientar o desenvolvimento urbano de forma a aprimorar a gestão ambiental e promover a recuperação ambiental, estimulando a conservação e a preservação de áreas ambientais relevantes.

#### Perguntas norteadoras sobre Meio Ambiente

1. O município está integral ou grandemente inserido em área de preservação ambiental e/ou de proteção de mananciais com necessidade de conciliar a preservação ambiental e o desenvolvimento urbano e econômico local?
2. O município carece de novos parques, praças e/ou da estruturação de áreas verdes públicas, constituindo um sistema de áreas verdes?
3. O município apresenta situações de avanço da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis, como mananciais, matas, manguezais e APPs, entre outras?
4. O município precisa promover melhor utilização dos recursos hídricos?
5. O município deseja evitar ou mitigar a degradação ambiental e recuperar áreas já degradadas?
6. Os serviços ecossistêmicos (provisão, regulação e cultura) do município se encontram ameaçados ou precisam ser fortalecidos em seu território?
7. O município possui fontes de emissões de Gases e Efeitos Estufas (GEE) que deseja adaptar ou mitigar (Energia, Uso do Solo, Agropecuária, Resíduos e Indústrias)?

**Saneamento ambiental:** é dever do Plano Diretor compreender e garantir o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações que visam promover o saneamento básico por meio do abastecimento de água potável, do esgotamento sanitário e do manejo de resíduos sólidos, da drenagem do solo e das águas pluviais somados a aspectos relacionados à poluição do ar e poluição sonora.

#### Perguntas norteadoras sobre Saneamento ambiental

1. O município precisa universalizar o acesso à água potável e ao esgotamento sanitário?
2. O município apresenta dificuldades em coletar, triar e destinar seus resíduos sólidos?
3. O município apresenta alagamentos decorrentes de problemas de drenagem urbana e de ocupação do solo?
4. O município possui fontes de emissões de Gases e Efeitos Estufas (GEE) que deseja adaptar ou mitigar (Energia, Uso do Solo, Agropecuária, Resíduos e Indústrias)?

**Mobilidade e transporte:** no âmbito do Plano Diretor, a mobilidade urbana é central para o planejamento e orientação das dinâmicas urbanas dentro do município. As políticas territoriais demandam a gestão integrada, considerando as interrelações regionais, dos instrumentos de planejamento de transporte e da regulação do uso e ocupação do solo. No âmbito do Plano Diretor cabe diretrizes para a formulação de uma política municipal de mobilidade voltada ao desenvolvimento de uma cidade mais inclusiva e segura, capaz de assegurar o direito à livre circulação de pessoas, independente de sua raça, idade, gênero, classe social ou restrições físicas.

#### Perguntas norteadoras sobre Mobilidade e transporte

1. O município apresenta situações de dificuldade de deslocamento, como ausência ou deficiência de transporte público, trânsito intenso, congestionamento, barreiras urbanas, entre outros?
2. No município há distâncias e/ou tempos de deslocamento excessivos nos trajetos cotidianos?
3. O município tem necessidade de ampliação dos deslocamentos por modos não motorizados, como a pé ou em bicicletas, e de melhoria das condições de calçadas, estruturas cicláveis, microacessibilidade e acessibilidade?
4. O município possui fontes de emissões de Gases e Efeitos Estufas (GEE) que deseja adaptar ou mitigar (Energia, Uso do Solo, Agropecuária, Resíduos e Indústrias)?

**Desenvolvimento rural sustentável:** no âmbito do Plano Diretor, é importante aprofundar a compreensão do que entendemos por rural, ampliando a compreensão sobre a pluralidade de funções exercidas nos territórios delimitados como perímetros rurais. As políticas de desenvolvimento sustentável devem abordar os vínculos entre o urbano e o rural, endereçando propostas à melhoria das condições específicas da ruralidade. Relações de interdependências, importância de se compreender as expressões de vida nos territórios rurais, resguardadas as distinções entre o periurbano e o rural, propriamente dito. É preciso avançar no entendimento do sistema alimentar enquanto função pública de interesse comum nas cidades organizadas em rede, e promover ações articuladas de planejamento, entre as quais a promoção dos circuitos curtos e da agricultura local.

#### Perguntas norteadoras sobre Desenvolvimento rural sustentável

1. Município apresenta desarticulação entre sua produção rural e o abastecimento e consumo urbano de alimentos?
2. O município apresenta avanço da ocupação urbana sobre áreas de transição urbano-rural ou sobre áreas rurais?

3. O município deseja estimular sua produção rural e/ou possui áreas rurais sem uso ou improdutiva?
4. O município apresenta situações de conflito entre a produção rural e a conservação do meio ambiente?
5. O município possui atividade rural ou extrativista próspera e necessita ampliar essas áreas e/ou de controlar seus impactos urbanos e ambientais?
6. Os serviços ecossistêmicos (provisão, regulação e cultura) do município se encontram ameaçados ou precisam ser fortalecidos em seu território?
7. O município possui fontes de emissões de Gases e Efeitos Estufas (GEE) que deseja adaptar ou mitigar (Energia, Uso do Solo, Agropecuária, Resíduos e Indústrias)?

**Equipamentos públicos:** no âmbito do Plano Diretor, o Estatuto da Cidade estabelece como diretriz a necessidade de estabelecer uma política de investimentos públicos baseada na equidade e na universalização do acesso aos serviços e equipamentos públicos, que também devem garantir desenho universal. A distribuição e o acesso a equipamentos públicos compõem uma condição essencial para que a população possa exercer o direito à cidade.

#### Perguntas norteadoras sobre Equipamentos públicos

1. O município possui demanda para construção de novos equipamentos públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer, segurança pública, entre outros?
2. O município necessita prever áreas para construção ou ampliação de equipamentos para mobilidade e transporte, como terminais rodoviários municipais, intermunicipais e estações de trem, entre outros?

**Turismo:** para o Plano Diretor, os Atrativos Turísticos são elementos naturais e culturais com força potencial de atração de turistas, cujo valor reside em

características objetivas e subjetivas que lhes conferem autenticidade, genuinidade, diferenciação e sustentabilidade. Para transformar estes recursos em atrativos, de modo a constituírem roteiros e produtos turísticos, deve-se avançar na compreensão e na singularidade de cada segmento e de cada região, visando a construção de um turismo sustentável.

#### Perguntas norteadoras sobre Turismo

1. O município possui áreas naturais e/ou protegidas com potencial para o desenvolvimento de turismo ambiental sustentável?
2. O município busca promover o desenvolvimento turístico de forma articulada à preservação cultural?
3. O município possui turismo sol e praia com necessidade de melhoria e ampliação da infraestrutura instalada?
4. O município busca a promoção e melhoria do turismo de negócios e de eventos relacionados à dinâmica urbana?

**Áreas de risco à vida:** para o Plano Diretor, são áreas que frequentemente apresentam solo com fragilidades geotécnicas, que, somadas às formas inadequadas de corte e de aterro, intensificam a possibilidade de deslizamentos e escorregamentos de terra. Ações de mitigação podem ser previstas e articuladas entre si no Plano Diretor, integrando, assim, a política municipal de desenvolvimento urbano, visando a construção de uma cidade mais justa, equilibrada e sustentável.

#### Perguntas norteadoras sobre Áreas de risco à vida

1. O município possui ocupações humanas em áreas de risco à vida, tais como risco de enchentes, deslizamentos e outros?
2. O município possui ou está localizado em áreas de influência de grandes projetos de impacto ambiental, como barragens, hidrelétricas, mineração e pedreiras, entre outros?

**Financiamento do desenvolvimento urbano:** é dever do Plano Diretor compreender que as legislações urbanísticas que regem as formas de uso, de ocupação e de parcelamento do solo também influenciam o valor imobiliário e as possibilidades de realização da renda fundiária, na medida em que determinam os limites, os critérios e as condições de aproveitamento social, construtivo e econômico dos imóveis. De modo geral, os imóveis sujeitos a parâmetros urbanísticos que possibilitam aproveitamento mais intensivo do solo são mais valorizados.

Perguntas norteadoras sobre Financiamento do desenvolvimento urbano

1. O município necessita viabilizar recursos para investimento público e apresenta diminuta arrecadação tributária própria (baixa arrecadação com IPTU, por exemplo)?
2. O município tem necessidade de recursos e financiamento para desenvolvimento urbano (infraestrutura, habitação, equipamentos)?

### 5.3. APLICAÇÃO DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS

As oficinas participativas foram direcionadas a todos os atores envolvidos no processo, sem restrição de público, mesmo nas consideradas técnicas, e tiveram como objetivo a promoção do debate coletivo acerca dos eixos temáticos, e a identificação das problemáticas e potencialidades da cidade, bem como indicação de propostas para solucionar os problemas identificados. Dessa forma, foi necessário estruturar a oficina em torno de uma dinâmica que contemplasse todos os presentes, embora, quando necessário, tenham sido realizadas adaptações na dinâmica da oficina de acordo com o público e com o andamento da oficina.

**Tabela 09.** Dinâmica das oficinas participativas.

Etapa	Tempo de duração
-------	------------------

Apresentação	15 minutos
Leitura Territorial	60 minutos
Lanche	15 minutos
Momento de Partilha	20 minutos
Encerramento	10 minutos

**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

**Apresentação:** neste momento realiza-se uma explicação sobre as etapas do processo de revisão do Plano Diretor, e indica-se qual a etapa atual; ressalta-se a importância do Plano Diretor, explica-se seus objetivos e a necessidade da participação popular no processo de revisão; e passa-se um vídeo informativo desenvolvido para informar a população acerca do Plano Diretor e seus objetivos e critérios, mantendo uma linguagem acessível a todos.

**Leitura Territorial:** neste momento realiza-se o diagnóstico do município, a leitura do território, no qual o público participante é dividido em grupos para a realização do debate e identificação das problemáticas, indicação das potencialidades, e manifestação de propostas; para guiar o debate, serão apresentadas problemáticas norteadoras, divididas entre os Eixos Temáticos, articulados com base no documento federal Guia para Elaboração e Revisão do Plano Diretor, de 2022, do projeto ANDUS.

**Lanche:** neste momento encerra-se a janela de contribuição da população com um momento de intervalo, após uma hora de interessante debate, no qual é oferecido lanche para os presentes.

**Momento de Partilha:** neste momento os participantes voltam para o espaço de debate, desta vez para compartilhar o que foi discutido nos diferentes grupos; uma pessoa de cada grupo deverá expor as problemáticas, as potencialidades, e as propostas pertinentes que foram observados e anotados pelo grupo.

**Encerramento:** neste momento um membro da Comissão Técnica ou do Comitê Gestor realiza o encerramento da oficina, reiterando a importância da presença e participação da população e agradecendo pela presença dos participantes.

As oficinas participativas foram ministradas pelos profissionais técnicos da Secretaria de Planejamento que são membros do Comitê Gestor e da Comissão Técnica, bem como pela equipe de assistentes sociais também da Secretaria de Planejamento.

#### **5.4. SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES POR OFICINAS PARTICIPATIVAS**

A sistematização das contribuições nas oficinas participativas teve como objetivo realizar um apanhado sob o olhar técnico das contribuições das oficinas participativas, a fim de delimitar as sugestões e propostas que mais pudessem contribuir com o processo de revisão do Plano Diretor. Foram observadas aquelas que mais se repetiam em todas as oficinas e as que mais se aproximavam daquilo que é contemplado no âmbito de um Plano Diretor, para que essa sistematização possa auxiliar nas etapas seguintes quanto à pactuação de diretrizes que efetivamente sejam capazes de solucionar os problemas manifestados.

##### **5.4.1. OFICINAS COMUNITÁRIAS DE BAIRRO**

###### **Oficina Comunitária de Bairro 01**

Local: SAB Jardim Continental

Data: 05 de março de 2024

Hora: 9h

Localidades Contempladas: Jardim Continental, Araxá, Jeremias, e Cuités

**Problemáticas**

Limpeza, estrutura e atendimento de UBS precários; ausência de rede de esgoto e pavimentação em determinadas ruas; falta iluminação, água e equipamentos de lazer; ocorrem alagamentos em determinadas áreas da região.

**Potencialidades**

Coleta de lixo razoável; existe criação de animais para subsistência e venda na região; ambientes com espaços verdes; boa oferta de equipamentos de educação.

**Propostas**

Não foram indicadas propostas.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 01.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária de Bairro 02**

Local: SAB Conceição

Data: 05 de março de 2024

Hora: 18h

Localidades Contempladas: Conceição, Louzeiro e Palmeira

### **Problemáticas**

Ocupação às margens do riacho das piabas, acumulando lixo, entulho, esgoto a céu aberto e causando inundações e potencial risco de contaminação de inúmeras doenças; condições precárias das creches e escolas.

### **Potencialidades**

As nascentes, a mata com árvores e animais exóticos e o barro (matéria prima para Olarias) do Riacho das Piabas.

### **Propostas**

Promover reformas e manutenção dos berçários, creches, escolas; prever a construção de unidades habitacionais para os moradores do entorno do Riacho das Piabas; garantir a coleta de lixo domiciliar e seletiva.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 02.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

### **Oficina Comunitária de Bairro 03**

Local: CREAS Alto Branco

Data: 06 de março de 2024

Hora: 14h

Localidades Contempladas: Alto Branco, Jardim Tavares, Lauritzen e Nações

#### **Nota**

A Oficina Comunitária de Bairro 03 prevista para acontecer no CREAS Alto Branco, tendo como localidades contempladas os bairros Alto Branco, Jardim Tavares, Lauritzen e Nações, não foi realizada em razão da baixa adesão da população. Sem participação popular, essa oficina foi dada por encerrada após 1 (uma) hora de tolerância de espera do público. No entanto, embora a participação da população dessas localidades não tenha sido efetiva nessa oficina em específico, houveram outros momentos abertos para a escuta dos habitantes dessas áreas na oficina regional que também contemplou essas localidades, a Oficina Comunitária Regional 01. Ademais, outros espaços de escuta foram disponibilizados, a exemplo da aplicação de questionário no formato impresso e de formulários de contribuição no formato impresso e digital, com o objetivo de estender os meios de participação popular e ouvir os anseios da população.

### **Oficina Comunitária de Bairro 04**

Local: Clube das Mães José Pinheiro

Data: 05 de março de 2024

Hora: 18h

Localidades Contempladas: Castelo Branco, José Pinheiro, Nova Brasília, Monte Castelo, Santo Antônio, Mirante e Ronaldo Cunha Lima

### **Problemáticas**

Insegurança, má iluminação pública; falta de medicamentos e médicos nos postos de saúde do bairro; ausência de transporte coletivo; esgotamento sanitário ineficiente e presença de lixo no canal.

### **Potencialidades**

Bem servido de comércio e serviço e equipamentos públicos na região, a exemplo de supermercado, hospital, espaços de lazer; proximidade com o Centro e Feira Central.

### **Propostas**

Intensificar policiamento, para promover segurança; promover horta comunitária; implementar infraestrutura e atendimento das UBS; garantir mais ônibus e iluminação nas ruas.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 04.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária de Bairro 05**

Local: SAB Jardim Europa

Data: 06 de março de 2024

Hora: 9h

Localidades Contempladas: Jardim Europa, Glória I, Jardim América, Várzea e Marinho

### **Problemáticas**

Equipamentos públicos como creches, CRAS e SABs concentrados, dificultando o acesso dos demais; faltam agentes de saúde, praças e áreas de lazer; existem casas em áreas de risco.

### **Potencialidades**

Não foram identificadas potencialidades.

### **Propostas**

Promover melhores condições de atendimento nos equipamentos de saúde, a exemplo de contratação de agentes de saúde; prever a construção de equipamentos públicos e praças; promover a regularização das casas em áreas de risco à vida; melhorar a urbanização e a infraestrutura em geral.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 05.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária de Bairro 06**

Local: SAB Vila Cabral

Data: 06 de março de 2024

Hora: 9h

Localidades Contempladas: Vila Cabral, Jardim Itararé, Tropeiros e Santa Terezinha

### **Problemáticas**

Não foram apontadas problemáticas.

### **Potencialidades**

Bem servido de comércio e serviço na região, a exemplo de farmácias; as pessoas do bairro; Complexo Heron Marinho possui integração com o bairro; sentimento de segurança.

### **Propostas**

Prever a implantação de espaços públicos de lazer, a exemplo de praças, e equipamentos de educação, a exemplo de creches e escolas; integrar a Vila Cabral ao Mirante da Serra; ampliar cobertura dos postos de saúde; ampliar a capacidade do cemitério da região; integrar a região com o Centro através de ciclovias.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 06.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária de Bairro 07**

Local: UCES

Data: 06 de março de 2024

Hora: 14h

Localidades Contempladas: São José, Prata e Centro

### **Problemáticas**

Lotes, residências, imóveis, prédios e patrimônio histórico abandonados; ausência de arborização, gerando alta sensação de calor; pouca diversidade de uso dos imóveis, acarretando na ausência de vitalidade urbana durante a noite; péssimas condições de mobilidade e acessibilidade; falta de segurança.

### **Potencialidades**

Espaços para a promoção de atividades culturais à noite; existência de equipamentos de cultura na região; espaços vazios abandonados que permitem a inserção de novos usos na área.

### **Propostas**

Promover uma mobilidade urbana aliada a economia do Centro; implementar zoonoses na Feira da Prata; melhorar a acessibilidade e sinalização das vias da região; criar novos espaços culturais, utilizando os equipamentos de cultura existentes; requalificação da Feira da Prata e da Rodoviária Velha

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 07.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária de Bairro 08**

Local: SAB Catolé

Data: 06 de março de 2024

Hora: 9h

Localidades Contempladas: Catolé, Sandra Cavalcante e Itararé

### **Problemáticas**

Ausência de drenagem e saneamento básico; falta de acessibilidade e de infraestrutura cicloviária; em algumas ruas nunca chegou regularização fundiária; faltam oportunidades de desenvolvimento econômico.

### **Potencialidades**

Coleta de lixo 3 vezes na semana; boa iluminação nas ruas; bem servido de equipamentos de educação e saúde, a exemplo de escolas, creches, postos de saúde e CAPS; existência de praças e parques em alguns bairros da região.

### **Propostas**

Promover regularização fundiária de terrenos e assentamentos irregulares; garantir o calçamento e pavimentação com planejamento de drenagem nas ruas; promover o adensamento urbano misto orientado ao uso do transportes públicos como meio de locomoção na cidade; gerar oportunidades para o desenvolvimento econômico.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 08.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária de Bairro 09**

Local: SAB Cidades (Catingueira)

Data: 07 de março de 2024

Hora: 14h

Localidades Contempladas: Cidades (Catingueira), Três Irmãs, Acácio Figueiredo e Velame

### **Problemáticas**

Acessibilidade e mobilidade precárias; não tem praças públicas, nem espaços de lazer; equipamentos de saúde precários, a exemplo da falta de atendimento; terrenos ociosos sendo usados como espaço de consumo de drogas, provocando uma sensação de insegurança; alagamento em determinadas ruas e ausência de iluminação adequada.

### **Potencialidades**

Comércio forte; artesanato; ONGs de fácil acesso; disponibilidade de terrenos e lotes; coleta de lixo regular; entidades locais realizam trabalhos sociais e mobilizações no bairro.

### **Propostas**

Promover infraestrutura de saneamento básico e de pavimentação nas ruas da região; garantir a construção de equipamentos de lazer, a exemplo de praças e academias; incentivar a cultura; garantir a construção de equipamentos de educação, a exemplo de escolas e creches; garantir a construção de equipamentos de saúde, a exemplo de postos de saúde; aumentar os pontos de iluminação pública e melhorar o policiamento.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 09.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária de Bairro 10**

Local: SAB Tambor

Data: 07 de março de 2024

Hora: 9h

Localidades Contempladas: Tambor e Distrito Industrial

### **Problemáticas**

Iluminação pública nas ruas insuficiente; segurança pública deficitária e não há posto policial na região, o que permite assaltos durante o dia e à noite, causando sensação de insegurança; esgoto a céu aberto e descarte de lixo em terrenos baldios e no esgoto próximo ao canal; construções em áreas de risco à vista no leito do canal causando inundações; PSF insuficiente; equipamentos de lazer, a exemplo de praças, estão deterioradas; péssimas condições de mobilidade urbana e acessibilidade; cobertura de transporte coletivo insuficiente, e nos finais de semana os ônibus só passam até as 18h.

### **Potencialidades**

Água na torneira; construção da ponte sobre o canal; construção de parque linear; geração de empregos; comércios e supermercados locais.

### **Propostas**

Garantir segurança pública para o bairro; promover regularização fundiária nas áreas de invasão; realizar fiscalização e gestão de áreas de risco; desobstruir calçadas para melhor mobilidade urbana.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 10.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária de Bairro 11**

Local: SAB Aluísio Campos

Data: 07 de março de 2024

Hora: 9h

Localidades Contempladas: Aluísio Campos e Ligeiro

### **Problemáticas**

Limpeza urbana ruim; acessibilidade e iluminação pública precárias; insegurança e falta de posto policial; praças se encontram deterioradas; atendimento do posto de saúde é limitado; casas com estrutura comprometida devido a pedreira próxima às residências.

### **Potencialidades**

Creches boas; água e saneamento funcionam; existe CRAS que atende a região; coleta de lixo nos dias previstos.

### **Propostas**

Prever a construção de UPA e policlínica para a região; revitalizar as praças e implantar novos espaços de lazer e parques; incentivos para instalação de indústrias; retirar pedreira; limpar açude da cachoeira; construção de escola estadual de ensino médio.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 11.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária de Bairro 12**

Local: SAB Liberdade

Data: 07 de março de 2024

Hora: 18h

Localidades Contempladas: Liberdade, Jardim Quarenta, Quarenta e Estação Velha

### **Problemáticas**

Há regiões que não possuem equipamentos de saúde, a exemplo de UBS, enquanto outras áreas têm postos de saúde e policlínica; em determinadas áreas não existem comércios e serviços, se resumem a áreas residenciais; algumas áreas não são contempladas por escolas e creches.

### **Potencialidades**

Boa localização na cidade; vasta cultura; Parque da Liberdade; Estação Nova.

### **Propostas**

Prever a construção de nova UBS; fazer cumprir a função social de terrenos e edificações vazios ou subutilizados; melhorar a oferta do transporte público e a organização e planejamento do trânsito; implantar praças e espaços para esporte e cultura; criar o Parque da Estação na Estação Nova; implementar o uso do VLT.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 12.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

### **Oficina Comunitária de Bairro 13**

Local: SAB Santa Cruz

Data: 08 de março de 2024

Hora: 9h

Localidades Contempladas: Santa Cruz, Cruzeiro e Jardim Paulistano

#### **Problemáticas**

Ocorrência de alagamentos em determinadas áreas; terrenos e praças abandonados; acessibilidade precária; falta de creches e de segurança; lentidão no processo de regularização fundiária; UBS e Centro de saúde fechados.

#### **Potencialidades**

Existência de parque linear na região; bem servido de serviços e comércios; crescimento populacional e novos empreendimentos imobiliários; comércio pujante e diversificado; localização privilegiada; áreas livres, a exemplo do Parque Linear, do Canal do Prado e Canal do Distrito.

#### **Propostas**

Prever a ampliação de creches e revitalização das praças; garantir calçadas acessíveis e abrigos em pontos de espera de ônibus; incentivar a função social de terrenos vazios; promover segurança; ampliar os serviços de saúde.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 13.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária de Bairro 14**

Local: SAB Jardim Borborema

Data: 08 de março de 2024

Hora: 9h

Localidades Contempladas: Jardim Borborema, Palmeira Imperial, Ressurreição, Jardim Vitória e Presidente Médici

### **Problemáticas**

Iluminação ruim acarretando falta de segurança; SAB desativada; alagamentos em períodos de chuva; transporte coletivo insuficiente; faltam creches, escolas e áreas de lazer.

### **Potencialidades**

Boa oferta de comércio; bom abastecimento de água; comunidade participativa; coleta de lixo regular.

### **Propostas**

Garantir melhor iluminação e a segurança nas vias; melhorar galerias para escoamento de águas pluviais; prever a construção de creches e escolas para atender a população da região.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 14.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

**Oficina Comunitária de Bairro 15**

Local: SAB Monte Santo

Data: 08 de março de 2024

Hora: 14h

Localidades Contempladas: Monte Santo, Universitário, Bento Figueiredo e Conjunto dos Professores

**Problemáticas**

Problemas de iluminação e segurança pública; calçamento e acessibilidade precários; lixos em terrenos baldios; ausência de UPA, parques e praças; limpeza pública precária.

**Potencialidades**

Horta comunitária; as universidades; feira orgânica na UFPB.

**Propostas**

Não foram indicadas propostas.

**Figura 00.** Registros da oficina comunitária de bairro 15.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária de Bairro 16**

Local: CRAS Pedregal

Data: 08 de março de 2024

Hora: 9h

Localidades Contempladas: Centenário, Bela Vista e Pedregal

### **Problemáticas**

Áreas sem esgotamento sanitário; falta iluminação e policiamento; falta de médicos e medicamentos nos postos de saúde; mobilidade urbana comprometida; canal a céu aberto e áreas de risco com inclinação alta.

### **Potencialidades**

Tem uma escola de futebol; tem movimentos sociais e culturais; tem curso profissionalizante para encanador e eletricista na região.

### **Propostas**

Prever a construção de policlínica na região; promover regularização fundiária; promover o aumento da frota de ônibus; prever a construção de mais creches e a contratação de agentes de saúde para atender a população da região.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 16.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária de Bairro 17**

Local: SAB Santa Rosa

Data: 12 de março de 2024

Hora: 18h

Localidades Contempladas: Santa Rosa, Dinamérica e Bodocongó

### **Problemáticas**

Estrutura física da feirinha do bairro Santa Rosa; nos postos de saúde faltam medicamentos e há demora para marcação de exames; mobilidade urbana.

### **Potencialidades**

SAB da Santa Rosa; Associação de Jovens; Parque Linear em fase de conclusão; CERAST; CEREST; Vaca mecânica que realiza distribuição de leite de soja; INSS; existência de sinalização vertical e horizontal nas vias; Ginásio o Meninão; horta comunitária; feirinha do Santa Rosa; noite cultural, com eventos a exemplo de culturarte, bois de carnaval, blocos de carnaval e banda marcial.

### **Propostas**

Garantir a conclusão das obras em andamento, a exemplo do Parque Linear do Dinamérica e do Canal do bairro Santa Rosa; prever a construção de um centro de esporte, lazer e cultura em terrenos ou edificações que não estão cumprindo sua função social; promover a cobrança do IPTU progressivo para imóveis e terrenos abandonados; promover regularização fundiária.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 17.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária de Bairro 18**

Local: SAB Bodocongó

Data: 12 de março de 2024

Hora: 9h

Localidades Contempladas: Novo Bodocongó, Severino Cabral, Ramadinha, São Januário, Serrotão e Lagoa de Dentro

### **Problemáticas**

Posto de saúde faltam remédio, médico e o atendimento é ruim; transporte público insuficiente; segurança pública ruim; Creches insuficientes; mobilidade: falta acessibilidade para pessoas com deficiência.

### **Potencialidades**

Universidades; indústria de celuloses; Parque do Pólo Calçadista; Centro de Reabilitação ACER.

### **Propostas**

Promover a revitalização do Açude de Bodocongó; promover regularização fundiária, com efetivação e ampliação do processo; implantação de um Fundo Municipal de Interesse Social e implementação de moradias populares priorizando a permanência na região onde residem; garantir segurança pública; prever a construção de creches e espaços de lazer.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 18.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária de Bairro 19**

Local: Estação Cidadania e Cultura

Data: 12 de março de 2024

Hora: 9h

Localidades Contempladas: Malvinas

### **Problemáticas**

Algumas ruas alagam quando chove; atendimentos e estruturas precárias em PSF, Policlínica e postos de saúde; iluminação e saneamento básico ruins; não tem praças, áreas de lazer ou eventos culturais; transporte coletivo insuficiente.

### **Potencialidades**

Estação Cidadania oferece várias atividades; rede grande de supermercados, farmácias e comércio; quadrilha junina no bairro.

### **Propostas**

Prever reforma na policlínica e PSFs; aumentar a frota do transporte público; implantar praças para lazer; incentivar atividades culturais no bairro; implantar iluminação de led nas vias que ainda não possuem essa tecnologia.

Figura 00. Registros da oficina comunitária de bairro 19.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

### **Oficina Comunitária de Bairro 20**

Local: SAB Grande Campina

Data: 13 de março de 2024

Hora: 9h

Localidades Contempladas: Serrotão (área do Trauma), Grande Campina, Chico Mendes e Sonho Meu

### **Nota**

A Oficina Comunitária de Bairro 20 prevista para acontecer na SAB Grande Campina, tendo como localidades contempladas Serrotão (área do Trauma), Grande Campina, Chico Mendes e Sonho Meu, não foi realizada em razão da baixa adesão da população. Sem participação popular, essa oficina foi dada por encerrada após 1 (uma) hora de tolerância de espera do público. No entanto, embora a participação da população dessas localidades não tenha sido efetiva nessa oficina em específico, houveram outros momentos abertos para a escuta dos habitantes dessas áreas na oficina regional que também contemplou essas localidades, a Oficina Comunitária Regional 04. Ademais, outros espaços de escuta foram disponibilizados, a exemplo da aplicação de questionários e da viabilização de formulários de contribuição no formato impresso e digital, com o objetivo de estender os meios de participação popular e ouvir os anseios da população.

## **5.4.2. OFICINAS COMUNITÁRIAS REGIONAIS**

### **Oficina Comunitária Regional 01**

Local: Escola Professor Anísio Teixeira - Rua José Lins do Rego, Palmeira

Data: 09 de março de 2024

Hora: 13h30

Localidades Contempladas: Araxá, Cuités, Jeremias, Jardim Continental, Louzeiro, Palmeira, Alto Branco, Conceição, Lauritzen, Nações, Jardim Tavares

### **Problemáticas**

Abandono de prédios públicos e edificações históricas; existência de uma quantidade elevada de vazios urbanos; falta de proteção e reconhecimento do Parque do Poeta; ocupação de APPs e de potenciais parques; falta de iluminação e pavimentação em determinadas ruas; ausência de água encanada e rede de esgoto em determinados bairros; acúmulo de lixo em terrenos baldios; falta de segurança; problemas de acessibilidade; carência de equipamentos públicos de lazer, educação e saúde que atendam a região; postos de saúde muito centralizados.

### **Potencialidades**

Fauna e flora da região do riacho das piabas; terrenos vazios que podem servir para a construção de equipamentos públicos; prédios com potencial turístico, a exemplo do Centro Déco; potencial cultural através do carnaval de rua; espaços com potencial de requalificação, a exemplo do Açude Velho, Parque do Poeta e Louzeiros.

### **Propostas**

Diversificar o uso do patrimônio cultural; municipalizar do Parque do Poeta; implementar pólos descentralizados nos bairros; explorar a fauna e a flora com a recuperação da área do riacho das piabas e possível exploração de turismo; implementar controle urbano da região com índices e parâmetros construtivos, identificação e cadastramento de imóveis abandonados para aplicação do INST, IPTU progressivo + PEUC; conter a expansão com o controle urbano (promover a ocupação de áreas consolidadas) através do estabelecimento de HIS; regulamentar instrumentos previstos no Plano de 2006; implementar redes de drenagem e de esgotamento sanitário nos bairros que ainda não possuem essa cobertura; promover educação ambiental; identificar e regularizar novas ZEIS, bem como atualizar as existentes.

Figura 00. Registros da oficina comunitária regional 01.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária Regional 02**

Local: Escola Célia Márcia - Rua Tomé de Souza, José Pinheiro, SN

Data: 16 de março de 2024

Hora: 13h30

Localidades Contempladas: São José, Castelo Branco, Santo Antônio, Centro, Prata, José Pinheiro, Monte Castelo, Nova Brasília, Mirante, Ronaldo Cunha Lima, Tropeiros da Borborema, Santa Teresinha

### **Problemáticas**

Falta de segurança na região, agravado pelo posto policial fechado; desmatamento em determinadas áreas (Marinho, Várzea Grande, Cardoso, Arruda); descarte irregular de lixo, de móveis e de materiais de construções em determinadas áreas, como na cachoeira e em terrenos baldios; mobilidade impedida nas calçadas das ruas centrais da região devido aos comércios que avançam sobre o passeio público; existência de assentamentos e condições de moradias precárias; ausência de saneamento básico e de preservação ambiental.

### **Potencialidades**

Não foram identificadas potencialidades.

### **Propostas**

Revisar a taxa de permeabilidade dos lotes e das vias, buscando alternativas que diferem da pavimentação asfáltica; delimitar a zona industrial; promover infraestrutura e saneamento básico nos bairros periféricos; inibir a expansão urbana na Zona Leste da cidade; garantir a preservação e revitalização do Parque do Poeta, da Cachoeira e do Riacho das Piabas; promover adensamento do centro comercial da cidade, incentivando a ocupação de vazios e de edificações subutilizadas; recuperar corpos d'água naturais para auxiliar no escoamento das águas; implementar políticas de melhorias habitacionais e reconhecimento de territórios.

Figura 00. Registros da oficina comunitária regional 02.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

### **Oficina Comunitária Regional 03**

Local: Quadra Poliesportiva da Liberdade - Rua Santa Filomena, 350 Liberdade

Data: 17 de março de 2024

Hora: 13h30

Localidades Contempladas: Quarenta, Jardim Quarenta, Liberdade, Estação Velha, Catolé, Sandra Cavalcante, Vila Cabral, Cruzeiro, Jardim Paulistano, Tambor, Itararé, Jardim Itararé, Distrito Industrial, Aluizio Campos, Velame, Palmeira Imperial, Acácio Figueiredo, Presidente Médici

### **Problemáticas**

Terrenos ociosos que geram insegurança; necessidade de infraestrutura para transporte; grandes distâncias entre os bairros localizados na zona de expansão e a região central da cidade; ausência de equipamentos públicos em geral nos bairros mais afastados da região central da cidade; incompatibilidade entre APPs e cursos de água canalizados; baixo percentual de área verde nas áreas residenciais; ocupação residencial em áreas críticas de risco a vida, nas quais há córregos e escoamento de água; assentamento irregular próximo aos canais no bairro Jardim Paulistano; falta de infraestrutura nos novos conjuntos; invasão de áreas previstas para construção de equipamentos públicos devido a demora para o início das obras; invasão da área residencial do Aluizio Campos pela pedreira; assentamentos irregulares: Favela do Distrito dos Mecânicos (não foi construído o Rômulo Gouveia), Favela Pelourinho, e cortiços no beco da liberdade; insegurança em vias locais em função da ausência de iluminação.

### **Potencialidades**

Potencial para desenvolvimento de turismo ambiental sustentável em áreas como Parque do Poeta e Mata do Louzeiro.

### **Propostas**

Promover adensamento através do uso misto; revisar o código de obras para prever fachadas ativas; criar e regulamentar ZEIS Tipo II; regulamentar os instrumentos IPTU Progressivo e Outorga Onerosa; limitar pavimentação

asfáltica em ruas locais; reativar o modal ferroviário; fortalecer a intermodalidade com transporte ativo, em especial da bicicleta; regularizar APPs; atualizar as lei de limites urbanos com frequência; estabelecer prazos para uso dos terrenos exclusivos para construção de equipamentos públicos; promover turismo relacionado à preservação patrimonial da arquitetura Art Deco; garantir a criação do Conselho Municipal de Habitação; garantir a revisão do Plano de Habitação Municipal.

Figura 00. Registros da oficina comunitária regional 03.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária Regional 04**

Local: Escola Amaro da Costa Barros - Rua Damasco, Santa Rosa, SN

Data: 23 de março de 2024

Hora: 13h30

Localidades Contempladas: Cidades, Santa Cruz, Santa Rosa, Dinamérica, Malvinas, Três Irmãs, Serrotão, Ramadinha, Bodocongó, Pedregal, Centenário, Bela Vista, Monte Santo, Bento Figueiredo, Universitário, Novo Bodocongó, São Januário, Catirina, Lagoa de Dentro

### **Problemáticas**

Assentamentos irregulares em áreas de risco de à vida próximos a córregos, passíveis de deslizamento e sem fiscalização e regularização; projeto Boa Nova: empreendimento de esgotamento sanitário não teve avanço depois desse projeto; Canal do Bodocongó encontra-se poluído, com ocupação nas margens e o passeio público no seu entorno sem manutenção; Parque de Bodocongó e Meninão subutilizados; calçadas sem acessibilidade e irregulares na região, sendo entraves na mobilidade dos pedestres; invasão do entorno da Linha Férrea e da Estação Ferroviária Nova; especulação imobiliária; ausência de infraestrutura de saneamento básico e de escoamento das águas pluviais; lixo à céu aberto na área urbana desocupada próximo à planta da CHESF; carência de transporte coletivo em função da diminuição de linhas e frotas e extinção de antigas linhas; ausência de base policial na região e em locais vulneráveis; carência de equipamentos de educação, sobretudo creches, e equipamentos de esporte e lazer; sensação de insegurança devido a falta de iluminação em praças e ruas.

### **Potencialidades**

Potencial turístico de patrimônios edificados; cooperativa de reciclagem em São Januário e Pedregal; possíveis terrenos na região do Severino para implementação de equipamentos públicos; desenvolvimento de parceria/projeto de responsabilidade socioambiental da empresa com catadores e moradores.

## Propostas

Promover manutenção, revitalização do entorno, e fiscalização ambiental dos açudes, sobretudo do Açude de Bodocongó (Zona de Preservação); reativar o fórum ZEIS e demais conselhos; responsabilizar a Guarda Municipal pela preservação do patrimônio público; regulamentar o parcelamento do solo, de forma a evitar loteamentos irregulares, através de lei complementar; promover programação cultural integrada com os distritos; promover turismo ambiental e turismo histórico-cultural aproveitando os espaços ambientais da cidade e os patrimônios edificados; realocar população que mora em áreas de risco à vida; prever Parceria Público Privada (PPP) para consolidar equipamentos públicos; ampliação do perímetro para blindar Campina Grande da emancipação dos Distritos.

Figura 00. Registros da oficina comunitária regional 04.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária Regional 05**

Local: Mercado Público, PB-100, Galante

Data: 20 de março de 2024

Hora: 18h30

Localidades Contempladas: Distrito de Galante

### **Problemáticas**

Existência de casas de taipa em Várzea do Arroz e Beira da Linha; distribuição de água encanada insuficiente; 90% das habitações são irregulares; equipamentos de educação, sobretudo creches, são insuficientes; estradas de acesso aos sítios precárias; esgotamento sanitário correndo para o açude através da Rua Lafayette Amorim; falta de acessibilidade e pavimentação; grande parcela da população do distrito o utiliza apenas como espaço para dormir, uma vez que 58% dos trabalhadores das localidades de Galante se deslocam para Campina, 10% são da agricultura e o restante são desocupados e funcionalismo público, de acordo com a população; falta de incentivo para instalação de fábricas para desenvolver empregos; falta de feira pública e Mercado Público encontra-se fechado; privatização e assoreamento do açude.

### **Potencialidades**

Área urbana 90% calçada e urbanizada, de acordo com a população; coleta de lixo ocorre normalmente na zona urbana; vocações econômicas na região: produção de fava, milho e feijão, e criação de bovinos e caprinos; território propício para expansão urbana (muitos terrenos disponíveis); Associação de Pescadores; restaurantes fazenda; produção de queijo (potencial de desenvolvimento); grupo de capoeira Ludum (PEP); hortas comunitárias.

### **Propostas**

Realocar das pessoas que vivem em casas de taipa para habitações seguras; ampliar a distribuição de água encanada no distrito; promover o distrito a Núcleo Urbano para permitir propostas de Reurb; restaurar a estação de trem de Galante para permitir a realização de projetos culturais, com criação de

espaços para apresentações culturais; garantir incentivo financeiro para a indústria no distrito; gestão de equipamentos público e culturais; garantir a preservação de Bananeiras da época da fundação de Galante; reativar e incentivar o funcionamento do Mercado Público, o qual funciona apenas durante o São João; indicar área de expansão voltada para o Aluízio Campos e, alternativamente, para Ingá; utilizar a estação de trem (1907) para criação de um museu.

Figura 00. Registros da oficina comunitária regional 05.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária Regional 06**

Local: Escola São Clemente - Rua Arnaldo Luis de Melo, São José da Mata

Data: 21 de março de 2024

Hora: 18h30

Localidades Contempladas: Distrito de São José da Mata

### **Problemáticas**

Assentamentos irregulares com ausência de calçamento nas comunidades mais distantes; loteamentos irregulares e clandestinos, e ausência de cadastro imobiliário; Mata de São João da Mata tombada, porém, não existe fiscalização, permitindo o desmatamento de determinadas áreas; falta mercado público para feirantes; fossa na maioria das casas e esgoto à céu aberto; alagamentos quando chove, dificultando a locomoção entre a zona rural e a zona urbana; contrastes entre núcleo do distrito e áreas rurais; existência de condomínios horizontais fechados sem regularização; aeroclube praticamente desativado; falta de incentivo e sede para as associações locais; ausência de transporte público que atenda a população, com a retirada dos ônibus do sítio Capim Grande e do sítio Tambor, além de a partir de 20h não passar mais ônibus e inexistência de terminais de ônibus; serviços de saúde e educação precários, sem atendimentos e realização de exames nas UBS, e sem iluminação nas escolas.

### **Potencialidades**

Campo D'angola potencial de comércio; artesanato local; desenvolvimento de atividades primárias, uma vez que existem áreas adequadas para agricultura; revitalização do aeroclube; matas e açudes potências de parques e jardim botânico; atividades culturais e econômicas durante o São João de São José da Mata.

### **Propostas**

Fiscalizar e impedir o estabelecimento de loteamentos irregulares; prever conjunto habitacional ao lado do Quinta da Colina ou na rua da Fuba; criar miniteatro para atividades culturais; indicar as padarias de São José da Mata

como patrimônio imaterial; prever a abertura de vias de acesso para as áreas rurais; urbanização das estradas e esgotos sanitários; prever a volta da rota de ônibus dentro das comunidades; promover educação ambiental nas escolas; regulamentar os instrumentos do Estatuto da Cidade previstos no Plano Diretor de 2006.

Figura 00. Registros da oficina comunitária regional 06.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Comunitária Regional 07**

Local: Clube de Mães do Estreito, Catolé de Boa Vista

Data: 19 de março de 2024

Hora: 18h30

Localidades Contempladas: Distrito de Catolé de Boa Vista

### **Problemáticas**

Não passa ônibus Boi Velho e a população tem que ir de moto até a BR e depois ir de van até o seu destino; região do Logradouro possui muitas áreas de descarte irregular de lixo; ruas com nome, porém, sem CEP, ocasionando na não entrega de encomendas; sem áreas de risco iminente à vida, porém, há um aterro sanitário na região, que foi construído próximo ao rio e possui mau cheiro, sobretudo para a região do Logradouro; existência de loteamentos clandestinos; por falta de planejamento urbano inexistem equipamentos de comércio e serviço como bancos, supermercados, e clínicas; atendimento de transporte coletivo precário, sendo apenas um ônibus circulando na região, o qual não funciona aos domingos e feriados, e aos sábados passa apenas uma vez pela manhã e outra a noite; falta sinalização nas vias e as vias locais não possuem pavimentação; 300 reais para secar fossa; em determinadas áreas do distrito, como no Estreito, há rede de abastecimento, porém falta água; não há saneamento básico, sendo a rede de esgoto via fossa; existem problemas de alagamento em determinadas áreas; dificuldades em coletar, triar e destinar os resíduos sólidos.

### **Potencialidades**

Coleta de lixo é razoável em na área do Estreito e na zona urbana de Catolé; há uma pedra no Sítio Aragão que contém desenhos rupestres e cachoeira com potencial de turismo; trio de forró da própria comunidade que deve ser contemplado em apresentações culturais e no São João; agricultura de subsistência.

## Propostas

Promover política alternativa de coleta de resíduos, a exemplo da disponibilização de carro da Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente para coletar os resíduos das fossas sépticas no município; promover melhoria da mobilidade urbana, sobretudo nas calçadas, ciclovias, e quanto à arborização; melhorar a fiscalização de loteamentos clandestinos; investir na segurança hídrica para toda a população; implementar um planejamento de drenagem; dar utilidade aos terrenos baldios: implantar equipamentos públicos, a exemplo de academia popular, escola, creche, quadra poliesportiva, campo de pelada; construir um espaço para animais abandonados resgatados; implantar um restaurante popular para beneficiar não apenas os moradores do IPEP, como também os moradores do Ligeiro e do Aluizio Campos, ou a distribuição de refeições diárias com cadastros previamente realizado pela Secretaria de Assistência Social; fomentar a agricultura de subsistência ao criar incentivos para aumentar a capacidade de produção para ser comercializados pelo pequeno produtor.

Figura 00. Registros da oficina comunitária regional 07.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

### 5.4.3. OFICINAS TÉCNICAS

#### **Oficina Técnica 01**

Local: Auditório da Vila do Artesão

Data: 08 de março de 2024

Hora: 14h

Eixo Temático: Uso e Ocupação do Solo

#### **Problemáticas**

Esvaziamento do Centro, com imóveis vazios e edificações subutilizadas; dinâmica imobiliária altera o perfil populacional e de uso; presenças de indústrias em áreas residenciais; parcelamentos rurais clandestinos; cemitério de casas no Alto Branco; BR-230 será duplicada na zona rural noroeste (Félix Amaro) gerando grande impacto; verticalização pontual dos lotes que compromete a infraestrutura no Açude Velho; áreas de intensa especulação imobiliária; pedreira no meio urbano; problemas de infraestrutura de abastecimento, saneamento, transporte, iluminação pública e coleta de lixo.

#### **Potencialidades**

Presença de espaços livres públicos; infraestrutura consolidada nos centros e no anel intermediário; várias centralidades comerciais; lotes e edificações subutilizados nos centros e seu entorno; acervo de patrimônio histórico-cultural significativo.

#### **Propostas**

Proibir o espalhamento de loteamentos para áreas sem condições básicas; estimular política habitacional no Centro; aprovar projetos com até zero garagem, caso tenha ônibus próximo, em uma política de incentivo; melhorar delineamento das zonas urbana, residencial, industrial e rural; implementar lei de uso, parcelamento e ocupação do solo; adensar comércio e habitação, em eixos estruturantes; criar loteamentos nos vazios urbanos; delimitar área de restrição, com criação de áreas de preservação e conservação ambiental (APP); promover a pedestrianização do núcleo central, sobretudo da Rua

Maciel Pinheiro, para fortalecimento do comércio local; regulamentar instrumentos como PEUC, IPTU Progressivo e Outorga Onerosa para garantia da função social da propriedade; realizar planejamento multimodal e possibilidade de dedicação de corredores vazios de transporte público em rodovias duplicadas e novas avenidas; implementar a não obrigatoriedade de recuo frontal, e garantir fachadas ativas e calçadas largas; conter a verticalização no entorno do Açude Velho; diminuir os coeficientes de utilização dos terrenos de condomínios fechados horizontais; criar um novo distrito industrial; prever a expansão urbana a partir das áreas urbanas dos distritos, em vez da mancha urbana do distrito sede; revisar o código de obras; propor permeabilidade visual.

Figura 00. Registros da oficina técnica 01.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Técnica 02**

Local: Auditório da Vila do Artesão

Data: 11 de março de 2024

Hora: 14h

Eixo Temático: Equipamentos Públicos - Educação e Esporte

### **Problemáticas**

Locais para implantar equipamentos públicos são muito acidentados, impedindo a execução de determinados projetos; há demandas e falta de equipamentos de educação em determinados bairros; defasagem na parte de educação no Aluízio Campos, onde não há escola de ensino médio, e essa demanda foi absorvida pelo município de Queimadas; falta de usos comerciais no Aluízio Campos, uma vez que as áreas comerciais não foram entregues.

### **Potencialidades**

Possibilidade de ocupar com equipamentos públicos os terrenos vazios da cidade.

### **Propostas**

Adensar áreas onde já há equipamentos e infraestrutura; prever áreas planas para implantação de novos equipamentos; propiciar espaços para a prática de esportes; articular parceria entre SESUMA e SEJEL para promover maior uso dos espaços públicos, principalmente praças e academias públicas; implementar política de incentivo para troca de muros altos e fachadas cegas por gradil, sobretudo nos equipamentos públicos; incentivar rotas acessíveis próximo aos equipamentos; prever uso de semáforos para pedestres, botoeira, nas áreas próximas a equipamentos públicos; planejar setorização e mapeamento voltado ao georreferenciamento para fins de zoneamento e planejamento urbano; prever infraestrutura peatonal e padronização de calçadas; garantir sistemas seguros e melhoramento do desenho urbano para escolas e outros equipamentos.

Figura 00. Registros da oficina técnica 02.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

### **Oficina Técnica 03**

Local: Mini Teatro Paulo Pontes

Data: 11 de março de 2024

Hora: 14h

Eixo Temático: Equipamentos Públicos - Saúde e Assistência Social

### **Problemáticas**

CRAS insuficiente na Zona Leste, fazendo com que alguns bairros fiquem descobertos de assistência social; existem poucas creches e poucas vagas nas existentes para a demanda do bairro; falta de postos policiais nos bairros Bodocongó, Novo Cruzeiro, e São Januário; descarte de lixo em terrenos baldios; no bairro Santa Cruz ocorre enchente, existe esgoto a céu aberto, ocorre alagamento por trás do galpão da prefeitura, e falta todo tipo de infraestrutura; deficiência na cobertura do transporte público no bairro do Serrotão; falta de pavimentação e acessibilidade em alguns bairros.

### **Potencialidades**

Não foram identificadas potencialidades.

### **Propostas**

Construir albergues para pessoas em situação de rua; prever UBS no distrito de Galante, sobretudo que atenda o sítio Surubim; implementar CRAS no distrito de Catolé de Boa Vista; construir escola de ensino fundamental próxima ao Major Veneziano, e creche próxima ao Glória; reordenar territórios para construção de novos equipamentos sociais como CRAS e CREAS nos bairros Três Irmãs e Alúzio Campos; prever uma instituição municipal de longa permanência para idosos e uma de recuperação para dependentes químicos; garantir calçamento e redes de esgoto em áreas não contempladas; prever VTL para atender a classe trabalhadora; implementar drenagem e melhoria do escoamento em canais, bocas lobo; realizar limpeza no Açude Velho e no Açude de Bodocongó; prever a criação de aterro sanitário; garantir a construção de policlínicas, farmácias populares e UPAS; implementar melhorias e ampliação de UBSF em todos os bairros; revitalizar os teatros, os

museus, o centro cultural; revitalizar os equipamentos públicos e ampliar a segurança em praças e áreas verdes.

**Figura 00.** Registros da oficina técnica 03.



**Fonte:** Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Técnica 04**

Local: Auditório da Vila do Artesão

Data: 12 de março de 2024

Hora: 14h

Eixo Temático: Habitação

### **Problemáticas**

Distrito de Catolé de Boa Vista possui loteamentos rurais e urbanos sem infraestrutura; invasões de unidades ainda não ocupadas no Aluízio Campos; assentamentos populares precários; conselhos municipais desativados.

### **Potencialidades**

Não foram identificadas potencialidades.

### **Propostas**

Implementar novas zonas de interesse social na Zona Leste da cidade; promover regularização fundiária dos terrenos e imóveis para a população; adequar o arruamento e priorizar a mobilidade; identificar as áreas de risco à vida e realocar a população que se encontra nessas áreas para regiões próximas; revisar o zoneamento do Plano Diretor; evitar a construção de equipamentos em áreas de preservação permanente; revisar o Plano Municipal de Habitação e garantir que seja efetivamente executado; reativar conselhos e implementar fundo municipal de Habitação de Interesse Social; prever abastecimento de água na zona rural através de poços artesianos.

Figura 00. Registros da oficina técnica 04.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Técnica 05**

Local: Mini Teatro Paulo Pontes

Data: 12 de março de 2024

Hora: 14h

Eixo Temático: Patrimônio Histórico-Cultural

### **Problemáticas**

Conselho de cultura inativo desde 2013; não existe um órgão municipal de proteção, preservação e conservação do patrimônio histórico-cultural; Centro de Campina muito utilizado pela população em função da oferta de comércio e serviço durante o dia, porém sem vitalidade urbana à noite.

### **Potencialidades**

Campina Grande é uma das 12 cidades do Brasil que possui o selo de Cidade Criativa da Unesco.

### **Propostas**

Realizar um levantamento e mapeamento do patrimônio histórico-cultural; resgatar, identificar e catalogar os elementos étnicos e culturais no município; criar o Fundo Municipal do Patrimônio Histórico e cultural; descentralizar a localização do patrimônio cultural da cidade; prever incentivos de IPTU sobre os imóveis de patrimônios tombados; prever diretrizes de salvaguarda das edificações históricas; viabilizar Lei de Assistência Técnica como forma de promover a revitalização dos imóveis; prever o tombamento da Feira Central da Liberdade; propor novo zoneamento para as poligonais de proteção do patrimônio histórico; atentar para as fachadas descaracterizadas na poligonal de proteção do patrimônio.

Figura 00. Registros da oficina técnica 05.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Técnica 06**

Local: Auditório da Vila do Artesão

Data: 13 de março de 2024

Hora: 14h

Eixo Temático: Meio Ambiente

### **Problemáticas**

Pavimentação asfáltica desenfreada e não planejada, sem pensar em estruturas de drenagem; pedreiras muito próximas à população no Catolé e no Aluízio Campos; fabricação de pó de pedra próximo a população, no Lucas; ausência de uma política de planejamento para o meio ambiente.

### **Potencialidades**

Não foram identificadas potencialidades.

### **Propostas**

Prever proteção dos mananciais; mapear os bairros com falta de áreas verdes e parques para ampliação dessas áreas nesses bairros; garantir a revitalização da mata ciliar do riacho das piabas; prever o desassoreamento do Açude de Bodocongó; implantar política de resíduos sólidos urbanos e a remediação do antigo lixão vizinho ao bairro Mutirão; viabilizar o aprimoramento e a fiscalização das normas de atividade imobiliária; garantir a preservação de nascentes e espécies da Mata do Louzeiro e do Parque do Poeta; arborização que considere espécies nativas, equipe multidisciplinar para elaborar projeto paisagístico e substituição das algarobas; promover a ligação dos espaços livres, conformando um sistema que ligue áreas verdes e parques urbanos; estabelecer raios de segurança para empreendimentos como pedreiras e produção de pó de pedra, impedindo que se estabeleça próximo às áreas habitadas; elaborar política de meio ambiente municipal que seja seguida no planejamento urbano considerando a gestão e proteção dos recursos ambientais.

Figura 00. Registros da oficina técnica 06.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Técnica 07**

Local: Mini Teatro Paulo Pontes

Data: 13 de março de 2024

Hora: 14h

Eixo Temático: Mobilidade Urbana

### **Problemáticas**

Falta de sinalização; a duplicação da BR-230 não foi pensada com o domínio da via exclusiva para transporte público, aumentando o isolamento dos bairros do vetor de expansão sudoeste/oeste; cobertura de transportes coletivo insuficiente nas áreas rurais.

### **Potencialidades**

Não foram identificadas potencialidades.

### **Propostas**

Prever adensamento habitacional orientado ao transporte público e ao transporte ativo; prever o dimensionamento metropolitano do transporte público; descentralizar o sistema de transporte público, a partir do aumento da oferta de ônibus e integração de modais; garantir arborização para o conforto térmico e qualidade urbana; garantir novas rodovias na área urbana com faixas exclusivas para transporte público; prever Fundo Municipal de Transporte; prever dimensionamento mínimo de vias; preservação patrimonial de edificações no Centro, através do incentivo ao uso misto, prever leis para evitar a poluição visual; prever ciclovias e ciclofaixas nas avenidas consolidadas, vias principais e arteriais; priorizar pavimentação à asfalto, asfaltando apenas as ruas principais.

Figura 00. Registros da oficina técnica 07.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Técnica 08**

Local: Auditório da Vila do Artesão

Data: 14 de março de 2024

Hora: 14h

Eixo Temático: Expansão Urbana

### **Problemáticas**

A área urbana e a área rural não são bem delimitadas, e a dinâmica urbana atual ultrapassa os limites rurais; bairros como o Portal Sudoeste têm sido ocupados, porém apresentam ausência de infraestrutura e de acesso a serviços, obrigando a população a realizar grandes deslocamentos para desfrutar de condições dignas; há distância e deslocamento excessivo nos trajetos, com o município apresentando perda populacional em áreas centrais; mobilidade não é adequada na periferia da cidade; ausência da lei municipal de uso e parcelamento do solo.

### **Potencialidades**

Não foram identificadas potencialidades.

### **Propostas**

Promover o adensamento habitacional nas áreas com infraestrutura; universalizar água e esgoto na cidade e evitar depósito de esgoto em locais de preservação como o Açude Velho; promover a permanência populacional no centro da cidade; assegurar áreas de preservação e conservação no zoneamento, para que não ocorra uma ocupação indevida sobre áreas de preservação que regulam chuvas e clima; desapropriar espaços urbanos vazios, com incentivo fiscal e aumento da taxa de ocupação para atrair os investimentos; permitir expansão urbana na continuidade da cidade onde já existe transporte público.

Figura 00. Registros da oficina técnica 08.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Técnica 09**

Local: Centro Cultural Lourdes Ramalho - Sala 09

Data: 14 de março de 2024

Hora: 14h

Eixo Temático: Aspectos Socioeconômicos

### **Problemáticas**

Dificuldade para implementar atividades escolares na Zona Leste, gerando deficiência educacional e impedimentos na inserção no mercado de trabalho; áreas industriais centrais abandonadas; prioridade aos meios de transporte motorizados privados em detrimento do transporte coletivo; repasses irregulares dos prédios do IPSEM; perda de mercado em função da construção de centros de distribuição em outras cidades que poderiam estar sendo implantados em Campina Grande; existem atividades rurais agrícolas apenas de subsistência, sendo 3 assentamentos de subsistência próximo a Catolé de Boa Vista.

### **Potencialidades**

Polo da Moda, próximo ao Aluízio Campos, tem potencial econômico para a população local e do seu entorno; cidade cotada para ser polo de saúde tecnológica, cuja atração de pessoas para tratamento de saúde acarretará a geração de mais empregos.

### **Propostas**

Criar cooperativas para os ambulantes; incentivar a atividade rural e o controle dos impactos urbanos e ambientais; transformar galpões da Estação Velha em amostragem da cultura local; incentivar o turismo ambiental sustentável na Mata do Louzeiro e no Parque do Poeta; finalizar o centro de convenções; identificar novos meios de arrecadação através da regulamentação dos instrumentos, a exemplo do IPTU verde; estimular os pontos econômicos fortes da cidade, a exemplo da tecnologia, do Polo Calçadista e do Polo Industrial; revitalizar áreas industriais abandonadas e transformá-las em equipamentos urbanos públicos de qualidade.

Figura 00. Registros da oficina técnica 09.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Técnica 10**

Local: Auditório da Vila do Artesão

Data: 15 de março de 2024

Hora: 14h

Eixo Temático: Desenvolvimento Urbano - Cidades Inteligentes

### **Problemáticas**

Distritos recebendo empreendimentos privados, a exemplo de condomínios horizontais fechados, que demandam infraestrutura que não existe na área; inflação educacional; o difícil acesso a equipamentos urbanos nas áreas periféricas já ocupadas; a expansão urbana desordenada gera fragmentação na malha urbana; aglomeração de condomínios fechados na área de expansão; aluguel incompatível com a renda da população; regularização fundiária precária em assentamentos.

### **Potencialidades**

Não foram identificadas potencialidades.

### **Propostas**

Incentivar a reurbanização; fomentar a revitalização de áreas degradadas, convertendo em áreas habitáveis e sustentáveis; intensificar fiscalização e regularização de loteamentos clandestinos; implementar prédios públicos com tecnologias sustentáveis, a exemplo do uso de placas solares e captação e reuso de águas pluviais; diversificar os usos, evitando setorização para garantir que diversos usos possam coexistir no mesmo bairro; prever ferramentas digitais e georreferenciamento como aliados no diagnóstico e planejamento de políticas públicas; gestão integrada de dados entre as secretarias do governo municipal; incorporar a Região Metropolitana no Plano Diretor; prever sinalização viária com sistema inteligente e acessibilidade universal; implementar o atendimento e agendamento de serviços através de plataformas online integrada; instalação de placas fotovoltaicas em novos equipamentos públicos e instalação progressiva nas existentes.

Figura 00. Registros da oficina técnica 10.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Técnica 11**

Local: Mini Teatro Paulo Pontes

Data: 15 de março de 2024

Hora: 14h

Eixo Temático: Saneamento Ambiental

### **Problemáticas**

Problemas em relação à topografia na zona leste e na zona norte da cidade, distante dos sistemas de tratamento; vazamento da antiga rede de tubulação de amianto; ausência do mapeamento da rede de drenagem (levantamento georreferenciado); ocupação urbana em canais, mananciais e matas (Canal do Distrito dos mecânicos, Novo Horizonte); áreas de expansão não tem água na torneira; despejo de esgoto a céu aberto e ligações clandestinas; ocupação em áreas de risco à vida, a exemplo de habitações em córregos (Rosa mística, Pedregal, riacho próximo ao caic, Tambor e Jardim Continental); ausência de drenagem nos assentamentos precários e no perímetro das ZEIS; muitas ilhas de calor devido ao tipo de impermeabilização.

### **Potencialidades**

Aproveitamento do Parque do Poeta; Açude do Bodocongó; terrenos disponíveis para implantação de áreas verdes em áreas descentralizadas; UBS possuem boa cobertura embora não exista uma em cada bairro, de acordo com o raio de cobertura a população está bem atendida, sendo atualmente 2000 habitantes por equipe de atenção primária.

### **Propostas**

Atualizar o Plano Diretor de Sistema de Drenagem Urbana (1982); atualizar o Plano de Saneamento Ambiental (2014); prever redução do IPTU para edificações e imóveis com áreas verdes; implantar sistema de drenagem compensatório, a exemplo de piscinões, áreas verdes, pavimentos permeáveis; garantir a padronização dos passeios e garantia de acessibilidade; avaliar necessidade de modernização/ampliação da ETA; avaliar a capacidade das estações elevatórias; avaliar a possibilidade de

formalização das ligações em áreas de ocupação irregular; demarcar áreas de risco à vida sem esgotamento sanitário e criação de políticas de emergência para essas áreas; estabelecer o zoneamento da área de segurança do aterro sanitário; ampliar e melhorar os dispositivos de drenagem com o mapeamento de áreas de alagamento; plano estratégico de arborização; estabelecer perímetro de segurança para destino de resíduos sólidos, cobertura de coleta seletiva, controle de vetores em terrenos baldios para evitar proliferação, através de políticas de conscientização e busca de soluções; garantir o monitoramento de áreas mais críticas de endemias.

Figura 00. Registros da oficina técnica 11.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Oficina Técnica 12**

Local: Auditório da Vila do Artesão

Data: 22 de março de 2024

Hora: 14h

Eixo Temático: Segurança

### **Problemáticas**

Vários equipamentos públicos estão ocupados na Liberdade.

### **Potencialidades**

Não foram identificadas potencialidades.

### **Propostas**

Implantar muros permeáveis, sobretudo nos condomínios horizontais; incentivar maior contato de comércio com a rua, retirando a colocação do recuo frontal; prever espaço em loteamentos para implantação de posto policial; garantir qualidade ambiental e segurança nas ruas, com vias iluminadas, bem iluminadas e acessíveis; estabelecer áreas menores passíveis de ocupação por condomínios.

Figura 00. Registros da oficina técnica 12.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

### **Oficina Técnica 13**

Local: Mini Teatro Paulo Pontes

Data: 22 de março de 2024

Hora: 14h

Eixo Temático: Núcleos Urbanos nas Zonas Rurais

#### **Problemáticas**

Falta de equipamentos da educação, saúde e assistência social, e de áreas públicas de lazer; transporte coletivo insuficiente; falta fomento ao desenvolvimento econômico das comunidades; existência de loteamentos clandestinos e irregulares na zona rural.

#### **Potencialidades**

Não foram identificadas potencialidades.

#### **Propostas**

Registrar as comunidades que se encontram na Zona Rural; prever transporte público que atenda às comunidades rurais; implementar subprefeituras nos distritos com subsecretarias de esporte, educação, infraestrutura, e que seja eleito pelo voto do povo e não por indicação; estabelecer parâmetros para delimitar núcleos urbanos nas zonas rurais; implementar escolas, postos de saúde e esgotamento sanitário nas comunidades; estabelecer novo limite urbano nos distritos.

Figura 00. Registros da oficina técnica 13.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

#### 5.4.4. WORKSHOPS

##### **Workshop 01**

Local: UNINASSAU

Data: 25 de março de 2024

Hora: 19h30

Segmento contemplado: Alunos de Arquitetura e Urbanismo

##### **Problemáticas**

Aglomerção em zonas de risco por parte da população de baixa renda, com construções com materiais impróprios que colocam em risco sua segurança e possibilidade de qualidade de vida; para áreas distantes do centro da cidade há dificuldade de deslocamento e acesso aos serviços urbanos centrais; construtora que fabrica pó de pedra e incomoda a população; ausência de uma política de planejamento do meio ambiente da cidade; perfil de ocupação urbana fragmentada em território urbano e descontínuas na zona rural; condomínios horizontais geram problemas, a exemplo da gentrificação e fachadas cegas; equipamentos básicos ficam distantes dos condomínios horizontais e acaba gerando um tráfego no deslocamento para que a necessidade dos que habitam sejam supridas; o município possui áreas verdes, entretanto, está restrita às regiões mais desenvolvidas e com maior poder aquisitivo, enquanto praças públicas e ambientes públicos costumam ter uma maior presença em bairros suburbanos.

##### **Potencialidades**

Existência de aplicativo de ônibus; passagem estudantil com um preço menor; primeira passagem no sábado gratuita; atualmente Campina Grande não possui grandes restrições de área para crescimento; Parque do Poeta, sobretudo a Pedra do Morcego, com potencial de turismo ambiental.

##### **Propostas**

Preservar e reconhecer o patrimônio cultural da cidade; restaurar e revitalizar os monumentos mais antigos, como a Catedral, o Museu do Algodão, o

Estadual do Prata, o Cine São José, entre outros; preservar o olho d'água do Riacho das Piabas; investir em tecnologias de reutilização de água de esgoto, o que diminuiria a quantidade de esgotos; investir em infraestrutura para descartes de resíduos; regulamentar e aplicar o Direito à Preempção para zonear regiões que sofrem com pontos de alagamentos; impedir que indústrias que produzam materiais que incomodam a população se estabeleçam próximas à áreas residenciais; destinar espaços para implantação de estações de VLT e ampliação da rede de ônibus intermunicipais; iniciar a criação de novos setores e aumentar a setorização conjunta com os meios de preservação ambiental para regularizar a ocupação urbana sobre áreas ambientalmente frágeis; recorrer à busca de soluções hídricas como águas de reuso, dessalinização, captação de água da chuva, dentro dos limites financeiros da cidade; implantar equipamentos integrados com a natureza.

Figura 00. Registros do workshop 01.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Workshop 02**

Local: UCES

Data: 26 de março de 2024

Hora: 17h30

Segmento contemplado: Agentes Sociais

### **Problemáticas**

Problemas de abastecimento de água em várias localidades, e uso de água clandestinamente; muitos prédios públicos em desuso no centro, a exemplo do Ministério do Trabalho; esgoto a céu aberto e falta de esgotamento sanitário nos bairros Santa Cruz, Cuités, Jardim Borborema, Castelo Branco; loteamento Jardim Alvorada com invasão e sem infraestrutura, sobretudo esgotamento sanitário; canal da rua Severino Pereira Rodrigues foi tapado e construíram loteamento no Jardim Borborema, fazendo com que o canal transborde em época de chuva; problemas de alagamentos em diversas áreas.

### **Potencialidades**

Teatro; cinema; Capitólio; Cine São José; Açude Novo; Festival de Inverno; Bois; Escolas de samba; Feira Central; Conselho de cultura.

### **Propostas**

Código do acompanhamento do Estatuto da cidade; projeção ambiental - reestruturação da feira central e açude velho; intervenção e destinação dos imóveis ociosos e terrenos baldios da cidade; preservação das áreas ambientais da cidade; se aproximar das comunidades com o patrimônio; notificar com multas os donos dos terrenos vazios (PEUC, IPTU progressivo); continuação do canal do Prado (Fizeram só até a Assis Chateaubriand); construção de espaços cobertos (quadras), complexo esportivo (onde houver espaço), nos bairros onde apresentar o maior índice de vulnerabilidade e violência local; cercar ou murar os terrenos ociosos.

Figura 00. Registros do workshop 02.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

### **Workshop 03**

Local: Centro de Convivência do Idoso.

Data: 02 de abril de 2024.

Hora: 9h.

Segmento contemplado: Idosos.

### **Problemáticas**

Falta de saneamento básico e calçamento em diversas localidades; despejo de lixo em terrenos e rede de esgoto a céu aberto no Cruzeiro; problemas de infraestrutura e acessibilidade em várias ruas; falta agente de saúde, há praça invadida, e a localidade está virando favela no Major Veneziano.

### **Potencialidades**

Não foram identificadas potencialidades.

### **Propostas**

Belo Monte/Nova Brasília: entrada para ruas locais; manutenção de prédios públicos e tombados, preservação para fomento ao turismo; plano educativo ambiental nas comunidades, de arborização, etc; abertura de trilhas para caminhadas; construção de mais locais para atividades dos idosos; Monte Santo: Reforma do posto de saúde.

Figura 00. Registros do workshop 03.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Workshop 04**

Local: Coordenação de Ações e Políticas para a População LGBTQ+

Data: 03 de abril de 2024

Hora: 9h

Segmento contemplado: População LGBTQ+

### **Problemáticas**

Tentou-se fazer ambulatório TT (Trans e Travesti) no ISEA, mas não deu certo; o atendimento especializado para a população LGBTQ é segregado; falta arborização na cidade e há um uso excessivo do asfalto; casa de acolhimento Irmã Zuleide Porto, gerida pelo SEMAS, não tem estrutura para acolher a população em geral; não há políticas públicas em Campina Grande que garantam direitos para a comunidade LGBTQ; aparentemente apenas a Coordenação LGBTQ vai até os pontos de prostituição com ações de prevenção e demais cuidados.

### **Potencialidades**

Coordenação LGBTQ tem parceria com a Alparagatas para promoção de trabalho para pessoas trans; Guarda Municipal vai trabalhar com a Ronda da mulher (A patrulha da Maria da Penha); há políticas públicas estaduais em Campina Grande, a exemplo do ambulatório, centro de referência estadual; Dr Edgley possui atendimento especializado para comunidade LGBTQ; a Coordenação LGBTQ oferece trabalho preventivo com pessoas trans; houve uma diminuição nos últimos anos nos pontos de prostituição.

### **Propostas**

Coordenação LGBTQ teria um público maior de LGBTQs se pudessem ofertar serviços - atualmente só fazem o encaminhamento; A cidade se preparar a longo prazo para os próximos anos, com a plantação de novas árvores, sabendo escolher o tipo de árvore, escolher árvores nativas e que não promova a destruição do passeio público; Institucionalização da coordenação LGBTQ; A Coordenação LGBTQ como equipamento público de acolhimento e provedor de políticas públicas; Fortalecer no âmbito do Plano Diretor o

suporte ao trabalho preventivo com trans realizado pela Coordenação, nas políticas públicas de saúde; Uma casa de acolhimento LGBT.

Figura 00. Registros do workshop 04.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Workshop 05**

Local: Centro Dia

Data: 04 de abril de 2024

Hora: 9h

Segmento contemplado: Pessoas com Deficiência

### **Problemáticas**

Poucas calçadas e comércios com rotas acessíveis; falta de vagas acessíveis em estacionamentos; terrenos abandonados com possíveis focos de dengue; Alto Branco e Aluízio Campos sem acessibilidade nos postos de saúde; falta transporte adequado à pessoas com deficiência; ausência de caminhabilidade e boa iluminação em várias vias; inexistência de programas de habitações voltadas para PCDs; serviços de emergência insuficientes devido a falta de acessibilidade para chegar em determinados lugares, a exemplo de sítios.

### **Potencialidades**

Criação do programa “Colo para Mãe”; acessibilidade do Parque do povo; retirada de pedra no Santo Antônio que dificultava acesso.

### **Propostas**

Instalações de sinais sonoros nos semáforos; elevação de faixas de pedestres com as calçadas (Partage com posto, açude velho, museu dos 3 pandeiros); melhorias do sistema de drenagem em regiões baixas; ampliação das policlínicas com ampliação do núcleo de fisioterapia; ampliação de academias populares (Alto Branco); necessidade de equipamentos de cultura, lazer e convivência.

Figura 00. Registros do workshop 05.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Workshop 06**

Local: Associação dos Aposentados

Data: 06 de abril de 2024

Hora: 9h

Segmento contemplado: Aposentados

### **Problemáticas**

Saneamento no Severino Gaudêncio, bairro do Tambor; transbordamento do canal do Prado; Rua Nei Câmara sem drenagem e com casas sem rede de esgoto; Centro Social Urbano (CSU) do Monte Santo abandonado.

### **Potencialidades**

Município possui áreas que estão subutilizadas e sem limpeza, que podem ser utilizadas para praças e espaços de lazer.

### **Propostas**

Hospital especializado do idoso; melhorar habitação popular voltado para idoso “cidade madura”; melhor condição de transporte e acessibilidade para idosos; segurança: melhoria de iluminação e limpeza urbana; uma creche na Vila Cabral, já possui local para construção; um posto policial no Santa Terezinha Abrigo de ônibus; drenagem da Rosa Cruz; fiscalização para combater invasões; conclusão do canal do Bodocongó; creches, praças e escolas no Aluízio Campos.

Figura 00. Registros do workshop 06.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Workshop 07**

Local: Clube das Mães

Data: 08 de abril de 2024

Hora: 15h

Segmento contemplado: Grupo de Mães

### **Problemáticas**

Carros nas calçadas - uso indevido das calçadas impedindo os pedestres;  
Médici: falta posto de saúde; São José da mata: estruturação das estradas (rua Cícero Alexandrino); Jenipapo: falta coleta de lixo; Acácio Figueiredo e Bairro das cidades: Sofre inundações em períodos chuvosos.

### **Potencialidades**

Não foram identificadas potencialidades.

### **Propostas**

Volta do funcionamento do terminal de integração como era antes; PSF entre Ramadinha e Portal dos bosques; estrutura do clube de mães; Jardim Paulistano: Falta posto de saúde (fechado há mais de um ano); reforma da praça Raimundo Suassuna; término da Juscelino depois do último gerador.

Figura 00. Registros do workshop 07.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Workshop 08**

Local: UFCG

Data: 12 de abril de 2024

Hora: 13h30

Segmento contemplado: Alunos de Arquitetura e Urbanismo

### **Problemáticas**

Ameaça a área de interesse ambiental (como o parque do poeta) em função da implantação de loteamentos e condomínios fechados; expansão insustentável do distrito de São José da Mata; insuficiência de controle para preservação de corpo d'água no distrito de Catolé da Boa Vista; espraiamento insustentável da cidade; implantação de grandes projetos habitacionais de interesse social em áreas distantes da malha já consolidada, com dificuldades de acesso a serviços básicos e de mobilidade urbana; descaracterização do patrimônio Histórico-Cultural de Campina Grande; não reconhecimento e nem preservação de edifícios históricos, espaços públicos fora do centro de Campina Grande; assentamentos populares ainda não reconhecidos como zonas especiais de interesse social.

### **Potencialidades**

Não foram identificadas potencialidades.

### **Propostas**

"Conter a expansão urbana insustentável no distrito sede; regulamentar os procedimentos e instrumentos relacionados ao EIA e compensações ambientais; reconhecer aglomerações de densidades mais altas como urbanas, como parte do Estreito e do sítio Lucas; criar zonas de transição urbano-rurais com base nas análises de densidades das áreas urbanizadas do IBGE; criar zonas especiais rurais, reconhecendo os projetos de assentamentos do Incra e assegurando os direitos; reduzir a área urbanizada do distrito do Catolé de Boa Vista, reconhecendo como APP um corpo d'água e também os assentamentos existentes;

implementar o coeficiente de aproveitamento básico, deixando de utilizar os coeficientes máximos como se fossem básicos, e diminuir os coeficientes máximos para diminuir os impactos no conforto ambiental, na paisagem e nas infraestruturas; criar e implementar política de assessoria técnica para patrimônios de valor histórico e cultural; ampliar a ZEIC e criar novas zonas especiais de interesse cultural em diferentes pontos da cidade; preservar a paisagem do Açude Velho por meio da regulamentação do gabarito, limitando a altura possível a construir, e da exigência de estudo de impacto de vizinhança (EIV); transformar a rua Maciel Pinheiro e adjacentes como vias exclusivas para pedestres e/ou transporte público; integrar e diversificar diferentes meios de transporte; ampliar corredores de transporte coletivo público com potencial efetivo; priorizar uma revisão da importância do meio ambiente no Plano Diretor; proteger e revitalizar os corpos hídricos da cidade; reconhecer a ampliação de limites das ZEIS; transformar a Rosa Mística em uma ZEIS, assim como a mata do Louzeiro em uma área de proteger e preservar essas áreas verdes importantes, garantindo seu uso sustentável e sua biodiversidade; reconhecer assentamentos populares como ZEIS 1; Criar ZEIS 2 nos bairros Bela Vista, Bento Figueiredo, Catolé e Liberdade; criar políticas públicas de assistência técnica para habitação nos assentamentos, diante da lei nº 11.888 (lei atis), de 24 de dezembro de 2008."

Figura 00. Registros do workshop 08.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## Workshop 09

Local: UNIFACISA

Data: 15 de abril de 2024

Hora: 9h

Segmento contemplado: Alunos de Arquitetura e Urbanismo, Direito e Engenharia

### Problemáticas

Expansão Urbana: mais poluição do ar e mais gasto de tempo e recursos; abandono e falta de cultura de preservação, burocracia e falta de segurança; preservação de áreas históricas sem critérios ocupando espaços que impedem o desenvolvimento urbano; negligência na inspeção de prédios para revitalização; Portal Sudoeste: casas sem áreas permeáveis, usuários tiraram árvores; praças com pisos muito pavimentados, sem áreas permeáveis e verdes; Vila Cabral: áreas de risco à vida e zonas de calor; há pontos de alagamentos e falta saneamento em diversas áreas; prédios abandonados pelo centro, com risco potencial de desmoronamento; Açude velho: falta de usos mistos no entorno, falta de manutenção, baixo aproveitamento da orla do açude; sistema de parques e áreas públicas deficitário (Parque de Bodocongó, Parque da criança); infraestrutura cicloviária: falta de descentralização da infraestrutura, falta de ações de conscientização, falta de estacionamento para bicicletas; falta de arborização: efeito ilha de calor, arborização inadequada/vegetação com raízes; dinâmica metropolitana: congestionamentos e gargalos, falta de rotas diretas.

### Potencialidades

Área próxima ao condomínio com acúmulo de lixo que pode ser usado para equipamento público ou de preservação; bairros nas periferias da cidade permitem uma maior calma longe do centro da cidade; potencialidade de serviços no bairro.

## Propostas

"Criar pequenos centros em bairros já bastante habitados; implementação de um novo meio de transporte público (VLT), utilizando as linhas de trem já existentes, estimulando uso e ocupação em áreas não utilizadas atualmente; incentivar a habitação na parte central da cidade, melhorando a segurança e ampliando a diversidade dos setores, de forma com que comerciantes e estudantes se sintam atraídos com os benefícios de residir em regiões centrais; existência de serviços básicos em cada área residencial; condomínios verticais próximos ao centro; a restrição à expansão urbana se faz importante para evitar a invasão em municípios próximos; rota de turismo para tombamento; inserir mais arborização; tratamento no açude velho e ao longo do canal; aterro sanitário: as duas melhores soluções para os aterros sanitários são a coleta seletiva e a compostagem; regularização fundiária em locais que passaram por processo de apropriação; conjuntos habitacionais mais próximos do centro urbano; criação de novas vias arteriais ligadas ao centro; abatimento do IPTU em troca de projetos de arborização; criação de uma regulamentação com diretrizes técnicas dos projetos arquitetônicos de residências e edifícios que cumpra as normas de acessibilidade de calçadas, rampas e afins; valorização do centro histórico; pavimentação em ruas locais; alternativas ao quebra molas para redução de velocidade; integração metropolitana de transporte."

Figura 00. Registros do workshop 09.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Workshop 10**

Local: CRAS Borborema

Data: 17 de abril de 2024

Hora: 14h

Segmento contemplado: Grupo de Mulheres

### **Problemáticas**

Não há saneamento básico e esgotamento sanitário em determinadas ruas do Cruzeiro; Catingueira e Cruzeiro sofrem alagamentos em vários pontos; casas em áreas de risco à vida, em cima do canal no bairro do Velame; há casas desocupadas no Aluízio Campos; pouca iluminação nas vias e locais ociosos que promove insegurança; equipamentos da rede de cuidados da saúde mental insuficiente; ausência de parques, praças e espaços de lazer; calçadas irregulares e com buracos; transporte público muito demorado.

### **Potencialidades**

Há locais que podem ser convertidos em área de lazer e em equipamentos de educação.

### **Propostas**

Promover regularização fundiária; prever programas habitacionais e moradias populares; garantir execução dos programas de aluguel social.

Figura 00. Registros do workshop 10.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Workshop 11**

Local: Auditório do Vila do Artesão

Data: 17 e 24 de abril de 2024

Hora: 14h

Segmento contemplado: Conselheiros do Concidade

### **Problemáticas**

Não foram identificadas problemáticas.

### **Potencialidades**

Não foram identificadas potencialidades.

### **Propostas**

Criar um programa de proteção às áreas de preservação ambiental (parque do Poeta, reserva legal do Aluízio Campos e outros) na organização territorial e fiscalização; criação da guarda ambiental; ver no Plano Diretor de 2006 a respeito da ZEPA; implementar ações e diretrizes da agenda 2030 na definição de Políticas Públicas; fiscalização das pedreiras: Aluízio Campos, Serrotão; elaboração de Plano Municipal para dinamização sócio-econômico e cultural das áreas centrais e áreas de preservação Histórico-Cultural; restauração dos mercados públicos nos bairros; preservar e recuperar áreas de preservação permanente e reservas florestais; definição da zona de expansão urbana, baseada no mapeamento; delimitar parâmetros para taxas de ocupação e coeficiente de aproveitamento em áreas com infraestrutura e ocupação saturada; fiscalização das propriedades privadas “abandonadas” que trazem prejuízo à saúde coletiva; criação de macrozoneamento e zoneamento para área rural, estabelecendo parâmetros limitantes para instalação de captação de energia renovável em escala de forma a proteger os agroecossistemas; preservação da linha férrea e de todo o espaço da faixa de domínio longitudinal, nos trechos urbanos e rurais do município; manual de desenho de ruas do município - gestão de dados; revisar e atualizar o Plano de Mobilidade Urbana de Campina Grande e a política de mobilidade urbana; criar o Fundo Municipal de Transporte Público; dimensionamento metropolitano da

mobilidade; melhorar a utilização dos prédios públicos; orientação do adensamento em torno de equipamentos públicos já existentes, principalmente nas zonas centrais; reativação do Fórum ZEIS, COMUL's; revisão e implementação do Plano de Habitação; Reestruturação da Coordenadoria de Habitação do município; prever e cumprir o prazo de no máximo em 5 (cinco) anos construir e/ou ampliar equipamentos para mobilidade e transporte; criação de uma secretaria ou agência de turismo municipal (CGTur) para dedicar-se exclusivamente ao turismo da cidade; catalogação dos equipamentos turísticos da cidade.

Figura 00. Registros do workshop 11.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

## **Workshop 12**

Local: UEPB

Data: 25 de abril de 2024

Hora: 14h

Segmento contemplado: Alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo

### **Problemáticas**

Problemas com drenagem das águas pluviais.

### **Potencialidades**

Não foram identificadas potencialidades.

### **Propostas**

Melhor aproveitamento das águas de chuva, a exemplo da criação de reservatórios; ampliar o alcance do esgotamento sanitário nas áreas periféricas; preservar o patrimônio histórico material e imaterial; prever apropriação pública dos principais imóveis arquitetônicos tombados como a biblioteca; criar política de conservação do patrimônio ambiental, paisagístico, natural e imaterial; garantir políticas e investimentos em coleta e tratamento de esgoto; assegurar a exploração sustentável dos espaços de preservação ambiental, de modo a evitar uma especulação imobiliária agressiva; planejar e estruturar programas de arborização que preservem e contemplem plantas do semiárido; criar áreas de lazer sustentáveis e ampliar e preservar as existentes.

Figura 00. Registros do workshop 12.



Fonte: Secretaria de Planejamento (2024).

*Você fala,*  
**Campina**  
**escuta**

## REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, Silvia Maia. **Produção do espaço e planejamento urbano nas bordas urbano-rurais entre a cidade de Campina Grande-pb e o distrito de São José da Mata.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2023.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. **Atualiza o marco legal do saneamento básico e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial da União, 2020.

CAGEPA. Companhia de Água e Esgotos da Paraíba. Contrato de programa, de 20 de junho de 2020. **Contrato de programa para a prestação de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que entre si celebram o município de Campina Grande e a companhia de água e esgotos da Paraíba – Cagepa.** João Pessoa: Diário Oficial, 2020.

CAMPINA GRANDE. Lei nº 7.199, de 04 de junho de 2019. **Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico, cria a Comissão Municipal de Saneamento e o Fundo Municipal de Saneamento, e dá outras providências.** Campina Grande, 2019.

GOMES, E. F. **Perdas de vazão e seus efeitos na operação do sistema de esgotamento sanitário de Campina Grande-PB.** Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: Características dos Domicílios - Resultados do Universo.** 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-caracteristicas-dos-domicilios>. Acesso em: 30 abr. de 2024.

SNIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **SNIS – Série Histórica.** 2024. Disponível em: <http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica/>. Acesso em: 30 abr. de 2024.

LOURENÇO, J. C. **Gestão dos resíduos sólidos urbanos no município de Campina Grande-PB**. Tese de Doutorado em Recursos Naturais. Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais. Centro de Tecnologia e Recursos Naturais. Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2018.

ALMEIDA Antônio Pereira de. Os Oliveira Ledo: De Teodósio de Oliveira Lêdo – fundador de Campina Grande – a Agassiz Almeida – Constituinte de 1988. Brasília: CEGRAF, 1989.

ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

SOUSA, F. G. R. B. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 1-24, 2003.

BRESCIANI, Stella, op. cit., 1982; HARDMAN, Francisco Foot, **Trem fantasma: modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BURITI, Iranilson. OLIVEIRA, Catarina. **História da Paraíba**. Curitiba: Base, 2009.

Cordão, M. J. S. **Modelagem e otimização da disposição espacial de unidades de reservação em redes de distribuição de água utilizando geotecnologias**. 2009. 115 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. 2009.

DANTAS, D. R. **Regularização urbanística-fundiária e provisão habitacional: as ZEIS em Campina Grande (2009 – 2018)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFRN – Natal, 2019.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html> Acesso em: 30 de Abril de 2024.

OCTÁVIO, José. **História da Paraíba - Lutas e Resistência**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

SYLVESTRE, Josué. **Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo, fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993, p. 350.

63 PIMENTEL, Cristino. Abrindo o livro do passado em Campina Grande: Editora Teone, 1956, pp.57-62.

54 Sobre reformas urbanas e o advento da modernidade em cidades e países europeus, ver BRESCIANI, Stella, op. cit., 1982; HARDMAN, Francisco Foot, Trem fantasma: modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOBRINHO, João Alves. **História de Campina Grande em versos**. Campina Grande: Academia Brasileira de Literatura de Cordel, 2004.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/historico>. Acesso em: Abril de 2024.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). Universidade Federal de Campina Grande, Departamento de História e Geografia, Paraíba, Brasil. Dossiê: Experiências Urbanas • Rev. Bras. Hist. 23 (46) • 2003 • <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000200004>

SILVA, Irislaldo Erik Estevam da. **A segregação socioespacial sob a égide do discurso do direito à habitação: O Complexo Aluizio Campos em Campina Grande-PB**. GeoTextos, vol. 18, n. 2, dezembro de 2022. [https://www.google.com/url?q=https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/49711/28009/205613&sa=D&source=docs&ust=1714402610617048&usg=AOvVaw07pG7bSqp\\_vxjV2ARRL6JD](https://www.google.com/url?q=https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/49711/28009/205613&sa=D&source=docs&ust=1714402610617048&usg=AOvVaw07pG7bSqp_vxjV2ARRL6JD).

Pela Memória do CINE Capitólio, 2020 (Jaime Guimarães, Rafaella Gaião, Alex Dantas, Yasmin Figueiredo, Juca Rosacruz e André Morais)

**Mulheres chefiam 35 % das famílias brasileiras.** Ipea, 2010. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_alphacontent&ordering=6&limitstart=14440&limit=20#:~:text=EBAND.COM%3A%20Mulheres%20chefiam%2035,mulher%20como%20sua%20principal%20respons%C3%A1vel](https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=6&limitstart=14440&limit=20#:~:text=EBAND.COM%3A%20Mulheres%20chefiam%2035,mulher%20como%20sua%20principal%20respons%C3%A1vel). Acesso em: 15 Março de 2024.

MERELES, Carla. **6 fatos importantes sobre conselhos municipais.** Politize, 2016. Disponível em: [https://www.politize.com.br/conselhos-municipais-fatos-importantes/?https://www.politize.com.br/&gad\\_source=1&gclid=Cj0KCQjw6auyBhDzARIsALIo6v\\_CASmWGJnZ5MeV1o1mM-twgG8aTXr2ULqBaaPoRHhCljts\\_wJLOm4aAskcEALw\\_wcB](https://www.politize.com.br/conselhos-municipais-fatos-importantes/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw6auyBhDzARIsALIo6v_CASmWGJnZ5MeV1o1mM-twgG8aTXr2ULqBaaPoRHhCljts_wJLOm4aAskcEALw_wcB). Acesso em: 20 de Maio de 2024.

AJUR/FAMUR. **Artigo 167, XIV, CF e a criação de fundos municipais.** FAMURS 2022. Disponível em: <https://famurs.com.br/uploads/midia/34641/notafundospublicosXmunicipais.pdf>. Acesso em: 20 de Maio de 2024.

